

BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

O RETRATO

Oswaldo Peralva



centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Oswaldo Peralva

O Retrato

Rio de Janeiro
2009

Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org

Copyright © 2009, Osvaldo Peralva
Copyright © 2009 desta edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
Ano da última edição: 1960

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio de comunicação para uso comercial sem a permissão escrita dos proprietários dos direitos autorais. A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não-comercial na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida.

ISBN 978-85-7982-015-1

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
www.centroedelstein.org.br
Rua Visconde de Pirajá, 330/1205
Ipanema – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22410-000. Brasil
Contato: bvce@centroedelstein.org.br

SUMÁRIO:

Prefácio.....	4
---------------	---

Introdução

1. Trajetória do PCB.....	6
2. O homem do aparelho	13

I — A Escola da Revolução

1. Missão em Moscou.....	18
2. Koriônov, o príncipe soviético	28
3. O chefe (russo) do PCB.....	39
4. Revolucionários sob medida.....	51
5. Bajuladores do poder soviético	58
6. A batalha contra o claustro	64
7. Enjaulados através da Rússia.....	69
8. O amor desafia a Sibéria.....	75

II — O Kominform por dentro

1. Voando para Bucareste.....	78
2. A nova internacional.....	82
3. A direção colegiada	87
4. Geografia do Kominform	102
5. Sob o comando russo.....	113
6. Espionagem	122
7. O ritual hierárquico.....	130
8. Gente importante	140
9. URSS versus China duas revoluções diferentes.....	157
10. Partidos não-comunistas.....	173
11. Os cinco pecados de Malienkov	178
12. O PC e o 11 de novembro.....	184
13. O relatório secreto	193
14. Morte e ressurreição do Kominform	206

Nel mezzo del cammin di nostra vita

Mi ritrovai per una selva oscura,

Chè la diritta via era smarrita.

Ahi quanto a dir qual era è cosa dura

Questa selva selvaggia e aspra e forte,

Che nel pensier rinova la paura!

.....

I' non so ben ridir com'io' v'entrai;

Tant'era pien di sonno in su quel punto!

Dante, INFERNO, canto primo.

15. Peripécias do regresso	218
----------------------------------	-----

III – A máquina infernal

1. O sinédrio	235
2. Luiz Carlos Prestes	243
3. O “núcleo dirigente”	258
4. Agildo Barata	269
5. Uma reunião democrática	273
6. No palco (e nos bastidores) da discussão	286
7. Operários e intelectuais	302
8. O pântano triunfante	313
9. O retrato	334

Posfácio

Para onde vamos?	348
Apêndice	351

PREFÁCIO

Este livro é fruto do testemunho e da vivência do autor, através de três lustros de intensa participação num dos movimentos políticos mais dramáticos de nossa época. Aqui registro fatos e impressões; por vezes afloro alguns problemas. Relato a experiência de um jovem que, sob a ditadura do Estado Novo, saiu em busca da liberdade e caiu nas malhas de uma organização totalitária.

Falo do que vi na URSS e do que sei sobre o bolchevismo, sobretudo do que vi de decepcionante e injustificável. É que, embora o atual regime tenha dado aos povos soviéticos o progresso material e cultural de um grande país industrial, conservou alguns dos mais hediondos aspectos do tsarismo: a submissão dos povos que formavam o antigo império russo e a negação dessas liberdades democráticas, que constituem ainda o maior patrimônio político da humanidade.

Do povo mesmo, pouco tenho a dizer, já que não me foi dado privar com ele. De todo modo, não o confundo com os grão-senhores do Kremlin. Sei que se trata de uma gente brava e generosa, simpática e inteligente. Sem ter experimentado jamais as vantagens de uma democracia política, salvo no turbulento e fugaz período entre as duas revoluções do ano 1917, o povo soviético possui, contudo, um poderoso instinto de liberdade. Estou certo, pois, de que ele saberá, num futuro talvez próximo, acabar de vez com sistema das autocracias e impor seus direitos a uma vida livre.

Em todo caso, esse é um problema interno dos soviéticos. Acho, pois, que o Brasil deve manter com seu governo (e com os governos de todos os países do bloco comunista) as melhores relações diplomáticas, comerciais e culturais; que deve ser tão amigo da URSS como dos EUA, mas defendendo sempre, diante de um como de outro, a dignidade, a independência e os interesses econômicos da nação brasileira. Qualquer outra atitude só favorecerá a guerra fria, que não nos pode interessar. Este mundo intermediário dos povos subdesenvolvidos, de que faz parte nosso país, move-se notadamente em três direções: desenvolvimento econômico, sobretudo através da industrialização, como meio de liquidar o atraso e a miséria; conquista ou reafirmação da independência, como meio de impor respeito à sua personalidade nacional; e liberdades democráticas. E a guerra fria não ajuda, senão que restringe e dificulta a conquista desses objetivos. É a guerra fria que justifica militarmente

o apoio norte-americano às ditaduras de Franco e Salazar; é a guerra fria que justifica também militarmente a presença de tropas soviéticas na Polônia e na Hungria, golpeando-lhes a independência nacional.

Os fatos expostos mais adiante abrangem o espaço de quatro anos, de 1953 a 1957. Começarei pelo curso na Escola do Partido Comunista da União Soviética, em vista de que foi aí, pela primeira vez em minha vida de comunista, que cheguei a vislumbrar um pouco da verdade sobre a contrafação do movimento em que me engajara. Daí parti para minha posição de agora, inconciliável com um sistema partidário e estatal de tipo absolutista, como é o bolchevismo, e convencido de que presentemente reside no socialismo democrático a grande esperança dos que aspiram a um mundo melhor que o atual. Encaro, por isso; com a maior simpatia o reformismo socialista dos suecos, bem como as tendências liberalizantes e descentralizadoras que o socialismo apresenta na Iugoslávia e na Polônia. Apesar de certos aspectos totalitários que ainda se notam nos regimes desses dois países, é claro que os governos de Tito e Gomulka se esforçam por construir um sistema de progressiva restauração das liberdades individuais, inclusive a de expressão pela imprensa; em que a direção das empresas, fazendas e instituições seja dos representantes diretos dos trabalhadores, por estes eleitos em cada caso, e não por burocratas nomeados pelo governo; e em que a independência nacional se afirme também em face da União Soviética.

Cito os nomes verdadeiros apenas de uma minoria dos personagens que transitam por estas páginas, via de regra intelectuais, que tomaram parte publicamente nos episódios que descrevo; comunistas que, achando-se no poder estatal ou por outra razão equivalente, se encontrem ao abrigo de perseguições; de alguns dos antigos dirigentes brasileiros e de Luiz Carlos Prestes, por demais conhecidos. Aos demais trato por pseudônimos. É uma questão de ética, mas também de política, pois entendo que o comunismo, na forma totalitária de que se revestiu, deve ser combatido, mas no terreno das ideias e da exibição dos fatos, visando ao esclarecimento da opinião pública, e não pela repressão policial, nem por medidas que cerceiem aos seus partidários o gozo das franquias democráticas.

A democracia deve correr certos riscos, se quiser ser digna desse nome.

O. P.

INTRODUÇÃO

1. Trajetória do PCB

O PCB foi fundado em 25 de março de 1922, num congresso de representantes dos diversos grupos comunistas existentes no País. Mal saíra desse congresso, caiu na clandestinidade, devido ao estado de sítio que se abateu sobre o País, após o fracasso da chamada revolta dos tenentes do Exército, no Rio, e que se prolongou, com breves intervalos, até 1926. Em 1930, quando as Forças Armadas e os líderes políticos liberais desencadearam a insurreição que depôs o Presidente Washington Luiz e conduziu Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, o Partido Comunista se absteve de participar desse movimento, considerando-o simples resultado do entrelaço de interesses ingleses e norte-americanos no Brasil. Luiz Carlos Prestes, ex-capitão do Exército e então a figura política mais popular do Brasil, ainda não pertencia ao PCB, mas já afinava por ele as suas atitudes. Assim, recusou o convite que lhe foi oferecido para assumir a chefia militar daquele movimento.

Em 1934, achando-se em Moscou, Prestes ingressou no Partido Comunista. No ano seguinte, em agosto, a Internacional Comunista (Komintern) lançou a palavra-de ordem de formação das frentes populares. Precisamente uma organização desse tipo formou-se no Brasil, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), por iniciativa dos comunistas, sendo Prestes eleito seu presidente de honra. Nos poucos meses que teve de atuação legal, a ANL desenvolveu por todo o território nacional uma campanha agitacionista que teve funda penetração nos meios pequeno-burgueses, entre estudantes, escritores e jornalistas, bem como entre a tropa e a oficialidade das Forças Armadas. Assim, em 24 de novembro de 1935 desencadeou-se, em nome da ANL, a insurreição armada nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, circunscrita quase exclusivamente às suas respectivas capitais — Natal e Recife; três dias depois, sublevaram-se no Rio de Janeiro o 3º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação Militar. Mas em poucos dias a insurreição foi dominada.

O PCB pagou caro essa aventura. Seus chefes principais, juntamente com numerosos políticos de esquerda e com oficiais, soldados e marinheiros implicados na revolta foram presos, processados e condenados a longas penas de cárcere, e muitos deles sofreram torturas físicas as mais terríveis nas mãos dos policiais. A malograda insurreição comunista abriu caminho para a implantação, dois anos depois, em 10 de novembro de 1937, do regime parafascista do Estado Novo, que vigorou até 1945. Durante esse período, restaram apenas minúsculas organizações comunistas, dispersas pelo País, com funcionamento precário. E quando, em maio de 1945, o PCB se converteu num partido legal, havia em suas fileiras menos de 4.000 membros. Eu era um deles.

Em Busca do Sonho

Numerosos e vários são os caminhos que levam ao comunismo. Quando nasci, em agosto de 1918, existia algo de novo no mundo, mas se passaram ainda uns três lustros antes que eu tomasse consciência dessa novidade: a Revolução Soviética. No ambiente social acanhado das cidades do interior da Bahia, onde passei minha infância de menino pobre, a palavra comunismo tinha uma acepção vaga e sem atrativos. E, sem sabê-lo, eu ia sendo preparado para receber sua mensagem, ao testemunhar cenas de miséria e opressão tão chocantes que se gravaram para sempre em minha retina: bandos de camponeses famintos, tangidos pela seca, esmolando de porta em porta; um homem indefeso vomitando golfadas de sangue, sob os golpes de sabre que lhe vibravam nas costas e no peito dois soldados do destacamento policial...

Aos 15 anos de idade eu me sentia plenamente realizado em minha cidade compunha e publicava sonetos, tocava pistom, era datilógrafo e trabalhava como telegrafista-auxiliar na repartição dos Telégrafos. Partindo em busca de horizontes mais amplos, cheguei à capital de meu Estado e ali comecei logo a sentir a efervescência do movimento esquerdista e a sonhar os mais belos sonhos de felicidade humana. E quando rebentou no Nordeste do Brasil a insurreição comunista, em novembro de 1935, e o soldado amarelo, de rosto chupado e bigode ralo, me falou sobre Prestes e sobre os objetivos da Revolução, encontrou em mim plena receptividade. Daí por diante, na Bahia e depois no Rio, para onde me transferi em setembro de 1937, mantive contatos com o PCB na qualidade de simpatizante.

Em 1940 caiu nas mãos da Polícia a nova direção do Partido, que por algum tempo ficou acéfalo e quase totalmente destroçado; perdi então o contato que tinha com o PCB. O ambiente ditatorial era cada vez mais irrespirável, com os policiais onipresentes, espionando, fazendo provocações, censurando boçalmente na imprensa as notícias mais simples. Eu trabalhava então como radiotelegrafista em algumas agências noticiosas, fazia traduções e escrevia coisas literárias para jornais e revistas, e passei a sentir um nojo insuportável da ditadura. Tomei um navio misto, fui parar no Chile, onde vivi um ano, seguindo depois para a Argentina, onde estive poucos meses, e regressando ao Rio em meados de 1941, com o propósito de seguir com destino à Colômbia, onde já tinha emprego esperando-me. Entrementes, a Alemanha atacou a União Soviética, na qual eu via um símbolo de libertação do homem da opressão e da miséria, e a garantia de uma vida digna e feliz para toda a humanidade. Desisti da Colômbia, permaneci no Brasil, buscando aproximação com o PCB. Queria participar da luta contra o nazismo, em defesa dos povos soviéticos. Em 1942 ingressei voluntariamente na Força Aérea Brasileira como sargento radiotelegrafista; pedi para ser enviado à Europa, integrando a tropa expedicionária brasileira, mas, em vez disso, mandaram-me para a Base Aérea de Salvador, na Bahia.

Foi lá que estabeleci ligação com os dirigentes da organização comunista regional, e formei na Base um grupo comunista, passando ao mesmo tempo a escrever crônicas políticas num matutino de tendência liberal, *O Imparcial*.

Isso me valeu a antipatia e a perseguição sistemática do comandante da Base e uma severa advertência do General Dermeval Peixoto, que comandava a Região Militar. Desprezando imprudentemente essa advertência, continuei a publicar crônicas esquerdistas até que fui convocado ao Quartel-General da Região, onde compareci à paisana e onde o general — que ignorava minha condição de militar, porquanto, servindo na Aviação, não me encontrava sob seu comando — verberou o esquerdismo de meus artigos e ameaçou-me de processo e prisão. Obtive então transferência para a Base Aérea de Fortaleza e depois para a de Recife, continuando nessas duas capitais a escrever artigos esquerdistas, a recrutar e organizar em células os militares que mostravam simpatias por Prestes ou pela URSS.

E chegamos a 1945, com a derrota militar da Alemanha nazista, o restabelecimento no Brasil das liberdades democráticas, anistia para os presos políticos e a legalização do Partido Comunista, que passou a se organizar e crescer freneticamente. Nas eleições gerais de fins daquele ano, obteve 600 mil votos para o candidato que apresentou à Presidência da República, o que significava 10% da votação total. Elegeu 14 deputados federais e 1 senador (Prestes). Posteriormente, nas eleições estaduais de 1946, foram eleitos, na legenda do Partido Social-Progressista (PSP) mais dois deputados federais, os dirigentes Diógenes Arruda e Pedro Pomar, além de numerosos deputados estaduais, e vereadores às câmaras municipais. As inscrições partidárias elevaram-se em pouco mais de um ano a quase 200 mil membros. Cometeu, porém, o PCB uma série de erros grosseiros e pôde assim ser derrotado, com a cassação de seu registro eleitoral em maio de 1947 e, meses depois, com a cassação dos mandatos de todos os seus parlamentares, exceto os dois eleitos na chapa do PSP.

Eu atravessei esses dois anos de legalidade comunista militando ativamente nas fileiras do PCB. Em começos de 1946, ao obter licenciamento das Forças Armadas, saí de Recife e fui para o Rio, onde ingressei imediatamente como repórter na *Tribuna Popular*, diário fundado pelo PCB. Até fins de 1947 trabalhei também em outras empresas jornalísticas do Partido e na Secretaria Geral do Comitê Central. Em janeiro de 1948, encontrando-se o PCB na clandestinidade, fui chamado para dirigir o escritório da Fração Parlamentar, que antes funcionava como assessoria dos deputados comunistas, mas que agora, restando na Câmara somente os dois que acima mencionamos, se havia transformado praticamente no escritório da Secretaria Geral do Partido. Além disso, passei a atuar como secretário de Arruda, subchefe do PCB e já então, na prática, titular efetivo daquela Secretaria. Essa estranha figura, que povoará muitas das páginas seguintes, procurava em tudo imitar Stálin, desde o tipo de bigode e o modo grosseiro de tratar os camaradas, até a habilidade com que, a partir de 1948, montou sua própria máquina no PCB, convertendo-se em ditador incontestado dessa organização.

A ilegalização do PCB foi recebida com surpresa por seus dirigentes, que nela não acreditavam. Daí o despreparo em que se viu para voltar à clandestinidade. O próprio Prestes escapou de ser preso, mais de uma vez, naqueles dias, por mero acaso. Certa noite teve de fugir pelos fundos da

casa em que se achava reunido com alguns correligionários (um apartamento térreo na Rua Dias Ferreira, no Leblon, que era habitado pelo dirigente Maurício Grabois), tendo saltado vários muros com uma agilidade de adolescente. E só escapou da polícia porque foi abrigar-se no Hotel Glória, no apartamento do então Deputado Otávio Mangabeira, que telefonou para o Presidente da República, General Dutra, protestando contra a perseguição policial a um senador.

Numerosos militantes, funcionários remunerados do PCB, ficaram em casa longo tempo, sem ter o que fazer, à espera de ligação com os dirigentes, em pleno ócio intranquilo. Só um setor permaneceu funcionando ativamente, o da imprensa — que continuou gozando de legalidade, privada apenas do emblema da foice e martelo, e que enfrentou todos os ataques da Polícia, sem poder recuar: tiroteio e empastelamento de oficinas gráficas, inclusive no Rio e em São Paulo, invasões de redação, prisões e espancamento de jornalistas.

Isso não obstante, o PCB conservou muitas forças ainda, graças à influência de que dispunha e aos recursos financeiros que lhe eram proporcionados por vários meios. Pouco a pouco, foi construindo um complexo e dispendioso aparelho clandestino. Pôde assim combinar a atuação ilegal com a atuação legal, através da imprensa comunista, dos poucos parlamentares que conseguia eleger na chapa de outros partidos, dos comícios e conferências, em que prepostos dos dirigentes tinham oportunidade de falar ao povo, e da participação de seus membros nas associações e sindicatos profissionais. De minha parte, exerci atividades ora legais, ora ilegais, ora simultaneamente legais e ilegais, como membro de órgãos auxiliares do Comitê Central (Comissão de Imprensa, Comissão de Agitação e Propaganda e outras), participando de reuniões do Comitê Central, só com direito a voz, dirigindo a oficina gráfica e o jornal diário *Imprensa Popular* ou secretariando a revista teórica *Problemas* e executando outros trabalhos. No desempenho dessas tarefas, revelei-me um elemento obediente, capaz de cumprir todas as ordens, por mais absurdas que fossem. Trabalhava habitualmente 14 ou mais horas por dia, vivendo num regime de sono crônico, embora muitos outros funcionários ficassem esquecidos, por vezes, em casas do Aparelho, só comendo e dormindo, um mês ou mais. Além disso, eu havia passado mais de um ano alimentando-me apenas uma vez por dia, apesar de me achar na direção de um jornal

legal do Partido, onde recebia um vale diário de vinte cruzeiros, como os demais jornalistas, sem reclamar nem estranhar sequer que, ao mesmo tempo, fossem gastas altas somas com o envio de emissários do PCB e delegações culturais, juvenis, etc., à URSS. Tudo isso, entretanto, credenciou-me, aos olhos da Direção, como um militante sensato, digno de ser enviado à Escola de revolucionários na União Soviética.

Luzes na Catacumba

Nesse período em que estive na Europa, em Moscou e em Bucareste, de 1953 a 1956, o PCB tomou uma série de iniciativas, cujos êxitos exagerava em seus relatórios ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), dando também a mim uma falsa ideia da realidade brasileira em geral e do comunismo brasileiro em particular. Mas as revelações do relatório secreto de Khrushchov, sobre os hediondos crimes praticados por Stálin e sobre o regime de terror vigente na URSS, provocaram uma crise no movimento comunista internacional, inclusive no Brasil, onde o PCB, que já vinha definhando de dia para dia, sofreu um golpe muito forte, com a cisão em suas fileiras, em 1956-57. Para mim, foi como se de súbito se houvessem acendido as luzes nas catacumbas do movimento comunista: pouco a pouco foram emergindo das sombras, em que se ocultavam ou se disfarçavam, figuras e coisas dolorosas e horrendas. Engajei-me aí numa luta cujo propósito era contribuir para modificar e regenerar o PCB: após longos anos de rijo combate, em que empenhei todas as minhas forças, ao lado de tantos companheiros, compreendi, porém, que seu defeito era estrutural, incorrigível, e com ele rompi em definitivo.

Sobrevivência

Embora os golpes sofridos — a cisão, a quebra do encantamento que exercia sobre os militantes, o relaxamento forçado da disciplina de ferro e do terror ideológico, que o tornavam um bloco monolítico — o PCB ainda é um fator a ser levado em conta. Capitalizando para a sua propaganda os êxitos científicos da União Soviética (da mesma forma que os integralistas outrora se beneficiavam dos êxitos militares e científicos da Alemanha nazista), gozando da influência que lhe confere a situação de fato de embaixador da URSS e da China e organizador das delegações de visitas

àqueles países, o PCB poderia continuar a viver ao menos em consequência e em função disso.

Mas ele também se aproveita do fato de que é uma organização de ativistas em permanente funcionamento, ao passo que os filiados aos demais partidos só atuam nas vésperas de eleições; de que os partidos Socialista e Trabalhista brasileiros não tem ainda um programa em que os trabalhadores vejam nitidamente refletidos seus interesses e reivindicações, ao passo que o PCB possui um programa radical, que as massas, em momento de desespero, podem aceitar, mesmo com prejuízo das liberdades; de que as quotas de sacrifício impostas pelo desenvolvimento econômico não são equitativas, pesando muito mais sobre as classes pobres e intermediárias da sociedade, enquanto que a inflação e a corrupção geram, ao calor dos favores oficiais, grandes fornadas de novos-ricos — o que também trabalha em favor do PCB, cujas soluções são reprováveis, mas muitas de cujas críticas são justas e aceitas pelo povo.

O agravamento de todos esses erros, aliado a certas circunstâncias internacionais, poderiam transformar novamente a seita pecebista numa poderosa e influente organização de massas. Mas se, advertidos pelas frequentes explosões de revolta popular, os governantes do País corrigirem os abusos que praticam ou consentem em detrimento dos trabalhadores; se o processo de industrialização nacional vencer, como decerto vencerá, esta fase crítica em que ainda consome quantidades colossais de divisas, em lugar de produzi-las; se, como há indícios, a estrutura dos partidos não resistir ao impacto da presente campanha eleitoral, determinando modificações que facilitem o desenvolvimento e unificação de forças políticas sadias, já não haverá o perigo de que o totalitarismo se abata sobre esta nação. Haveremos de alcançar, por vias democráticas, o enriquecimento de nosso povo e a supressão das injustiças sociais. Então, dentre as forças políticas em que se dividir a sociedade brasileira, o PCB será apenas uma fração desprezível.

2. O homem do aparelho

Impossível precisar o dia. Recordo-me apenas que foi em 1953, na segunda quinzena de agosto. Impossível precisar tampouco em que Estado do Brasil me encontrava — Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo. Recordo-me apenas que o lugar distava umas quatro horas do Rio, de onde eu partira em automóvel, certa noite, fazendo todo o trajeto em alta velocidade, os olhos fechados, como de praxe. Agora achava-me em meio de vasta chácara, no quintal de uma casa que era peça integrante do aparelho clandestino do Partido. Por aquela época servia de sede a mais um curso de 15 dias, de marxismo-leninismo, do qual participavam umas trinta pessoas, em sistema de internato. Mesmo sem ser aluno, desempenhando então outra tarefa, eu me enquadrava no regime vigente, ajudando nos serviços domésticos, dormindo em esteiras no chão e entrando na escala de plantonistas que se revezavam durante a noite, armados ou desarmados, conforme o caso, atentos a quaisquer ruídos ou fenômenos estranhos que surgissem.

Fazia uma semana que eu havia chegado ali e minha tarefa estava quase concluída. Encontrava-me no momento folheando o *Que Fazer?* De Lênin, em busca de uma citação para intercalar no trabalho — que eu reelaborava e datilografava — de um dirigente do PCB. O dono do trabalho arrastou a cadeira para junto de mim, falou :

— Como vai isso?

— Terminando...

Ele abaixou a voz, prosseguiu:

— Escuta aqui, tu foste a Viena, há alguns meses, para o Congresso da Paz; naturalmente teu passaporte está em ordem, não está? Bem, então vai-te preparando discretamente (cuidado, não deixa tua companheira perceber!) porque dentro de uma ou duas semanas vais embarcar para o exterior...

Fez um instante de *suspense* e logo, como quem oferece o paraíso numa bandeja, esclareceu, balançando a cabeça:

— Vais para a URSS.

Tentei dissimular a felicidade que me banhava a alma. E perguntei quanto tempo iria ficar por lá. Ele franziu a testa, impeliu para cima, com um movimento do queixo, o lábio superior, coberto pelo bigode largo e espesso, fez um gesto vago com a mão direita:

— Uns dois ou três anos...

Levantou-se, estava feita a comunicação, saiu. Eu fiquei desarvorado e só. Era de tarde e fazia sol, mas nesse momento tudo me pareceu escuro e confuso. Conhecer Moscou, a Meca do comunismo internacional, era a grande aspiração acariciada por todos nós. E esta possibilidade agora me inundava de alegria. Mas eis que, ao mesmo tempo, em sentido contrário, intervieram outros sentimentos. É que, estreitamente vinculadas a mim pelo amor, pelo contato diário, por um hábito de convivência que se transformara em necessidade, existiam duas pessoas — minha filha, de três anos de idade, e a mulher com quem me casara fazia quatro anos, e a ideia da separação provocava em mim uma angústia sufocante.

Devo esclarecer que desde muitos anos antes eu me achava voluntariamente submetido à rígida disciplina partidária e procurava colocar sempre os interesses do Partido acima de meus interesses pessoais. Que ofereci muitas provas disso, ninguém poderia negá-lo. Algumas vezes aconteceu-me deixar minha mulher em casa, à noite, doente e sem dinheiro com a criança pequenina, e sair para executar tarefas do Partido. De outras vezes, achando-me em casa, recebia um “ponto” (chamado para encontro com algum camarada na rua ou num apartamento ou num automóvel) e saía, supondo e dizendo que voltaria em tempo para almoçar, e desaparecia durante uma semana ou um mês, tendo levado apenas a roupa do corpo. Mas quando regressava, o cabelo cobrindo as orelhas, o corpo sujo, a roupa suja, os dentes amarelecidos pela falta de escova, cansado das noites mal dormidas no chão duro, mas com a tarefa executada, havia em nosso quarto e em nossos corações o alvoroço das alegrias puras.

Eu cuidava de preparar o espírito para o pior — prisão, torturas físicas na Polícia, a morte num comício dissolvido a balas ou em outras circunstâncias oferecidas pela militância no Partido. Mas tudo isso poderia ocorrer como contingência da luta em que incachava empenhado. Agora era diferente: devia separar-me, por anos a fio, das pessoas a quem mais queria,

e isto sem ser imposto pelos inimigos, mas pelos próprios companheiros. Interrogava-me a mim mesmo: por que não mandam para essa tarefa pessoas solteiras? Ou, então: por que não enviam também minha companheira? Ela trabalhava ativamente no Partido e sempre deu prova de combatividade, realizando tarefas arriscadas, portando-se com bravura ante a polícia e no cárcere — por que não irmos juntos?

Assim também pensava ela. Eu lhe mentira que ia em viagem semiclandestina pelos países latino-americanos, recolher material para uma série de reportagens; que voltaria dentro de seis meses, talvez mais. Ela não se conformava de modo algum e me dizia que cumprir essa ordem significava abandonar a família, sem razão política aceitável; que Prestes, quando veio de Moscou para comandar a insurreição comunista de 1935, trouxe consigo a esposa. Estávamos, pois, de acordo, mas não lhe quis manifestar minha opinião, para não me opor a uma ordem da Direção. Ao contrário, tratei de defender, perante ela, a “justeza” dessa medida, e liquidei o assunto, fingindo-me irritado e acusando-a de incompreensão política. Para mim era doloroso fazer isso, mas só me restava uma coisa: trincar os dentes e fazê-lo.

Confesso que durante alguns segundos embalei-me numa ilusão absurda: não aceitar a tarefa. Aparentemente, eu era livre de cumpri-la ou recusá-la. Decerto, há circunstâncias em que a pessoa é coagida a praticar um ato contra sua vontade e até mesmo contra sua consciência. Pode acontecer que o filho seja moralmente forçado a agir assim, sob imposição da autoridade paterna. Mas eu não era menor, nem o homem que me falou era meu pai: nove anos antes, eu ignorava até sua existência. Pode acontecer também que o militar seja disciplinarmente forçado, sobretudo em tempo de guerra, a entrar numa embarcação, por exemplo, sem sequer conhecer qual o destino. Mas eu não era militar, nem estávamos em estado de guerra. Pode acontecer ainda que a pessoa, para não perder uma situação econômica vantajosa, se submeta a uma imposição semelhante. Mas eu ganhava, como funcionário do Partido, infinitamente menos do que poderia ganhar exercendo minha profissão na vida civil. Enfim, não se configurava ali nenhum dos casos típicos. Entretanto, se eu cheguei a vacilar alguns segundos sobre a aceitação da tarefa, o mesmo não aconteceu ao indivíduo de bigode largo: ele tinha absoluta certeza de que eu a aceitaria e por isso limitou-se a comunicar-me quando eu deveria partir.

Com efeito, maior que a autoridade paterna, mais rígida que a disciplina militar, mais eficaz que a coação econômica eram a autoridade, a disciplina e o poder coativo desse indivíduo. Porque ele manejava uma das máquinas mais eficientes que os homens inventaram para despersonalizar os próprios homens: o Aparelho do Partido Comunista. Com esse fim, o Aparelho põe em funcionamento, quando necessário, as seguintes engrenagens: 1) o apelo à mística partidária; 2) o terrorismo ideológico; 3) a pressão das opiniões coletivas de grupos partidários e periféricos; 4) a ameaça de expulsão e, em certos casos, de violência física; 5) os canais de difamação.

Pode-se imaginar, portanto, como é difícil, difficílimo mesmo, a um militante comunista que faça parte do Aparelho, opor-se a suas decisões. esse militante, em geral, é uma pessoa sem vontade própria, nem consciência própria. Não se pertence: de unidade (indivíduo) converte-se em parcela inseparável de uma entidade (o partido). Em suma, o homem do Aparelho é, espiritualmente, um alienado. E eu era um homem do Aparelho.

I — A ESCOLA DA REVOLUÇÃO

A Escola, em Moscou, para a formação de revolucionários de tipo bolchevista, não se restringia ao ensino dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Através da pressão ideológica e do próprio regime de internato, onde se fazia a apologia da obediência cega, e o endeusamento de tudo que fosse soviético, buscava-se transformar cada aluno num indivíduo despersonalizado, sem quaisquer interesses ou vontade que não fossem os interesses e a vontade da direção do Partido; que aceitasse voluntariamente uma disciplina supermilitarizada, sendo capaz de cumprir, sem vacilar, as ordens mais absurdas; que não tentasse pensar, a não ser por meio de chavões, para evitar desvios da linha do Partido, fixada pela direção suprema; que considerasse a fidelidade ante a URSS e o PCUS como “a pedra de toque do internacionalismo proletário”, constituindo-se dentro de seu próprio partido num homem de Moscou.

1. Missão em Moscou

Que íamos fazer em Moscou? Aprender a arte da revolução. Lênin dissera: “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Stálin dissera: “A prática, sem a teoria, é cega”. Essas frases lapidares circulavam nos meios dirigentes do PCB, que, desde 1951, seguindo as recomendações soviéticas, passou a gastar amplos recursos na criação e funcionamento de uma rede de escolas. Nelas davam-se cursos, em sistema de internato, cuja duração variava de três dias a três meses.

Nesses cursos transmitia-se a experiência de funcionamento da máquina partidária, forneciam-se rudimentos de Economia Política e Filosofia, tudo rigorosamente de acordo com os compêndios soviéticos. Em alguns deles, marginalmente, ensinava-se a fabricar “bombas Molotov”, a enfrentar a cavalaria, jogando punhados de cortiça no chão para que os animais escorregassem e caíssem, outras lições mais de lutas de rua. Mas o principal era sempre o aprendizado da teoria. Em 1954, no IV Congresso do PCB, um dos participantes — figurando com o nome de guerra de Sabino Bahia — dava o seguinte balanço desse trabalho (ver o n.º 64 de Problemas, revista teórica do Partido): “A partir de 1951, até agora, passaram pelos cursos elementares do Partido, de 4 e menos dias, 1.960 alunos; pelos cursos médios, de 6 a 15 dias, 1.492; e pelo curso superior do Comitê Central, 554 alunos”.

Mas esses cursos formavam apenas os cabos e sargentos do exército revolucionário. Os elementos mais categorizados, os quadros da oficialidade, deveriam sair da escola do PCUS.

Os soviéticos consideravam o PCB como um dos partidos mais capazes, na América Latina, de realizar a revolução social. Era o partido mais numeroso desta região, tinha passado pelo “ensaio geral” de 1935 (comparação da insurreição comunista brasileira de 1935 com a revolução russa de 1905, da qual afirmara Lênin ter sido o “ensaio geral” para a revolução de 1917), possuía o único dirigente comunista latino-americano (Prestes) com prestígio extra-partidário, isto é, entre grandes massas populares, dava mostra de combatividade, estava apoiado diretamente no proletariado e seguia fielmente as recomendações do PCUS. Só lhe

faltavam, pois, ao PCB, quadros marxista-leninistas devidamente preparados.

Esse “apoio direto no proletariado” corria por conta das mentiras pregadas em Moscou pelos dirigentes pecebistas e ratificadas, indiretamente, pela polícia brasileira, com seus exageros em relação à força dos comunistas. Segundo os emissários do PCB a Moscou, todas as greves, passeatas e outras manifestações de trabalhadores ocorridas no Brasil eram dirigidas pelas organizações comunistas. É certo que em muitas greves surgidas espontaneamente, eles conseguiam penetrar e assumir a direção; é certo também que eles forjavam greves artificiais, fazendo parar aventureiramente uma seção de fábrica ou toda uma fábrica, com argumentos de pistoleiros, isto é, apontando revólveres para os operários: era o que eles mesmos chamavam “arrancar greve”. É certo até que comandaram greves de justas reivindicações. Entretanto, muitas vezes o desencadeamento dessas lutas se dava à sua revelia, constituindo mesmo vergonhosa surpresa para eles.

Recordo-me perfeitamente de uma reunião clandestina do Comitê Central, de fins de março para começos de abril de 1953, perto do Rio. De repente, soube-se pelo rádio que 300 mil trabalhadores paulistanos, ou seja, a totalidade do proletariado da capital de S. Paulo, estavam em greve geral e faziam formidáveis demonstrações de rua. Pois bem, os principais dirigentes comunistas de São Paulo encontravam-se nessa reunião e, tendo vindo de lá poucos dias antes, nem sabiam que tal greve estava sendo articulada. Tiveram de abandonar precipitadamente a reunião e voltar correndo a seus postos, na vã esperança de aproveitarem o movimento e assumir-lhe a direção.

Não tardou, contudo, a seguir um emissário a Moscou com um relatório sobre a greve, pintada de tal modo que entusiasmou até ao delírio os mentores soviéticos do PCB. E o emissário, de torna-viagem, trouxe a seguinte opinião, algo acaciana, que era comentada festivamente nos círculos dirigentes: “Se esse movimento tivesse contado com o apoio de parte substancial das massas camponesas do Brasil e de sua pequena burguesia urbana, Vargas teria sido posto abaixo.” Essa ideia da derrubada revolucionária do Governo causava frenesi nos presentes, e para revigorá-la, o dirigente ajuntava com fingida modéstia e genuíno servilismo: “E

quem diz isso não somos nós; são os camaradas soviéticos, que sabem onde têm o nariz.”

Um mês depois, em maio, o Secretariado do PCB redigiu e publicou no n.º 53 de Problemas um manifesto sobre a greve, com a assinatura do Comitê Central e com a falsa data de 4 de abril. Quem lesse o manifesto hoje em dia pensaria que fora redigido e publicado no decorrer da própria greve. Iniciava-se assim: “Saudemos calorosamente o heróico proletariado de São Paulo que se levanta neste momento contra a miséria e a fome e enfrenta com coragem e decisão a política assassina de Getúlio e Garcez. Uma onda de indignação popular varre o país inteiro, de norte a sul, contra a política de guerra, de traição nacional, de miséria crescente e de terror policial de Vargas e demais politíqueiros que o apóiam.”. E concluía clamando: “Por um governo democrático-popular!”.

Fizeram isso naturalmente para que, no futuro, constasse dos anais revolucionários ter sido o PCB o dirigente dessa luta e para coonestar o relatório mentiroso e gabola apresentado aos soviéticos sobre o assunto. E essas falsidades não eram inúteis. Por elas se convenceram os burocratas do PCUS de que os comunistas brasileiros poderiam realizar a revolução dentro em pouco. Tratava-se, pois, de ajudar a formar urgentemente os necessários quadros, armados da teoria marxista-leninista, da experiência tática e estratégica das lutas revolucionárias, capazes não só de abalar e fazer ruir, através da agitação, da propaganda e de vigorosas ações insurrecionais, o regime vigente no Brasil, como também de erguer e consolidar o novo regime. Daí que tenham decidido chamar nova turma de comunistas para outro curso em Moscou. Em certo sentido, eu diria que nossa turma foi fruto daquele movimento operário de São Paulo. Com efeito, não tardaram a se iniciar os preparativos para nosso embarque, que se efetuou quatro meses após a greve.

Vários militantes receberam ordens de providenciar para si mesmos os documentos rotineiros que todos os cidadãos possuem, tais como certidão de idade e certificado de reservista das Forças Armadas, para com eles, em seguida, obterem seus passaportes. Mas os dias se passavam e alguns desses camaradas não conseguiam desincumbir-se da tarefa. A Direção resolveu, por isso, entregar-me a solução do caso. Frisou que esse pessoal precisava viajar logo, se bem que não dissesse para onde. Mais de vinte pessoas me foram apresentadas para esse fim. E cada qual tinha seus

problemas: umas estavam processadas e não podiam praticar a pequena formalidade de ir até a Delegacia de Ordem Política e Social, na Polícia Central, a fim de serem interrogadas, pois tanto podiam sair de lá com seus passaportes, como ficar encarceradas; outras não eram reservistas nem estavam dispensadas do serviço militar; e algumas nem existiam civilmente, pois não possuíam documento pessoal algum, nem mesmo a certidão de nascimento.

No desempenho dessa missão, passei a trabalhar e a me movimentar como um louco, apelando para advogados, escrivães, juízes e funcionários de diferentes repartições, que fossem amigos ou membros do Partido; e as dificuldades me assoberbavam. Ao mesmo tempo, através de um despachante que me auxiliou nesse período, fui descobrindo que o caminho mais fácil era o do suborno a funcionários. Adquiri, nesse sentido, uma experiência notável, convertendo-me em poucos dias num dos mais desembaraçados corruptores desta praça. Se o juiz dificultava um despacho, eu lhe pedia humildemente que o apressasse, mesmo que fosse necessária alguma despesa extra (e ele às vezes me remetia ao escrivão, que aceitava o dinheiro e logo eu obtinha o despacho); se o policial insistia em que aquele “comuna” devia comparecer à Ordem Política, porque o caso dele era sério, eu enviava alguns milhares de cruzeiros, em lugar do “comuna”, e o passaporte era liberado. Um dia perguntei ao funcionário de certa repartição: “Em quanto tempo o senhor me dá esse documento? E quanto custa?” E ele me respondeu: “Bem, como o senhor é recomendado de meu amigo Fulano, vou ser franco: pela lei nós temos o prazo de um mês para entregá-lo e custa 50 cruzeiros; mas, o senhor sabe, em cada mesa põe-se uma pedra em cima e o papel vai-se atrasando, de modo que só sai mesmo no prazo de uns três meses. Agora, se o senhor me dá mil cruzeiros eu o entregarei amanhã ao meio-dia. O senhor tem que me dar o dinheiro adiantado, porque é com ele que eu vou levantar as pedras que forem pondo em cima do papel; mas esteja tranquilo, pois eu sou, graças a Deus, um cidadão honesto. Pode vir amanhã ao meio-dia.” Dei, fui no dia seguinte, e o honestíssimo cidadão já me esperava à porta, de documento em punho.

Dessa forma, fui-me desincumbindo com êxito da desagradável tarefa.

Quando todos esses camaradas estavam com seus passaportes tirados, Diógenes Arruda, que tudo superintendia, chamou um grupo de quinze, ordenou que cada qual escrevesse sua autobiografia, com espírito autocrítico, pondo todos os detalhes, sobretudo a partir do início da adolescência. Até então não lhes havia dito para que tudo isso. Eu mesmo, que vinha tratando de arranjar os passaportes desse grupo, não sabia para onde ele iria; supunha que fosse a algum congresso sindical ou de paz. Entretanto, alguns dias depois, quando Arruda reuniu esses companheiros para anunciar-lhes coletivamente que iam para uma Escola do Partido Comunista na União Soviética, eu já tinha recebido o aviso — que referi na Introdução — de que eu seria um dos participantes desse curso.

Enquanto isso, adquiri as passagens para essas 15 pessoas, levei-as até o cais do porto, ajudei a desembaraçar-lhes a bagagem e assisti à sua partida. E assim foi feito com mais outro grupo que, dias depois, também seguiu por via marítima.

Meu grupo foi o último a sair do Brasil, mas chegou a Praga antes do segundo, porque seguiu de avião. Na véspera, Arruda reuniu-nos e falou-nos sobre a importância da tarefa, acentuando que o Partido ia ficar privado, por longo tempo, de várias dezenas de militantes, alguns dos quais desempenhavam nele funções da maior responsabilidade. Referia-se aqui tacitamente a José Souza, que era um dos principais dirigentes do PCB e havia partido de aviso, com seu secretário Máritch Ave, quinze dias antes do primeiro grupo. Não pôde sequer informar-nos quanto tempo ficaríamos na URSS, afirmando vagamente que seriam 3 anos, 2 anos ou 1 ano. Só os soviéticos o sabiam.

Em seguida, criticou-nos a todos, baseando-se sobretudo nos próprios fatos citados nas autobiografias — o que levou cada um de nós a pronunciar seu pequeno discurso, prometendo corrigir-se a fim de se tornar digno de tão honrosa tarefa. Quando nos viu assim abatidos, sob o peso dos erros e defeitos por nós mesmos confessados, Arruda avançou mais, exigindo de nós a maior humildade ante os soviéticos, asseverando literalmente que até os limpadores de rua em Moscou eram mais dignos e possuíam mais méritos que qualquer de nós, pois eles constituíam parte do povo que tinha feito sua revolução proletária e estava ajudando-nos a fazer a nossa. Acrescentou que esse curso era uma ajuda especial que os soviéticos nos davam para que cumpríssemos “nossa missão histórica” e não perdéssemos

mais uma oportunidade, como perdêramos em 1935 e em 1945, de alcançar o poder e efetuar a revolução.

Numa dessas tardes moscovitas, mortalmente cinzentas, saltamos dos dois aviões que nos conduziram de Praga. No aeroporto, esperando-nos, Koriônov e seu subordinado Andriei Mikháilovitch Sivolóbov. Era em setembro de 1953, fazia frio, porém mais fria que o tempo foi a recepção. Não houve sorrisos, nem cordiais boas-vindas, nem qualquer gesto fraternal. O ambiente era o de um pátio de quartel. Ordens ríspidas e curtas cruzavam o ar, e nós agarrávamos a bagagem e seguíamos o chefe mais imediato, um brasileiro, que por sua vez seguia Sivolóbov, que ia atrás de Koriônov. E quando este, sem se voltar, deu as últimas ordens e partiu em seu automóvel — ordens sibilantes, numa língua que nós não entendíamos — nosso grupo, mudo e atônito, entrou no ônibus e lá se foi, sob o comando de Sivolóbov, como que para o campo de batalha.

Passamos por algumas casas isoladas, por um homem tangendo mansamente duas vacas, divisamos adiante grandes blocos de edifícios, penetramos na cidade, atravessamos o centro, vimos as torres do Krêmlin, continuamos, deixamos para trás algumas aldeolas, até que, com o adensamento das primeiras sombras da noite, um vasto portão se abriu, nos tragou e rangeu atrás de nós.

Era ali a Escola.

Tratava-se de um casarão de dois pavimentos, outrora casa de campo de um governador de Moscou, ao tempo do tsarismo. Ali funcionaram os cursos — especiais para brasileiros — da antiga Universidade Lênin, rebatizada de Escola Superior do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A sede central era na cidade mesma de Moscou, mas muitos de seus professores se deslocavam diariamente para outros pontos, onde funcionavam filiais, destinadas a estrangeiros, a fim de ali ministrar aulas, com a ajuda de tradutores.

Pelo menos três turmas de brasileiros, sendo uma antes e outra depois da minha, passaram por aquela escola do PCUS. A primeira teve como sede outro local, mais próximo da cidade, mas as duas últimas funcionaram naquele casarão. Também ali foram dados cursos desse gênero a grupos

comunistas de diversos países. Alguns empregados subalternos da Escola deixavam incidentalmente escapar meias informações nesse sentido: “Ah, vocês são parecidos aos russos — disse-me certa vez uma ajudante de cozinheira — comem sentados à mesa, como nós; usam garfo e faca, como nós... os camaradas coreanos eram diferentes...”.

Nossa turma, a mais numerosa das três, se compunha de quase 50 membros, caracterizando-se por sua heterogeneidade. Entre nós havia gente procedente de todos os cantos do País, pretos e brancos, homens e mulheres, solteiros e casados, trabalhadores braçais e intelectuais, ex-militares profissionais e reservistas de terceira categoria, militantes de células e altos dirigentes do Comitê Central — mas todos funcionários remunerados do pesado aparelho burocrático do PCB.

Antes do curso propriamente dito, passamos por uma curta fase de adaptação, na qual se proferiam conferências sobre questões as mais elementares do marxismo e sobre a situação internacional. Alguns professores insistiam em banalidades, supondo que nossa ignorância não tivesse limites. Um deles, certo dia, depois de referir-se ao “camarada Maliênkov”, então chefe do governo soviético, abriu um parêntese e indagou, cheio de dúvidas, ao tradutor: “*Ani znáiut, da?*” (“Eles sabem quem é, sim?”).

Depois é que começaram a ser ministradas as matérias fundamentais: Filosofia, Economia Política e História do Partido Comunista da União Soviética, fazendo esta última as vezes de Sociologia, pois se considerava esse compêndio como o próprio materialismo histórico (Sociologia) aplicado na prática. Em verdade, tratava-se aqui de transmitir-nos toda a experiência de lutas do PCUS, que participara de três revoluções — as três maiores revoluções do primeiro quartel deste século, no mundo : a de 1905-1907, a de fevereiro-março de 1917 e a de outubro-novembro também de 1917. Todas as particularidades da tática e da estratégia empregadas nessas revoluções, todos os meios e formas de atrair, mobilizar e dirigir as massas trabalhadoras para as lutas insurrecionais, as características daquilo que Lênin chamava de “situação revolucionária”, a experiência dos erros cometidos tanto pelo PC como por outros partidos, nesses movimentos, enfim tudo isso que constituía a “arte da revolução” foi compendiado e ministrado em aulas para nós, através dessa cadeira: História do PCUS.

Tínhamos ainda o estudo do russo, considerado de grande importância porque nesse idioma, conforme acentuou um professor, falaram e escreveram “o gênio da revolução proletária, Vladímir Ilitch Lênin, e seu fiel discípulo, o grande Ióssif Vissariônovitch Stálin”. E mais: História dos Povos Russos; História Universal do Movimento Operário; e diversas matérias relacionadas com o funcionamento dos partidos comunistas. Havia também o ensino da língua portuguesa, que estava a meu cargo e de mais dois colegas e à qual quase ninguém ligava importância, a começar por José Souza. A língua oficial, para nós, era o espanhol, pois os soviéticos não tinham tradutores preparados em português. Revezavam-se três tradutores: um espanhol, Perez, e dois russos — Minieiev e Gália. À medida que o professor falava, o tradutor traduzia para o espanhol.

O estudo era intensíssimo: afirmava-se que o curso abarcava 3 anos, mas fora reduzido, em algumas partes, para ser dado em metade do tempo. Recebíamos 6 horas de aula por dia, com intervalo de 10 minutos de uma para outra. Iam de 9 às 12 horas, quando se interrompiam para o almoço, prosseguindo às 13 e terminando às 16 horas. Depois disso, havia a *consultácia* — períodos de meia hora ou uma hora em que os alunos pediam esclarecimentos aos professores sobre questões obscuras.

Após as *consultácias*, atirávamo-nos aos dominós (quando em estação fria: inverno, outono) e jogávamos até que a campainha tocava para o jantar. Em seguida ao jantar, dávamos uma volta em torno da casa e nos lançávamos ao estudo individual até 10, 11 ou 12 horas da noite. E alguns de nós, furtivamente, depois disso, ainda íamos ouvir rádio, baixinho, até que o diretor, alertado pelos guardas que vigiavam o prédio e estranhavam a luz acesa na sala, àquelas horas, saía de seu apartamento — distante uns duzentos metros do prédio da Escola, mas dentro da mesma amurada que cercava tudo — e vinha obrigar-nos a ir para a cama.

Aos sábados à tarde e durante algumas horas de domingo, patinávamos e esquiávamos um pouco, e voltávamos para estudar. No verão, programa semelhante, só que os esportes eram diferentes — dentro do vasto quintal, jogávamos voleibol e futebol e andávamos de bicicleta. E de novo o estudo.

Havia horário para todas as coisas, e tudo que não fosse obrigatório, considerava-se proibido.

Essa rigidez e essa pressa não eram casuais. Os ventos que anunciam tempestade já sopravam no Brasil. A revolução se aproximava: urgia formar seus dirigentes.

Ficamos todos muito orgulhosos, decerto, com a condição de alunos de “ciência da revolução proletária”. No íntimo, alguns de nós chegamos a abrigar a ilusão de que, com os eflúvios leninistas emanados da Escola, faríamos saltar em pedaços, quando aqui regressássemos, os alicerces do regime. Outros eram menos otimistas. Recordo-me que uma vez, ante a bulha que se estava fazendo, em certo intervalo das aulas, Filipe, um dos dirigentes do coletivo, comentou comigo, sorrindo um tanto cético:

— Os camaradas soviéticos, vendo toda essa algazarra, hão de dizer com seus botões: “Esses piroquetes¹ brasileiros vão fazer revolução coisa nenhuma!”.

Mas equivocava-se. O próprio Koriônov, alto burocrata do Comitê Central do PCUS, manifestou, numa saudação que nos fez no encerramento do curso (que durou ano e meio), sua confiança em que cumpriríamos nossa “honrosa e histórica missão”. E Sivolóbov, auxiliar de Koriônov, não estava menos confiante, segundo se podia depreender de uma conversa que teve conosco. Durante o banquete de nossa formatura como “marxistas-leninistas”, ele praticara uma grosseria e, ao que parece, desejava desfazer a má impressão deixada em nós. Estávamos todos muito alegres e ruidosos, erguendo brindes, falando alto, não porque já nos sentíssemos capazes de efetuar a revolução bolchevista no Brasil, mas simplesmente porque se aproximava o dia do regresso à Pátria e ao seio da família — por mais burgueses ou pequeno-burgueses que fossem tais sentimentos. Mas Sivolóbov teria interpretado mal. Supunha que aquele ruído todo era produto da auto-suficiência, do orgulho de quem se julgasse mestre na arte revolucionária, no manejo do leninismo. E resolveu lançar um jato de água fria sobre aquela ebulição tropical. Mobilizou o tradutor espanhol Perez, e começou, com sua voz lenta e pastosa:

¹ Termo pejorativo, da gíria partidária, significando militante pouco sensato e pouco sério em sua atividade. Corruptela da palavra espiroqueta : micróbio de forma helicoidal, flexível, com movimentação própria, segundo explica o dicionário.

— “Mnoga xuma iz nitchevô...” (Muito barulho em torno de nada...)

Pérez traduziu, Sivolóbov limpou a garganta. Houve uma pausa, fez-se um silêncio profundo. E ele prosseguiu, referindo certa parábola que nenhum de nós entendeu e na qual se falava de uma pedra que rolara da montanha, rolara, rolara, se desgastara e se fora polindo. Segundo Pérez, era a terceira vez que em banquetes semelhantes Sivolóbov usava essa parábola, mas o próprio Pérez confessou que, embora traduzindo-a ao pé da letra, jamais compreendeu todo o seu sentido. Imaginava, no entanto, que encerrasse boa lição de moral — afirmou, esboçando um sorriso. De todo modo, o banquete terminou melancolicamente. Ainda bem que havia o baile, na outra sala, e fomos dançar.

No dia seguinte, Sivolóbov aproximou-se cordialmente de um grupo nosso e começou a distribuir, à queima-roupa, elogios gratuitos. Enalteceu a grande vocação de um para a Economia Política, a de outro para a Filosofia, a de um terceiro para o aprendizado do russo... Em seguida, falou de nossa responsabilidade na revolução brasileira. Sabia, pelas biografias nossas que ele possuía no Comitê Central, em que Estado nascera ou atuava cada um de nós.

— Em Breve vocês estarão dirigindo as lutas das massas trabalhadoras no Brasil — disse. — E quando eu receber a informação de que tu, Sniégov, estás à frente da luta em Pernambuco, ou tu, Viçok, estás comandando os favelados do Rio, ou tu... (e ia citando os nomes de guerra, quase todos em russo, que nos deram logo após a nossa chegada a Moscou), então estarei tranquilo, porque sei que a revolução estará em boas mãos.

2. Koriônov, o príncipe soviético

Uma das coisas mais chocantes, para nós, na Escola em Moscou, era a rigidez hierárquica que se revelava na vida quotidiana e que anulava, de forma brutal, toda a noção que possuíamos de igualdade e fraternidade comunistas. Também aqui no Brasil, no PCB, conhecíamos esse sistema, mas ele se revelava de forma muito mais atenuada e tendíamos a explicá-lo pelas difíceis condições da luta clandestina, que exigiria, em benefício da segurança da organização e de seus dirigentes, uma disciplina quase militar. Mas lá era diferente. Estávamos no país do socialismo, gerações inteiras tinham sido já formadas nas escolas soviéticas, certamente educadas de acordo com os princípios do mais puro humanismo. A existência de classes sociais antagônicas, que geravam entre os homens relações de subordinação e de dominação, refletindo-se na diversidade de tratamento com que as pessoas se comunicavam entre si, tudo isso havia desaparecido. Desapareceram os títulos nobiliárquicos, aboliram-se expressões tais como alteza, majestade, excelência, substituídas todas pela palavra camarada, que expressaria a situação de efetiva igualdade entre os cidadãos soviéticos. Com muita rapidez, porém, a vida nos mostrou que, se aqueles homens eram todos iguais, havia ao menos alguns, como na sátira de Orwell, que indiscutivelmente eram mais iguais que os outros...

Não nos foi difícil descobrir que Koriônov, por exemplo, era um daqueles camaradas mais “iguais” que os outros. Quando ele, em seu negro e flamejante automóvel ZIS, franqueava o portão da Escola, espalhava-se pelo quintal, pelos corredores, pelos quartos, por toda parte o rumor de sua chegada. Se havia algo sujo, limpava-se. Se um grupo estava discutindo alto, moderava o tom de voz ou mesmo se calava. Se era no intervalo das aulas e algum de nós, cometendo leve infração à disciplina, repousava um pouco, metade do corpo estendido sobre a cama, erguia-se de um salto. Parece que tudo virava pelo avesso: quem estava andando, parava; quem estava parado, começava a andar. O diretor, Alieksandr Pávlovitch, baixava a cabeça de touro para não perder tempo em cumprimentar ninguém, e fazia no prédio uma inspeção-relâmpago. Dentro de um segundo, vários funcionários o rodeavam e logo se dispersavam, após ouvirem dele uma ordem ou comunicação sussurrada. Sempre desconfieei que, nesses

momentos, ele repetia precisamente aquelas palavras do Governador, na conhecida comédia de Gogol: “Chamei-os, meus senhores, para dar-lhes uma triste notícia: acha-se a caminho daqui um Inspetor.”

Homem de altura mediana, solene e de sorriso escasso, cabelos quase brancos de tão louros, os olhos azuis sempre imóveis por trás dos óculos, como se fitassem um ponto perdido no horizonte, as bochechas gordas e rosadas e a boca ligeiramente torta, o laço correto da gravata bem no meio do colarinho de seda listrada, o jaquetão escuro bem passado, Koriônov nos dava a impressão de um príncipe — um príncipe de novo tipo, de tipo soviético.

Mas essa impressão herética cada um de nós a possuía no mais estrito segredo e tratava de espantá-la da mente como se fosse uma tentação do demônio. Só depois do XX Congresso do PCUS, quando o informe secreto de Khrushchov derrubou do altar bolchevista o ícone de Stálin, e começaram a se abrir as bocas, antes hermeticamente fechadas pelo terrorismo vigente nos Partidos Comunistas, é que ouvi, lá mesmo em Moscou, Diógenes Arruda dizer de Koriônov: “Parece um príncipe, um príncipe soviético”. Mais tarde, já no Brasil, conversando com antigos colegas do curso, tive a oportunidade de empregar a mesma designação, e era curioso como todos concordavam nisso: “Pois não era mesmo? Parecia um príncipe!”.

Koriônov terá uns quarenta anos e representa um dos elementos da nova geração de altos burocratas do Partido Comunista da União Soviética. Significa que nasceu, cresceu e se educou sob o domínio bolchevista, constituindo assim um dos produtos mais legítimos e mais autênticos desse regime. Naturalmente que entre os burocratas russos, como em qualquer outro setor das atividades humanas, na URSS ou nos EUA, na Bolívia ou no Japão, há cretinos e sábios, mediocridades e grandes talentos. Koriônov está entre estes últimos, embora não tenha podido escapar a certas limitações específicas. Digo específicas em relação ao regime, que não sendo nunca arejado pelo sopro dos debates realmente livres, coloca viseiras em seus intelectuais, de tal modo que eles não podem nunca olhar em todas as direções e adquirir uma visão completa das coisas. Mas Koriônov é, de fato, um jornalista brilhante e profundo. Eu o sei e assim o julgo porque li muitos de seus artigos na Pravda, onde exerceu as funções de comentarista internacional, e porque assisti a várias de suas conferências.

Em geral, aos sábados, logo depois do meio dia, Koriônov vinha pronunciar uma conferência sobre a situação internacional. Então, além dos alunos, compareciam e sentavam-se, a nosso lado, o diretor da Escola, os tradutores de folga e outros funcionários de certa categoria, com a só exceção daqueles mais subalternos, isto é, dos camaradas menos iguais. Eles iam à sala não só, ao que suponho, para serem vistos pelo Príncipe, nem tampouco por ser quase uma obrigação sua presença, mas também pelo interesse que realmente despertava o conferencista.

Durante duas, três horas, Koriônov apresentava fatos, argumentos e números com a clareza de um grande expositor, seguro, fluente, como se lesse um tratado. Só muito excepcionalmente apelava para uma nota ou para uma citação do livro que já trazia com a página dobrada no lugar exato. Terminada a explanação, cujos pontos principais analisava em profundidade, submetia-se a perguntas. E logo, erguendo o rosto, com ar fidalgo, e começando a marchar de uma ponta a outra da sala, em sentido lateral, as mãos entrelaçadas por trás das costas, dava uma explicação cabal, com a mesma precisão, a mesma clareza e a mesma profundidade de sempre.

Mais ainda: respondia com franqueza a muitas questões delicadas, fazendo inclusive certas revelações. Certa vez, para ilustrar sua resposta à pergunta formulada por um de nós, contou o episódio ocorrido num banquete na Alemanha Ocidental, em que participaram somente generais americanos e alemães e do qual se haviam inteirado os serviços secretos soviéticos. De outra feita, revelou-nos os termos de um telegrama inédito e muito cordial, passado por Churchill a Malienkov, em plena guerra fria, e que, segundo dizia ele, tinha sido ditado pelo medo, porquanto a União Soviética acabara de exibir, nos céus de Moscou, nas festas de 1º de Maio, um bombardeiro capaz de transportar bombas de hidrogênio, quando as potências ocidentais ainda não tinham conseguido fabricar um avião para aquele fim.

De outra vez ainda, deu-nos a entender muito claramente que o comunismo poderia chegar aos Estados Unidos levado de fora e pela força, na medida em que o “campo socialista” se fosse fortalecendo, ao mesmo tempo em que se debilitasse o “campo imperialista”. Então o cerco capitalista à União Soviética seria substituído pelo cerco socialista aos Estados Unidos, e chegaria o momento em que o mundo capitalista ou

capitularia ante um *ultimatum* ou seria derrotado pela força das armas do campo socialista.

Ele era, sem dúvida, um tanto boquirroto, mas de qualquer modo suas revelações, suas ideias, exorbitando das fórmulas consagradas (tal como: “a revolução não se exporta, como diz o camarada Stálin”), tinham para nós um sabor especial. Até mesmo seu senso de humor era diferente, menos enquadrado na bitola humorística dos dirigentes comunistas normais.

Mas esse homem, com tais qualidades, possuía também uma visão estreita de certas coisas. Sua concepção totalitária da vida não admitia que as pessoas pudessem usar a liberdade de escolha, a faculdade de discernir politicamente. Por isso ficou alarmado quando soube que alguns de nós, altas horas da noite, saltávamos da cama para ligar o rádio baixinho e escutar estações estrangeiras — às vezes tão-só para ouvir um samba, um foxe ou o noticiário da Rádio Nacional, do Brasil, que em certos dias conseguíamos captar. Koriônov achava isso perigoso, porque assim poderíamos, insensivelmente, deixar-nos impregnar pela solerte propaganda do imperialismo. Daí que, não raro, o diretor saísse de sua casa, em pijama, a desoras, para ver se estávamos ouvindo rádio — e quando nos pilhava em flagrante, fazia um sermão e nos mandava de volta ao berço.

Ora, todos nós ali tínhamos vindo de um país ocidental, onde a propaganda capitalista se exercia a cada instante e pelos mais variados meios, e no entanto não nos impressionava, tanto assim que já havíamos feito nossa escolha e optado pelo socialismo. Além disso, terminado o curso, voltaríamos para o Brasil, onde estaríamos novamente expostos a essa mesma propaganda. Isto era claro, evidéntíssimo; mas o Príncipe, com seus antolhos de ouro, não podia enxergar essa coisa elementar.

Tivemos outras oportunidades de constatar que essa mesma limitação era comum a outros intelectuais soviéticos. O próprio diretor da Escola nos deu um exemplo, a respeito. Certa vez conseguimos obter uma bola e organizamos duas equipes de futebol. Uma delas foi batizada de “Mig 15” por um colega, ex-sargento, que guardava naturalmente seus pendores militares. Os aviões “Mig 15” estavam em moda, porque revelaram grandes qualidades na guerra da Coreia. E, aqui no Brasil, não constituía segredo para ninguém que esses aviões de caça, usados pelos coreanos do Norte, eram fabricados e fornecidos pelos soviéticos. Mas quando Alieksandr

Pávlovitch viu desenhada com tinta num pequeno cartaz essa designação, que ele considerava segredo de Estado, ficou fulo de raiva e nervoso, como se tivéssemos cometido uma grosseira provocação anti-soviética. Mandou rasgar aquilo, disse que a imprensa capitalista inventava coisas para evitar o armistício na Coreia, que estávamos deixando-nos levar pela propaganda do inimigo. Ensaíamos ainda uma explicação, mas tudo inútil — não adiantava insistir. Então pudemos imaginar a tremenda desinformação do homem soviético. O mundo inteiro sabia, nem era possível esconder, que aviões soviéticos “Mig 15” combatiam nos céus da Coreia, contra aviões americanos. Mas o homem soviético — leitor de uma imprensa que é apenas um boletim oficial — não o sabia. Talvez ainda não fosse considerado adulto para saber de tais coisas.

Como membro do Partido Comunista, Koriônov tornara-se, do ponto de vista político, membro da classe operária soviética. O tratamento que usava era, naturalmente, o de camarada, e assim também era tratado. Mas os poderes que enfeixava nas mãos, a arrogância com que olhava para os de baixo, semicerrando os olhos e sempre se dirigindo a nós por cima de nossas cabeças, tudo nele estava a indicar o homem de sangue azul, com seus brasões, seus títulos honoríficos e as vantagens materiais correspondentes a Sua Alteza.

O PCUS possui em seu Comitê Central, como órgão auxiliar, uma Seção Estrangeira, como a possuem, de resto, todos os partidos comunistas importantes, notadamente os que estão no poder. Ela é dirigida por um membro do Comitê Central e tem especialistas nos assuntos de cada país do mundo, subdividindo-se em comissões que abarcam toda uma região e havendo ainda as subcomissões para certos países ou sub-regiões. O feudo do Príncipe Koriônov abrangia todo um continente — as três Américas. Era ele o chefe da Comissão Americana. Qualquer coisa relacionada com qualquer país americano, do Norte, Centro ou Sul, estava sob sua jurisdição. Daí que nós, brasileiros, estivéssemos também sob sua jurisdição.

Mas entre nós e ele havia respeitável distância. Basta dizer que sobre todos nós — quase cinquenta comunistas brasileiros — reinava um dos mais fiéis bajuladores do poder soviético, o dirigente José Souza. Ele adivinhava os pensamentos dos russos e excedia-se no zelo disciplinar. Aos

soviéticos sempre escutava de cabeça baixa, e abaixava tanto mais a cabeça, quanto mais alto era o posto de seu interlocutor.

Ao subir mais um degrau da hierarquia, defrontávamos o diretor da Escola, ex-major do Exército, professor de Economia Política, um siberiano forte e grosseiro, apesar de toda a disposição de se fazer simpático. Seu maior sonho, sua ambição de poder mais alta, ao menos por aquela época, era ser como Sivolóbov. Notei isso certa vez em que lhe fomos pedir uma modificação no horário das aulas. Ele deixou então extravasar sua inveja, dizendo:

— Não depende de mim, pois vai mexer com todos os professores. Só o camarada Sivolóbov pode fazer isso.

E abrindo os braços, num gesto amplo, suspirou:

— O camarada Sivolóbov é grande, eu sou pequeno; ele é importante, eu sou apenas um diretor de escola.

Não é preciso frisar que entre José Souza e o diretor existia, em certas circunstâncias, outro degrau, intermediário e ocasional: o tradutor.

Eram três os tradutores de espanhol, dois jovens que acabavam de sair da Faculdade, e um espanhol que residia em Moscou: todos eles funcionavam exclusivamente nessa Escola. Nas raras vezes em que nos foi permitido ir à cidade — a um teatro, a um museu, ao metrô — íamos em grupos, sob o comando dos tradutores. Inclusive no grupo de que participava Souza, o chefe não era ele, Souza, secretário do mais importante partido comunista das Américas; era o fedelho que servia de tradutor. Não por acaso, nas vésperas de nossa partida do Brasil, Diógenes Arruda — que foi mestre de Souza em matéria de bajulação aos soviéticos — advertiu-nos sobre os méritos dos garis de Moscou e sobre nossa insignificância.

Bem, mas depois do diretor da Escola, vinha Sivolóbov, homem que, de Moscou, telecomandava o PCB e de quem tratamos especialmente em outro capítulo. E acima de todos, Príncipe Koriônov.

A rigor, e parodiando um personagem do Fontamara, de Silone, poderíamos figurar esse quadro hierárquico assim:

Primeiro, manda Koriônov, que é o vice-rei das três Américas.

Depois, Sivolóbov, que é o governador geral do Brasil e de outras regiões sul-americanas.

Depois, Alieksandr Pávlovitch, que é o diretor da Escola.

Depois, os professores, que encarnam e nos inculcam os dogmas stalinistas.

Depois, os tradutores — correia de transmissão entre a sabedoria socialista e nossa ignorância semicolonial.

Depois, o gari soviético, que revolucionariamente limpa a neve da frente da Escola.

Depois, ninguém.

Depois, ninguém.

Depois, ainda ninguém.

Depois, o secretário do Comitê Central do PCB, José Souza.

O Príncipe tinha seus áulicos, vale dizer, seus auxiliares imediatos, todos muito obedientes e disciplinados, mas nem todos servis. Para a América Latina havia três — Sivolóbov, Iermoláiev e M. V. Daniliévitch, uma mulher. Depois, por motivo de doença de um deles, ficaram somente dois. Com Sivolóbov tive bastante contato e pude sentir quão repugnante era o servilismo com que ele se portava ante o Príncipe. O mesmo, entretanto, não se podia dizer de Iermoláiev. E quanto a M. V. Daniliévitch, não a conheci pessoalmente.

Convém esclarecer que o Príncipe, não podendo dominar toda a imensidão de seu feudo, especializou-se em Estados Unidos. Mesmo assim possuía um auxiliar também especializado em assuntos daquele país — um jovem alto e moreno, que falava bastante bem o inglês e a quem conheci, casualmente, em Moscou, num encontro de que participou o dirigente comunista americano Irving Potash¹.

¹ O governo americano expulsou-o do país, a pretexto de ser estrangeiro. Explica-se: Potash nascera na Polônia, mas desde criança residia nos EUA, onde trabalhou, estudou, combateu

Chamou-me então a atenção o fato de que, apesar de toda a importância que os dirigentes soviéticos concedem aos EUA, foi através de um funcionário sem maior destaque que Koriônov se dirigiu a um membro do Comitê Central do PC Americano. É que um príncipe soviético só se digna tratar diretamente com outro príncipe.

Meus colegas de curso não de ter notado que Koriônov, sequer por curiosidade, jamais se dirigiu individualmente a qualquer de nós. Quando se dignava falar conosco, fora das conferências, fazia perguntas ao coletivo em geral, jamais a qualquer de nós em particular.

— Que acham vocês do cinema em cores soviético: melhor ou pior que o americano?

Um do grupo tomava a iniciativa e respondia, acompanhado por um coro de sussurros aprovativos, que o soviético era muito melhor. E o Príncipe, sem se emocionar com o conteúdo da resposta, que já esperava, fazia outra pergunta semelhante. Nisso consistia o seu contato mais íntimo com a massa dos súditos latino-americanos.

Em julho de 1956 encontrei-me em Moscou com Arruda. Ele estivera no famoso congresso anti-stalinista, chefiando a delegação brasileira, e partira para a China, onde se demorou longamente. De lá, ao saber que o Kominform fora dissolvido, telegrafou-me para esperá-lo na capital soviética, aonde por fim, após dois meses de enervante espera, fui ter com ele.

O homem estava encantado com a China e em arrufos com os soviéticos. Como tantos outros delegados estrangeiros ao XX Congresso, somente na China é que veio a saber da existência do relatório secreto de Khrustehov e conhecer alguns pontos nele contidos. Irritado com isso e percebendo que a situação se estava modificando, Arruda resolveu mudar também, e de modo radical. Passou a salientar todas as mazelas do estilo de vida soviético e chegava a falar asperamente com Sivolóbov. Na URSS daqueles dias, o ambiente era de confusão e insegurança. Ninguém se

ao lado dos trabalhadores americanos, depois foi preso e expulso dos EUA, aonde retornou clandestinamente em 1957, sendo novamente preso

entendia, ninguém podia prever o que aconteceria no dia seguinte. Falava-se em modificações profundas, e os burocratas ligados à situação do Partido, indiretamente vinculados a todos os crimes e abusos denunciados no Congresso do Partido, poderiam cair e ser substituídos por outros. Talvez por isso é que Sivolóbov tolerava as impertinências de Arruda. Pois até os mais altos dirigentes soviéticos não eram vítimas, então, de tais impertinências?

Basta lembrar o exemplo de Fúrtsieva, uma das mais altas dirigentes comunistas soviéticas, membro do Comitê Central do PCUS, ao visitar a fábrica de automóveis que levava outrora o nome de Stálin (*Zavoda imeni Stálina*, donde a sigla ZIS, marca dos carros que lá eram feitos). Ali dirigiu a palavra aos operários, declarando que agora todos podiam falar francamente, que os tempos do terror stalinista pertenciam ao passado. E um velho operário pediu licença para fazer uma pergunta, mas temia ser indiscreto. Ela o estimulou: o que se necessitava era de franqueza. Então perguntou quanto ganhava ela. Houve um silêncio, depois a resposta embaraçada, contrafeita:

— 18 mil rublos

O operário voltou à carga:

— E a companheira pode explicar-me em que consegue gastar tanto dinheiro, quando eu, um velho operário com muitos filhos, ganho apenas 1.000 rublos?

Havia pequenas explosões nas reuniões de fábricas, nos meios universitários, entre os escritores, por toda parte. Essas notícias filtravam-se, corriam, penetravam até a casa em que estávamos. E uma tarde, deitado de costas na cama, limpando as unhas com um canivete, Arruda desfiou diante de mim seu rosário de queixas contra os burocratas soviéticos. Comparava-os aos chineses, para mostrar a diferença. Contou-me, impando de orgulho, que tinha sido recebido, juntamente com a delegação comunista latino-americana, por Mao Tsé-tung, o qual conversara duas horas com eles e ainda perguntara se queriam conversar mais. Na URSS, entretanto, não tinha nunca a honra — dizia ele — de ser recebido nem pelo mais obscuro membro do Comitê Central. Todos os assuntos eram resolvidos com Sivolóbov, o qual, na sua opinião mais recente, tinha menos capacidade que qualquer secretário de Comitê Distrital do PCB. A grande, a suprema honra

lhe era concedida apenas sob a forma de uma breve conversa com Koriônov. Como já salientei, Koriônov é um intelectual brilhante, mas para Arruda, que sempre invejou e detestou os intelectuais, Koriônov não representava a almejada honraria, posto que não era membro do Comitê Central².

De minha parte, referi-lhe numerosos fatos que confirmavam o desprezo dos dirigentes soviéticos por seus colegas de outros partidos comunistas.

Agora, Arruda passava à ofensiva e ante o próprio Koriônov, com uma coragem que não iria perdurar muito, atacava acerbamente os burocratas russos, citando fatos relacionados com a agência noticiosa soviética (TASS). Por sua vez, o Príncipe apresentava-se inteiramente mudado: a primeira vez que apareceu na casa em que nos encontrávamos, tratou-me com muita amabilidade, e até veio sem gravata. Sim, estava sem gravata, o paletó desabotoado, sorrindo com frequência (e sem aquele ar de nojo que parecia sentir, quando sorria). E Arruda, ferino, em cima dele!

Pouco antes de nossa partida, no entanto, parece que a direção do PCUS decidira arregaçar as mangas para enfrentar a situação. E vi de novo Koriônov solene e tonitruante, falando dos ataques que, segundo ele, estavam sendo feitos à URSS pela imprensa de Varsóvia, especialmente por um jornal judeu-comunista.

— Já avisamos a eles que não vamos tolerar isso! — informou Koriônov.

Também contou que Bulgânin tinha sido censurado pelo secretariado do PCUS por haver perpetrado certos exageros políticos, empregando um adjetivo demasiadamente encomiástico (“leninista”), quando, dia antes, na recepção oferecida em Moscou ao Marechal Tito, levantara um brinde nestes termos:

² Os comunistas do mundo inteiro sempre dirigiram olhares de respeito e admiração para o CC do PCUS, como se fosse realmente aquele areópago de que falou Stálin em sua entrevista com Emil Ludwig, isto é, uma assembleia de sábios e heróis, dos melhores e mais competentes filhos do povo soviético. Hoje, para se ter impressão diferente, basta ler o que Bulgânin disse de Stálin, o que Khrustchov disse de Bulgânin — em suma, o que eles próprios dizem uns dos outros.

— Ao leninista camarada Tito!

Apesar de tudo, Koriônov foi jantar conosco na véspera de nossa partida, com Sivolóbov e Iermoláiev. E bebeu, contou anedotas, riu sem nojo, brindou à nossa saúde e “à vitória do glorioso e heróico PC brasileiro”. O jantar teve início tarde e se prolongou pela madrugada. Depois rumamos para o aeroporto, e eis que ele nos acompanhou até lá, e ainda subiu a passarela do avião para abraçar afetuosamente Arruda. Quanto a mim, limitou-se, é verdade, a me apertar a mão de modo fraternal e caloroso. Mas eu já conhecia o ritual da hierarquia burocrática e não estranhei: a despeito de toda a confusão do momento, era claro que Arruda continuava sendo mais igual do que eu.

3. O chefe (russo) do PCB

Quando se verificou a rebelião no seio do PCB, aí pelo segundo semestre de 1956, um companheiro do Comitê Central, que lutou conosco contra a política dos dirigentes de então, relatou-nos um fato pitoresco. Esse companheiro, cujo nome de guerra era Batim, muitas vezes vira retornar de Moscou um emissário do PCB, entregar uma carta a Arruda e este, ao abri-la, exclamar com um ar entre emocionado e misterioso:

— É do camarada Silva!

Os circunstantes não perguntavam quem era o camarada Silva, mas tratavam de adivinhar, e guardavam, ante aquela exclamação, um silêncio carregado de respeito. “Silva — dizia Batim com seus botões — é o camarada Stálin”. Essa suposição se robusteceu quando, em começo de 1953, estando Stálin ainda vivo, houve uma reunião do Comitê Central do PCB para a primeira discussão do projeto do Programa, que aliás só veio a ser publicado em fins daquele ano. Nessa reunião, Diógenes Arruda, que estivera em outubro do ano anterior na União Soviética, como delegado ao XIX Congresso do PCUS, declarou que as teses centrais do programa brasileiro¹ foram elaboradas pelo próprio Stálin, tendo Prestes dado apenas a forma verbal do documento. De pé, quase no meio da sala, com a barba por fazer, os cabelos cuidadosamente amarfanhados, a camisa de um tecido grosso de xadrez displicentemente caída por fora das calças, Arruda aparecia assim como a própria figura da simplicidade comunista. E ei-lo que de súbito abriu um caderno e anunciou a leitura das respostas dadas por Stálin às perguntas que lhe formulara. A plateia, quero dizer, o plenário, dependia de suas palavras. O artista tossiu um pouco, limpou a boca na manga da camisa, começou:

¹ Eram quatro as teses principais: 1. Concentrar o fogo contra o imperialismo americano e não contra todos os imperialismos; 2. Não preconizar a nacionalização da terra, que deveria ser tomada dos latifundiários, e distribuída aos camponeses; 3. Anunciar que seriam confiscados somente os capitais e empresas dos grandes capitalistas aliados aos imperialistas americanos; 4. Apresentar a palavra de ordem de conquista de um Estado democrático-popular.

— Eu perguntei... (lia uma pergunta) e o camarada Stálin respondeu... (lia a resposta). Então eu tornei a perguntar... (lia outra pergunta) e o camarada Stálin respondeu... (lia outra resposta).

E a cada resposta, Arruda fazia um gesto com a mão e dava entonação diferente à voz, como a repetir o gesto e a própria voz de Stálin. Aquele, para nós, foi um momento de mística felicidade. Acabáramos de escutar a reprodução de um diálogo entre duas potências partidárias, através de uma conversa do grande Arruda com o imenso Stálin. Quanto a Batim, não teve mais dúvidas: para ele, o Silva, que se correspondia com Arruda, era o próprio Stálin.

Mas Stálin morreu e Arruda continuou a receber cartas, anunciando entre emocionado e misterioso:

— É do camarada Silva!

Aí Batim ficou estupefato: pois o Silva, isto é, Stálin, não tinha morrido? Ah, desconfiou: Silva é o pseudônimo do chefe do Partido, do Secretário Geral do PCUS, seja ele Stálin ou Malienkov; Silva, agora, é o camarada Malienkov.

Somente em janeiro de 1956, ao chegar à capital soviética, como delegado fraternal do PCB ao XX Congresso, é que Batim pôde conhecer o verdadeiro Silva. Era um homem de cara sardenta, com jeito de camponês, altura mediana, na casa dos quarenta, a fala pastosa, engrolando um espanhol de estudante do primeiro ano. Arruda fez as apresentações:

— Batim, aqui o camarada Silva.

E vendo o pasmo na cara de Batim, acrescentou:

— O camarada Silva Lôbo.

Ali estava, em carne e osso, o chefe (russo) do Partido Comunista do Brasil: nem Stálin, nem Malienkov, mas simplesmente um funcionário da Seção Estrangeira do Comitê Central do PCUS — Andriei Mikháilovitch Sivolóbov². Era com ele e não com Stálin que Arruda se entendia; era dele e

² Silva Lôbo é mera corruptela do sobrenome de nosso personagem Sivolóbov. E Silva é a forma abreviada dessa corruptela.

não de Stálin que recebia instruções. A cena das perguntas e respostas, na reunião do CC do PCB, não passou de uma farsa.

Parece certo, no entanto, que as teses centrais do Programa do PCB são realmente soviéticas, obra talvez do próprio Stálin. A elas, sobretudo, é que se referem as palavras de Prestes, escritas por ocasião da morte do tirano soviético: “Os ensinamentos que tivemos a ventura de receber do camarada Stálin...”. Mas é certo também que não foram transmitidas diretamente a Arruda pelo senhor do Krêmlin, que não costumava rebaixar-se a tanto. Não me confessou o mesmo Arruda, anos mais tarde, que não tinha a honra de ser recebido sequer por um dos mais obscuros membros do CC do PCUS? Que a honra máxima era ser recebido pelo chefe de Sivolóbov, o Príncipe Koriânov?

Falar de Sivolóbov é falar das relações entre o PCUS e o PCB. Essas relações, que ficaram interrompidas desde o início da II Guerra Mundial, e de modo oficial a partir de 1943, quando Stálin mandou dissolver a Internacional Comunista (Komintern), foram reatadas em 1949, quando Arruda compareceu a um congresso dos comunistas tchecoslovacos, em Praga. Através do PC tcheco, que convidou representantes de quase todos os partidos comunistas do mundo, Stálin tratou de recolher os fios que antigamente atavam ao Krêmlin esses partidos.

Dois anos antes, em setembro de 1947, ao realizar-se na cidade polonesa de Szklarska Poreba a primeira reunião do Kominform, Andriei Jdânov, chefe da delegação russa, disse que a experiência mostrara que “um tal isolamento do PP.CC. não é justo, é nocivo e substancialmente falso”. Agora, além de tudo, havia o perigoso precedente da Iugoslávia rebelando-se contra a tutela soviética. Daí a urgência de vincular, de novo, diretamente a Moscou, esses partidos comunistas disseminados pelo vasto mundo.

Entretanto, dessa vez a ligação não foi estabelecida. Arruda só podia tentar uma abordagem aos russos, através do tradutor tcheco, o qual só podia servir-lhe de intérprete com ordem expressa de Geminder, chefe da Seção Estrangeira do PC tcheco. E este teria, sob vários pretextos, obstaculizado e tornado impossível então um contato com os soviéticos. Quando Geminder, mais tarde, foi fuzilado, juntamente com Slansky e outros dirigentes, sob a acusação de titismo e sionismo, Arruda me disse:

“Estou vingado. Foi esse patife que sabotou a ligação de nosso partido com o PCUS”. Menos de um ano depois do Congresso de Praga, no entanto, efetuou-se a ligação.

Observe-se que nessa época, o PCB havia sofrido sérios reveses, tendo perdido uma após outra as posições legais conquistadas nos anos de 1945 a 1946. Estava, pois, numa predisposição natural para acatar os conselhos, recomendações, instruções e finalmente ordens vindas de Moscou. Era uma nova forma de trabalho para aquela direção: ser comandada pelos comunistas soviéticos, que tinham longa, rica e vitoriosa experiência revolucionária. Essa experiência, reconhecida e acatada, representava uma das fontes de submissão do PCB ao PCUS. Outra fonte: o apoio estatal que lhe podia dar, e dava, o PCUS, proporcionando aos comunistas brasileiros, a seus simpatizantes e aliados, constantes viagens à Europa e à Ásia, gratuitas e com magnífico trato em matéria de hospedagem e de incensamento, em particular no que diz respeito aos simpatizantes e aliados. O PCB gozava assim do prestígio de genuíno embaixador de uma grande potência, que além do mais era cabeça dirigente de numerosos países europeus. A terceira fonte dessa submissão se achava na promessa soviética de ajudar, no momento oportuno, as forças comunistas brasileiras em caso de guerra civil. Certa vez, na Escola, Sivolóbov declarou, com todas as letras, que não seria difícil enviar armas em meio a carregamentos de trigo, para lançá-las em algum ponto determinado da costa.

O fato é que desde então (1949-50), as tarefas principais dos comunistas brasileiros passaram a ser reflexo e parte das tarefas internacionais: campanhas de assinaturas contra a bomba atômica, em favor do Apelo de Estocolmo, reuniões nacionais preparatórias de congressos internacionais — de jovens, escritores, mulheres, operários, camponeses — pela paz mundial. A própria revista teórica do PCB — *Problemas* — converteu-se em simples boletim de traduções de artigos soviéticos.

O PCB se entregou de pés e mãos atados ao PCUS. O supremo dirigente dos comunistas brasileiros passou a ser Sivolóbov. De dois em dois meses, no máximo de três em três, mas em certos períodos até uma ou duas vezes por mês, ia um alto dirigente do PCB transmitir um informe a Sivolóbov. Levava livros, revistas, materiais estatísticos. Ficava por lá dez, quinze dias, e regressava com novas ordens.

Passaram também a visitar a União Soviética delegações de todos os tipos — jovens, intelectuais, mulheres, juristas —, organizadas pelo PCB, mediante instruções de Sivolóbov. E onde quer que estivesse, em Moscou, uma delegação brasileira, lá estava ele a procurar o secretário da mesma (que era sempre um comunista) e cobrar-lhe encomendas e informações do Brasil e do PCB.

Dessa época para cá (pelo menos até antes dos acontecimentos que culminaram com a cisão do comunismo no Brasil), não houve um só documento considerado de importância, no PCB, que não tivesse sido submetido à apreciação de Sivolóbov e recebido seu *imprimatur* antes de ser divulgado. Começou com o famigerado *Manifesto de Agosto* (1950), que concitava à criação da Frente Democrática de Libertação Nacional e do Exército Popular de Libertação Nacional, com vistas à instauração revolucionária de um governo democrático-popular — isso num momento em que o PCB se achava em plena retirada, sob os golpes das forças políticas dominantes.

Pude verificar, não só como auxiliar da direção do PCB no Brasil, como na Escola, em Moscou, e depois no Bureau de Informação, em Bucareste, a que grau de subordinação tinham chegado as relações do PCB com o PCUS. Antes de partirmos para a Escola, recebemos instruções terminantes de dar todas as informações pedidas pelos soviéticos sobre tudo e sobre todos, e ao mesmo tempo de nada revelarmos a outros partidos comunistas, mesmo aos das democracias populares.

— Nosso partido não tem segredos para o PCUS — disse Arruda.

Relatórios minuciosos eram fornecidos a Sivolóbov, tanto sobre o trabalho interno do PCB, como sobre seu trabalho nas chamadas organizações de massa — sindicatos, associações profissionais, culturais e outras semelhantes.

De uma feita, assisti a Arruda fornecer a Sivolóbov, verbalmente, as mais recentes ocorrências na organização partidária: quem era o novo secretário político do Comitê Regional de Piratininga (em São Paulo), por que o outro tinha sido afastado; quantos novos membros foram recrutados no Distrito Federal, e assim por diante. Assisti também a Sivolóbov dar

instruções a Arruda sobre o desencadeamento desta ou daquela campanha, sobre a organização desta ou daquela iniciativa. Numa das reuniões em que participei, em julho de 1956, Sivolóbov deu as seguintes instruções, que Arruda me mandou anotar: 1) Enviar-lhe materiais sobre a história do Brasil, relacionados com a questão da terra no início da Colônia, com a escravidão e o feudalismo; 2) Preparar e enviar-lhe um estudo sobre a indústria de instrumentos agrícolas no Brasil; 3) Preparar novo congresso de emancipação nacional; 4) Preparar um congresso do Movimento Nacional Popular Trabalhista, com participação da Liga de Emancipação Nacional e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros; 5) Elaborar um documento programático para o campo, levantando reivindicações que interessem às várias camadas do campesinato, inclusive a construção de uma indústria de instrumentos agrícolas (aproveitando para isso Volta Redonda) e uma indústria de adubos.

Naquela mesma época, isto é, em meados de 1956, ainda se desenvolvia no Brasil uma campanha pela reforma agrária, dirigida pelo PCB, decerto por encomenda ou ao menos com a aprovação dos soviéticos. Acompanhei seu desenrolar através do órgão oficial do PCB, *Voz Operária*, que eu recebia em Bucareste, chegando mesmo a pronunciar sobre o assunto uma conferência no Kominform. A campanha vinha contando com apoio de autoridades executivas e legislativas de muitas regiões. Creio que isso assustou um pouco a Sivolóbov, pois o objetivo comunista da campanha não era a reforma em si, mas a agitação que pudesse provocar entre os camponeses. A campanha devia despertar as massas do campo, mobilizá-las, levá-las a lutas parciais, para um posterior coordenamento dessas lutas com os movimentos das massas trabalhadoras urbanas, tendo em vista finalmente a insurreição, a tomada do poder e a instauração do “governo democrático-popular”. Só depois disto é que seria feita a reforma agrária, nos moldes comunistas. E o que assustava a Sivolóbov é que a campanha, organizada pelos comunistas, pudesse conduzir à realização da reforma agrária pelo governo brasileiro. E ele advertia:

— Isso é um perigo muito sério. Pode acontecer ao PCB o mesmo que aconteceu, recentemente, ao PC japonês. Os camaradas japoneses levantaram a bandeira da reforma agrária, e o governo resolveu realizar a reforma, o que não era difícil, pois havia muito pouca terra para distribuir. O governo fez uma pequena reforma agrária e assim afastou a influência do

PCJ no campo, o que contribuiu para isolá-lo ainda mais, depois que já havia perdido, para os socialistas, as posições dirigentes nos meios sindicais. É elementar no leninismo que o destino da revolução nos países atrasados depende dos camponeses: se o proletariado conseguir atraí-los como aliados, passará a exercer a hegemonia na revolução; mas se os camponeses se tornarem aliados da burguesia, então esta é que terá a hegemonia. Tomem cuidado, porque se o governo burguês no Brasil fizer a reforma agrária, vocês ficarão sem apoio no campo para a revolução.

Arruda limitava-se a balançar a cabeça, afirmativamente. Era evidente durante todos esses dias a má-vontade que manifestava para com Sivolóbov. E quando este partiu, ele comentou, a sós comigo:

— Esses burocratas são assim. Dão diretivas, a gente faz o impossível para cumprir, e quando tudo dá certo eles colhem para si os êxitos, afirmando que a vitória foi devida a suas justas instruções; se dá errado, então acusam a gente de não ter aplicado bem as instruções.

Chamou-me a atenção, ali, não ter havido discussão a respeito dessas diretivas. É certo que, segundo a lei bolchevista, diretiva não se discute, cumpre-se. Mas essas, de todo modo, não foram cumpridas porque Arruda, chegando ao Brasil, algumas semanas depois, teve de empenhar-se a fundo na luta interna do PCB, visando a salvar sua própria posição dirigente, e tudo mais, inclusive as ordens de seus chefes soviéticos, passou a carecer de importância.

Muitas vezes Sivolóbov, com sua vaidade doentia, enchia-se de caprichos e impunha o castigo implacável de um dirigente brasileiro. Assim aconteceu, por exemplo, no caso de João Batista de Lima e Silva, então diretor da *Voz Operária*. João Batista estivera em Moscou como secretário de uma delegação de intelectuais e sua atuação desagradara a Sivolóbov. Quando este lhe perguntou certos pormenores da vida interna do PCB, Batista cometeu a inabilidade de responder que não tinha recebido autorização para informar sobre essas coisas; quando lhe perguntou quantas centenas de “comitês de libertação nacional” já estavam formados por todo o país (essa foi uma diretiva soviética inteiramente fora da realidade e que não deu o menor resultado; mas os dirigentes do PCB mentiam-lhe que já existiam numerosos desses comitês revolucionários no Brasil), Batista respondeu que se haviam formado dois ou três comitês, mas mesmo esses já

não existiam. Então, usando outro fato como pretexto, Sivolóbov exigiu do PCB a destituição de Batista do cargo de diretor do jornal. Os dirigentes pecebistas, é bem verdade, procuraram esquivar-se ao cumprimento da ordem absurda, contornando a situação, ganhando tempo, desculpando-se para ver se o iracundo burocrata abandonava sua exigência. Mas não a abandonava: toda semana, quando lá chegava a *Voz Operária*, a primeira coisa que ele lia era o expediente e, verificando que Batista continuava como diretor, exasperava-se. O camarada brasileiro que se encontrava em Moscou representando o PCB alegava dificuldades da lei brasileira para modificar a direção do jornal, mas ele não se deixava iludir, e quando chegou a Moscou o próximo emissário do PCB, ele protestou energicamente:

— *Hay que cambiarle al director. He dicho eso varias veces y, sin embargo, Batista sigue como director del órgano central. Eso no está bien.*

E Batista foi rebaixado de diretor a redator da *Voz Operária*.

Próximo a findar-se o nosso curso, ocorreu outro caso bem expressivo de sua mórbida vaidade. Sivolóbov organizara um seminário sobre questão agrária no Brasil. Subiu então à tribuna Máritch Ave, e pôs-se a ler seu trabalho. Tomando como base os dados estatísticos disponíveis na Escola, ele chegara à conclusão de que, em bloco, no Brasil, as pequenas propriedades eram mais produtivas que as grandes.

Sivolóbov, que presidia o seminário, interrompeu-o: disse-lhe moderadamente que aquilo era falso, pois Lenin afirmara que as pequenas propriedades eram menos produtivas que as grandes. Máritch tentou justificar sua conclusão, alegando que, nessas grandes propriedades computadas na estatística ali existente, estavam incluídos naturalmente muitos latifúndios improdutivos e que, por isso...

Não pôde concluir o pensamento. Sivolóbov, com o rosto avermelhado como se o houvesse mergulhado numa bacia de sangue, as veias do pescoço intumescidas, ergueu-se e ordenou que Máritch se sentasse. Foi então ele próprio à tribuna e, com a fúria de um energúmeno, fez um acalorado discurso em defesa da tese leninista. Nas afirmações de Máritch ele descobriu não sei que diabólicos desvios, não sei que suspeitas implicações reacionárias. Falava, falava (em russo, Perez traduzindo para o espanhol) e de vez em quando esticava o indicador na direção de Máritch, e gritava-lhe:

— *Panimaich ili niet?* (Compreendes ou não?)

Supus que o incidente estivesse encerrado aí com a vitória total e irrecorrível do chefe russo do PCB. Mas, qual! Ele considerava essa vitória incompleta e fez tudo para expulsar Máritch do Comitê Central do PCB. E só não o conseguiu porque, além da intervenção de Arruda em favor de Máritch, o XX Congresso — partindo, com seu impacto, certos laços disciplinares — chegou a tempo de salvá-lo.

Antissemita confesso, Sivolóbov reprochava sempre aos dirigentes pecebistas o fato de que a juventude comunista brasileira estava muito infiltrada de judeus. E nem no primeiro nem no segundo curso para dirigentes brasileiros em Moscou participaram judeus; só no terceiro é que entraram alguns — Abel, Sabino Bahia, não sei se outros mais. Este terceiro curso teve início quando já começavam a soprar alguns ventos liberalizantes, isto é, meses antes do XX Congresso, que se instalou em princípios de 1956. Daí provavelmente que Sivolóbov tenha admitido a participação desses dois companheiros judeus.

Mas ele nunca escondeu seu antissemitismo. Havia na Escola, em nosso tempo, um professor de movimento operário chinês, um israelita russo de nome Dubínsky. Os professores eram designados pela diretoria da Escola Central, sem prévia consulta a Sivolóbov. Mas este, quando via Dubínsky chegar, fechava a cara, e certa vez resmungou, desabafando seu antissemitismo, na presença de André Vítor:

— Aí vem esse judeu.

Certo dia, em julho de 1956, em conversa com Arruda e comigo, ele disse que o problema dos judeus na União Soviética não tinha solução. Alegou que o Governo tentara congregá-los numa região central da URSS, mas isso não deu certo, porque eles só queriam viver nas grandes cidades ou próximos do litoral — e não mereciam confiança para habitar nas imediações de qualquer fronteira soviética.

Por essa mesma ocasião, houve uma disputa futebolística entre uma equipe vinda de Israel e um selecionado soviético. Sivolóbov, que nos levou ao estádio com ele, dizia os piores nomes contra os israelenses, mostrando continuar um *iudofob*, isto é, um homem que tinha fobia pelos judeus.

Muitos se espantavam de que Sivolóbov, sendo de uma mediocridade iniludível, se mantivesse nesse posto por tantos anos. Era capaz de dizer os maiores absurdos, tirando conclusões apressadas de leituras superficiais.

A revista soviética *Tempos Novos*, às vésperas do último pleito presidencial no Brasil, publicou um artigo de Sivolóbov — ao qual o jornal *O Globo*, do Rio, fez menção, estampando o *fac-símile* da capa daquela publicação. Nesse artigo, ele dizia que Kubitschek estava solidamente apoiado em três partidos de massas trabalhadoras: o Partido Comunista do Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social-Democrata. Quer dizer, Sivolóbov, sem conhecer nem examinar as particularidades da vida política brasileira, simplesmente confundiu o nosso PSD — agremiação de forças conservadoras, — com os partidos social-democratas europeus.

Um belo dia, na Escola, Sivolóbov nos apareceu com uma novidade: o Brasil não era um *angelito* explorado por outras potências, e nada mais. Se por um lado era vítima da exploração capitalista norte-americana, por outro lado explorava países menos desenvolvidos, como o Paraguai, o Uruguai e o Chile, em competição com a Argentina. Todo linguajar habitualmente utilizado com referência aos países imperialistas, segundo as teses de Lênin, foi aplicado por Sivolóbov em relação ao Brasil: falava do capital financeiro brasileiro, na sua luta por esferas de influência e supremacia no sul do continente, no papel dos monopólios brasileiros e na exportação de capitais para o Paraguai. E argumentava, citando fatos. Chegou até a apontar alguns imperialistas brasileiros, entre os quais o rei do café, Lunardelli, que estaria penetrando no Paraguai. Só faltou mesmo citar as colônias brasileiras... Mas disso me incumbi eu, que em minha intervenção considerei os Estados nordestinos praticamente como colônias do industrializado Sul. E por fim, Sivolóbov declarou o Brasil um país imperialista, no qual notavam-se contradições entre os grandes capitalistas brasileiros e os imperialistas americanos, na luta pelo predomínio em nosso mercado, na disputa do maior quinhão de mais-valia a ser extraída da mão-de-obra brasileira, enfim na concorrência para a obtenção de lucros máximos no Brasil.

Dias depois veio Iermoláiev — que fazia parte da mesma comissão latino-americana, subordinada a Koriônov — e, sem se referir diretamente à tese de Sivolóbov, procurou ridicularizá-la, afirmando que não se podia falar em imperialismo latino-americano, a não ser como caricatura,

confundindo com os grandes monopolistas internacionais alguns capitalistas ou latifundiários que monopolizavam plantações de café ou banana...

Estabeleceu-se a confusão. Perguntamos ao diretor como se explicava essa divergência entre os dois conferencistas. Afinal, nós, Brasil, éramos ou não éramos imperialistas? Também explorávamos ou só nos deixávamos explorar? Isso para nós tinha uma importância menos política que psicológica. Todos notávamos que os grandes países capitalistas eram mencionados na Escola, às vezes com ódio, mas sempre com respeito, ao passo que os países atrasados despertavam sempre compaixão misturada de desprezo. Era como se nos dissessem: “Que diabo! Vocês não fazem uma revolução proletária, como os russos, e nem sequer uma revolução burguesa, como os americanos! Afinal, que fazem vocês?”. No íntimo, amargurava-nos essa situação. E quando Sivolóbov nos declarou imperialistas, a notícia — aceita por uns, rechaçada por outros — foi acolhida sem mágoa e antes com certo orgulho. Travavam-se discussões constantes a respeito. O caso chegou aos ouvidos de Koriônov. E uma tarde, logo após as aulas, fomos mandados repentinamente de volta à sala: Sivolóbov chegara. E o chefe do PCB, quase gaguejando, acusou-nos de não termos prestado a devida atenção a suas palavras, confundindo assim as coisas. Ele não dissera que o Brasil era propriamente imperialista, não colocara o Brasil em pé de igualdade com os Estados Unidos ou a Inglaterra. Apenas citara alguns fatos e dera alguns argumentos como advertência de que no Brasil, como em qualquer país de estrutura capitalista, existiam (e acentuou cada uma das palavras que se seguem, escandindo-as) *indícios, sinais, amostras, germes, elementos não desenvolvidos* de um futuro imperialismo!

A um escritor brasileiro em visita a Moscou ele informou que no Brasil — “*cuando tomemos el poder*” — teria que ser formada a República Autônoma dos Negros. Explicou-lhe o escritor que o número de negros puros em nosso país era pequeníssimo, que nossos descobridores e colonizadores portugueses, destituídos de preconceito racial, se misturaram com a população negra, produzindo magníficas gerações mulatas. Mas não adiantou a explicação, ele não podia compreendê-la, pois esse fenômeno não tinha sido considerado nas obras do camarada Stálin sobre a questão nacional e colonial...

E era esse homem que dava ordens e instruções obedecidas sem discussão por todos os dirigentes do PCB, a começar pelo disciplinado capitão Luiz Carlos Prestes. Eu mesmo tive o ensejo de transmitir ordens suas. Foi depois do XX Congresso. A delegação brasileira ainda se encontrava na China, e ao Brasil havia chegado apenas o relato parcial do Congresso, através dos documentos oficiais. As leves críticas a Stálin (o informe secreto de Khrustchov continuava secreto) atordoaram muita gente. Prestes e demais dirigentes brasileiros encolheram-se, não davam sinal de vida. Nas páginas da *Voz Operária* nada transpirava. Foi como se nada houvesse acontecido.

Uma tarde, achava-me em Bucareste, em meu gabinete no Kominform, quando fui chamado por Bazânov ao telefone. Do Comitê Central, em Moscou, veio a voz de Sivolóbov, perguntando-me se eu tinha meios de me comunicar com os camaradas do Brasil. Respondi que sim, embora os meios não fossem muito seguros. Ele insistiu em que eu fizesse todo o possível para transmitir à direção do PCB sua profunda estranheza e seu profundo desagrado pela maneira com que a *Voz Operária* vinha tratando o XX Congresso — isto é, com o silêncio. Que era preciso escrever logo imediatamente.

Em carta para pessoa de minha família, mandei uma bolinha de papel envolta em fita gomada, contendo resumidamente o recado de Sivolóbov. Expliquei à destinatária que a bolinha devia ser entregue a um auxiliar da direção, cujo nome de guerra mencionei, para que ele passasse adiante. Tudo correu bem. Duas semanas depois esperei preocupado e curioso que chegasse a *Voz Operária* — pois habitualmente ia para Bucareste, de onde eu a recambiava a Moscou, em avião especial do Kominform.

Enquanto esperava, eu imaginava quem iria escrever o artigo ordenado por Sivolóbov. Lembrei-me então de José Sousa, lá no curso em Moscou, falando sempre de cabeça baixa, e tive o pressentimento de que o artigo seria escrito por ele. Pensei em Marighella, tão destro em tomar da pena e encher várias laudas de afirmações superficiais. Afinal chegou o correio, recebi a *Voz Operária* e cai das nuvens. Ali estava o artigo pedido. Mas seu autor não era o subserviente Souza. Não era sequer o trêfego Marighella. Nenhum dos dirigentes menores.

Era o próprio Prestes.

4. Revolucionários sob medida

- Vocês serão tratados como príncipes.
- Vocês vão ser considerados cidadãos soviéticos.
- Vocês só terão deveres; nenhum direito.
- Se alguma coisa não lhes agradar, deixem para reclamar aqui, quando voltarem.

Eis o que nos foi dito, categoricamente, à véspera de nossa partida do Rio para Moscou. Essas afirmações misturavam-se em nossas cabeças e nos pareciam contraditórias, se bem tivessem, no bolchevismo, uma lógica especial. Por exemplo: como se poderia conceber um príncipe sem direito? Na Escola deram-nos roupa nova, capote, chapéu — e comida. Segundo a concepção de um comunismo que brotou e floresceu num país atrasado, flagelado pela fome periódica em massa, um príncipe deve caracterizar-se pelo fato de possuir roupa nova e boa comida, mesmo sem gozar de direitos individuais.

Efetivamente, desde o primeiro dia foram suprimidos nossos direitos individuais. Sob a direção de José Souza, formou-se logo um comitê com poderes ditatoriais sobre todos nós, instaurando um regime marcado pela humilhação e pelo terrorismo. Por aqueles dias, relendo o *Manifesto Comunista*, observei que Karl Marx sonhara com uma sociedade “em que o livre desenvolvimento de cada um fosse a condição para o livre desenvolvimento de todos”. Mas tudo indicava que o objetivo ali era, pelo contrário, destruir-nos a vontade, o amor-próprio, qualquer vestígio de independência e personalidade, de “livre desenvolvimento”, transformando-nos em seres desfibrados e autônomos.

A primeira iniciativa do comitê foi recolher os objetos de uso pessoal, que havíamos levado, a fim de socializá-los, redistribuindo-os em quantidades iguais e parceladamente. Tomaram-nos as carteiras de cigarros e as lâminas de barbear que leváramos (as soviéticas cortavam mais a carne que os pelos), os sabonetes e outros objetos semelhantes. Em seguida o comitê decidiu reduzir a 6 o número de cigarros que cada aluno iria receber para fumar durante o dia, provocando assim uma onda de revolta surda e de

murmúrios indignados. Depois estabeleceu o prazo de dez dias para a duração de cada lâmina de barbear, embora as barbas variassem, sendo umas ásperas, outras moles, ademais de haver pessoas quase imberbes. Mas os dirigentes do comitê tinham uma concepção muito especial de comunismo e igualitarismo.

A redistribuição dos objetos era feita por Mônatche, um velho membro do PCB, antigo operário têxtil, que esteve preso e foi torturado pela Polícia nos tempos da ditadura de Vargas, sendo promovido em 1945 ao Comitê Central. De natureza afável, converteu-se, no entanto, sob as críticas da Direção (“tu és um liberal; precisas te bolchevizar!”), num verdugo odioso. De fato, desde Praga, onde nos reunimos todos – os que viemos de avião e os que vieram de navio –, ele começou a pôr as mangas de fora, ameaçando-nos, posando de “duro”, de “bolchevista”. E na Escola, quando alguém ia pedir, por exemplo, uma lâmina nova, tinha que ouvir dele interpelações grosseiras e vexatórias:

— Já terminou aquela?! É preciso economizar... Amolou na palma da mão? Não? Pois amole, que dura uns dias mais. Ah, amolou? Pois amole mais. Quer poupar a palma da mão para coisas mais importantes? Um comunista tem que saber poupar. Isto aqui é dinheiro do proletariado. Capitalista é que só usa cada gilete uma vez, porque vive da exploração dos outros, e dinheiro para ele não tem valor. É preciso ir-se educando!

Esse discurso, com pequenas variações, era repetido a quase todos nós, com mais ou menos rispidez, dependendo de quem se tratasse.

Quando lá chegamos, nós mesmos escolhemos, de acordo com as afinidades e o grau de conhecimento, os companheiros de mesa. Houve uma seleção natural. Mas logo que Souza chegou, de regresso do Cáucaso, onde estivera fazendo uma estação de águas juntamente com seu secretário Máritch Ave, mandou um membro do comitê dirigente fazer uma redistribuição de pessoas e mesas, procedendo ainda a novas alterações de tempos em tempos. Em seu entender, a permanência de camaradas à mesma mesa durante muito tempo poderia criar entre eles uma tendência grupista.

Inventou a ginástica. E tanto os jovens de vinte e poucos anos como pessoas de mais de cinquenta, todos tinham que fazer a mesma coisa, de manhã cedinho. Era mais um elemento de militarização do grupo, para fazer de nós revolucionários sob medida soviética.

Seguindo a regra de ouro de todos os déspotas, Souza procurava dividir-nos para reinar sobre nós. Não é difícil adivinhar que tenha chamado vários elementos, cada um por sua vez, e lhes haja confiado a “honrosa tarefa” de vigiar seus próprios companheiros. Criou assim um ambiente em que os próprios humilhados, com exceção de reduzido grupo, se tornaram espiões, censores e delatores uns dos outros. Alguns deles eu mesmo pilhei em flagrante quando denunciavam seus camaradas. Além disso, qualquer camarada se achava no direito de fazer críticas sobre problemas absolutamente íntimos de qualquer outro. Todos os atos, gestos e atitudes de uma pessoa eram notados e censurados pelos demais; quaisquer defeitos eram destacados e exibidos em público. Nunca vira em toda a minha vida tanta hostilidade mútua e gratuita, mesmo quando se manifestava em tom de pilhéria. Todos os nomes feios do léxico partidário — individualismo, pequeno-burguês, liberalóide, nacionalista — e todas as frases feitas: subestimação da tarefa, falta de espírito autocrítico, ideologia estranha ao proletariado, origem de classe, tendência fracionista, — eram atirados, como pedras, por uns contra outros. O homem tornava-se lobo do homem. E, a rigor, nenhum de nós escapou a isso.

Essa preocupação de separar os camaradas entre si chegou ao cúmulo com a separação de cônjuges. Entre nós havia dois casais, isto é, dois camaradas que vieram para o curso com suas esposas, as quais eram também alunas. Mas foram postos em quartos diferentes — os maridos na parte destinada aos homens, vigiados pelos outros maridos que não tiveram a sorte de vir com suas mulheres; e as esposas (“companheiras”, no dicionário comunista) na parte destinada às mulheres, sob a mira das solteiras ou das casadas que vieram sem seus maridos.

Uma noite, terminada a hora do estudo individual nas salas, um desses casais aproveitou a saída das outras pessoas e suas mãos se uniram e certamente os dois trocaram palavras carinhosas. Eu dormia no mesmo quarto de um dos ferrabrazes do comitê dirigente e vi chegar uma espiã que, sem notar minha presença, foi logo denunciando, esbaforida e arquejante:

— O Fálitch... está agarrado... na... mão da mulher.

Esclareça-se: da mulher dele próprio, da mulher com quem se casara um mês antes de ser enviado à Escola.

E essa situação estúpida, ridícula e desumana só terminou quando Fálitch, criando um caso com a direção do Coletivo, teve de se explicar perante o próprio diretor da Escola, que declarou ignorar fossem eles casados e mandou acabar com o regime de separação de corpos, com uma só condição: não obedecer ao mandamento bíblico de se multiplicarem.

A questão sexual foi largamente explorada pelo comitê dirigente, tornando-se a obsessão do coletivo em geral. Como nos colégios de freiras, os homens deviam sentar-se separadamente das mulheres. Mas duas delas estavam misturadas entre os homens; uma a meu lado, outra ao lado de outro camarada. Cada um de nós quatro foi chamado ao comitê, advertido sobre os perigos da carne, sobretudo numa situação como aquela, e houve o devido afastamento — que mais tarde foi anulado, voltando a reinar a mistura entre homens e mulheres.

Mesmo assim, as mulheres se portavam a princípio como aquelas freiras do convento de Collingham, que, ameaçadas pela invasão dos normandos, cortaram o nariz e o lábio superior para assim preservar a própria honra. Mas no convento moscovita, a repetição do fato histórico tinha traços caricaturais. Em conversas que logo transpiravam, através dos dois maridos, umas chamavam a atenção para o “olhar lúbrico” de Fulano e recomendavam cuidado com ele; outras sugeriam que não saíssem pelo quintal a passear com camaradas do sexo masculino, a não ser com Sicrano ou Beltrano, que já eram idosos (um destes, qualificado de idoso, não gostou da deferência, aliás, protestando que também era homem); outras ainda propunham atitude de colaboração com os homens, não mostrando muito as pernas nem fazendo requebros feminis.

E quando Souza, num gesto de generosidade, autorizou que tocássemos na vitrola alguns discos de música brasileira, levados por nós, a fim de alegrar as noites domingueiras, recomendou que só podiam dançar homem com homem ou mulher com mulher. Alguns meses depois, entretanto, já se viam homens e mulheres enlaçados, rodopiando na sala, sem graves danos para o futuro da revolução comunista no Brasil.

A mão do comitê dirigente intervinha até na pequena remuneração de 300 rublos mensais, que recebíamos como estudantes, que é a mesma quantia concedida na URSS a todos os estudantes de escolas superiores. Em nosso

caso, descontavam uma parte a título de alimentação e habitação, entregando-nos a outra parte. Em verdade, esse desconto não dava para cobrir sequer um terço de nossos gastos, pois além das refeições, nem sempre agradáveis a nosso paladar, mas sempre da melhor qualidade, havia roupas, teatro e outras despesas, tudo correndo por conta do governo soviético.

Mas o comitê dirigente, alegando que o PCB fizera muitas despesas com a aquisição de nossos passaportes e com o transporte até Praga, reivindicava uma parte de nossos rublos, mas frisando que cada um daria quanto quisesse. Com esse dinheiro se comprariam objetos de valor em Moscou para serem enviados ao Rio, onde seriam revendidos em favor da tesouraria do CC do PCB.

Demos uma parte, mas Souza achou que era pouco e, num gesto teatral e demagógico, dizendo que na Escola tínhamos tudo e não precisávamos de dinheiro, abriu mão de todos os seus rublos em favor do CC do PCB. O belo gesto foi acompanhado pelos demais membros da Direção e por alguns de seus bajuladores mais firmes.

Muitos de nós permanecemos, porém, irredutíveis, dando apenas uma parte e ficando com a outra. Depois pudemos verificar que do dinheiro arrecadado uma parte ficou nas mãos de Souza para posterior redistribuição entre os que fizeram a farsa da entrega total. Porque, quando se fez uma excursão pela URSS e, mais tarde, quando nos preparávamos para o regresso ao Brasil, vimos que os abnegados dirigentes do comitê e seus áulicos tinham bastante dinheiro em mãos e compravam presentes não menos valiosos que os nossos. Os de Souza, sobretudo, eram muito mais valiosos.

Essas manifestações de rebeldia, de todo modo, não ficavam impunes. Dias depois, sob qualquer pretexto, organizava-se uma espécie de tribunal do júri, composto de membros da Direção e de alguns de seus bajuladores, misturados com dois rebeldes. Diante deles era então chamado e posto no banco dos réus um rebelde. Aí, Souza começava por fazer-lhe o elogio, depois demorava-se na citação dos defeitos e atacava sobretudo o caso que servia de pretexto à reunião. Dado assim o sinal de partida, choviam sobre a cabeça do desgraçado as agressões por parte de outros dirigentes ou de seus bajuladores. Era incrível como conseguiam descobrir pequeninas coisas, deturpá-las, exagerá-las, fazendo daquilo um bicho-de-

sete-cabeças. Em seguida, entrava em cena um ou outro dos rebeldes... Como se viu, havia rebeldes no papel de acusadores e no de acusado: a armadilha era visível, mas como escapar a ela? Se o rebelde acusador se solidarizava com o acusado e o defendia, melhor para a Direção, que matava assim dois coelhos com uma cajadada só: transferindo-o imediatamente para o banco dos réus, identificava naquela atitude de solidariedade a comprovação da existência de foco grupista em nosso meio. Aí a questão assumia automaticamente excepcional gravidade, porquanto o grupismo é considerado traição e punido com os castigos mais severos. Mas, via de regra, o rebelde acusador cumpria mais ou menos bem o seu papel. Para mostrar-se imparcial, não raro criticava a vítima com especial acritude e aproveitava a oportunidade para se autocriticar da rebeldia cometida, tentando assim livrar-se de uma reunião daquelas. Mas também agia, às vezes, com a maior honestidade, convencido, pelas intervenções anteriores, de que o criticado tinha realmente sérios defeitos e que, criticando-os, estava fazendo-lhe um bem, ajudando-o a se livrar de tais defeitos. Nesse momento, em tal ambiente, ele já se sentia possuído pela mística partidária e atuava em estado de transe, quase de hipnose. De todo modo, essa atitude não agradava ao criticado que, na próxima vez, quando estivessem os dois em papéis inversos, também saberia criticá-lo, ajudando-o muito fraternalmente a se livrar, por sua vez, dos defeitos que possuía.

Por fim, quando chegava a vez de a vítima falar, ou se penitenciava, admitindo todos os defeitos apontados e agradecendo a “ajuda fraternal” dos companheiros que o criticaram, e saía dali com o moral abatido, ou então ensaiava alguma explicação e isso era considerado “autodefesa”, inadmissível num partido cujo desenvolvimento se baseia na crítica e na autocrítica. Souza, citando de preferência frases críticas de um dos rebeldes acusadores, dizia que o camarada Fulano não ia bem; todos procuraram ajudá-lo com críticas justas e ele desprezava toda essa ajuda, não fazia o menor esforço autocrítico, portava-se como um grão-senhor feudal. E encerrava a reunião dizendo que voltaríamos ao assunto na próxima assembleia.

Quando se anunciava a convocação de uma assembleia, havia pânico no Coletivo, pois, no intervalo entre uma e outra, todos havíamos cometido deslizos, erros, equívocos. E como vivíamos juntos, jogávamos juntos, andávamos juntos, qualquer coisa que um fizesse, logo se tornaria do conhecimento de vários outros. Era na assembleia que tinham pleno curso o

sadismo e o masoquismo dos camaradas, através da crítica geralmente feita pelos dirigentes, e da autocrítica exigida aos dirigidos. A vítima aí era criticada em todos os tons, do ridículo ao patético, pela totalidade ou quase totalidade do Coletivo. Devassavam-lhe a vida, apontavam-lhe os defeitos, punham-no em situação vexatória. E cada qual se mostrava mais implacável, mais feroz, mais desumano. Terminada uma dessas assembleias, disse-me o camarada Pável, em plena excitação masoquista:

— Uma assembleia assim é ótima, hein, velho! Deixa a gente completamente nua!

Mas não bastava a crítica. Se o infeliz, já desnudo, aguentava tudo calado, se não batia no peito, não se humilhava ante os dirigentes e os demais camaradas, longe de poder considerar-se um bolchevista, ainda era tachado de pequeno-burguês auto-suficiente, cheio de arrogância e amor-próprio. A Direção só se dava por satisfeita ao ver a pessoa reduzida a um trapo, desmoralizada, sem a menor sombra de dignidade. Aí, sim, já estaria formado o revolucionário de têmpera bolchevista.

Anos mais tarde, no Brasil, durante uma reunião do Comitê Central, em conversa particular com Arruda sobre o regime terrorista da Escola em Moscou, eu lhe disse que Mônatche fora nosso principal carrasco; e ele replicou:

— Que Mônatche, nada! Mônatche era apenas um cachorrinho amestrado; latia e mordía quando Souza mandava.

Essa era uma tentativa de transferir para Souza a responsabilidade total pelos inomináveis abusos cometidos durante o curso. Mas o próprio Souza não se portava na Escola como dócil executor das ordens de Arruda? Não chegou ele a erguer um brinde, no refeitório da Escola, certo dia, pela saúde “do nosso querido camarada Arruda, que hoje completa mais um ano de vida dedicada à revolução”?

É certo que Souza, naquela coletividade de alunos brasileiros, era o responsável principal. E, sendo de uma fidelidade canina a seus chefes, enquanto fossem chefes, tinha métodos próprios, diferentes dos de Arruda, para manter-nos em sujeição. Um desses métodos era usar prepostos, como Mônatche, para executar as medidas de opressão. Ele mesmo só aparecia nessa função antipática quando a isso era forçado.

5. Bajuladores do poder soviético

Mais que em qualquer outra ocasião, senti refletido naquela coletividade brasileira o espírito bajulatório em relação ao poder soviético e a seus corifeus. Era algo que descia do topo à base.

Já na mensagem que dirigiu ao Comitê Central do PCUS, ao ensejo da morte de Stálin, Luiz Carlos Prestes revelava essa preocupação bajulatória, em frases como estas: “Os ensinamentos que tivemos a ventura de receber do camarada Stálin...”; “sofremos imensamente com a perda irreparável do camarada Stálin, nosso pai e amigo estremecido...”.

E Diógenes Arruda, de volta do XIX Congresso do PCUS, onde teve maior “ventura”, qual fosse a de se extasiar na contemplação do deus vivo, costumava descrever para nós, em conversas com pequenos grupos, a participação de Stálin naquele conclave, onde, aliás, se limitou a fazer breve discurso, naturalmente genial.

— O Velhinho ficava sentado ali, e todo o mundo o olhava com carinho. Os médicos proibiram-no de fumar, mas o carinho dos camaradas soviéticos por ele é tamanho que o camarada General Proskriébichiev, seu secretário particular, de quando em quando se levantava e ia, com um cachimbo fumegante seguro nas duas mãos, passá-lo duas vezes por baixo das narinas do camarada Stálin. E assim, o camarada Stálin, respirando normalmente, sentia o cheiro do fumo e tragava um pouco de fumaça, sem sequer tocar no cachimbo. Durante o tempo todo do Congresso, o camarada General Proskriébichiev cuidou assim do Velhinho.

Essa cena tão degradante, típica do despotismo asiático, deve ter ocorrido tal e qual: Arruda não possuía imaginação para inventá-la, nem necessidade de fazê-lo. Ademais, esse Proskriébichiev, um daqueles generais de mentira, que nunca passaram pelas academias militares nem pelos campos de batalha, foi quem introduziu na vasta literatura comunista de exaltação a Stálin a qualificação de “pai amado”. Um artigo de sua autoria, transcrito em *Problemas* (janeiro— fevereiro de 1952, Rio), tem o seguinte título: “O Camarada Stálin — Pai Amado e Grande Mestre”. Não lhe faltavam, pois, qualidades para manejar o turíbulo.

Em Moscou, José Souza portava-se ante os soviéticos com insuperável humildade. Nossos colegas são testemunhas de que ele jamais falou de cabeça erguida com seus chefes soviéticos. Quando o diretor da Escola, ou Sivolóbov, ou Koriônov o chamava, ele baixava a cabeça e, nessa posição, o escutava. Em nosso grupo oposicionista, cujo espírito crítico se aguçava, houve mesmo quem comentasse:

— Se o Souza for levado à presença do camarada Malienkov, vai cumprimentá-lo abraçando-lhe as pernas, como os negros brasileiros, logo após a abolição da escravatura, ainda faziam quando encontravam seus antigos senhores.

Os camaradas mais fiéis, mais disciplinados, procediam com a mesma humildade e veneração ante os soviéticos. E seria injusto dizer que agiam dessa maneira por interesse imediatista. Pável, por exemplo, era um homem sincero e dedicado, de bravura pessoal comprovada, tendo participado de muitas lutas, inclusive em países estrangeiros, pela causa que abraçara. Não era um adventício, um aventureiro, e no entanto, em plena assembleia, acusou André de fazer ataques ao Comitê Central do PCUS. E que fizera André? Apenas profligava, em conversas com os colegas, certas atitudes infantis de Minieiev, um jovem tradutor, que certo dia foi pilhado espionando por uma abertura entre a parede e o teto do banheiro a esposa de André banhar-se. Mas, para Pável, não só os tradutores, como até os lixeiros soviéticos eram sagrados, e acusá-los seria acusar o Comitê Central do PCUS.

Os Pável, Mônatche, Mur Enra, as mocinhas que bajulavam Sousa e o próprio Souza passavam de ônibus, a caminho de Moscou e viam casebres de madeira, cuja existência podia ser explicada como herança ainda do tsarismo ou como resultante das dificuldades causadas pelas destruições de guerra. Mas eles proclamavam logo que a casa era muito confortável, de ótima madeira, e suspiravam hipocritamente: “Vê lá quando é que um operário brasileiro pode ter uma casa assim!”.

A mesa, numerosos pratos desagradavam ao nosso paladar. Mas ai de quem não comesse ou dissesse que não gostava! Havia sempre um bajulador para protestar:

— Pois para mim está muito gostoso. Na minha casa eu não comia assim. Se tu comia melhor do que isto — acrescentava, à guisa de insulto — é porque tu era um burguês!

Ou então:

— No fundo, isso é nacionalismo. Para você só é bom o que é do Brasil!

Às vezes o bajulador não conseguia reprimir sua sacrossanta ira, e explodia. Porque eu dissesse certa vez que não gostava dum peixinho cru, aliás muito apreciado pelos russos, um companheiro de mesa vociferou:

— Que diabo, homem! Tu acha ruim tudo que é soviético!

E como um detetive farejando algo no ar:

— É até de se desconfiar...

Se alguém sentado trançava as pernas, chegava um membro do comitê e reprochava-lhe:

— Toma jeito! Olha que não estás no Brasil, e sim na União Soviética. Isso é falta de respeito aos camaradas soviéticos!

A bajulação se manifestava também no medo — medo de fazer os pedidos mais simples, medo até de estranhar qualquer coisa. Um dia, abrimos a torneira do samovar, que se achava cheio de água, e estranhámos que estivesse morna. Conforme soubemos depois, os soviéticos tinham a mania de ferver a água potável. Mas Mônatche, presente, apressou-se a justificar:

— É assim mesmo. Os cientistas soviéticos descobriram que água morna é melhor para a saúde!

Durante os primeiros vinte dias nós tomávamos chá quase amargo, porque a quantidade de açúcar que nos serviam, no refeitório, era insuficiente, ao menos para nosso gosto. Mas ninguém ousava pedir um tablete mais, porque a ordem era não pedir coisa alguma e considerar ótimo tudo quanto recebêssemos. Quando um colega falou com Souza que o açúcar servido não era bastante, ele se limitou a replicar que durante a guerra os camaradas soviéticos dispunham de muito menos açúcar e nem por isso deixaram de combater. Felizmente, um tradutor descobriu que

queríamos mais açúcar, falou com o diretor, que achou muita graça (“temos produção suficiente para enterrar vocês todos numa montanha de açúcar”, disse) e resolveu o caso.

O russo gosta muito de beber. Mas nós fomos declarados oficialmente abstermos. Serviam-nos à mesa, aos domingos, um refresco semelhante ao nosso guaraná. Mas, nada de álcool. Certo dia, um jovem ajudante de cozinheiro passou por nós, de noite, retirou do bolso da calça uma garrafa de vodca e nos explicou, mais por mímica do que por palavras, que ia esvaziá-la na festinha da aldeia. Ficamos mortos de inveja. Um colega pilheriou:

— Não fiques de Olho grande; trata de fazer a revolução e depois poderás beber.

Foi André Vitor — que já se encontrava na URSS fazia mais de um ano, quando recebeu ordem de incorporar-se à nossa turma — quem conversou com o diretor da Escola, Alieksandr Pávlovitch, sobre nossa reivindicação de beber cerveja aos domingos, e de vez em quando vodca.

— Assim isto até parece um mosteiro — ponderou ele. O diretor concordou com a observação. A reivindicação foi atendida.

Os bajuladores tinham bem clara a noção de hierarquia, e não vacilavam em se colocar ao lado de um soviético, mesmo contra um membro do próprio comitê dirigente, como aconteceu em relação a Filipe, quando o professor Iéssin tratou de ridicularizá-lo.

Iéssin ensinava Filosofia, era um indivíduo simpático, vermelho, rechonchudo, bem-humorado e o menos dogmático de todos os nossos professores. Após a guerra, esteve como censor de um jornal em Berlim, e creio que nessa função aprendeu a querer mal a jornalistas; eu mesmo, por isso, fui alvo de vários ataques seus. E embora Filipe jamais tenha sido jornalista profissional, aparecia como tal, em sua autobiografia, por ter sido diretor de um jornal do PCB.

Esse professor acabara de completar uma aula, que se prolongara por alguns dias, num total de seis horas, se bem me lembro, em torno do tema “O Papel do Indivíduo e das Massas na História”, à luz do materialismo histórico. Franqueou então a palavra aos alunos para dirimir quaisquer dúvidas. Nosso Filipe fez a seguinte pergunta:

— Professor, pode-se então dizer que Hitler desempenhou um papel na História?

Iéssin fez uma careta, como se produzida por dor súbita e aguda, recompôs-se, deu uns passos para cá e para lá, com suas pernas curtas, e de modo negligente, assim falou:

— Essa pergunta me faz recordar um fato ocorrido aqui na União Soviética, ao tempo da coletivização da agricultura. Tratava-se de mecanizar a lavoura, e os técnicos iam ao campo, reuniam em torno de si os camponeses, desmontavam e tornavam a montar as máquinas, os tratores, faziam uma preleção sobre a maneira de usá-las, dando assim uma lição ao mesmo tempo teórica e prática. Numa dessas vezes, terminadas a demonstração e a preleção sobre o funcionamento de um trator, o técnico perguntou:

— *Iassna? (Claro?)*

— *Vciô iassna (tudo claro)* — respondeu um camponês, adiantando-se. — Está tudo perfeitamente claro. Só tenho uma pequena dúvida: onde é que se engancha o cavalo para puxar o trator?

Todos os alunos acharam graça, mas os bajuladores sobretudo dobravam-se ao meio de tanto rir. Filipe ficou corado até a raiz dos cabelos. Ao retirar-se da sala, em meio às risadas de seus companheiros de Direção e dos bajuladores notórios, pareceu-me que a indignação e a vergonha lhe avermelhavam e umedeciam os olhos. Passou por mim, desabafou:

— É assim que eles nos tratam! Para eles não passamos de uns pobres diabos semicoloniais

Quanto a Souza, que era um cordeiro ante os leões soviéticos, parecia um leão reinando sobre os cordeiros do Coletivo. Pequeno, mirrado como um fruto peco, erguia a cabeça e sacudia a juba quando se via rodeado pela admiração e pela lisonja dos Mur Enra e das mocinhas que esvoaçavam em torno, lhe perguntavam coisas e o acompanhavam, duas ou três de cada lado, pelos passeios no quintal. Sentia-se um rei naquela minúscula corte feminina.

Certo dia datilografei um artigo e o entreguei a Filipe, que era o diretor do jornal-mural. Nesse artigo, a certa altura, eu criticava Souza por

se deixar bajular por essas camaradas. Mas, Filipe, alegando que o artigo estava longo, propôs amputá-lo, e precisamente na parte que tocava nesse assunto. Sua posição era compreensível; o artigo não foi publicado. Mas na primeira assembleia, eu e outros colegas pudemos levantar a questão, dando os nomes aos bois. A reação de Souza foi defensiva e só consegui passar à ofensiva em relação a um companheiro que, em vez de bajuladores, empregou o termo de baixo calão *puxa-saco*. Astuto, ele agarrou-se a essa palavra, examinou-a, fulminou-a e invectivou o companheiro que a utilizara.

Somente anos mais tarde eu pude verificar que aquela bajulação não era por acaso nem gratuita. Os bajuladores mais firmes foram todos premiados com uma vertiginosa ascensão na hierarquia partidária. Um jovem operário paulista, descendente de espanhóis, que vivia sempre impecavelmente penteado, e Mur Enra, o crioulo metido a tenor, subiram diretamente da base ao Comitê Central, sem sequer passar pelo estágio habitual de suplente; mais de metade da corte feminina do reizinho enfezado, foi hasteada à suplência do Comitê Central. As promoções foram feitas enquanto estávamos no curso, pois nesse ínterim realizou-se no Brasil o IV Congresso do PCB, sendo aí, por indicação de Souza, demitidos de suplentes do CC André Vítor, Fálitch e outros companheiros. Em seus lugares subiram os protegidos do ditador de nosso coletivo.

Quando, em 1956, regressei ao Brasil e fui assistir a uma reunião do CC e verifiquei que lá estavam todos esses bajuladores de Souza, pressenti que aquilo era sinal de algo mais grave, e disse para mim mesmo:

— Alguma coisa está podre na direção do PCB!

6. A batalha contra o claustro

Disseram-nos, ainda no Brasil, que ficaríamos estudando na cidade mesma de Moscou, teríamos aulas de segunda a sexta-feira e, aos sábados pela tarde e aos domingos, sairíamos em grupos de três a passear na cidade. A realidade, porém, foi diferente. Passamos três meses encerrados na Escola, tendo apenas como menagem um vasto quintal todo cercado por muros de três metros de altura e policiado por guardas durante toda a noite. Dentro dessa mesma área havia um edifício não terminado de construir, onde residia o diretor; junto ao portão, um casebre de madeira onde viviam alguns empregados mais subalternos. Passeando pelo quintal, começávamos a falar sobre o assunto da saída. Souza chegou a reafirmar ali que sairíamos, mas os dias se passavam e não se voltava a falar no assunto.

Por que não nos deixavam sair? Só muito tempo depois se foi evidenciando que os burocratas do PCUS tinham medo de nós. Em cada aluno viam um possível agente do imperialismo americano infiltrado nas fileiras do movimento comunista. Quando lá chegamos, a primeira providência deles foi recolher nossos passaportes. Tínhamos levado prontas nossas autobiografias em forma resumida. Cerca de um mês depois, tivemos que fazer outras, mais detalhadas, para que vissem se caíamos em contradição, se havia algo suspeito.

Entretanto, aquilo que adotavam como medida de segurança para eles era-nos apresentado como medida de segurança para nós. Faziam circular contos policiais sobre o que sucedera, por exemplo, a uma turma de japoneses: saíram à rua e foram fotografados, sem que o notassem, por espões da embaixada nipônica. Resultado: quando chegaram ao Japão, foram presos, identificados, torturados e fuzilados. Verdade? Mentira?

A história dos japoneses não nos atemorizou. Continuávamos trancafiados, mas querendo sair. Aliás, éramos a totalidade os que queríamos sair, inclusive Souza, Mônatche, Filipe, a Direção inteira, embora somente uns dez camaradas se manifestassem abertamente nesse sentido, nas conversas de corredores. Crescia o número de ouvintes dessa reivindicação. Eles a apoiavam com sua presença e com seu silêncio. Até mesmo os elementos tidos como espões do comitê dirigente eram bem-

vindos, porque a nós o que interessava era que a onda se avolumasse, subisse e provocasse uma definição clara. Quando vamos sair? Não fazíamos esta interpelação diretamente aos chefes, mas a seus prepostos. E insistíamos tanto e murmurávamos tanto que o ar se encheu de nossas reclamações. Não faltou quem quisesse desmoralizar nossa campanha, emprestando-lhe segundas intenções. Quando alguém dizia que desejava ir à cidade para ver uma livraria, espiar uns livros, assistir ao cinema de três dimensões, logo surgia um gaiato desenhando no ar curvas femininas, com as duas mãos, e comentando:

— Livraria, hein?! Três dimensões, hein?!

Mas isso não surtiu efeito. E vieram as mentiras, os engodos, as promessas, as explicações inconvincentes. Primeiro era porque ainda não possuíamos documentos de identidade russos. Mas não tínhamos os passaportes? Os passaportes não serviam: os soviéticos não entendiam nem o alfabeto latino, acabaríamos praticando uma bobagem e sendo presos — ficava bem? Afinal vieram os fotógrafos e nos fotografaram em 3x4 e depois recebemos o documento de identidade para estrangeiros, com os nomes de guerra quase sempre russos. A mim, por exemplo, me deram o nome de Pero Ostróvitch e assim constava da carteira de identidade.

Reacenderam-se nossas esperanças de sair. Quando vamos sair? Agora já tínhamos os documentos... Mas nos retrucaram: sair?! Com essas roupas talhadas pela moda capitalista? Seria uma provocação. Iríamos chamar a atenção dos espíões americanos, que nos fotografariam e, quando regressássemos ao Brasil, nos identificariam e mandariam cortar-nos as cabeças. O PCB e o PCUS não podiam estar gastando tempo e dinheiro preciosos para formar quadros revolucionário se entregá-los à polícia do inimigo de classe! Só quando tivéssemos roupas soviéticas é que poderíamos visitar Moscou. Além disso, a comida que nos serviam era demasiado gordurosa e dentro em pouco estávamos todos com vários quilos a mais e nossas roupas não podiam. mais abotoar.

E passaram-se dias, semanas, um mês, dois... Entrementes, eu me havia mudado do pavimento superior para o térreo, porque não podia subir escada — patinando, fraturara o pé esquerdo em dois lugares, fui ao hospital, voltei com a perna engessada e agora estava num quarto vizinho à sala de aulas. Havia quatro camas ali; numa delas dormia eu, nas outras três

dormiam um rapaz chamado Mao Nera, aliás muito ingênuo, de quem se dizia, por isso, que fora criado com avó; um dos espíões da Direção, Mur Enra, que vivia a ameaçar-nos de denunciar as infrações por nós cometidas, e Frutos Armas, que apreciava tudo por um ângulo humorístico. A propósito de nossa clausura, disse ele um dia:

— Quando voltares ao Brasil, Mur Enra, e te perguntarem como é Moscou, que é que tu vais dizer? Que Moscou é um quarto caído de novo, com quatro camas de metal, numa das quais dormias socialisticamente...

E todas essas coisas chegavam ao conhecimento da Direção e eram contadas nas reuniões do corredor, na sombria atmosfera carregada de fumaça de cigarro. Então as risadas explodiam. Filipe passava perto, sorria amarelo, às vezes dava tímido apoio, subia. Souza passava, baixava a cabeça, subia. E a onda crescendo. Até que chegou o alfaiate, tomou-nos as medidas e fabricou-nos roupas no melhor estilo proletário, com calças tipo boca de sino, tão largas que cobriam o sapato da ponteira até o calcanhar.

Mas depois das roupas, ficaram faltando os capotes. Enquanto isso, aumentava a agitação. E todos os meios indiretos de conjurá-la fracassaram. Primeiro foi o chamado individual a vários de nós para sermos submetidos a críticas e conselhos por parte da Direção. Chamavam um, depois outro ao comitê. Posteriormente, fizeram reuniões mais amplas para criticar alguns em conjunto. Mas, não conseguindo quebrar a onda agitacionista, resolveram apelar para o recurso definitivo: a assembleia do Coletivo.

Formara-se praticamente um bloco oposicionista dentro do Coletivo. E esse bloco não temia a assembleia, senão que a desejava. Alguns de nós tínhamos mesmo o propósito de reivindicá-la. Assim, quando se anunciou sua convocação, nós esfregamos as mãos de contentes: era a hora do combate.

Seria gabolice, porém, afirmar que brilhamos na luta. Aos primeiros ataques da Direção, tivemos várias defecções. Uns confessaram-se arrependidos de ter participado nas agitações; outros declararam que de fato foram envolvidos na onda, mas dela se retiraram em tempo. Restaram alguns, porém, em posição ofensiva, que lembraram as promessas feitas no Rio e em Moscou, que protestaram contra as suspeitas levantadas em relação aos que queriam sair. Em determinado momento, Souza foi encostado à parede e ficou dando explicações.

Findo o combate, as águas estavam divididas: de um lado, a maioria situacionista; de outro, a oposição, isto é, a resistência. Que iria acontecer? Souza relatou minuciosamente ao diretor da Escola o que ocorrera na assembleia. O relato percorreu os trâmites burocráticos. Alguns dias depois mandaram que nos vestíssemos, fizeram várias recomendações, disseram que íamos sair. Estava ganha a batalha contra o claustro.

Passamos a sair.

Ao todo, durante ano e meio, saímos de casa umas dez vezes. Fomos duas vezes ao Teatro Bolchói, uma vez ao metrô, uma vez em passeio de lancha pelo rio Moscou, uma vez à colina Lenin, para de lá assistirmos à iluminação da cidade, e aos fogos de artifício na noite de 1º de Maio, uma vez no 7 de Novembro de 1954, desfilando juntamente com alguns soviéticos da Escola do PCUS, na festa da revolução bolchevista, e umas quatro vezes a museus. Nos museus era onde mais nos demorávamos.

— Creio que cada um de nós veio a este mundo com uma quota de chateação a cumprir — dizia André Vítor. — Uma das formas mais horríveis de chateação é visitar museus. Ao sair daqui, nunca mais em minha vida visitarei um museu. Já cumpri minha quota.

Saíamos sempre em dois grupos. Cada grupo num ônibus sob o comando de um tradutor. A princípio, ordenavam que nos preparássemos para sair, mas não nos avisavam aonde iríamos.

— Aonde vamos?

— Onde os camaradas soviéticos determinarem — respondia Souza.

— Para que é que tu quer saber?! Que sujeito mais curioso! — censurava Mônatche.

Aproximava-se o tradutor Minieiev, passava em revista todos nós, como se fôssemos internos de um jardim de infância e tratava de ajeitar-nos a roupa. Se alguém estava com o paletó desabotoado, ele fazia um pequeno sermão (“não devemos chamar a atenção, camarada”) e o abotoava (“agora, sim”); se estava todo abotoado, ele tirava das casas dois botões (“basta este, camarada; é assim que se usa em nossa terra”). Corrigia-nos a posição do

chapéu, o laço da gravata, fiscalizava se estávamos de cachecol (“vai fazer frio, embora não muito; de todo modo, vá buscar seu cachecol”).

Quando desembarcávamos na cidade, ficávamos em fila indiana, e lá íamos quase cinquenta pessoas juntas, fazendo assim precisamente o que diziam ser necessário evitar: chamar a atenção sobre nós mesmos.

7. Enjaulados através da Rússia

Julho de 1954. Ansiávamos pela chegada desse mês, e afinal ele chegou. Iríamos percorrer a URSS, repousar do estudo estafante, entrar em contato direto com o povo, visitar cidades, tomar banho de mar — e tudo isso com liberdade, sem fazer fila indiana, sem estar preocupados com os espões da embaixada americana, com a humilhação de Minieiv a mexer em nosso chapéu, em nossa gravata, nos botões de nosso paletó.

O ambiente de escola e de internato suscitava em todos nós um estado de espírito próprio de colegiais e de internos, somente limitado e alterado pela nossa condição de bolchevistas.

O estado de internamento, a ausência da família e a falta de suas notícias (em ano e meio só pude enviar a minha senhora dois bilhetes datilografados, sem indicar procedência e sem assinar, sendo o signatário identificável apenas por um número; e recebi três cartas), o regime de terror e humilhação, tudo isso gerava em nós a indignação e a nostalgia. Mas nossa situação de estudantes, por outro lado, nos predispunha à pilhéria, à zombaria, ao riso fácil, ao sarcasmo. A ideia de férias, excursão, é que nos melhorou o estado de espírito.

Em junho já não conseguíamos dormir sem antes soltar as velas da imaginação e entressonhar todas as coisas juvenilmente agradáveis, vinculadas àquelas duas palavras — férias, excursão.

Quando pensávamos nas lutas revolucionárias que haveríamos de travar e na possibilidade de nela perecermos, esse pensamento estava sublimado e embelecido pelo sonho de que então já conheceríamos o mundo socialista em sua esplendente realidade: o camponês liberto e feliz, regressando do trabalho no *kolkhoz*, divertindo-se nas festas, ao som dos acordeões, com suas vestes coloridas; o operário ombreando com o engenheiro e com o diretor, todos sentindo-se igualmente donos da fábrica e da produção, que não tinham proprietários privados; a juventude risonha, a velhice despreocupada.

Conhecíamos a URSS assim, através do cinema, das revistas de propaganda, da descrição feita pelos companheiros que a haviam visitado.

Porém, mais convincente que tudo é a experiência própria, o conhecimento pessoal. E era essa a oportunidade que se abriria agora para nós. Esse pensamento alegrava nossa vida, enchia os nossos sonhos, compensava-nos dos dissabores. Com esse pensamento partimos de Moscou.

Fomos de trem até Górkí, daí seguimos num pequeno navio pelo Volga, com rápidas paradas e visitas a algumas cidades marginais, até Stalingrado, onde nos demoramos uns três dias. Daí, pelo Canal Volga — Don, alcançamos Rostov, lá no sul, e depois subimos, de trem, no rumo norte, até Leningrado e, finalmente, regressamos a Moscou. Tal o nosso trajeto, no período de um mês.

Visitamos fazendas coletivas, fábricas, usinas metalúrgicas, hidrelétricas em construção, a República Autônoma Tártara (20 minutos apenas), encravada em território russo, e museus, museus, museus. Nas fábricas, os diretores nos mostravam as máquinas, em seguida nos discursavam em seus gabinetes, citando números, que nós copiávamos, e por último nos banquetearam. Partíamos então para outra visita.

Conosco viajavam o diretor da Escola e uma tradutora, e cada um deles exercia sobre nós uma parcela de autoridade. Mas a autoridade suprema era Mikháilov, pessoa que nunca víamos antes e a quem fomos apresentados e entregues por Sivolóbov na estação de Moscou. A função dele, junto a nós, era a defesa do Estado soviético, e ele a cumpriu com rigor e eficiência inexecutáveis.

É preciso lembrar que, por essa época, nós tínhamos um ano de estudo intenso e sistemático do russo, podendo gaguejar muitas coisas nesse idioma, o que nos tornava particularmente perigosos para a segurança do Estado. As direções totalitárias não possuem alicerce. Apoiam-se sobretudo em forças imponderáveis — o terror policial, a censura, a delação, a desconfiança mútua. Por isso vivem apavoradas, e a própria sombra lhes mete medo. Nós éramos um pedaço da sombra bolchevista que se espalhava pelo mundo, e de nós próprios os dirigentes soviéticos tinham medo.

Em Górkí ficamos num hotel. Afinal, chegados a uma cidade do interior e sabendo que os funcionários da embaixada americana não tinham trânsito livre na URSS, sentimo-nos em segurança. Descemos, um colega e eu, à portaria do hotel e ali ficamos um minuto vendo a gente passear — rapazes e moças, em grupos, de braços dados; casais tranquilos caminhando

à beira do Volga. Respiramos o ar que corria livre pela rua, pela porta do hotel, pelos cabelos das moçoilas em flor. Mas antes que cruzássemos o meio-fio, já estava em nosso encalço um espião da Direção, com ordens terminantes para subirmos. Subimos. E Souza, o próprio Souza, mostrou-se irritado com a ordem que ia transmitir:

— Camaradas, ninguém deve descer à portaria do hotel, ninguém deve sair daqui de cima, sem permissão especial do camarada Mikháilov. E mesmo com permissão do camarada Mikháilov, só se pode sair à rua em grupo e acompanhado do camarada tradutor. Estas são as ordens dele.

Houve murmúrios, ponderações. E Souza, que por um instante fraquejara, faltando com a fidelidade a seus chefes soviéticos, dissolidarizando-se indiretamente de sua atitude, refletiu em tempo, desempenou-se, franziu o cenho e encerrou o assunto:

— Os camaradas soviéticos sabem o que fazem. As ordens são essas. E nós temos que cumpri-las.

Visitamos vários lugares, mas sempre em bloco, todos enquadrados no campo visual de Mikháilov. A bordo, sobre o Volga, descobrimos que Mikháilov entendia um pouco de inglês e tratamos, o jornalista Nacib Alekcio e eu, de fazer camaradagem com ele. Tratava-se de um homem baixote, bem nutrido, sempre com um boné sobre os cabelos postiços, um dente de metal branco na frente, riso curto e frequente. Descansava numa espreguiçadeira, no convés, com uma gramática russo-inglês nas mãos. Perguntamos-lhe:

— *Oh, do you speak English?*

— *Yes, yes, a little.*

Sorriu com agrado e surpresa, e exibindo seus conhecimentos:

— *The sun shines...*

Riu curto (eh, eh). E seu dente de metal branco também brilhava, de modo esquisito. Mas a tentativa de camaradagem não deu certo. Qualquer sugestão nossa era recebida com seu riso curto e a resposta:

— *No, it's forbidden for you.*

Nacib foi o primeiro a desistir. Encolerizou-se e disse que não ia mais “falar em inglês com aquele imbecil”.

Em baixo, na proa, na terceira classe, havia gente, a boa gente simples, trepada por todos os cantos em torno de um acordeonista. Alguns de nós descemos e confraternizamos com ela. Mas, Mikháilov, um olho na gramática e outro em nós, logo mandou chamar-nos e proibiu-nos que descêssemos. Em certa altura, num pequeno porto, o navio ia ficar uma hora parado. Vimos pessoas mais adiante banhando-se no rio. E fomos vestir nossos calções para nos atirmos à água. Mas Mikháilov fez eh, eh e balançou a cabeça que não. Ai houve quase uma insurreição. Até Filipe, membro do comitê dirigente, falou que era um absurdo. Finalmente, concederam-nos 10 minutos de banho, do qual, no entanto, desistiram vários colegas.

Aproveitando aquele momento de indignação de Filipe, comentei que era muito errada essa medida de nos privar do contato com a gente do povo. Porque — argumentei — é justamente no contato com essa gente que nós podemos fortalecer nossa convicção sobre o bem-estar e a satisfação em que vive o povo soviético. Mas ele, temendo acumpliciar-se comigo nas críticas, retrucou secamente:

— Nós não podemos ter dúvidas sobre a União Soviética.

Em Rostov levaram-nos a ver uma opereta, cantada em russo. No segundo ato, alguns companheiros que estavam sentados a uma mesa, tomando algum refrigerante, resolveram continuar ali conversando, pois o espetáculo lhes parecia desinteressante: não estavam entendendo nada. O olho de Mikháilov notou-lhes a ausência e quando os descobriu lá fora, quase os fulminou. A crítica mais amena foi a de que aquilo indicava desprezo pela arte socialista, suficiência pequeno-burguesa e outros xingamentos cujo sentido profundo e terrível só os iniciados podem captar. Mas houve também a insinuação de que aquilo de quererem ficar sós era muito suspeito.

Algo semelhante ocorreu em Leningrado. A viagem do trem — onde o regime era o mesmo, não se podendo sequer passar de uma classe para outra — foi monótona e cansativa. Chegamos, e nossa primeira reivindicação foi um banho: levaram-nos a um banheiro coletivo, trouxeram-nos de volta à sede da Escola do Partido, onde ficamos

hospedados, jantamos e fomos enviados para a cama. Visitas só no dia seguinte. Quatro colegas, porém, burlando a vigilância, deram um passeio de dez minutos pelas imediações e subiram. Aparentemente não tinham sido notados. Mas o olho de Mikháilov era infalível.

Nessa mesma noite houve uma sessão de crítica e autocrítica. Contaram-me, depois, que Souza, de cabeça baixa, parecia arrasado, como se fosse um dos réus. Quanto aos réus mesmos, que não tinham imaginado a extensão e gravidade de seu ato, ficaram mudos, petrificados, ante a catilinária de Mikháilov. O homem devia estar possesso, e imagino que nessa hora ele pusesse fogo pelas ventas, como um boitatá. Imagino isso porque um dos réus era meu companheiro de quarto, e quando lá entrou, de volta da sessão de crítica, parecia uma alma penada, uma assombração. Parou no meio do quarto e, quando pigarreei, ele sentou-se à beira de minha cama, segredando-me:

— Esse Mikháilov é um monstro! Ele era carcereiro de um campo de concentração... Juro que era... Só pode ter sido...

Durante a excursão, Alieksandr Pávlovitch, diretor da Escola, sentindo-se livre da principal responsabilidade em relação a nós, portou-se com bastante afabilidade. Não que fosse habitualmente grosseiro. Apenas, quando tinha seus problemas, seus aborrecimentos, não cumprimentava ninguém, fazia de conta que não nos via. Mas nessa excursão esteve sempre de bom-humor.

Por toda parte, como de praxe, nos serviam comida em abundância; eram quase banquetes diários. Mas não nos mostraram sequer o interior de uma casa particular. Como vive o operário russo, que coisas tem ele em sua casa? Que espaço ocupa, como são suas habitações? Mesmo em Stalingrado, já reconstruída em dois terços, uma cidade nova em folha, feita sob medida, como obra definitiva do socialismo — não nos mostraram o interior de uma residência de operário. Apontavam-nos os prédios e diziam-nos: “Toda esta rua é habitada por trabalhadores da fábrica tal”, mas não nos convidavam para penetrar em nenhum apartamento. Somente numa fazenda coletiva modelo é que nos mostraram o interior de uma residência de família camponesa — fato isolado que não servia para demonstrar coisa alguma, nem a favor nem contra.

Nos raros contatos que tivemos, nas raras perguntas concretas que formulamos (porque nós mesmos tínhamos receio de fazer perguntas que pudessem ser consideradas indiscretas e atrair sobre nós a suspeita dos soviéticos), as respostas eram vagas, reservadas ou esquivas. No cruzador “Aurora”, que teve papel saliente na Revolução de Outubro, e que hoje se acha transformado em museu, um colega nosso perguntou a um marinheiro da guarnição quanto ganhava ele. O marujo hesitou, hesitou, e disse:

— O que eu ganho é suficiente para viver.

Não sei se consegui dar uma ideia do que foi essa excursão. Posso acrescentar, no entanto, que nos sentíamos como feras enjauladas sendo exibidas através da Rússia e que, em face do regime nela vigente, nosso mosteiro parecia um paraíso perdido, um pequeno mundo de liberdade e encantos mil. Os últimos dias de viagem estavam intoleráveis. Afinal, na Escola, podíamos jogar voleibol, dominó, futebol... havia duas mocinhas, filhas do administrador, que estavam passando as férias por lá; eram simpáticas e amáveis e, como observara Pável, davam um toque de alegria ao ambiente... havia os discos de música brasileira para matar saudades... um vasto quintal, maior que o navio sobre o Volga, maior que o trem de ferro... e sobretudo não havia a figura sinistra de Mikháilov, com sua peruca, seu dente de metal branco, seu riso curto (eh, eh...), suas proibições.

Quando saltamos do trem em Moscou e entramos nos ônibus que nos conduziram à Escola, não contivemos nossa alegria e nos pusemos a entoar em coro canções brasileiras. E ao se abrir o vasto portão de nosso mosteiro, foi como se penetrássemos no próprio reino da liberdade. André Vítor, emocionado como uma criança, começou a cantar, com todo o vigor que o peito magro lhe permitia, estes versos do Hino da Independência do Brasil:

“Liberdade, Liberdade,

Abre as asas sobre nós...”

8. O amor desafia a Sibéria

Naquele ambiente monástico, qualquer sentimento de afeição de uma pessoa por outra era condenado e perseguido. A amizade ou o amor dos comunistas só poderiam ser dedicados a essa entidade mística que se chama o Partido. Relatamos o caso de Fálitch, recém-casado, a quem mantiveram separado de sua esposa nos primeiros tempos da Escola. Mas esse Fálitch, cujo nome real é Carleto Ferrer Favalli (e o declino porque ele já rompeu com o PCB), além de amar a sua esposa, se dava ao luxo de ter amizade por um colega, criando assim mais um caso que passo a narrar.

Eles tinham o hábito de passear juntos pelo quintal, de manhãzinha, os dois sozinhos ou os dois mais a mulher de Carleto. Conversavam, recordavam coisas, riam, trocavam ideias. Por esse inominável crime, foram advertidos pela direção do Coletivo. Mas achando que nada de mal praticavam assim contra o Partido, prosseguiram em seus passeios, embora mais espaçadamente. Novas advertências; artigos datilografados surgiram no jornal-mural, criticando-os, até que o caso culminou na assembleia do Coletivo. Nessa assembleia os dois impenitentes se defenderam como leões: explicaram que sua amizade era sã, formada na fábrica em que trabalharam juntos e consolidada no Partido, para o qual entraram juntos e no qual participaram juntos de tantas greves, comícios e outras lutas em defesa de sua classe.

Mas eram apenas dois contra uma maioria hostil, sem contar sequer com um gesto público de apoio de nossa parte, isto é, daqueles que não os hostilizávamos, que não estávamos contra sua amizade, que não víamos crime algum nisso, mas que não tínhamos coragem de defendê-los para não incorrerem no “crime” de cumplicidade. José Souza, inflamado, verberava-os, e se tornava eloquente: aquilo era atitude contra a Direção, atitude anticomunista; todos ali se estimavam, mas não havia ninguém que vivesse como eles viviam — confabulando, trocando língua, formando opinião comum. O só fato de estarmos no PCB — prosseguiu o abnegado déspota — indicava que amávamos a humanidade, nosso povo, nossos companheiros; que esta era uma amizade de tipo superior, sem egoísmos; já a amizade deles era diferente, como que uma discriminação em face dos outros companheiros; e no fundo, que ninguém se iludisse, um começo,

uma tentativa de formação de grupo, e o PC, como partido bolchevista, monolítico, não tolerava grupos em suas fileiras.

E atrás de Souza desfilaram outros acusadores. Um deles, Pável — decerto uma das pessoas mais amáveis e mais subservientes que o céu cobre — usou da palavra para comprovar, com fato concreto, as afirmações de Souza; e lembrou que, na reunião anterior, os dois amigos manifestaram pontos de vista semelhantes sobre a organização interna do Coletivo.

Hoje penso que se essa assembleia tivesse sido transportada diretamente para um palco, a plateia daria gargalhadas estrondosas, supondo tratar-se de uma farsa engraçadíssima. E no entanto era tudo muito sério. Poucos meses depois reuniu-se no Brasil o IV Congresso do PCB. Carleto e seu amigo, que eram membros suplentes do CC, foram destituídos sumariamente desse organismo.

O mesmo destino — exclusão do CC — teve André Vítor, que também era suplente daquele organismo. De temperamento irrequieto, exacerbado ainda mais por certa enfermidade, foi dos mais ativos e corajosos membros do grupo de resistência. Além disso, sua esposa também fazia o mesmo curso. De modo que ele desafiava duplamente os poderes monacais: tinha atitudes heréticas em relação aos dirigentes do Coletivo e repartia com sua esposa o sentimento de amor que outros camaradas consagravam por inteiro ao Partido. E um dia chegou a Moscou um dos secretários do PCB. Tratava-se de Almeida, um rapaz outrora modesto, que fora artesão no Rio Grande do Sul, mas a quem o Partido convertera num indivíduo cheio de empáfia. Esse indivíduo, numa reunião do Coletivo, esbravejou, ameaçando a todos, sem quê nem para que, ou melhor, somente para que seus patrões soviéticos vissem como ele era um “duro” e não um “liberal”. E em meio dessa arenga gratuita e rumorosa, gritou, visando a atingir André:

— E quando chegarem ao Brasil, vai-se acabar essa história de marido e mulher juntos; um vai para o Norte, outro para o Sul.

II — O KOMINFORM POR DENTRO

Naquele recinto cercado por muros altos e soldados de armas embaladas, num subúrbio velho de Bucareste, funcionava a redação de um estranho jornal, com o quilométrico título de *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*. Semanário, com apenas quatro páginas, circulava no mundo inteiro em vinte e uma línguas. Nele se publicavam as palavras-de-ordem que iriam mobilizar a opinião de milhões de pessoas em favor das posições soviéticas no cenário internacional.

O Kominform, que desde sua fundação, em 1947, publicava esse jornal, constituía em verdade um departamento especial da Seção Estrangeira do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. E sua dissolução, em 1956, foi ditada por considerações táticas do governo soviético. Pelas mesmas considerações, o Kominform, com diferente fachada mas com os mesmos fins, foi reorganizado em Praga, menos de dois anos depois, em torno da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*.

1. Voando para Bucareste

Após cinco horas de vôo direto, no avião especial do Kominform, desembarquei em Bucareste por volta das 12 e meia, num dos primeiros dias de fevereiro de 1955. O campo de pouso era também especial para o Kominform, e sua aeronave gozava na Romênia do direito de extraterritorialidade. Nela podiam ser transportados pessoas, documentos, objetos, sem que sofressem a menor fiscalização por parte das autoridades romenas, tanto na saída como na chegada. Não tive, pois, que mostrar meu passaporte a ninguém, nem abrir as maletas.

Esperava-me no aeroporto o tradutor Kárpov, que trabalhava com Sera, o representante argentino. Ele não sabia meu nome, mas sabia que eu era brasileiro, e foi fácil identificar-me, pois todas as outras pessoas que vinham no avião eram russas. Saudou-me, apresentou-se, enfiou minha bagagem no automóvel e partimos. Atravessamos algumas avenidas novas e de boa aparência, depois penetramos num cipoal de ruas estreitas, sinuosas e sujas, desembocamos numa viela com casas só de um lado, defrontando um muro alto e extenso, ao fim do qual nos detivemos diante de vasto portão de ferro, guardado por milicianos. Kárpov mostrou-lhes a permissão especial para que eu entrasse, o carro atravessou o portão e parou junto a algumas árvores, onde fiquei esperando que o tradutor providenciasse meu *própusk*, isto é, um salvo-conduto para transitar pelos portões daquele recinto cercado de altos muros, onde funcionavam as instalações do Kominform. Logo que saímos do campo de pouso, Kárpov me perguntou se eu tinha uma foto pequena, de mim mesmo, e que nome iria usar dali por diante, a fim de que ele tratasse imediatamente do *própusk*. Eu tinha a foto, dei; quanto ao nome, pusesse RIBEIRO.

Quando ele regressou, uns quinze minutos depois, eu cochilava no automóvel, sob as vistas indiferentes do motorista romeno, habituado a transportar para ali gente das mais variadas nacionalidades. Recebi meu documento, cruzamos de novo o portão e fomos para a casa do argentino, que ficava a uns trinta passos, no arruado em frente. A família dele se achava em Praga e eu ocupei um quarto em seu apartamento. Ele já me esperava e, feitas as apresentações, Kárpov deixou-nos; em seguida partimos os dois para almoçar no restaurante da organização, dentro do

recinto murado. E às 15 horas apresentei-me a Românov, redator-chefe do jornal *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, que respondia por Main, então em Moscou. Começaram aí minhas atividades no Q.G. do movimento comunista internacional.

Durante o trajeto aéreo, ao contrário do que acontece nas viagens normais, não fiz camaradagem com ninguém: em cada passageiro eu enxergava um ser misterioso, incumbido de tarefas secretíssimas destinadas a aluir, em alguma parte do globo terráqueo, as muralhas do capitalismo. O mesmo pensariam eles de mim. E essa recíproca suposição tornou-nos incomunicáveis.

Limitei-me a alternar momentos de sonolência com momentos de reflexão. Fazia esforços para reintegrar-me na realidade, para admitir como naturais todas as coisas esquisitas que se passaram comigo até pouco tempo antes. Tudo começou quando, ainda na Escola, Souza me pediu que o acompanhasse, pois precisava falar comigo em particular; imaginei logo tratar-se de alguma penalidade contra mim. Ao entrar no quarto, minha suspeita se robusteceu: ali estava Almeida, um dos secretários do CC do PCB, recém-chegado do Brasil. Magro, comprido, cara angulosa, posava de Lúcifer. Dias antes, ele participara de uma assembleia do Coletivo, na qual fizera ameaças gerais e gratuitas. Ao defrontá-lo, pensei que se houvesse iniciado um acerto de contas com cada um dos rebeldes e que chegara minha vez.

Estávamos sentados os três. Mansamente Souza me foi fazendo algumas críticas, recordou que meu comportamento na Escola não tinha sido bom; que desde o início eu me colocara numa posição hostil ao comitê dirigente... Interrompia-se, pigarreava, prosseguia. Até então eu estava com mais curiosidade do que medo; não podia conceber que espécie de sanção me poderia ser aplicada antes de meu regresso ao Brasil. Mas eis que ele mudou de tom e passou a fazer moderados elogios e por fim comunicou que a direção do Partido resolvera confiar-me outra honrosa tarefa, como oportunidade para que me reabilitasse dos erros que ele acabava de mencionar.

Houve uma pausa. Com um gesto de cabeça, ele transmitiu a palavra a Almeida. Este, derreando-se mais no espaldar da poltrona, explicou que eu fora escolhido para participar na direção colegiada do seminário *Por*

Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular, que se editava em Bucareste como órgão oficial do Kominform. Frisou o caráter absolutamente sigiloso e extremamente importante da missão para que me designaram o Secretariado do Partido e o camarada Prestes, em nome do Comitê Central. Recomendou que, por isso, ao me despedir dos colegas, lhes dissesse simplesmente ter sido chamado com urgência para o desempenho de uma tarefa no Brasil. Estalou uma palmada no braço da cadeira, dando o assunto por encerrado. Eu ainda quis saber pormenorizadamente quais as minhas funções, formas de contato com o Brasil, se havia tempo fixo para lá permanecer. Empurrando as mãos abertas em minha direção, como a devolver-me as perguntas, Almeida disse apenas que tudo me seria explicado pelo camarada Mitin. Era como se me jogasse de uma esfera para outra: agora eu ia ser uma peça do aparelho central do movimento comunista internacional, girando na sua órbita, regendo-me por suas exigências e por sua disciplina.

Desde esse momento não tive mais tranquilidade. Tudo me parecia demasiado estranho e suspeito, inclusive o laconismo da comunicação e a pobreza de dados sobre minha tarefa. Não conseguia explicação para essa preferência de que fora alvo — representar no Kominform o Comitê Central do PCB, organismo ao qual eu não pertencia, se bem habitualmente participasse de suas reuniões e tivesse exercido várias funções que, pelo estatuto, são reservadas a seus membros. Além disso, eu formava, na Escola, entre os opositores ao grupo dirigente, apesar de que, na última fase do curso, se houvessem atenuado as discrepâncias e os atritos.

Na véspera da partida, lembrei a Souza que ainda não me haviam devolvido o passaporte, e ele respondeu que tudo seria providenciado em tempo. Decerto Sivolóbov virá hoje e o trará, pensei. Ele veio, para me levar no dia seguinte, dormiu na Escola, mas nada me falou a respeito. Continuei achando esquisito. No automóvel, com ele, de madrugada, não pude afastar minhas preocupações. Rodávamos em direção à cidade, depois em direção ao aeroporto, e nada do passaporte. Era isso o que mais me intrigava. E tive nítido o pressentimento de que iam mandar-me para a Sibéria e não para Bucareste. Sivolóbov dizia uma tolice qualquer, sorria, e eu cuidava lobrigar algo de maligno em seu sorriso. Bucareste? Sibéria?

Até então eu desconhecia a história dos hediondos crimes stalinistas, dos campos de concentração e dos fuzilamentos de pessoas por simples

divergências com a direção do Partido. Muitas vezes, no Brasil, sorri com desprezo ou me encolizei ante as referências feitas na imprensa a desteros para a Sibéria, a campos de concentração soviéticos, como se fossem miseráveis calúnias. Mas todo aquele ambiente sombrio de humilhação e desconfiança, na Escola e sobretudo na excursão pela Rússia, substituiu em meu espírito a certeza pela dúvida — a mesma dúvida que teria assaltado meu companheiro em Leningrado, quando veio dizer-me que Mikháilov só poderia ter sido carcereiro de campo de concentração.

Existiria ainda o degredo siberiano, de fato, ou somente na imaginação dos correspondentes estrangeiros? Recordei-me do ditado proferido numa assembleia do Coletivo por um colega nosso, operário gaúcho : “Quando se diz que uma vaca é ovelha, alguma mancha ela tem”. O carro rodava pela estrada, madrugada adentro. Tratei de construir mentalmente algumas frases em russo, curtas, incisivas, de denúncia, para gritá-las em caso de necessidade. Por fim chegamos ao aeroporto e terminou o pesadelo: já dentro do avião, recebi de Sivolóbov meu passaporte, um abraço e votos de felicidade em minha nova tarefa.

2. A nova internacional

O Kominform foi fundado em setembro de 1947, na chamada Conferência dos 9 Partidos, que se realizou de 22 a 27 daquele mês na cidade polonesa de Szklarska-Poreba. Lá estavam, representando seus partidos comunistas, os dirigentes soviéticos Andriei Jdânov e Guiórgui Malienkov, os franceses Jacques Duclos e Etienne Fajon, os italianos Luigi Longo e Eugenio Reate, os iugoslavos Edvard Kardelj e Milovan Djilas, os tchecoslovacos Rudolf Slansky e Stefan Bastovansky, os poloneses Wladislaw Gomulka e Hilary Minc, os húngaros Josef Revai e Mihaly Farkas, os romenos Gheorghiu-Dej e Anna Pauker, os búlgaros Vilko Tchervênkov e Vladímir Poptomov¹. A Albânia, pequenina demais, não mereceu a honra de ser convidada.

Decidiu-se criar novo instrumento para unificar os principais partidos comunistas da Europa, precisamente aqueles representados na reunião, dando-lhes como sede Belgrado. Esse instrumento, a que se denominou Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários², ficou com a tarefa de editar um jornal semanário sob o título, dado pelo próprio Stálin, de *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*. Era a nova internacional comunista que se formava.

¹ Não resplandeceu por muito tempo a estrela dos fundadores do Kominform. Como observou Eugenio Reale, em livro recente, Jdânov morreu misteriosamente pouco tempo depois dessa reunião; seu companheiro Malienkov subiu ainda mais para depois cair pesadamente no ostracismo; Kardelj, com todo o seu partido, expulso do Kominform; Djilas e Farkas, presos; Slansky e Bastovansky, assassinados; Minc, no ostracismo; Gomulka, preso, reabilitado e hoje de novo no poder; Pauker, em completo ostracismo; Poptomov, morto em 1952; e o próprio Reale rompeu com o PC italiano e com o movimento bolchevista. Das delegações àquela reunião, só permaneceu intacta até hoje a francesa.

² Desde o início, a imprensa ocidental passou a chamar o Bureau de Informação de *Kominform*, por analogia com a sigla *Komintern*, formada das palavras russas *Kommunistícheskii Internatsional* (Internacional Comunista). Kominform seria, pois, a sigla do *Kommunistícheskaia Informátsia* (Informação Comunista), que não existia com esse nome. Mas foi ela que se tornou conhecida no mundo inteiro, e não a sigla oficial, que era *Informbiurô*. A princípio os comunistas identificavam na sigla *Kominform* uma provocação da imprensa burguesa, mas, por fim, Khrustchov a utilizou, dando-lhe, pois, foros de legitimidade no movimento comunista internacional.

O chefe da delegação soviética, Andriei Jdânov, pronunciou um informe em que deixou claras as origens e finalidades do Kominform nos planos econômico, político e partidário. No plano econômico, a questão estava vinculada ao Plano Marshall, através do qual os Estados Unidos começaram a fazer cair sobre a Europa uma chuva de ouro, dedicando à reconstrução da França, Inglaterra, Alemanha e outros países a soma colossal de 60 bilhões de dólares. Stálin ficou apavorado, temendo que assim escapassem a seu controle alguns países onde já predominavam os partidos comunistas.

E de fato seu temor não era infundado, pois a Tchecoslováquia, por exemplo, se dispunha a aceitar a ajuda contida naquele Plano. O primeiro-ministro Gottwald chegou a arrumar as malas a fim de ir encontrar os americanos na França, mas recebeu do Krêmlin ordens em contrário e, sem desfazer as malas, partiu imediatamente — não, porém, rumo a Paris e sim a Moscou. Stálin bem sabia com quem estava tratando. Gottwald passara todo o tempo da II Grande Guerra na União Soviética, em Ufá, longe da linha de frente, regressando a seu país para, na prática, receber o governo que lhe ofereciam, na ponta de suas baionetas vitoriosas, as tropas soviéticas. Não tinha, pois, moral para contrariar o senhor do Krêmlin, de quem ouviu acre censura, desistindo de uma vez por todas do auxílio americano.

Contudo, para aqueles países de *nova democracia*, como se intitularam inicialmente, devastados pela guerra e sem poder contar com ajuda substancial da URSS, empenhada em sua própria reconstrução, o ouro do Plano Marshall continuava a exercer, com seu brilho metálico, forte atração. Convocou-se então a Conferência da Polônia, onde Jdânov dedicou parte importante de seu informe a combater esse Plano. E ao explicar por que os soviéticos se recusaram a entrar em acordo a respeito do mesmo, frisou: “Se, ao contrário, a URSS tivesse aceitado participar dos tratados, seria fácil atrair para a ratoeira da “reconstrução econômica da Europa com a ajuda da América” os países do Este e do Sudoeste da Europa”. Unificando, através do Kominform, os partidos comunistas de tais países, a URSS cuidava de converter essa região em esfera exclusiva de sua influência econômica.

No plano político, o objetivo imediato era consolidar a dominação comunista nos países do Sudoeste europeu e fazer com que os comunistas

na Europa Ocidental passassem à ofensiva contra a influência política externa dos Estados Unidos. Nas *novas democracias*, chegara-se à supressão da colaboração entre os comunistas e outros partidos e, portanto, da própria democracia, posto que os P.C., apoiados nas tropas de ocupação russas, chamaram a si a totalidade do poder. Por outro lado, ali onde a influência militar e econômica norte-americana era maior, os comunistas foram aliados do Governo, como no caso da França e Itália. Tratava-se, pois, segundo Stálin, de que nesses países os comunistas passassem à ofensiva. Jdânov, o porta-voz stalinista, dizia: “O perigo principal para a classe operária consiste atualmente na subestimação das próprias forças e na superestimação das forças do adversário.” O Kominform cuidaria, através de seu jornal, de transmitir semanalmente as necessárias instruções para uma ação coordenada nesse sentido.

E finalmente, no plano partidário, tratava-se de restabelecer, no que fosse possível, a situação vigente ao tempo do Komintern. Este era considerado como um partido mundial único, sendo os partidos comunistas nacionais meras seções a ele filiadas. Assim, ficava claro que os comunistas de todos os países eram dirigidos de um centro único, com sede em Moscou. Isso constrangia e dificultava as relações entre a URSS e seus aliados na guerra, sobretudo porque às vésperas do ataque nazista à União Soviética, Stálin assumiu oficialmente a chefia do Governo, sendo ao mesmo tempo o dirigente máximo do Komintern. Por isso resolveu dissolver o órgão dirigente desse partido mundial, passando cada seção a ter vida autônoma. O pretexto dado publicamente foi outro: alegou-se que era difícil dirigir de um centro único todos os partidos comunistas; que, além disso, o Komintern tinha formado numerosos dirigentes comunistas de várias nacionalidades, os quais já poderiam conduzir os respectivos partidos à conquista de seus objetivos. Mas, posteriormente, Stálin deixou entrever o motivo real, que Jdânov ressaltava agora, nestes termos: “A dissolução do Komintern pôs fim para sempre à calúnia propalada pelos adversários do comunismo e do movimento operário, de que Moscou se intromete na vida interna dos outros Estados e de que os partidos comunistas dos diversos países não agem no interesse de seus povos, mas segundo ordem do exterior”.

Nesse mesmo informe, mais adiante, declarou Jdânov: “Entretanto, na situação atual dos partidos comunistas, há também deficiência. Alguns

companheiros acreditaram que a dissolução do Komintern significava a liquidação de todas as ligações e de qualquer contato entre os partidos comunistas irmãos. Entretanto, a experiência demonstrou que um tal isolamento dos partidos comunistas não é justo, é nocivo e substancialmente falso”. E mais: “Não há dúvida que uma tal situação, se prolongasse, estaria prenhe de consequências muito nocivas para o desenvolvimento do trabalho dos partidos irmãos. Esta exigência de consultar-se e de coordenar voluntariamente a ação dos diversos partidos amadureceu sobretudo agora, quando o continuar neste isolamento poderia conduzir a um enfraquecimento da compreensão recíproca e, muitas vezes, também a sérios erros”.

As frases “consultar-se” e “coordenar voluntariamente” são maneiras de dizer. Conforme pude testemunhar, durante o tempo em que atuei no Kominform, Moscou ditava e os demais partidos obedeciam. Mas, afora esse detalhe, no mais Jdánov expressou a verdade. Tratava-se de colocar novamente todos os partidos comunistas sob a tutela e a serviço imediato do Kremlin. Em primeiro lugar e abertamente, os partidos comunistas mais importantes da Europa, assim entendidos os que se achavam no poder e os que, como o da França e o da Itália, se haviam constituído numa força política nacional de primeira grandeza. Mas também, e sub-repticiamente, todos os demais partidos, que atuavam, coordenados pelo Kominform, como destacamentos de guerrilhas na retaguarda dos países capitalistas e como propagandistas da política exterior soviética.

Em suma, a função do Kominform me foi explicada ainda com mais clareza por Mítin, que era seu chefe em Bucareste e destacado membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Quando conversamos sobre minha tarefa ali, ele me disse que, como correspondente-representante (este era o meu título), deveria estar a par da situação política geral de meu país e de outros países da América Latina que estivessem afetos a mim, de meu partido e de outros partidos comunistas da mesma região, a fim de unificarmos, através do órgão *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, a orientação geral da política correspondente aos interesses da paz, do movimento operário, do socialismo. Esse jornal, frisou ele, era reconhecido pelos camaradas do mundo inteiro como o órgão do movimento comunista internacional, e sua orientação por eles acatada. Acrescentou que, além disso, eu deveria ler

atentamente as últimas provas de cada edição, sobretudo do editorial e de outros artigos importantes, assinados ou não, feitos por nós mesmos ou vindos de fora, e chamar a atenção para erros, desvios, equívocos. E ao mesmo tempo deveria ir estabelecendo contato pessoal ou por correspondência com os dirigentes dos partidos latino-americanos, muitos dos quais passavam por Praga a caminho de Moscou ou Pequim. Era preciso aumentar a vinculação desses partidos com o Kominform, colher material deles, informações de seus respectivos países e eventualmente desempenhar alguma missão junto a eles.

Assim, findo o estado de guerra e extinta, pois, a razão determinante da dissolução do Komintern, Stálin cuidou de arranjar uma organização que o substituísse, primeiro abrangendo só a Europa e, em seguida, estendendo seu raio de ação a todas as partes de nosso planeta. Constituiu-se, por isso, o Kominform.

3. A direção colegiada

O Kominform, diferentemente do Komintern, não constituía um partido comunista mundial, formado pelas seções nacionais em funcionamento nos diversos países. Desde 1951, entretanto, surgiram tendências a reunir nessa organização todos os partidos comunistas nacionais. A primeira tentativa nesse sentido foi o convite ao dirigente italiano Palmiro Togliatti, antigo secretário do Komintern, para assumir a Secretaria Geral do Kominform. É certo que o objetivo principal de Stálin, nesse caso, era afastar Togliatti da direção do PC italiano, por considerá-lo um oportunista, que teria perdido duas chances de tomar o poder na Itália — uma em 1945, após a guerra, e outra em fins de 1950, quando ele sofreu um atentado e as massas, em represália, ocuparam as fábricas e assumiram o poder em importantes localidades italianas. E, com efeito, foi por determinação do próprio Togliatti, temeroso de uma conflagração universal, que as massas foram então refreadas em seus propósitos revolucionários. Restabelecendo-se da operação a que se submetera e indo convalescer na URSS, em janeiro de 1951, recebeu uma proposta de Stálin, a que se referiu em reunião de seu partido, em 1956, e da qual o *Daily Worker*, de Londres, edição de 27/6/56, deu o seguinte extrato:

Encontrei-me em face de uma proposta do camarada Stálin. Propôs que eu abandonasse o trabalho de secretário do Partido Comunista Italiano e assumisse o posto de Secretário Geral do Bureau de Informação (Kominform). Imediatamente opus-me a isso, por várias razões.

Sustentei que isso seria considerado pela opinião pública como um retorno à organização da Internacional Comunista (Komintern), teria repercussões graves e negativas sobre a situação internacional, num tempo já de extrema gravidade. Em segundo lugar, sustentei que essa não era a justa orientação a ser adotada com respeito à organização do movimento comunista internacional. Finalmente, havia razões em contrário, de ordem pessoal.

Houve vivas discussões, mas a questão terminou bem, porque o camarada Stálin retirou a proposta.

Uns três anos depois disso, foram endereçados convites a numerosos partidos comunistas para que enviassem seus representantes ao Kominform: alguns atenderam, outros não. De todo modo, a secretaria geral oferecida a Togliatti não foi sequer criada. Os únicos órgãos kominformistas com funções permanentes e regulares eram o semanário *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, dirigido pelo colégio de representantes de diversos partidos comunistas, tendo à frente o representante soviético Mark Borissovitch Mítin, e o Departamento de Informação, dirigido por um burocrata do PCUS, de nome Bazánov, que se ligava diretamente à Seção Estrangeira do Comitê Central de seu Partido, em Moscou, mas que se achava subordinado, ao mesmo tempo, a Mítin.

Dizia-se que a direção do jornal *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular* era colegiada, mas até nisso o bolchevismo estabeleceu uma contrafação. A ideia de colégio sempre implicou em duas exigências simultâneas: a responsabilidade coletiva e a rotatividade na direção. Assim, no sistema de consulado que vigorou na Roma antiga, após a abolição da realeza, os dois cônsules se revezavam mensalmente e, enquanto um deles exercia suas funções, o outro, em disponibilidade, podia usar o direito de veto. Na Suíça, cuja administração constitui modernamente o modelo de governo colegiado, o Conselho Executivo Federal (*Bundesrat*) é eleito por quatro anos e cada um de seus membros é responsável por um ministério. Nenhum Cantão pode ter mais do que um representante nesse Conselho. O presidente da Confederação (que é presidente titular do Conselho Federal) e o vice-presidente do Conselho (um de seus sete membros) são eleitos por um ano apenas (janeiro a dezembro) e não podem reeleger-se no ano seguinte. E ainda hoje, no governo colegiado do Uruguai, a função de presidente é periódica e rotativa. O Conselho Nacional, composto de nove membros com poderes iguais (seis dos partidos majoritários e três dos minoritários), é eleito por quatro anos, mas o seu presidente, escolhido dentre os nove, exerce essa função apenas por um ano, no fim do qual é substituído por outro.

Mas no Kominform, a presidência era vitalícia e não rotativa (o presidente era sempre um russo, Mítin). Ademais o “cantão” russo tinha dois representantes, de modo que quando Mítin se ausentava, substituíam-o outro russo, o redator-chefe. Só na ausência dos dois é que cabia a presidência ao representante francês e depois ao italiano, e isso por breves

dias. Não era uma rotatividade na direção; apenas uma substituição eventual e interina, que cessava automaticamente com a volta do titular do cargo. E em relação aos demais colegas, nem nessas condições lhes assistia o direito à presidência.

E se quiséssemos exemplificar, não com um Estado, mas com uma organização internacional, poderíamos lembrar o Conselho de Segurança da ONU, composto de 11 membros com iguais responsabilidades e cuja presidência é exercida em rodízio mensal, por cada um deles, de acordo com a ordem alfabética. Assim, cada membro poderá exercer a presidência pelo menos uma vez por ano, durante um mês. Em suma, talvez o colégio kominformista só tenha um similar no mundo — o Sacro Colégio Cardinalício, atualmente com 85 membros, todos nomeados pelo Papa. No Consistório, os cardeais opinam, mas quem dá a última palavra é o Sumo Pontífice, representante de Deus. E, de fato, em nossa organização de ateus, havia um homem que falava com infalibilidade papal, transmitindo o pensamento do deus do Kremlin.

Quando se fundou o Kominform, em setembro de 1947, deram-lhe como sede Belgrado e como diretor o soviético Pável Fiódorovith Iúdin, o co-autor de um dicionário de Filosofia e membro da Academia de Ciências, laureado com o Prêmio Stálin e a Ordem de Lênin. Iúdin nasceu em 1899 e ingressou no PCUS em 1918, sendo hoje um dos mais destacados membros de seu Comitê Central, além de deputado ao Soviete Supremo. Dirigiu o Kominform desde sua fundação até 1953, quando foi enviado à China Popular como embaixador extraordinário e plenipotenciário da URSS.

Seu substituto no Kominform, M.B. Mítin, possuía títulos semelhantes aos seus: filósofo, membro da Academia de Ciências, Prêmio Stálin, deputado ao Soviete Supremo e, desde o XVIII Congresso do PCUS, membro de seu Comitê Central. Ao assumir ele a direção do Kominform este já se encontrava em Bucareste, para onde se transferira desde 1948, devido à rebelião iugoslava contra a tutela soviética. Conforme salientei, essa direção era tida como colegiada, e seus membros, os representantes de partido, tidos como *chefes*. Mas acima de todos, soberano, achava-se Mítin. Quando os russos empregavam a palavra *vojdie* (o chefe), tão grandiloquente em seu idioma, a ele se referiam.

De baixa estatura, moreno, flácido, tinha 55 anos, andava gingando, a cabeça raspada a navalha, os olhos míopes por trás do *pince-nez* de lentes grossas... Aliás, afora o *pince-nez*, nada denunciava em Mítin o homem de formação intelectual. Pelo traje escuro e descuidado, pelo riso solto e fácil que lhe agitava todo o corpo e pelo hábito de molhar o dedo médio na língua para virar a página do livro ou do jornal, ele mais se assemelhava a um mujique economicamente acomodado.

Morava no centro da cidade de Bucareste, chegando ao Kominform em seu negro automóvel ZIS, via de regra, às 9 horas e 30. Nas festas e solenidades ali realizadas, às vezes comparecia sua senhora, mulher aparentemente mais idosa que ele, o rosto murcho todo pintado, como uma múmia em tecnicolor.

Além dos cargos que ocupava, Mítin era conhecido como biógrafo de Stálin e um de seus escribas favoritos. Mais de uma vez recebeu dele incumbência de escrever artigos atacando ou defendendo alguém. De certa feita, cumprindo ordem de seu biografado, atacou pelo jornal kominformista uma tese do próprio Friedrich Engels, um dos “clássicos do marxismo”. Ele se credenciava para essa tarefa não por quaisquer méritos literários (seu estilo era até aquoso, quero dizer, incolor, inodoro e insípido), mas pela segurança de suas afirmações, pois seria incapaz de asseverar qualquer coisa, por conta própria, que já não houvesse sido dita, com outras palavras, por Marx, Engels, Lênin ou Stálin.

Faltava-lhe veia humorística e quando lhe ocorria uma piada, em geral era de mau-gosto. Assim foi quando o cubano, o argentino e eu, numa ação coordenada para desgastar e publicar uma nota sobre Porto Rico, tocamos sucessivamente no assunto, na mesma reunião. Virando-se para o secretário do jornal, com o ar superior de cidadão de uma grande potência, ordenou ele:

— Que há, *tavárich*? Porto Rico não é lá tão grande, ao que me consta; no mapa, a olho nu, talvez seja até invisível, mas todos os geógrafos garantem que ele existe. E se os camaradas insistem tanto, é preciso publicar logo.

E sacudiu-se de rir, tapando com a mão a boca ligeiramente torta, para conter os perdigotos. Depois, retomando a seriedade, passou aos assuntos da ordem do dia. Na semana seguinte, publicou-se a nota.

Era homem perfeitamente integrado nos hábitos e costumes da burocracia estatal, na ausência de liberdades, nos truques e manobras do partido único. Quando queria fazer aprovar uma medida que não contava com o apoio da maioria, organizava uma reunião prévia, secreta, com os representantes das democracias populares e quando colocava o jogo na mesa do Colegiado, já vinha com todas as cartas marcadas. E como as decisões eram adotadas não por maioria de votos e sim de acordo com os argumentos expendidos pelos representantes, Mítin dava sempre a última palavra, e a direção colegiada redundava numa farsa singular.

Menos singular, porém não menos farsa, foi a reunião que Mítin presidiu às vésperas das eleições para o Soviete Supremo da URSS, em 1955. O número de eleitores russos que se encontravam trabalhando ali atingia a mais de 200, e o candidato que lhes enviaram foi um general. Mítin também era candidato a deputado, mas tinha outra circunscrição, lá na URSS, para onde partiria no dia seguinte. Na sala de projeção cinematográfica, organizou-se uma solenidade para que o candidato fosse apresentado aos eleitores. A sala, repleta. E na presidência da Mesa, ornamentada com flores, achava-se o camarada Mítin, a cabeça devidamente raspada, fulgurando sob a profusa iluminação. O general subiu à tribuna, leu sua plataforma (trabalharia “para que a produção fosse cada vez maior, para que o Estado dispusesse dos meios adequados a proteger o trabalho livre, pacífico e florescente do grande povo soviético”). Depois das palmas e cumprimentos ao orador, Mítin baixou os olhos sobre um papel na mesa e deu a palavra a um camarada, cujo discurso coincidia com a plataforma do candidato (o qual, no dia seguinte teve seu nome sufragado, em breve cerimônia, entre doces e salgadinhos, por 99,9% daquele modesto reduto eleitoral). Ninguém do meio da plateia pediu a palavra. Portaram-se todos de acordo com o figurino totalitário. Em seguida, o chefe do Kominform ajeitou o *pince-nez* e proferiu este ligeiro improviso:

— Bem, tendo falado todos os oradores inscritos e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, permitam-me saudar a todos os presentes por mais esta oportunidade que nosso governo e nosso regime socialistas concedem a todos os habitantes de nossa gloriosa União de escolherem livremente seus legítimos representantes à mais alta instância de nosso sistema soviético. Camaradas! Depois de amanhã, a partir das 10 horas, será

a votação, no centro da cidade. O ônibus partirá daqui para o local às 9h30 e depois às 14h30. Permitam-me, pois, declarar encerrada esta solenidade.

E eu saí dali cheio de dúvidas, interrogando-me: haverá realmente liberdade nesse modo de escolher representantes? Haverá realmente sinceridade nessas palavras de nosso filósofo?

Quando chegava a Bucareste um novo representante, Mítin tratava-o com toda deferência e tolerância, acatando-lhe as observações, elogiando-as. No segundo mês, já se impacientava com ele, porque cada pessoa que examinava nosso jornal, o modo de elaborá-lo, seu conteúdo, tinha logo numerosas críticas a fazer; e Mítin o interrompia dizendo que essa era uma opinião do camarada, mas não era a do Colegiado. Do terceiro mês em diante, simplesmente desprezava-o, a ponto de, no encerramento da reunião, nem se referir às críticas ou sugestões por ele formuladas. Aconteceu-me, por isso mesmo, passar duas ou três sessões consecutivas em greve verbal, sem dizer uma só palavra, até que Mítin o notava e então dirigia-se a mim, pedindo minha opinião sobre determinado problema. E o mesmo sucedia a outros representantes, que reagiam de diversos modos, mas todos revelavam, por fim, a tendência a não importunar o *chefe* com críticas e sugestões ousadas.

De todo modo, em relação aos representantes de partidos que ainda não estavam no poder, ele era mais tolerante. Pela experiência que ali tive, não poderia conceber que ele fizesse a um representante de democracia popular a concessão que me fez, logo no início, num problema que implicou no atraso de um dia na saída do jornal. Pouco tempo antes fora estampado nesse órgão o texto integral do Programa do PCB, sem alteração de uma vírgula e com o elogio de que era obra de marxismo criador: é que tinha vindo diretamente de Moscou.

Preparei então o resumo de um artigo de Diógenes Arruda, contendo simples variações em torno das teses principais daquele documento. Encaminhei-o à redação central (russa) e fiquei tranquilo. Mas o redator russo descobriu nesse artigo um milhão de bobagens antimarxistas, e o alterou do princípio ao fim. Onde se dizia que, na fase atual da revolução brasileira, a burguesia era aliada do proletariado, ele substituiu “aliada” por “inimiga”, e onde se falava em “luta de libertação nacional”, ele substituiu o “nacional” por “social”. Outros conceitos, que lhe pareceram ainda mais

extravagantes, foram extirpados, deixando sem sentido os parágrafos seguintes.

Chamava-se Popov essa raridade política e jornalística.

Quando tomei conhecimento das alterações, os operários gráficos já estavam azeitando as impressoras para rodar aquela edição em meia dúzia de línguas. Desesperado, procurei Popov, depois fui a Biessúdnov, então secretário do jornal, e em seguida a Românov, redator-chefe. O argumento supremo de cada um deles era o adiantado da hora. Este último explicou-me longamente as consequências que sobreviriam se tivéssemos de restabelecer o texto original: o jornal atrasaria de 24 horas, nosso avião não chegaria em tempo de fazer sua entrega nos pontos de redistribuição para o mundo, acarretando sérios embaraços e desarticulações. Salientou que éramos parte de uma organização destinada a fazer avançar a revolução em escala mundial, fornecendo orientação, possibilitando uma troca de experiências revolucionárias e que, portanto, o atraso na circulação desse órgão significava, praticamente, um atraso na própria marcha da revolução. E ante minha insistência, remeteu-me à última instância.

Mítin já sabia de minha peregrinação e de meus argumentos e quis evitar que eu os repetisse. Mas aí eu vinha armado com quatro volumes das obras escolhidas de Mao Tsé-tung, na tradução russa, e com dois livros de Lênin, também em russo, com as páginas dobradas nos lugares competentes e até com sinais à margem indicando os trechos em que se apoiavam as teses do artigo de Arruda. E enquanto ele lia algumas delas, eu dizia, através do tradutor:

— E o que se lê nestas provas tipográficas, camarada, não está de acordo com os ensinamentos de Lênin, desenvolvidos por Mao Tsé-tung. Se o jornal publicar essas teses, que não são de nosso Partido, mas do camarada Popov, causará grande confusão em todos os países semicoloniais...

Mítin mostrou-se irritado, inclusive contra o fato de eu haver feito a reclamação muito tarde, mas acabou autorizando a restauração dos principais trechos modificados ou suprimidos. E quando os representantes francês e italiano souberam que o jornal se atrasara por minha causa e lhes contei detalhes do incidente, ficaram estupefatos. E pilheriavam, num círculo restrito de camaradas, acusando-me de sabotador e predizendo que

eu ainda pagaria, na força, esse atraso de 24 horas na marcha da revolução mundial.

Tanto Mítin como o redator-chefe representavam, no Colégio, o Partido Comunista da União Soviética; os demais russos eram funcionários de diferentes categorias. Quando cheguei a Bucareste, o redator-chefe ainda era Românov, um camarada alto, simpático, quase elegante, com aproximadamente 50 anos de idade. Inteligente e bem informado, quando lhe tocava presidir a reunião, fazia-o com eficiência, sem deixar de ser atencioso com todos. Quando a ele me apresentei, no dia mesmo de minha chegada ao Kominform, ouvi logo uma informação minuciosa dos membros componentes do Colégio, em que se ressaltavam seus títulos e seus méritos. “É um ambiente bom, você vai gostar”, disse-me. Sofria do coração e muitas pessoas se preocupavam com seu estado de saúde, naquele cargo em que, pelo menos duas vezes por semana, tinha de deitar-se depois da meia-noite. Trabalhava no Kominform fazia cinco anos já se mostrava ansioso pelo regresso à URSS, pois sua família passava quase todo o tempo em Moscou, onde os filhos estudavam.

Quando obtive transferência e partiu, em fins de 1955, ficou em seu lugar, como redator-chefe, o até então secretário do jornal, Biessúdnov, que dele só se aproximava na idade. De estatura meã, puxando ligeiramente da perna direita, era medíocre e casmurro, incapaz de resolver qualquer problema, que sempre transferia para o diretor. Mas inchava de vaidade e respondeu à crítica que lhe fizera, certo dia, o representante polonês, exigindo um desagravo, que resultou na remoção deste último para Varsóvia. Quando se dissolveu o Kominform, Biessúdnov, que gozara apenas uns oito meses das regalias do cargo de redator-chefe, com apartamento bem montado e automóvel de luxo à disposição, ficou tristíssimo. E não por acaso foi o derradeiro russo a sair de Bucareste.

Meses depois, em Praga, conversando com um ex-representante, contou-me ele que, ao se despedir de Biessúdnov, encontrou-o melancólico.

— O camarada naturalmente está triste porque tem de ficar aqui até liquidar todo este assunto... compreendo que deva estar ansioso para regressar à União Soviética.

— Bem, mais ou menos, o camarada sabe — foi dizendo Biessúdnov — a gente já estava acostumada aqui... sente-se falta..., não se pode dizer

que a vida aqui asse ruim... mas, infelizmente, terminou tudo... (esboçou um sorriso, estendeu a mão): desejo-lhe felicidades, *tavárich*.

Outra personalidade russa do Kominform era Bazânov, que chefiava o Departamento de Informação. Entre suas funções, estava a de relações públicas — se bem tal expressão não se usasse por lá, sendo até condenada como instrumento burguês de corrupção. Falava um francês sofrível e nessa língua se entendia com quase todos os representantes estrangeiros. Tinha sempre um sorriso nos lábios, tirava o chapéu e curvava-se quando cumprimentava alguém do mesmo círculo social e fazia questão de, no elevador, ser o último a entrar e a sair. Esforçava-se por solucionar todos os problemas pessoais ou funcionais dos representantes. Teria menos de 50 anos, vivia a maior parte do tempo longe da família, como Românov, pois também sua mulher ficava com os filhos em Moscou, vindo a Bucareste com eles somente nos períodos de férias escolares.

Bazânov era quem controlava os serviços secretos do Kominform — e talvez por isso muita gente se referia a ele com ares misteriosos, omitindo-lhe o nome e apenas apontando com a cabeça e com o beijo na direção de seu gabinete. Ele mesmo, entretanto, tinha a aparência menos misteriosa deste mundo. Quando se encerrou o funcionamento do Kominform, ficou trabalhando em Moscou, na Seção Estrangeira do Comitê Central do PCUS, como chefe da Comissão Francesa, conforme me disse Sivolóbov.

O representante francês no Kominform era então um membro do Comitê Central do PCF e dirigente da juventude comunista, apesar de não ser mais um jovem, pois tinha 42 anos de idade. Envolvido num processo, na França, relacionado com a guerra do Vietnam, achava-se em Bucareste como num asilo político. Usava o nome de guerra de Jovet, falava com imponência nas reuniões do Colégio, mas era fraternal e gostava de gracejar nas conversas em particular. Quando regressou à França, em meados de 1955, não lhe mandaram substituto: o chefe da edição francesa, um marselhês de poucas palavras e muita pose, ficou respondendo por ele, interinamente, até o fechamento do Kominform.

O italiano Moranino, achaparrado, calvo, bem-humorado, tinha menos de 40 anos, era filho de operário e se encontrava também asilado ali. Tivera marcante atuação no movimento guerrilheiro, durante a Segunda

Guerra Mundial, sendo mesmo um dos chefes de *partigianni* que decretaram a execução sumária de Mussolini. Quando o Partido Comunista, de que era dirigente regional, foi chamado a participar do Governo italiano, coube-lhe ocupar o cargo de subsecretário do Ministério da Guerra. Mas quando, em 1947, os comunistas foram afastados do Governo, Moranino se viu processado e condenado a 12 anos de prisão, sob a acusação de haver praticado, durante a Resistência, atos de vingança, fuzilando as autoridades de uma pequena localidade, onde fora preso, torturado e assassinado um dos guerrilheiros que serviam sob seu comando.

O tchecoslovaco chamava-se Vladímír Kúcky, era membro do Comitê Central do Partido Comunista e tinha sido diretor de seu órgão oficial, o *Rude Pravo*. Alto, corpulento, moreno, de meia-idade, tinha uma cara de japonês. Falava com fluência russo, alemão, inglês, francês, italiano e um pouco de espanhol, não obstante ser pouco loquaz. Via de regra, entre os representantes de democracia popular não se encontravam políglotas; eles conheciam bem, afora seu próprio idioma, só o russo. Todos eles falavam e escreviam diretamente em russo, menos o representante alemão, cujo partido não era fundador nem membro oficial do Kominform. Kúcky constituía, pois, uma exceção, sob esse aspecto. Esteve mais de dois anos em Bucareste, e tendo desaparecido de Praga, durante esse tempo, sua ausência foi notada pelos correspondentes estrangeiros, e em mais de uma ocasião a imprensa e a rádio ocidentais anunciaram seu fuzilamento. Quando certa vez um camarada escutou essa notícia e lhe transmitiu, ele riu gostosamente, dobrando a cabeça para trás, e disse: “Não é a primeira vez...”. Mas não sei se no íntimo estaria tão seguro contra esse mau agouro, porquanto seu predecessor na direção do *Rude Pravo*, o camarada Novy, tivera precisamente aquele fim: envolvido no processo contra Slansky, acusado de titismo, foi condenado à morte e executado em dezembro de 1952. Antes, porém, de ser dissolvido o Kominform, Kúcky regressou à Tchecoslováquia e reassumiu a direção do jornal diário do Partido. Em seu lugar, veio um jovem que só o superava no tamanho: parecia um gigante, mas lhe era muito inferior do ponto de vista intelectual e na hierarquia partidária.

O polonês, solteirão ou viúvo, vivia sozinho, fazia suas refeições no restaurante, geralmente em companhia da representante búlgara, uma senhora que morava no mesmo prédio que ele e que, como ele, também

vivia só. Irritado, de olhos esgazeados, cabelos brancos, raras vezes ele confraternizava com os camaradas de países capitalistas numa conversa gratuita, para ouvir ou contar uma anedota. Era suplente do CC de seu partido e mutilado de guerra: participara, nas fileiras do Exército Soviético, da batalha de Stalingrado e perdera uma perna (agora usava uma de pau e claudicava). Adorava mandar, e onde quer que se apresentasse uma situação indefinida ou acéfala (numa festa, numa excursão), ele tratava de erigir-se em dirigente da mesma.

Criticando, na reunião colegiada, o método de trabalho do então redator-chefe, Biessúdnov, disse certo dia que ele centralizava demasiado, decidia tudo sozinho, de modo autocrático (em russo *samodierjávni*), sem consultar os companheiros, que também tinham experiência... E se armou uma tempestade. Mítin se achava em Moscou e logo após seu regresso, houve uma reunião especial do Colégio, somente com a participação dos representantes. O adjetivo *samodierjávni* foi inquinado de insultuoso, e o caso em si, segundo Mítin, era “naturalmente muito grave”. Vários representantes de democracias populares admitiram que, com efeito, o caso era “naturalmente muito grave”. Resultado: o polonês fez autocrítica; disse que não conhecia bem certas nuances de alguns termos da língua russa; que, ao empregar a palavra *samodierjávni*, quis acentuar que o camarada Riessúdnov agia de modo *independente, soberano*, mas não teve nenhum intuito de ofender e por isso retirava a expressão e pedia desculpas. E assim se encerrou a reunião, mas a questão mesma só se encerrou uma semana depois, com a substituição do polonês. Seu substituto, aliás, ficou pouco tempo, porque daí a três meses houve a dissolução do Kominform.

Na crítica geral feita pelos representantes das democracias populares ao colega polonês, também participou a companheira búlgara, mas as palavras lhe saíam dos lábios com dificuldade. Fazia-o evidentemente por disciplina, por compulsão política, tanto assim que logo após a partida do amigo ela pediu substituto e regressou a Sófia. A búlgara era uma mulher franzina, pequena, de cabelos brancos. “Foi companheira de lutas de Dmítrov”, acentuara Românov, na primeira vez em que falei com ele. Dos mais antigos membros de seu partido, pertencia ao Comitê Central e gozava do apreço geral ali no Kominform. Sentei-me à sua mesa, no restaurante, uma vez, e ela me disse ter a impressão de me haver conhecido antes. Por cortesia, respondi que também sua fisionomia não me parecia estranha...

que, entretanto, devia ser coincidência, pois eu nunca estivera na Bulgária e ela, decerto, jamais fora ao Brasil. Mas, acabamos descobrindo que participáramos juntos do mesmo Congresso dos Povos Pela Paz, realizado em Viena, em fins, de 1952, e aonde ela fora chefiando uma delegação de mulheres de seu país.

O substituto que lhe mandaram era um búlgaro gordote, risonho, de uns trinta anos de idade. Usava boné e parecia de origem operária. Distribuía cigarros búlgaros com todos os companheiros e a cada representante ofertou uma coleção das obras completas de Dmítrov, em búlgaro, bem encadernadas. Tentei evitar o desperdício, alegando não conhecer seu idioma, mas ele achava que eu podia entendê-lo, por ser muito semelhante ao russo. Abriu um dos livros numa página qualquer e, como eu cometesse a inabilidade de decifrar uma frase, ele gritou vitorioso: “Vês? Podes lê-lo!”. E escreveu no primeiro volume a dedicatória. Era simples assim, quase ingênuo, mas portava-se com energia e franqueza nas reuniões. Assistiu a duas e não gostou; achava que havia muito formalismo, e o declarou diante de Mítin. Apelou para que todos colaborassem no sentido de fazer predominar em tais reuniões um espírito de franqueza, de crítica e autocrítica realmente socialistas. Três dias depois teve que ir para o sanatório, sofrendo do coração. Estava de fato doente, mas aproveitaram esse pretexto e o mandaram de volta à Bulgária, onde, segundo lhe afirmou a camarada médica, os ares eram melhores para ele.

Representando a Romênia, estava a camarada Chivu (pronúncia: Kívu), membro do CC de seu partido e esposa do chefe do Governo, Chivu Stoica. Medíocre politicamente, esforçava-se por adivinhar a opinião de Mítin a fim de concordar com ele. Falava francês, russo e italiano, e cuidava de tudo facilitar a seus colegas. Se alguns de nós queríamos estudar o romeno, lá ia ela buscar uma professora que também soubesse o francês — língua comum ao grupo de candidatos a estudantes. Se reclamávamos contra o fato de só conhecermos a capital do país, lá ia ela arranjar uma excursão através da Romênia, em trem especial para nós. Se estávamos numa festa, desarmados de nossos tradutores, ela se prontificava a servir de intérprete até para as anedotas que contávamos, escutando em francês ou italiano e retransmitindo em russo, ou vice-versa. E quando se achasse ausente, pedíssemos o que quiséssemos a sua secretária; esta, podendo, nos atendia.

Tratava assim a todos os representantes, mas eu lhe fiquei particularmente grato porque foi ela quem libertou da órbita soviética, em que girava fazia mais de três meses, um patricio e amigo meu, o poeta Aluizio Medeiros. Por designação do PCB, a cujas fileiras pertencia então, ele partiu em visita à União Soviética, numa delegação de intelectuais, levando no bolso apenas a passagem de ida.

— E a volta?

— Ora, que bobagem. Você vai para a casa de Papai Grande e fica preocupado com ninharia! Lá se resolve tudo — afirmaram-lhe, peremptórios, aqui no Rio.

Mas “Papai Grande” não quis tomar conhecimento do fato, e o poeta se viu na seguinte situação: não podia ficar mais na URSS, pois terminara o tempo da visita, e nem podia sair de lá, pois não tinha a passagem de volta. Os russos descartaram-se dele, dando-lhe a passagem até Praga; depois os tchecos se desvencilharam dele, arranjando-lhe um convite para visitar a Romênia. E ali certamente já planejavam enviá-lo à Polônia ou à Hungria, quando Chivu lhe obteve, a pedido meu, uma passagem de avião até o Brasil.

Ao saber que o poeta se encontrava em terra romena, providenciei um encontro dele com o representante argentino, já que minha presença no Kominform era secretíssima para todos os brasileiros. Chivu promoveu o encontro em sua própria residência, isto é, no palacete do chefe do Governo. Conforme me relataram o argentino e, dois anos mais tarde, aqui no Brasil, o próprio Aluizio Medeiros, para quem só então se esclareceu o milagre da passagem aérea — a coisa se passou assim. Em primeiro lugar chegou o poeta, viu os soldados de armas embaladas, tocou a campainha, identificou-se, entrou. Conduziram-no a um imenso salão, onde havia uma biblioteca imensa; aos seus ouvidos chegava uma suave música de câmara, procedente de outro salão. Depois, numa imensa bandeja, a empregada silenciosa trouxe-lhe uma pequena xícara de café. Passados uns quinze minutos, chegaram o argentino e seu secretário, Kárpov.

Previamente instruído para impressionar o poeta com a eficiência do Kominform, o argentino, depois de pedir notícias do Brasil, começou a fazer-lhe uma série de perguntas (como ia seu filho Essenine, em que ano estava ele agora na Escola, se seu último livro, cujo título mencionou,

estava vendendo bem), revelando possuir dele um conhecimento íntimo e atualizado.

O poeta declamou-lhe, por sua vez, a situação em que se encontrava, vogando à toa pelo “campo da paz, da democracia e do socialismo”. O argentino prometeu solução, contou-me tudo, falei com Chivu e assim se resolveu o problema.

Quando o Kominform fechou, a senhora Chivu foi nomeada vice-presidente da Cruz Vermelha Romena, e eu achei que, singela e prestativa como era, essa função se ajustava muito mais a ela do que a de funcionária da revolução mundial. Já estava no exercício desse cargo quando foi ao aeroporto, em princípios de maio de 1956, despedir-se de nós, que regressávamos ao Brasil. O avião rolava na pista e pela janelinha de vidro eu ainda a via sacudindo o braço para nós, o sorriso aberto no rosto largo, baixa e bronzeada como uma brasileira ali do Nordeste. Minutos antes ela insistira, posto que íamos passar alguns dias em Budapeste, em que não deixássemos de visitar e abraçar, por ela, ao camarada Bethlem.

Referia-se a Oskar Bethlem, o representante húngaro, uma das figuras mais simpáticas com quem convivi no Kominform. Alto, meio careca, aparentando uns cinquenta anos de idade, mas possuindo pouco mais de 40, era homem de espírito arejado, sem complexos de mártir, apesar de ter passado algumas fases pouco agradáveis em sua vida. Em 1939, tendo sido enviado à Tchecoslováquia para reorganizar a juventude comunista, foi preso e passou muitos anos num campo de concentração nazista, sofrendo humilhações e torturas que nos relatava agora, destacando sobretudo alguns aspectos cômicos. Era diretor do *Szabad Nep*, órgão oficial dos comunistas húngaros, quando o enviaram ao Kominform e, uma vez dissolvido este, voltou à direção daquele jornal, como vice-diretor. Possuía uma coleção de fotografias de representantes, tiradas com uma máquina minúscula que usava no bolso para surpreender-nos em atitudes ridículas. Redigia muito bem, e eu lhe disse um dia:

— No Brasil você faria carreira mais rápida como fotógrafo do que como redator...

Ele replicou no mesmo tom de gracejo:

— Eu sei, eu sei que sou uma vocação perdida...

Tais eram, oficialmente, os membros do Colégio, os representantes dos oito partidos que compunham essa nova internacional comunista. Mas, secretamente em relação ao mundo não-comunista, outros representantes atuavam ali, desde 1954, e ainda às vésperas de se dissolver o Kominform convites tinham sido enviados a vários partidos insistindo para que mandassem seus representantes. Desse modo, além dos partidos que compunham abertamente o Kominform, menos a Iugoslávia que desde 1948 rompera com aquela organização, lá estavam representados os da República Democrática Alemã, Canadá, Brasil, Argentina, Cuba, Japão, Indonésia, Irã e Síria-Líbano. Foram convidados a enviar representantes e não o fizeram, entre outros, a China Popular e a Índia.

Em suma, as decisões adotadas pelo Kominform eram formalmente produto de uma direção colegiada, constituída de representantes de dezessete partidos comunistas. Oficialmente, porém, os partidos representados no Colégio eram apenas oito: os da União Soviética, França, Itália, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. E todo ano deveria realizar-se uma reunião do Kominform com a presença dos principais dirigentes desses partidos: houve assim, além da de fundação, na Polônia (1947), outra reunião, em Bucareste (1948) e ainda outra em Budapeste (1949). Mas até essa formalidade terminou, e o Kominform passou a ser dirigido apenas por uma pessoa — Mark Borissovitch Mítin, de acordo com as ordens recebidas pelo telefone instalado em sua escrivaninha, com ligação direta para Moscou.

4. Geografia do Kominform

Bucareste, a sede do Kominform, erguia-se sobre extenso vale, limitando a oeste e sudoeste por uma série de colinas. À margem esquerda de um pequeno rio, afluente do Danúbio, o Dimbovitsa, que atravessava o vale de noroeste a sudeste, localizava-se a quase totalidade da população bucarestina, superior a um milhão de habitantes.

A artéria principal da cidade era a Calea Victoriei, ampla, moderna, com grandes edifícios e praças, estendendo-se na direção N — S. Em certo ponto, os bulevares Independentei, Universitei e outros, que corriam em linha reta, no sentido E — O, começando no jardim botânico e passando sobre o Dimbovitsa, cruzavam a Calea Victoriei e prosseguiam para além da Universidade, a ocidente.

Constava ter sido um pastor chamado Bucur o fundador da cidade, donde seu nome — em romeno — Bucuresti. Atribuía-se também a origem dessa designação à palavra *bucurie*, que se poderia traduzir por *prazer*. E, com efeito, ali estava uma cidade aprazível, plena de belos e agradáveis recantos, com três ou quatro parques entrecortados de lagos e ribeiros, alamedas e jardins; com praças e avenidas espaçosas, restaurantes, bares e pistas de dança a céu aberto, além de alguns bons teatros, cinemas e outras instituições culturais e desportivas.

Faltava-lhe, entretanto, personalidade arquitetônica, o que talvez se explicasse pela ocupação estrangeira que tantas vezes suportou. Até 1861, foi Bucareste ocupada sucessivamente por turcos, servios, austríacos e russos. Após meio século, em 1917, voltou a ser ocupada pelos exércitos austríacos, búlgaros e alemães. E mesmo nos anos de paz que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, sofreu avassaladora influência econômica e cultural de outros países europeus, sobretudo da França. Os estrangeiros que aí vinham residir construía suas moradias da maneira que lhes aprouvesse, sem levar em conta as tradições nacionais. Assim, podiam-se ver, ainda agora, num mesmo trecho, horrorosas casas em forma de cubo, seguidas de edifícios austeros de um classicismo grego ou de pequenas igrejas de estilo bizantino, ao lado de prédios novos, pesadões e enfeitados, de inspiração soviética.

Bucareste era tida, outrora, como a Paris dos Balcãs. E desse título é provável que se orgulhassem seus próprios governantes, cujo espírito de imitação atingia o mais baixo servilismo. O Parque Kisilev, por exemplo, era quase um plágio dos Champs Élysées, de Paris, e o Arco do Triunfo, mais adiante, era também simples cópia, em tamanho reduzido, do original parisiense.

Ademais, por essa época, o francês chegou a ser a segunda língua da Romênia. Daí que Abdul, o representante libanês, utilizando sua experiência de cidadão de um antigo protetorado da França, explorasse a humildade com que o romeno ainda se portava ao escutar esse idioma. Se íamos os dois a uma casa comercial, eu tratava de me fazer entender em romeno, mas ele, não, ia falando logo em francês. O resultado é que o empregado me deixava esperando, saía para atender a outros fregueses e só depois de alguns minutos vinha decifrar o que é que eu desejava. Enquanto isso, o libanês dirigia-se a outro empregado, tratando-o por tu e pedindo, em francês, alguma mercadoria (“*Ecoute, donne-moi...*”). Se o homem sabia francês, atendia-o polidamente, dando-lhe o tratamento de *vous* e *monsieur*. Se fazia ar de não entender, o libanês repetia a frase, com gestos de impaciência e em voz mais alta, como se só admitisse duas possibilidades — que o empregado não lhe tivesse prestado a devida atenção ou fosse meio surdo, e nunca que ignorasse esse idioma. Então, o romeno, aflito, agitava a mão aberta, diante dele, pedindo que esperasse, e ia buscar alguém que falasse francês — e sempre havia alguém.

Os atuais governantes da Romênia tomaram medidas drásticas para eliminar no país a influência econômica e cultural da França, a ponto de restringir o acesso a determinados locais onde se vendiam, de segunda mão, obras francesas antigas. Havia em Bucareste quatro lugares desses — era o que lá se chamava *anticariat*, correspondente ao que no Brasil se chama sebo. Três deles, cuidadosamente controlados e expurgados, estavam abertos ao público. Mas o outro, não controlado nem expurgado, só podia ser frequentado por altos funcionários do Estado ou do Partido e pelos representantes do Kominform. É certo que nas livrarias comuns se encontravam alguns volumes em francês, mas selecionados e editados na própria Romênia ou na União Soviética, ou então publicados pela editora comunista da França, a *Editiones Sociales*.

Nem por isso, entretanto, a Romênia se libertou da influência estrangeira, porque, após a Segunda Guerra Mundial, a presença francesa foi substituída pela presença soviética, mais ostensiva, mais direta, mais oprimente. Bucareste converteu-se na Moscou dos Balcãs. O viajante, ao descer ali de avião, defrontava logo uma dupla estátua de Lênin-Stálin, em bronze, em meio ao saguão do aeroporto. Rumando para o centro, verificava que dois dos maiores monumentos da cidade eram em homenagem — um, ao Soldado Soviético; outro, a Stálin, cuja estátua colossal dominava um logradouro que também lhe adotava o nome: a Praça Stálin. Perto daí encontrava-se belo e vasto parque. Chamava-se: *Parque de Cultura e Repouso I. V. Stálin*. Quando, a caminho do lago Snágov, ultrapassava-se o perímetro urbano, via-se um edifício enorme, com a fachada semelhante à da Universidade Lênin, de Moscou. Tratava-se de gigantesca empresa gráfica e editorial, designada por *Combinado Poligráfico Casa de Scinteia I. V. Stálin*. A outro parque de Bucareste foi dado o nome do escritor soviético *Máximo Górkki*; o Combinado Esportivo, com seu estádio, tomou o nome do clube futebolístico mais famoso da URSS — *Dínamo*; um museu do movimento revolucionário foi batizado de *Museu V. I. Lênin-I. V. Stálin*; o Instituto de Ciências Econômicas e de Planificação também se chamava *V. I. Lênin*. Havia ainda uma livraria especializada na venda de livros russos ou editados na URSS, em vários idiomas, a *Cartea Rusa*; um *Instituto de Estudos Romeno-Soviético*; a *Associação Romena Para os Laços de Amizade com a União Soviética (ARLUS)*... E quem passasse pelo Bulevar Nicolas Balcesco, via no topo de um prédio de 9 andares, em grandes letras, esta estranha palavra: SOVROMPETROL, sigla de uma companhia mista sovieto-romena que explorava o petróleo de Ploesti¹. Assim, os russos do Kominform deviam sentir-se ali como em sua própria casa.

Tudo isso, no entanto, se achava na parte nova de Bucareste. Em contraste com essa, havia a cidade velha, que se desenvolvera ao acaso, em tempo idos, e parecia uma labirinto de ruas estreitas, tortuosas e sujas. Era aí que ficava, à Rua Valeriu Braniste, 56, a sede do Kominform, ocupando

¹ Dizia-se à boca pequena que a Sovrompetrol fora dissolvida, após a morte de Stálin, porque como tantas outras companhias organizadas por Moscou nas democracias populares, levava para a URSS a parte do leão, constituindo-se assim numa das fontes de hostilidade antissoviética nesse país.

uma área retangular de 400 metros de comprimento por 100 de largura, erigida de construções e toda cercada de muros, como um castelo feudal.

Até nisso verificou-se a substituição dos franceses pelos russos, pois, neste local, antes da instauração do regime em vigor na Romênia, existia a filial de um banco da França, que, aliás, construíra esses prédios para seu próprio funcionamento e para residência de seus funcionários. Quando o Kominform transferiu-se, em 1948, de Belgrado para Bucareste, encontrou nesse conjunto de edifícios a sede apropriada para suas instalações, e só teve o trabalho de passar em volta, como um cordão de isolamento, essa amurada alta, com três portões de ferro abrindo para o recinto.

Os que viviam e trabalhavam aí dentro só podiam transitar por esses portões mediante exibição de um documento especial, o *própusk*. E a não-comunistas era totalmente proibido o ingresso. Jamais um pé burguês pisou seu solo sagrado. Em fevereiro de 1956, poucos dias após o XX Congresso do PCUS, um repórter norte-americano, procedente de Moscou e em viagem para os Estados Unidos, tentou franquear o portão e entrevistar Mítin, que aliás ainda não havia regressado da URSS. O miliciano barrou-lhe os passos, sacudindo o dedo no ar e reclamando:

— *Própusk, tavárich, própusk...*

Duas semanas depois, em reunião do Colegiado, Mítin lia, em meio a risadas nossas, a tradução da nota em que esse jornalista narrava sua malograda tentativa de penetrar no recinto daquela organização e falar a seu chefe. Dizia a nota que o Kominform se constituía de um grupo de edifícios escuros, cercados por uma amurada sombria. Foi tudo o que viu. E era tudo que podia ver, de fora.

Um dos lados curtos dessa amurada, que tinha a forma de retângulo, ficava na Rua Valeriu Braniste, com um portão pequeno servindo de entrada oficial. Do lado oposto, o muro dava para um terreno devoluto, cercado de arame farpado, onde alguns soldados, por desfastio, praticavam a horticultura. Num trecho inferior do muro situado à direita, achava-se o portão grande, por onde transitavam os veículos. E no trecho inferior do muro à esquerda, havia também um portão, o menor dos três, pouco utilizado, que dava para o início de uma rua.

Cruzando o portão da Valeriu Braniste, penetrávamos no recinto. Ali estavam, frente a frente, duas filas de edifícios, dispostos ao comprido da área, e entre elas, formando uma alameda, frondosas árvores, sob cujas copas se estendiam bancos de madeira.

Nesse recinto, havia quatro edifícios de três andares, além de várias casas de dois e de um pavimento, nos quais residíamos cerca de 220 funcionários, com nossas famílias, num total aproximado de 500 pessoas. Além desses, existiam dois outros edifícios de cimento-armado, servidos por elevadores, e nos quais se achavam instalados os serviços do Kominform. Todos eles tinham a fachada escurecida pelo tempo. Quanto ao interior das casas e apartamentos, nada havia de especial.

Descendo-se pela esquerda, deparava-se com um desses edifícios de três andares, em que morávamos eu, o argentino, o redator-chefe e outros redatores russos. Como se sabe, o argentino e eu moramos inicialmente numa casa do lado de fora, mas quando a família dele chegou, três meses depois, ele se mudou para este edifício, e eu fiquei sozinho no outro; muitos meses mais tarde, quando chegou minha família, também eu me transferi para cá, tornando-nos novamente vizinhos. O edifício contíguo era também de apartamentos residenciais, habitados por pessoas de categoria burocrática semelhante à nossa. Depois vinha o magazine, igual a qualquer loja comercial modesta aqui do Brasil, e onde se vendiam tecidos, calçados, comestíveis, bebidas, material escolar, quinquilharias. Quando os russos ainda ocupavam Viena, de lá traziam, no avião do Kominform, certa quantidade de mercadorias de boa qualidade e baratas, porque não oneradas por direitos alfandegários, sendo logo arrebatadas pela freguesia, sobretudo pelos soviéticos, que revelavam especial predileção por esses objetos estrangeiros. No mesmo edifício, ao lado do magazine, ficava a barbearia, onde trabalhavam três homens e duas manicuras, todos romenos. Um dos barbeiros, natural da região da Romênia em que se falava russo, conhecia bem este idioma, além do romeno e algo de francês. A barbearia, ao contrário do restaurante e de outros locais, era uma instituição onde reinava alguma democracia. Fazia-se fila, nas cadeiras. Se chegava alguém mais categorizado — Românov, Biessúdnov — e estava na vez de um funcionário qualquer, este em geral oferecia-lhe a vez, mas o outro não aceitava, e saía para voltar depois, quando o movimento se houvesse

reduzido. Nesse mesmo local, no pavimento superior, achava-se a residência das mulheres solteiras.

Prosseguindo, encontrava-se outro prédio de dois andares, que servia de habitação a alguns espanhóis, ao casal indonésio e a outros mais, e numa de cujas partes estava instalado o posto telegráfico, que mantinha teletipos, além de outros aparelhos, com linha diretamente ligada a Moscou. Estendia-se, a seguir, um vasto barracão, onde trabalhavam em carpintaria, concertos de chaves e outros serviços desse tipo, alguns artesãos romenos. Entre o barracão e a feira de casas de um só pavimento, intercalava-se pequeno jardim. Depois das casas, vinham os prédios onde se achavam instalados o posto médico-dentário, os serviços de contabilidade e tesouraria, e mais à frente, o restaurante, cujo cardápio era composto quase todo de comidas russas e de alguns pratos romenos.

No espaço compreendido entre o restaurante, à esquerda, e a guarita dos milicianos, à direita, havia algumas árvores frutíferas, formando um arremedo de pomar. Aí erguia-se também o edifício do Departamento de Informação, com as seções que o constituíam — o gabinete de Bazânov, guarnecido de estantes, poltronas, divãs, grande mesa, armários ; uma sala contígua, onde mexiam em papéis duas senhoras russas, de quem se sabia apenas que trabalhavam com ele, mas cuja função específica ignorava-se ; a seção de documentação, onde guardavam cópias de todos os documentos enviados a Moscou, relativamente aos diversos partidos comunistas, e a que só tinham acesso Bazânov, Mítin e o redator-chefe, pois cada partido tinha segredos que não revelava aos outros partidos comunistas, exceto ao da URSS, que era depositário geral da confiança e dos segredos dos comunistas do mundo inteiro; a seção postal, que não se limitava a receber e expedir a correspondência dos funcionários do Kominform, pois tinha um serviço organizado para o envio de cartas a qualquer país, como tendo sido posta não em Bucareste, mas em Paris (por exemplo : se eu tinha uma carta importante para o Brasil, entregava-a nessa seção e somente em Paris é que seria selada, carimbada e remetida pelo correio normal ao destinatário); a seção de jornais estrangeiros, incumbida de tomar assinaturas de aproximadamente cem jornais e revistas do mundo inteiro, selecioná-los, distribuí-los entre os representantes e as redações estrangeiras, e que os recortava, arquivando os recortes, depois de assinalados pelos chefes das redações. Encontravam-se ainda nesse prédio os gabinetes dos

representantes de países do mundo capitalista, inclusive do francês e do italiano, que eram os substitutos eventuais dos dois chefes russos, Mítin e Românov; as sedes das redações estrangeiras, isto é, não-russas, e a ampla sala com filas de cadeiras, que começava junto ao elevador e ao fim da qual se levantava um palco. Servia ela como cinema, teatro, local de reuniões partidárias dos soviéticos, de conferências, festas e solenidades. Duas vezes por semana exibiam-se filmes aí, em geral soviéticos, mas também das democracias populares e, mais raramente, de países capitalistas: França, Itália, Egito, Índia. E até foram apresentados, certa vez, um velho filme americano, capturado na Alemanha pelas tropas russas, como troféu de guerra, e um documentário feito por dois viajantes tchecos, no qual se viam cenas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com explicações em russo. Ao retratar a Praia de Copacabana, o locutor do documentário, naturalmente com medo de um dia sofrer a acusação de ter estado “a serviço da propaganda burguesa”, tomou a precaução de ajuntar esta mentira:

— Mas aqui só os ricos podem banhar-se...

Ao sair da sala de projeção, uma jovem russa me abordou:

— Ah, *tavárich* Ribeiro, como é bonita Copacabana! Você já tomou banho lá alguma vez?

E eu, igualmente precavido:

— Qual o que, *tavárich*! Não vê que sou proletário!

O edifício do Departamento de Informação ligava-se, através de uma porta aberta na parede comum, a outro prédio, onde ficavam os principais chefes do Kominform. No térreo encontravam-se a sala de reuniões do Colegiado de representantes, uma vasta biblioteca marxista, cujas estantes se prolongavam pela parte subterrânea. No segundo andar; estavam os gabinetes do secretário, de alguns redatores russos e a Seção de Verificação (onde dois funcionários russos especializados comprovavam as datas, números e citações que apareciam em artigos e notas a serem publicadas no jornal kominformista). No terceiro andar, encontravam-se os gabinetes do redator-chefe, dos representantes de democracias populares e do administrador do jornal, também russo, ao qual se achavam subordinados o tesoureiro e o contador, o encarregado do restaurante e todos os artesãos romenos. Era ele quem decidia, de acordo com o redator-chefe, a questão

das habitações, sobretudo quando se tratava de transferir alguém de um para outro apartamento. Além disso, estavam sob sua responsabilidade a oficina tipográfica e a garagem, cujo chefe se achava igualmente subordinado a Bazânov.

Agora olhemos o quarto andar: ao sair do elevador, ia-se pela esquerda, em direção ao gabinete de Mítin, tendo de cruzar a ante-sala onde ficava sua secretária russa. Diante de vasta escrivaninha, cercada por um grupo de estantes, onde se alinhavam menos de 200 volumes, todos em russo, sentava-se e trabalhava o chefe do Kominform. Perto, umas quatro poltronas, e junto à janela, por trás do vidro de um armário, como numa vitrina, os últimos números das 21 edições em que circulava o órgão kominformista. Quando chegavam de todos os quadrantes do mundo exemplares da última edição, a secretária do Chefe abria o armário e substituía o número velho pelo novo. Às vezes, nessa sala, em torno de uma comprida mesa com os cantos arredondados e recoberta de vidro, efetuavam-se as reuniões secretas do Colegiado. Em outras salas do mesmo andar, existiam seções de datilografia, de distribuição das linhas telefônicas e outros serviços ligados ao gabinete de Mítin.

Continuando a caminhada em direção à Rua Valeriu Braniste, ultrapassava-se um espaço vazio e encontravam-se dois edifícios residenciais, um junto ao outro, possuindo subsolo comum, onde pernoitavam cerca de quinze soldados que se revezavam no patrulhamento do interior do Kominform, durante vinte e quatro horas, após o que eram rendidos por outros quinze. Também viviam por lá alguns bombeiros, que de quando em quando faziam experiências, nem sempre bem sucedidas, de apagar incêndio. De certa feita, no instante mesmo em que, após o preparo e disposição de todo o apetrecho — escadas, cordas, mangueiras — eles iam mostrar sua eficiência, faltou água e as mangueiras não esguicharam, como tantas vezes, em situação semelhante, tem acontecido aqui no Rio, com trágicas consequências. Mas o fracasso dos aflitos bombeiros do Kominform não foi nada trágico, mas apenas cômico, constituindo ruidoso divertimento para algumas senhoras russas profundamente entediadas. Funcionavam ainda nesse subsolo a lavanderia, muito primitiva, a cargo de uma romena gorda, risonha e enferma, que trabalhava sem descanso e vivia a queixar-se de dores pelo corpo e da ineficiência de suas auxiliares. Tinha ordem de lavar somente para os solteiros; os casados que se arrandassem, mandando suas empregadas

mesmas lavarem em casa. Adiante desses dois prédios, havia algumas árvores, um jardim cercado por entrançados de arame, o campo de voleibol, um terreno gramado que terminava no fim do muro, na Valeriu Braniste.

Em certas horas, mesmo de dia, aquela cidadela parecia deserta. O expediente começava às 9 horas, e uns vinte minutos antes a alameda se enchia da presença humana. Homens e mulheres das mais diversas nacionalidades passeavam de uma ponta a outra do terreno, como pássaros na gaiola: daqui para lá, de lá para cá. Ouviam-se cumprimentos nos idiomas e sotaques mais diversos. De repente todos entravam e o pátio ficava momentaneamente vazio. Meia hora, uma hora depois, ia repovoando-se. Passava uma enfermeira, mulheres de funcionários e representantes entravam no magazine, saíam conduzindo embrulhos, voltavam a casa... Depois, iam sentando-se nos bancos, uma após outra, e dentro em pouco uma pequena multidão bem feminina, predominantemente russa, se achava em plena atividade: umas cochichavam coisas sobre outras (ausentes), revelavam segredos extorquidos dos maridos, sob promessa de não passar adiante, davam risadas, faziam tricô. Mas eis que, no melhor da palestra, repontava a uns trinta metros, de Pravda debaixo do braço, um camarada russo designado pela organização partidária — espécie de fração do PCB dentro do Kominform — a fim de ler para aquelas senhoras, coletivamente, o artigo de fundo do órgão oficial do Partido Bolchevista, além de alguns telegramas estrangeiros e uma importante notícia nacional de como o camarada Ivânov conseguiu extrair mais carvão, no mês passado, do que qualquer outro mineiro da bacia do Don. Esse era um momento sagrado, do qual a alegria era banida; até das crianças que, por este ou aquele motivo, não se achavam na escola, exigia-se cessação da algazarra. Corressem, trepassem nas árvores, mas em silêncio...

Só depois dessa cerimônia é que, via de regra, chegavam e se incorporavam ao grupo algumas senhoras que viviam fora do recinto. Aconteceu que, com a chegada de novos representantes e outros funcionários, a população kominformista transbordou e os excedentes tiveram que ocupar dois outros prédios fora da amurada, um deles na rua vizinha, e o outro, a uns quinhentos metros de lá. Fora do recinto havia ainda a oficina tipográfica, a uns 10 minutos a pé; a garagem, mais ou menos à mesma distância, em outro ponto; a escola primária russa, a uns 15 minutos de ônibus; o palacete de Mítin, no centro da cidade, e a casa de campo, à beira do lago Snágov, a uma hora de ônibus e automóvel.

Essa casa de campo, englobando uma área de 2 quilômetros de largura por 2 de comprimento, pertencera aos ingleses que, antes da Segunda Guerra Mundial, exploravam o petróleo de Ploesti. Para lá se lançavam, sábado à tarde, todos os kominformistas, inclusive os trabalhadores do restaurante, com seus utensílios, e o operador cinematográfico, com o projetor, a tela portátil e caixas de filmes. Inicialmente existiam em Snágov dois prédios de estilo moderno. Um deles tinha dois pavimentos e um subterrâneo, com banheiros, salas de estar, salão de bilhar e uns vinte quartos e apartamentos. O outro, cinquenta metros adiante, tinha o andar térreo, onde ficava o salão de refeições, com paredes de vidro, a cantina e a cozinha, tendo uma varanda que cercava o salão por três lados, onde se dançava ao ar livre, e de onde se descortinava magnífica vista sobre o lago e sobre o mosteiro, na outra margem. Do refeitório, descia-se por uma escadaria interna e por outra externa ao andar subterrâneo, ou quase subterrâneo, pois, como o prédio foi construído numa rampa, somente metade desse andar ficava sob o solo; a outra parte abria-se para fora, caindo sobre a beira do lago, uns quinze metros abaixo. Aí ficava um salão de baile, com piano e vitrola; e fora desse salão, em baixo da varanda que circundava o refeitório, havia uma área coberta, mas sem paredes de frente, contendo mesas de pingue-pongue, dominós e jogos de salão típicos da URSS. Depois ergueram-se outras casas nas imediações dessas, mais modestas porém confortáveis.

Entre o lago, à beira do qual se achavam um trampolim e vários botes, e o portão de entrada, guardado por soldados de fuzil no ombro, havia campos de tênis, de voleibol e de futebol, pista de corrida a pé ou em bicicleta e motocicletas, bosquettes que, na primavera, desabrochavam em flores de variados feitios e tonalidades e se povoavam de jovens casais kominformistas.

No inverno, toda a gente se encaramujava no salão de baile e de jogos, mas, na primavera e sobretudo no verão, aquele meio milhar de pessoas se dispersava por todos os lados e se movimentava freneticamente, nadando, pedalando, remando, correndo e gritando pelos bosques... E os camponeses das vizinhanças espiando tudo aquilo e decerto matutando: por que teriam desaparecido aqueles estranjas magros, compridos e rosados, de cachimbo no canto da boca e copo de uísque na mão, e por que andariam agora por ali aquelas pessoas incrivelmente misturadas — o indonésio, baixinho, bronzeado e de lábios grossos, ao lado de alguns gigantes russos, brancos e fortes, daqueles espanhóis e franceses amorenados, desses japoneses de pele amarela e

olhos triangulares, dos alemães alourados, enfim toda essa gente vinda dos quatro cantos do mundo?

E se lhes dissessem que os estranjas compridos e rosados eram seus exploradores, e nós — a fina flor da burocracia internacional do comunismo — seus camaradas e protetores, eles haveriam de sorrir, desconfiados e ingratos, sem enxergar bem a diferença entre uns e outros.

5. Sob o comando russo

A hierarquização da vida soviética estendeu-se a todo o movimento comunista, liquidando a igualdade entre os partidos que o compunham e subordinando todos eles ao da URSS. No Kominform esse tipo de relações interpartidárias era patente. Estávamos todos ali sob comando russo.

A redação central era russa. Isso significava que todas as outras redações (inclusive a romena, em território romeno) eram consideradas estrangeiras. A russa compunha-se de 12 redatores, com as mais diversas especialidades: em Economia, Filosofia, assuntos europeus e de outros continentes, e havia até, curiosamente, um especialista em Lênin. Não se tratava de um analista do leninismo; era simplesmente um homem que sabia de memória a biografia e bibliografia do fundador do Estado soviético, que podia localizar imediatamente o capítulo e até a página em que se encontravam frases a ele atribuídas; se a citação vinha em forma vaga, o especialista seria capaz de, em alguns minutos, dar-lhe a forma exata e enquadrá-la entre aspas. O editorial, via de regra, era escrito por um desses redatores, e só depois de sugestão feita pelo camarada Kúcky, o tcheco, é que se passou de vez em quando, a conceder a um de nós, representantes, a honra de escrevê-lo. A coluna intitulada *Notas Políticas*, a única que discutia os assuntos com leveza e graça, tornando-se muito popular no mundo comunista, era assinada sempre com o pseudônimo de Ian Márek — que muitos leitores pensavam ser o nome genuíno de um comentarista. Daí que chegassem, amiúde, dirigidas a ele, cartas de comunistas de Bombaim, Santiago do Chile, Havre ou Melbourne, e cuja leitura, no início de nossas reuniões, provocava sorrisos e comentários jocosos. Essa coluna era escrita, em rodízio, por três jornalistas russos. Mítin chamou-me a atenção para um deles, certo dia, indicando o camarada alquebrado, amarelíssimo, de menos de cinquenta anos de idade, que saía de seu gabinete:

— Éste é o nosso melhor Ian Márek — disse. E ajuntou, mudando de tom: — É um homem sem família; os pais, irmãos, tios, todos os parentes próximos pereceram durante a guerra.

(Esse Ian Márek, que vivia sempre doente, teve seu estado de saúde agravado, embarcou para Moscou e, após uma semana, chegou a notícia de que tinha morrido.)

Nessa redação havia bons jornalistas, mas todos ou quase todos muito dogmáticos, sempre agarrados ao texto dos teóricos marxistas consagrados, e alguns eram evidentemente modestos de inteligência e conhecimentos. Certa vez, queixando-me das tolices ouvidas de um deles, cujo nome indiquei, em conversa com um espanhol, este fez um muxoxo e me afirmou, perto do ouvido:

— Aquilo é um charlatão diplomado...

Esses redatores não se limitavam a escrever os editoriais e notas; eram incumbidos de dar forma, em russo, a tudo que se destinasse a publicação no jornal. Só depois disso é que qualquer trabalho podia ser traduzido para as demais línguas em que se editava o *Por Uma Paz Duradoura*. Se vinha um artigo em francês, era vertido para o russo, e essa versão, depois de polida, talhada e retalhada por um membro da redação central, passava a ser considerada como o texto original. Então é que podia ser traduzido para as demais línguas, mesmo para o francês. E a esse trabalho de polimento, amputação e até enxerto, chamava-se tranquilamente *redigir*, ou seja, em russo — *riedaktirovat*. Mas, nessa *riedaktirovânie*, com frequência, alterava-se o sentido de uma frase, suprimia-se um trecho que o autor reputava indispensável, aparecia misteriosamente uma expressão que não constava do texto primitivo. Então o representante a quem estava afeto o artigo ia discutir com o redator russo, reclamar, protestar, obtendo êxito em alguns casos e fracasso em outros.

Os redatores russos desconfiavam de todo pensamento que não fosse lugar-comum, que não correspondesse a uma fórmula usual. A possibilidade de desvios da linha oficial apavorava-os, e um dos recursos por eles utilizados era arrancar pela raiz a coisa duvidosa. Por isso Togliatti deixou em definitivo de escrever para aquele periódico; apenas permitia que se transcrevessem informes ou artigos seus já publicados na imprensa comunista italiana. Mesmo assim, como Stálin lhe houvesse pespegado a etiqueta de oportunista, os redatores russos viam fantasmas de oportunismo até nas entrelinhas dos escritos do chefe do PCI. E talhavam, talhavam.

Então lá ia Moranino, desesperado, arrancando da cabeça os escassos fios de cabelo, seguido de seu tradutor, interpelar os russos:

— *Ma, perchè?*

O jornal *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular* se editava em 21 idiomas, sem excetuar o português, publicando-se aqui no Brasil sob o título *Democracia Popular*. Mas em Bucareste só se imprimiam seis edições: russa, romena, francesa, alemã, inglesa e espanhola. As demais, como a italiana, tcheca, polonesa, húngara, chinesa e tantas outras, eram publicadas nos respectivos países, com atraso que variava de alguns dias a duas semanas, em relação às edições feitas na Romênia.

Para cada edição tirada em Bucareste, funcionava no Kominform uma redação separada, tendo sempre como chefe um russo e, como subchefe, um redator da nacionalidade correspondente. Por exemplo: o chefe da redação espanhola era um russo, Perfiliev, que conhecia regularmente o espanhol; o subchefe era um espanhol, que conhecia muito bem seu idioma e sabia muito mais russo do que Perfiliev sabia espanhol. Só havia duas exceções: a redação francesa, que tinha como chefe e subchefe dois franceses; e a inglesa, cujos chefe e subchefe eram ambos russos, não obstante se encontrarem naquela redação quatro camaradas vindos da Inglaterra. De fato, ninguém acreditava ali no revolucionarismo do PC britânico; frequentemente ouviam-se referências irônicas às constantes vilegiaturas de seu secretário geral, Harry Pollitt, à URSS, à China e a outros países do mundo comunista. Daí que, na redação inglesa do jornal kominformista, não confiassem a um camarada britânico sequer a subchefia da redação¹.

¹ Os russos tratavam de dissimular esse desprezo pelos ingleses com gestos diplomáticos. Recordo-me de que numa festa nossa vários grupos estrangeiros entoaram canções revolucionárias de seus países (os italianos, a “Bandiera Rossa”, os franceses, “La Carmagnole” e “Ça ira, ça ira”, os espanhóis, “El Quinto Regimiento”, etc.). Os russos então bateram palmas e exigiram que os ingleses cantassem a sua. Então um dos ingleses segredou algo a sua mulher, pôs a língua de fora e a recolheu como a saborear uma pilhéria, e se puseram a cantar algo em seu idioma, num tom épico, que os russos aplaudiram muito, supondo tratar-se afinal de um chamado às massas para que incendiassem a Câmara dos Lordes. E era apenas a velha canção folclórica “She’ll be coming round the mountain”, com um estribilho onomatopaico (“hi hl yippy yippy hi”) e estrofes como:

Em relação com as funções de ordem administrativa e que exigiam, para maior facilidade de seu desempenho, a participação de camaradas do país, os cargos de chefia sempre cabiam aos russos, e os de subchefia, aos romenos. Assim, o chefe da garagem era um russo; o subchefe, um romeno. A médica e a dentista, russas; as enfermeiras, romenas. Os artesãos romenos tinham como subchefe um conterrâneo seu, mas o chefe de todos eles era um russo. Na seção postal, trabalhava uma romena, mas seu chefe era russo.

O avião especial era russo; seus tripulantes, todos russos. E o próprio campo de pouso, que lhe foi destinado, na Romênia, era praticamente território russo.

O papel dos representantes estrangeiros no Kominform era sobretudo formal; em muitos casos servia apenas para sacramentar, com a chancela da opinião coletiva, aquilo que os russos decidiam. Competia-nos ler as provas tipográficas dos principais trabalhos e verificar se não havia algo em desacordo com os documentos políticos oficiais em vigor, isto é, com os documentos soviéticos ou aprovados pelos soviéticos. Tornamo-nos autênticos caçadores de pérolas. E fosse de quem fosse o trabalho, menos dos russos, que eram intocáveis, propúnhamos modificar uma frase ou suprimi-la, estabelecendo-se às vezes uma discussão que concluía com a decisão adotada por Mítin e que ele dizia ser a média das opiniões emitidas.

Nossa eficiência se revelava na agudeza com que descobríssemos frases ligeiramente em desacordo com os textos sagrados. Às vezes alguém escrevia algo assim: “Uma experiência notável da construção do socialismo na URSS está em que...”. O impugnador argumentaria que a frase era ambígua, podendo dar a impressão de que o socialismo soviético estava ainda sendo construído, e isso seria capaz de confundir centenas de milhares de leitores nossos no mundo inteiro. Mítin então apartearia aprovativamente (“*kharachó, kharachó*” — “bem, muito bem”, dizia), porque segundo o ponto de vista oficial, a URSS já terminou a construção do socialismo e se acha em marcha batida para o comunismo.

“He’ll be wearing silk pyjamas/when she comes (Repeat)/be wearing silk pyjamas/wearing silk pyjamas/Wearing silk pyjamas when she comes”.

As vezes alguém escrevia isto: “Os povos querem ardentemente a paz, sobretudo porque sabem que uma guerra nuclear seria uma catástrofe sem precedentes, a destruição e a morte de milhões e milhões...”. Aparecia então um impugnador, para protestar: “O espírito dessa frase está muito derrotista e faz, portanto, o jogo dos provocadores de guerra, que querem intimidar-nos e forçar-nos a fazermos concessões. Em verdade, uma guerra nuclear não seria o fim da civilização, como eles dizem, mas o fim apenas da civilização capitalista, como acentuou o camarada Molotov”.

E suprimia-se a malsinada frase.

Escrevíamos cartas e artigos com pseudônimos (só os russos e os das democracias populares usavam seus próprios nomes), procurando expor problemas dos países que a nós estavam afetos, mas dentro da orientação geral do Kominform, vale dizer, soviética. Recebíamos do Haiti, Venezuela ou Uruguai diversos materiais (folhetos, cartas, manifestos, informes, jornais) e depois de examiná-los e anotar o que, de longe e do alto de nossa suficiência, qualificávamos de “ilusões pequeno-burguesas do camarada X”, ou “modo nacionalista de enfocar o problema”, escrevíamos uma nota ou artigo, tomando como base os fatos contidos nesses materiais, mas procurando enquadrá-los nos pontos de vista em vigor no Kominform. A esses escritos, redigidos em nossos gabinetes em Bucareste, dávamos um antetítulo indicando a falsa procedência (“Carta de Bogotá”, “Carta de Nova York”, “Carta do Rio de Janeiro”) e assinando-os com um pseudônimo apropriado ao idioma do país a que se referisse. Não raro dirigentes comunistas de tais países nos enviavam queixas amargas contra a deturpação, por nos feita, de alguns fatos, e sobretudo contra a orientação política que imprimíamos a tais escritos, em desacordo com os de seus partidos. Mas a opinião deles não tinha, para nós, valor algum. O movimento comunista era como um vasto exército, sob o comando dos estrategistas russos, e só a estes devíamos obediência.

No dia em que o jornal tinha de rodar, nós ficávamos de plantão — Mítin, um representante de democracia popular e um de país capitalista ou subdesenvolvido. Depois de todas as correções de última hora, imprimiam-se três exemplares da edição russa. Então nós dávamos uma derradeira olhadela (se o representante não conhecia bem o russo, recebia o auxílio de seu tradutor), catando erros eventuais, e se encontrávamos algo de gravidade, o que só raramente acontecia, fazia-se a emenda tipográfica na

edição russa e em todas as outras edições, tirava-se novo flã da página em que houvera o erro, fundia-se outra telha daquela página, e uma vez mais imprimiam-se três exemplares. Tudo isso era feito com grande rapidez. Dentro de uma hora, estávamos examinando o novo exemplar. Findo o exame, Mítin perguntava:

— Então, *tavárich*, posso assinar?

Dizíamos que sim; ele apunha sua assinatura ao pé de cada página, em dois exemplares, dos quais guardava um. Recebendo o outro exemplar assinado por Mítin, em nome de nós três, o administrador da oficina tipográfica, um camarada russo, para lá corria em seu jipe. Uma impressora começava então a rodar a edição russa. Daí a pouco outras impressoras, no mesmo local, começavam a rodar as edições estrangeiras. Era de madrugada; nesse dia só haveria meio expediente, a partir das 14 horas.

Os russos centralizavam tudo e Mítin sempre dava a última palavra. Crítica só vigorava de cima para baixo; de baixo para cima, desagradava, encontrava réplicas hostis. Todas as tentativas de mudar esse estado de coisas resultaram inúteis. E decerto constituía um luxo, verdadeiro esbanjamento de quadros o fato de que o PC tcheco, por exemplo, retirasse Vladímír Kúcky da direção do *Rude Pravo*, jornal diário editado em Praga, para deixá-lo como representante no Kominform, com a função de aprovar as resoluções soviéticas, catar frases dubitativas nos artigos a serem publicados e responder a Mítin, de madrugada, que podia assinar o exemplar-modelo da edição daquela semana. Por isso, os diversos partidos foram chamando seus representantes e substituindo-os por outros menos categorizados, como aconteceu com o búlgaro, o polonês, o tcheco e o francês.

Podia-se raciocinar que a presença dos representantes estrangeiros se fazia necessária porque cada um deles era naturalmente um especialista em questões de seu próprio país. Mas a pretensa onisciência dos russos levava-os a fazerem alterações em trabalhos de dirigentes de diversos partidos, sem prévia consulta aos respectivos representantes. E essa pretensão era de tal modo que até alguns tradutores se atreviam a alterar os textos em que trabalhavam, desde que notassem qualquer desacordo com as sagradas escrituras soviéticas.

Sucedeu-me, por exemplo, escrever uma nota sobre determinada campanha política que se desenrolava no Brasil, e especifiquei que ela se fazia através da imprensa, da rádio e da televisão. Redigi-a em espanhol e dei-a a Pavlienko para que a vertesse ao russo e a encaminhasse. Quando me veio a nota da tipografia, composta em língua russa, observei que faltava a palavra *televisão*, e eu mesmo fiz a correção, devolvendo-a. Na segunda prova, notei de novo a mesma falta. Procurando esclarecer o assunto, ouvi de Pavlienko a confissão de ter sido ele próprio que cortara a palavra, supondo tratar-se de equívoco meu, pois achava impossível existir televisão no Brasil. Perguntei-lhe em que baseava essa suposição, e ele argumentou:

— Aqui na Romênia, que é um país socialista, agora é que estão montando televisão; só os países adiantados têm televisão, e a Grande Enciclopédia Soviética diz que o Brasil é um país agrário, atrasado...

Afinal, a palavra foi publicada, mas não creio ter convencido ao zeloso Pavlienko sobre a existência da televisão brasileira, apesar de lhe haver recordado que a Grande Enciclopédia Soviética também proclamara Gandhi um agente do imperialismo britânico, para depois, sob o protesto do embaixador da Índia, rasgar essa página e escrever outra, retirando a acusação.

O predomínio russo era sensível até nas relações familiares. As crianças estrangeiras, pouco depois de ali chegarem, aprendiam a falar, cantar e brigar em russo, com a mesma facilidade que iam esquecendo seu próprio idioma. Assim aconteceu aos garotos do casal húngaro. Estudavam numa escola russa, na cidade; conviviam com outras crianças, no Kominform, falando em russo, e em russo falavam com o pai. Sua mãe foi passar dois meses em Budapeste, e ao regressar ficou desesperada: ela só sabia falar húngaro e francês, e os filhos agora só entendiam russo.

Presenciei-a a conversar num grupo e a dizer que resolvera voltar em definitivo para Budapeste, com os filhos; se o Partido quisesse mandar substituto para o marido dela, bem; se não, paciência, ela é que não ficaria mais ali: partiria na segunda-feira (e partiu). Nessa ocasião, várias senhoras concordaram em que era desagradável o que lhe ocorrera, e minha mulher interveio, fornecendo uma receita para evitar o mal:

— É por isso que eu não deixo que a minha fale russo em casa, nem com a cozinheira, que é romena mas entende um pouco de russo. Outro dia, até a mim se dirigiu em russo. Entrou na sala e foi dizendo: “*Mama, skaji...*” Mas eu cortei logo; mostrei-lhe a chinela e disse: “Olha aqui o *skaji*; russo, da porta para fora; aqui dentro só me fale o português”.

E as mesmas senhoras, todas estrangeiras, balançaram a cabeça, dizendo que ela fazia muito bem.

A atividade cultural, os esportes e todos os divertimentos eram dirigidos pelos russos. Os responsáveis pelos jogos de voleibol e pela guarda do material esportivo eram russos, designados pela célula dos comunistas russos. Quando se organizou um torneio de voleibol, ainda eram os russos que faziam tudo, que controlavam tudo, não abrindo mão para um estrangeiro sequer do posto de juiz. Ensaiaava-se uma peça de teatro, o *metteur-en-scène* era russo; organizava-se um banquete, o animador (pessoa que dirigia a parte cultural do mesmo, reclamando de A ou B que usasse da palavra; sugerindo fossem cantadas tais ou quais canções revolucionárias; propondo várias outras coisas) também era russo.

Dei-me ao trabalho certa vez, no cinema, de calcular o número de pessoas que lotavam a sala; somei o número de cadeiras de cada fila e multipliquei pelo número de filas. Depois, arbitrei certo número para os ausentes e para as crianças, e concluí que nossa população era de umas 500 almas, todas elas — à parte a comunidade infantil — membros de partidos comunistas ou das organizações comunistas juvenis. Em números aproximados, eles se distribuíam assim: cento e tantos funcionários russos e mais uns 200 membros de suas famílias; cerca de 50 romenos, 30 espanhóis, 15 franceses, e inúmeros grupos de 6 a 2 pessoas, que trabalhavam nas outras edições estrangeiras ou faziam parte das famílias dos representantes.

Como se explica que houvesse tanta gente para fazer um semanário de quatro páginas, quase todas ocupadas por longos artigos de dirigentes comunistas? Explicar não posso, mas sou capaz de reconstituir, com estreita margem de erro, onde se encontravam os cento e tantos russos. Começamos pelo Departamento de Informação e pela parte administrativa do jornal: na seção postal, 5; garagem, 4; posto sanitário, 2; mecânicos e pilotos do avião, 6; contabilidade e tesouraria, 8; telefonistas e datilógrafas, 8;

documentação, 4; Bazânov e duas secretárias, 3. Total: 40. Redação: redatores russos, 12; chefes de edições, 5; secretárias, 6; bibliotecárias, 3; Seção de Verificação, 3; funcionários das edições estrangeiras, 18; tradutores, 8; revisores, 5; tipógrafos, 5. Total: 65. Total geral de funcionários russos 105. Some-se a isso mais uma dúzia de outros que escaparam a minha memória, e teremos uns 120 — a camada dominante da burocracia kominformista.

A organização do Kominform importava num gasto mensal enorme, para mim impossível de calcular. Sei, porém, que era financiado pelos governos das democracias populares e da URSS. Os soviéticos, presumivelmente, entravam com a maior quota. Mas, por isso mesmo que davam o dinheiro, davam também as ordens. “O Partido Bolchevista é um partido disciplinado; quando dá uma ordem, gosta de ser obedecido”, conforme nos declarou um dia, com tranquilidade e firmeza, um personagem que circulou na primeira parte deste livro: o inolvidável Mikháilov.

6. Espionagem

Quando a gente se aproximava do local do Kominform, tinha a impressão de que seus funcionários e dirigentes viviam em constante perigo, a julgar pelo aparato militar mobilizado em sua defesa. Todo aquele conjunto de edifícios em que trabalhavam e residiam cerca de quinhentas pessoas estava rodeado por alta muralha, interrompida em três lugares por sólidos portões de ferro, munidos de guaritas em que milicianos montavam guarda permanente. O passeio que acompanhava o muro, por dois lados, era vedado aos transeuntes; o incauto que nele pusesse os pés, recebia imediatamente a advertência dos soldados postados nas esquinas e no passeio em frente, do outro lado da rua, empunhando metralhadoras portáteis. Ali junto achava-se um pequeno quartel, com boa quantidade de militares e armas disponíveis para qualquer eventualidade.

Com exceção de Mítin e Bazânov, qualquer pessoa só podia entrar no recinto do Kominform ou dele sair, por um daqueles portões, exibindo o *própusk*, com retrato e nome do portador e com a assinatura de Mítin. Se tratava de soviéticos ou pessoas das democracias populares, figuravam nesse documento os nomes verdadeiros; das pessoas de países capitalistas, figuravam os nomes de guerra. Além disso, em cada porta dos dois edifícios em que se achavam instalados os serviços do Kominform, havia também milicianos que exigiam o *própusk* na entrada e na saída, proibindo a passagem por ali dos que não fôssem funcionários mas simples membros de nossas famílias. Para estes, aliás, o *própusk* tinha forma diferente e só dava direito ao trânsito através dos portões de ferro. Maior precaução ainda era adotada na tipografia, em cuja entrada se achavam sempre três soldados armados de metralhadoras e que, toda vez que a pessoa se apresentava no portão, querendo entrar, examinavam o *própusk* detidamente, como se fosse a primeira vez que a vissem.

Como a população kominformista crescera e transbordara, passaram alguns funcionários a viver em dois edifícios situados mais adiante de nossa organização, e em cuja portaria se achava um miliciano que exigia o *própusk* por ocasião da saída ou da entrada de seus habitantes. E se um companheiro do Kominform quisesse visitar alguém residente num desses edifícios, não bastava ter seu *própusk* : era preciso obter permissão especial

do gabinete de Bazânov, a fim de ser comunicada, com antecedência, por telefone, ao miliciano-porteiro. Aos representantes não se exigia que obtivessem permissão, mas que comunicassem, também com antecedência, a intenção de fazer a visita — o que dava na mesma.

Para que tudo aquilo? Afinal estávamos numa democracia popular, rodeada de países amigos. Não havia, pois, perigo externo, e muito menos interno, porquanto o povo vivia contente e satisfeito, conforme demonstrava em todas as eleições, sufragando em 99,88% os candidatos apresentados pelos comunistas, na chapa oficial e única da Frente Democrática Popular.

Assim podíamos raciocinar. Mas, quatro dias após minha chegada a Bucareste, fui saber de Românov se havia inconvenientes ou objeções a que se fosse ao centro da cidade. E ele surpreendeu-me com esta resposta:

— Não se proíbe, mas não se recomenda. Por isso tratamos de pôr aqui tudo de que se necessite. De todo modo, sempre que for à cidade, convém usar o automóvel, para sua própria segurança. Não é difícil imaginar como enxameiam espões em torno de nossa organização.

A princípio supus que se referisse ele a espões estrangeiros, mas a desconfiança era geral: desconfiava-se de infiltrações estrangeiras, desconfiava-se de nós, funcionários e dirigentes do Kominform, desconfiava-se dos romenos.

Sabia-se, e às vezes até comentava-se em certos círculos estrangeiros de nossa coletividade, o fato de que, mesmo dentro da área do Kominform, não rema usuais as visitas dos russos entre si, menos ainda entre russos e não-russos. As poucas famílias que se visitavam eram estrangeiras, em ocasiões especiais: aniversários e outras datas que oferecessem justificativas para isso. Depois, tornou-se evidente para mim que essa situação resultava do ambiente de desconfiança oficializada.

Ninguém queria parecer amigo particular de ninguém, pois a tradição de terrorismo na URSS ensinava que qualquer camarada, ao cair no ostracismo, arrastava sempre em sua queda as pessoas mais próximas de si. Aos escarmentados camaradas russos se ajustava, como uma luva, o ditado de que “boa romaria faz quem em sua casa fica em paz”.

Certa vez, num tom misto de queixa e advertência, o representante italiano exclamou:

— *Dio cane!* Eles sabem os menores detalhes de tudo que fazemos diariamente. Eles nos espionam a todos!

Nossos motoristas eram todos ou funcionários da polícia secreta romena ou a ela ligados. Pude constatá-lo mais de uma vez; numa delas, o motorista que me transportava chegou mesmo a exibir ao guarda do Trânsito, que o fizera parar por causa de uma infração, sua carteira de policial. De outra vez, um deles reclamou, conversando comigo, que ganhava muito pouco para as suas responsabilidades. E acrescentou: “Outros aí, que são apenas motoristas, ganham mais que nós”. Efetivamente, eles tinham que nos transportar, nos proteger e nos espionar. Não creio, porém, que tivessem muito interesse em nossa proteção, porque no íntimo deviam considerar-nos uns capitalistas disfarçados, que os exploravam. Um deles me disse quanto ganhava — 300 lei. Era pouquíssimo, pois nós representantes ganhávamos 17 vezes mais, ou seja, 5000 lei¹.

Essa mesma desproporção deveria haver nas fábricas, escritórios, forças armadas, e por isso a satisfação e o contentamento do povo não seriam tão grandes como eu supunha. Daí que fosse proibida a qualquer pessoa do Kominform ter relações de amizade com qualquer romeno, na cidade, sem permissão do diretor, do redator-chefe ou de Bazânov. E para obter a permissão tinha de dar explicações minuciosas de como se formara essa amizade; fornecer dados precisos sobre a pessoa em questão — o que acarretava, a quem fornecesse tais dados, o perigo de se equivocar, atraindo sobre si a suspeita de haver mentido, quem sabe com que fins. Porque essas informações seriam cotejadas com outras pedidas à polícia romena. A situação era, no mínimo, incômoda porque os dois amigos passariam a ser vigiados estreitamente daí por diante. Assim, ninguém queria fazer amizade com romenos. A única pessoa que se atreveu a isso, de que tive notícia, foi um jovem francês. Veio trabalhar como revisor na redação francesa do *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, e guardava o endereço de uma garota que conhecera, anos antes, em Bucareste, por ocasião de um Festival Mundial da Juventude, de que participara. Ao

¹ Comparo com o Brasil: aqui o salário mínimo atualmente é de 6.000 cruzeiros; multiplicados por 17, temos 102.000 cruzeiros. Nenhum ministro de Estado, nenhum general das Forças Armadas ganha tanto. — *Lei* é o plural de *leu*, palavra romena que significa *leão* e constitui a unidade monetária do país.

alardear que ia procurá-la, advertiram-no de que não poderia fazê-lo sem permissão especial da direção do Kominform e que isso gerava uma situação de constrangimento. Mas ele achava que valia a pena, historiou seu caso ao redator-chefe e obteve a permissão de se encontrar com ela.

Para quebrar a monotonia da vida cotidiana, os representantes às vezes tomavam um carro e iam à cidade, à tardinha, a uma casa comercial qualquer, de preferência à *Cartea Rusa*, e voltavam em seguida. Afora isso, iam em bloco com outros funcionários visitar museus, lugares pitorescos, parques e jardins, como turistas. Uma vez por semana ou de quinze em quinze dias, iam à ópera ou ao teatro; duas vezes por semana frequentavam o cinema dentro do Kominform. Quando nada disso acontecia, passeavam pela alameda, após o jantar, indo e voltando do muro na Rua Valeriu Braniste ao muro que dava para o terreno baldio; depois cada qual ia para sua casa, ler, escutar música ou revelar fotografias... Era muito difundido o gosto pela fotografia e vários de nós tínhamos pequenos laboratórios, em nossas residências, nos quais passávamos o tempo, em certas noites, revelando, copiando, dando brilho em fotografias tomadas em Snágov ou em alguma excursão.

Nos primeiros dois meses de minha chegada a Bucareste, saí umas cinco vezes, ora com o representante argentino, ora com alguns camaradas franceses, para almoçar ou jantar na cidade. Então espalhou-se a notícia de que eu fazia refeições no centro quase todos os dias. E a médica mandou-me advertir, através de meu tradutor, contra o perigo de adoecer, comendo em restaurantes da cidade que não tinham a mesma fiscalização sanitária do nosso. Não dei importância, saí ainda duas vezes. E de novo meu tradutor veio tratar do assunto comigo. Estava sem jeito para falar; sorri, ficou com o rosto vermelho.

— Sabe, camarada Ribeiro, estão muito preocupados com sua saúde... Acham que você pode adoecer comendo na cidade...

Irritei-me:

— Ora, diga a essa velha que não sou criança. Sei o que como e onde como! Que vá cuidar do seu próprio reumatismo!

Ele ficou calado, esperou que minha explosão passasse, continuou:

— Você tem razão, camarada, isso é uma bobagem. Mas ela diz que o perigo não é só para o camarada, é para toda a coletividade. Diz que há indícios de certas epidemias na cidade; que não pode responsabilizar-se por nosso estado de saúde se o camarada continuar fazendo refeições fora... Os médicos em nosso país têm muita autoridade. Se ela levar o caso para a direção, o camarada vai ter de acatar...

Compreendi que o assunto era mais sério. Que, decerto, Bazânov ou Românov é que tinham usado essa forma hipócrita (ou diplomática) de me proibir as raras saídas ao centro da cidade para comer algo diferente do cardápio russo de nosso restaurante. Lembrei-me da observação do italiano e deixei de comer na cidade: *Dio cane!*

Com os simples funcionários, russos ou não-russos, não seria preciso usar a médica para proibir as idas à cidade. Com eles, falavam linguagem direta. Uma vez por mês ou por quinzena, viam-se grupos sair em direção ao centro. Iam juntos, entravam juntos nas mesmas casas, andavam juntos pelas mesmas ruas e voltavam juntos ao Kominform. Isso possibilitava que se controlassem mutuamente, se eram grupos estrangeiros (franceses, alemães, espanhóis), e além disso, se eram russos, havia ainda o fator psicológico de autocontrole, decorrente da suspeita de que um dos participantes do grupo pertencesse à polícia secreta soviética.

Todos sabiam, aceitavam, comentavam que A ou B era da polícia secreta russa. Dizia-se isso, por exemplo, do chefe da seção postal do Departamento de Informação, um homem alto, magro, grisalho, de nome Sierguei; dizia-se o mesmo do chefe da garagem, um gigante russo que servira, anos passados, na embaixada soviética no México e que, por isso, entendia um pouco de espanhol. Dizia-se ainda o mesmo de um rapaz de função desconhecida, que ocupava uma pequena saleta no departamento de Bazânov e de quem todos tinham pena, por causa de uma ferida sempre aberta, que tinha na cabeça, como herança da guerra. Mas como todos os policiais russos tinham também outras funções ali, e não apenas a de policiais, era possível que em qualquer grupo russo se encontrasse um deles.

Compreendi, ao fim de algum tempo, que o italiano tinha plena razão em sua advertência. A espionagem era, para os russos, mais que uma necessidade, pois convertera-se em mania. Espionavam-nos os honrados

agentes da polícia secreta soviética, pois não podiam ganhar a vida sem trabalhar; os motoristas romenos, que nos transportavam à cidade e que não tinham razão para nos querer bem; as empregadas domésticas, todas elas romenas, a quem provavelmente se dava alguma compensação pelo zelo com que observassem e depois informassem como nos comportávamos nós, seus patrões; e finalmente, nossos auxiliares russos. Alguns deles, pouco hábeis, faziam seu serviço de modo grosseiro, como era o caso de meu auxiliar. Às vezes, eu estava em meu gabinete, quando soava o telefone na sala contígua, onde tinham suas escrivatinhas os dois tradutores de espanhol — Kárpov, que trabalhava com o argentino, e Pavlienko, que trabalhava comigo. Este abria então a porta de minha sala e anunciava:

— Telefone para você, camarada Ribeiro. É de sua companheira.

Minha mulher começava a falar e eu observava que Pavlienko escutava a conversa, na extensão telefônica. Pilhando-o em flagrante, dizia-lhe pelo próprio telefone:

— Pode desligar o fone aí, camarada Pavlienko.

E ele:

— Ah, desculpe, vou desligar. Coincidiu que agora mesmo pus o fone no ouvido para ver se o camarada já tinha atendido.

Desligava. Mas da próxima vez a cena se repetia, com as mesmas desculpas.

Se chegava a moça do correio com uma carta para mim, ele ma entregava e, enquanto eu me punha a lê-la, distraído, ele por trás de mim, ficava lendo-a também.

— Esta carta é para mim, não é para você, camarada Pavlienko.

— Ah, desculpe. Pensei que ela tivesse alguma coisa relacionada com meu serviço; fiquei esperando, mas não estava lendo-a.

— Se tiver alguma coisa que lhe interesse, comunicarei depois.

Não nego que esses métodos soviéticos de espionagem fossem úteis a seus fins, mas tinham muita coisa de ridículo. A grosseira espionagem realizada por Pavlienko encolerizava-me, a princípio, e eu mal me podia conter; mas depois resignei-me e passei a encarar a questão com bom-

humor. Assim, em vez de pedir-lhe que desligasse o fone, quando ele escutava uma conversa minha pela extensão telefônica, simplesmente abria um parêntese no que estava dizendo e perguntava: “Você também não acha assim, camarada Pavlienko?”. E sentia que ele depositava, muito de leve, o fone no gancho.

É verdade que eu desconhecia até então o lado trágico dessa *mania*: as monstruosidades relatadas no informe secreto de Khrustchov, os incontáveis crimes praticados contra a dignidade do homem soviético. Não acreditava na história, tantas vezes contada na imprensa ocidental, sobre os processos fabricados pelos serviços secretos de Stálin. Ignorava que se fuzilassem poetas, como Bergelson e Itzik Feffer, por serem judeus e acusados de sonharem com uma pátria judaica. Quando, em 1954, percorri o majestoso Canal VolgaDon, nem me passava pela mente a tenebrosa ideia de que ele fora construído, em grande parte, com a mão-de-obra servil, recrutada nos vastos campos de trabalho forçado da URSS, isto é, empregando os recursos humanos (ou desumanos) de que se valeram, há cinco milênios, os faraós do Egito para a construção de suas não menos majestosas pirâmides. Mesmo em julho de 1956, quando um cidadão soviético, cujo nome omito por motivos óbvios, conversando com Diógenes Arruda, em Moscou, naqueles dias arejados pelo sopro do XX Congresso, confessou que não possuía confiança para dizer certas coisas a sua própria mãe, nem ela para dizer certas coisas ao filho, devido ao ambiente terrorista e de delação generalizado na URSS, isso não era mais novidade para mim, e contudo ainda encheu-me o coração de angústia. Eu tinha lido dezenas de livros sobre a URSS, mas nunca lera o Código Penal Soviético, nem sabia das modificações nele introduzidas na década de 30, muito menos desse ignominioso artigo 58, que previa “perda da liberdade por 5 a 10 anos e confisco de todos os seus bens” ou “a privação dos direitos eleitorais e o exílio na Sibéria, por cinco anos” para inocentes que — só por terem conhecimento de que um soldado, seu filho, irmão, primo ou amigo, se preparava para desertar e se evadir do país, ou que o fizera — não o delatassem às autoridades. Ademais, como poderia crer que se empregasse, em nome do socialismo científico, a tortura física nos interrogatórios policiais, quando há dois mil anos, na própria Roma escravista, esse método infame tinha sido condenado e abolido pela Lei das XII Tábuas?

Ignorando tais coisas, eu buscava justificativas para essa mania de espionar, como se fosse um ato instintivo de defesa, após toda uma longa série de conspirações e sabotagens que teriam causado enormes prejuízos ao povo soviético... sabotagens e conspirações urdidas, muitas vezes, pelos próprios donos do poder, como pretexto para eliminarem prováveis concorrentes, segundo o testemunho insuspeitíssimo do cidadão Nikita Sergiueievitch Khrustchov.

7. O ritual hierárquico

Depois do XX Congresso do PCUS, houve um momento de liberalização em que a imprensa soviética, dentro do espírito do relatório secreto de Khrustchov, começou a reabilitar pessoas, teses e correntes condenadas ao tempo do absolutismo stalinista. O Marechal Tukatchevsky, herói do Exército Vermelho, fuzilado como espião, teve seu retrato emoldurado e dependurado de novo no salão nobre da Casa do Exército. O órgão teórico do PCUS — *Kommunist* — publicou um editorial asseverando que, contrariamente ao que se dissera até ali, os menchevistas não foram espiões nem agentes do imperialismo estrangeiro, mas uma corrente do movimento operário e socialista russo. E a revista *Patínnnaia Jizn (Vida Partidária)* denunciava a desigualdade de tratamento na vida soviética e entre os próprios camaradas de Partido, observando que o subordinado chamava ao superior de *vy* (vós) e por êle era chamado de *ty* (tu).

Essa desigualdade, nos meios do Kominform, era mais acentuada ainda que na Escola em Moscou, e me causava verdadeiro choque. Em primeiro lugar porque, tendo desaparecido, como se proclamava, o antagonismo de classes na sociedade soviética, não poderia haver mais base para as diferenças de tratamento. Em segundo lugar porque as diferenças nos países burgueses, a que eu estava acostumado, não obedeciam a essa gradação existente na URSS. É claro que minha experiência se limitava aos círculos partidários. Mas o PCUS não era o educador e portanto o espelho em que se miravam os cidadãos soviéticos?

Assim como nos quartéis, em que há o círculo dos soldados e cabos, depois o círculo dos sargentos e suboficiais, depois o círculo dos oficiais inferiores e o dos superiores, e, finalmente, o dos oficiais-generais, também no Kominform havia os diversos círculos. E dentro de cada círculo, as diferenças de posto.

Nas reuniões do Colegiado, por exemplo, a disposição dos representantes, à mesa (não-redonda), obedecia a uma hierarquia rigorosa. A cabeceira ficava Mítin, como diretor do jornal; à direita, imediatamente depois dele, o redator-chefe e o secretário, ambos russos; depois vinham os representantes da Polônia, Romênia e Hungria; e logo Argentina, Brasil,

Cuba e Irã. Do lado esquerdo da mesa, imediatamente depois de Mítin, vinham a França (apesar de ter um partido menor que o da Itália, levava-se em conta que era mais industrializada, possuía colônias e era considerada um dos Quatro Grandes), a Itália, a Tchecoslováquia, a Bulgária (por ser o país de Dmítrov, o herói de Leipzig, antigo secretário da Internacional Comunista), a Alemanha Oriental, o Canadá, a Indonésia, Síria-Líbano. Quando chegou o representante japonês, abriram-lhe uma vaga entre o Canadá e a Indonésia. Depois ainda, de ambos os lados, seguiam-se os camaradas russos encarregados das edições estrangeiras impressas em Bucareste, e finalmente, em bancos ao lado, redatores da edição russa, um ou outro redator das outras edições. Nas reuniões secretas participavam apenas os chefes, isto é, os representantes.

Quando Mítin estava ausente, quem dirigia o jornal e presidia as reuniões era o redator-chefe; na ausência de ambos, o representante francês ou, em lugar deste, o italiano. Que me lembre, só uma vez tocou a Moranino, o italiano, a presidência da reunião. E nós, alguns de seus camaradas mais íntimos, de brincadeira, fingindo que íamos coçar a cabeça, batíamos-lhe dissimuladamente uma continência. Mas ele, imperturbável, concedia a palavra a um, a outro, dava pequenas ordens ao secretário russo que se achava à sua direita, reinando com a mesma solenidade com que reinava Mítin.

A hierarquia era válida para todos os efeitos imagináveis. Quando participei da primeira reunião da direção colegiada, ficou claro para Sera, o argentino — chegado ali um mês antes de mim — que sua posição, na escala hierárquica, era imediatamente superior à minha. E demonstrou-o em seguida: no sábado fomos a Snágov e, como ambos estivéssemos sem nossas famílias, deram-nos na casa de campo um mesmo quarto, no qual havia duas camas, uma grande, de casal, e outra menor, de solteiro. Sera ocupou a maior, sem sequer me consultar; supus que se tratasse de falta de educação, e não dei maior importância ao caso. Depois é que notei que ele havia posto em prática simplesmente um direito que lhe assistia.

Esse argentino e eu trabalhávamos em salas vizinhas, separadas apenas por uma saleta onde ficavam nossos dois tradutores. Quando se convocava uma reunião, a secretária de Mítin tocava o telefone, avisando, primeiro para Kárpov, tradutor do argentino; depois para Pavlienko, meu tradutor. Em verdade, bastava avisar a um dos dois, porque suas

escrevaninhas distavam apenas dois metros uma da outra, e quando Kárpov atendia o telefone avisava logo não só a Sera como a mim. Mas a secretária, mesmo sabendo disso, desligava e tornava a ligar para a mesa de Pavlienko, porque assim mandava o ritual.

Mas eis que um dia, ao chegarmos à reunião, o argentino sentou no lugar de costume, ao lado do húngaro e antes de mim; verificou então que sobre a mesa, em frente dele, estava a pasta de papéis com o nome Ribeiro e em frente da minha cadeira, a pasta com o nome Sera.

— *Tche*, essa pasta é a minha — disse-me ele -; toma a tua. Houve um engano, trocaram.

Da próxima vez, a secretária de Mítin tocou o telefone primeiro para meu tradutor, depois para o dele. Sera ficou desconfiado, e ao chegarmos à sala de reunião, antes de sentar-se, olhou os nomes nas pastas e empalideceu: estavam outra vez trocadas. Os burocratas do Kominform tinham verificado que, na ordem comunista internacional, a Argentina vinha depois do Brasil. E passaram o representante argentino para trás. Recusei, porem, a retificação e continuei sentando-me indisciplinadamente depois de Sera. Eu cuidava de chegar um pouco antes dele, trocava as pastas e me sentava em seu lugar: O húngaro, por mímica, apelava para que me sentasse na outra cadeira, a seu lado, mas eu, achando muito divertido tudo aquilo, balançava o dedo no ar respondendo que não. E esta minha atitude, ainda que mal vista, era tolerada, graças ao abrandamento da disciplina, que se seguiu à morte de Stálin.

Tanto que o camarada Mítin ainda se achou no dever de desagrar o PC brasileiro, por tão duradouro equívoco, e referiu-se em duas reuniões consecutivas ao “camarada Prestes, uma das personalidades bem conhecidas do movimento comunista internacional”. Também alguns redatores russos fizeram questão de mostrar que sabiam estar o Brasil colocado antes da Argentina. E quando passávamos juntos, Sera e eu, e cumprimentávamos ao mesmo tempo um camarada russo, ele respondia de acordo com a nova ordem:

— *Zdrávstvitie, tavárich* Ribeiro. *Zdrávstvitie, tavárich* Sera.

No restaurante existiam duas salas — uma reservada aos chefes, outra para os empregados. Ignorando a discriminação, eu fazia minhas

refeições ora numa sala, ora em outra. Só fui mesmo alertado para o fato quando, um dia, indo o representante italiano almoçar ali, encontrou-me na segunda sala e, sentando à minha mesa, pilheriou comigo:

— Fazendo sua demagogia, hein? Almoçando na sala dos empregados...

Manifestei-lhe estranheza e repulsa por tanta discriminação. Felizmente o PCB não atingira ainda esse grau de diferenciação burocrática, se bem tendesse, nos últimos tempos, a adotar certas novidades de inspiração visivelmente soviética. Mesmo na Escola em Moscou não se chegava a tanto. Por que isso? E o italiano exclamou, sorrindo:

— *Ecco*. Aqui é assim. Que fazer?

Por espírito de oposição, indignado com tamanha estupidez reacionária, passei a almoçar somente na sala dos empregados. O italiano e o argentino passaram a proceder do mesmo modo. Depois, outros representantes de países capitalistas e até de democracias populares. Estava lançada a confusão. Apagara-se a linha imaginária que separava as duas salas.

Mas essas linhas discriminatórias surgiam por toda parte, até mesmo nos problemas amorosos, conforme pude verificar por dois casos criados, em ocasiões diferentes, em torno de duas mulheres bonitas. Uma delas, casada com Aliocha, o chefe da célula local da juventude comunista russa, ensaiava um drama de amor, a ser levado em nosso palco, como parte dos festejos de uma data soviética. Tinha como companheiro de ensaio, no papel de galã, um jovem russo, solteiro, tradutor de italiano. E começou o namoro entre eles. Soube-se, posteriormente, que o marido, notando o excesso de realismo com que ambos ensaiavam, chamou a atenção deles para o fato, alegando ser preciso evitar maledicências. Recomendou que algumas cenas fossem ensaiadas de modo simbólico, exemplificando: “No momento de ela cair em seus braços, basta fazer menção de cair; isso todo mundo sabe como representar, não precisa ensaiar. E quanto ao beijo, também, basta dar no dia mesmo da representação”.

Tudo isso foi dito a um canto da sala e não se poderia afirmar que suas advertências fossem exageradas, mas os dois atores se irritaram, atraindo a atenção dos demais artistas presentes, e a discussão se

generalizou. A mulher declarou que se o marido se portava como um senhor feudal e não como um jovem comunista, o melhor era mudar de atores. O tradutor de italiano, por sua vez, proclamou que assim, com essa desconfiança, se sentia até ofendido e se recusava a continuar trabalhando: “Podem procurar outro; de agora em diante não trabalho mais na peça”. Essa atitude causou alvoroço e receios de que tudo se estragasse, pois estávamos às vésperas da festa. O telegrafista, que dirigia os ensaios, suplicou: “Vamos, Aliocha, não queiras bancar o Otelo; pede desculpas pelas bobagens que disseste, e deixa-nos trabalhar”. A mulher de Aliocha, nervosa, enxugava algumas lágrimas com o lençinho que, na peça, servia para acenar da janela ao namorado; o tradutor de italiano, irredutível em seu propósito, não aceitava conselho de ninguém, mas, afinal, por insistência do próprio marido zeloso, decidiu-se a prosseguir nos ensaios. E a paz caiu de novo sobre o palco.

No dia da representação os dois atores foram aplaudidíssimos; trabalharam magnificamente no papel de apaixonados. Na plateia viam-se numerosas bocas femininas falando ao ouvido do próximo, nas cenas mais emocionantes. Perto de mim uma voz sussurrou, dirigindo-se a meu vizinho:

— Olhe, olhe, camarada Moranino! Como trabalha bem seu tradutor! como beija! como abraça!

Era Alicia, a espanhola, que lhe falava de uma cadeira atrás. E o italiano, meio agastado, por entre os dentes:

— *Ecco*. Demasiado bem para uma plateia sem malícia. Se trabalhasse tão bem para mim, já estaria condecorado.

E desde então, comentários semelhantes, impregnados de suspeita, passavam de boca em boca. Um colega do tradutor disse-lhe ao ouvido, certa vez, qualquer coisa sobre o assunto, e ele replicou em voz alta:

-Você está equivocado! Ela é, para mim, uma grande artista, mulher admirável, cheia de nobres qualidades. É uma mulher ideal.

De todo modo, eles eram vistos sempre juntos, decerto conversando sobre teatro. Quinze dias depois, o marido passou a fazer refeições no restaurante: separara-se da esposa. Mais quinze dias, e a mulher ideal era enviada à União Soviética, dizem que com destino a uma cidade do interior,

onde vivia sua família. Mais outros quinze dias, e o tradutor de italiano era enviado a Moscou, por não estar à altura das responsabilidades de funcionário do Kominform.

O outro caso teve desfecho diferente. Tratava-se de uma jovem russa, solteira, alta, louríssima, perfil grego, muito simpática. Reclamava amiúde contra o fato de só existirem ali dois ou três rapazes, de só enviarem homens casados para trabalharem no Kominform. Definitivamente ela detestava a solidão, e, na falta de um solteiro, buscava partilhar da companhia de um casado. Assediou Biessúdnov, o secretário do jornal, e não foi difícil conquistá-lo.

Parece que Biessúdnov se apaixonou de verdade, porque fechou olhos e ouvidos a todo o mundo. Mandou a família passar uns tempos na URSS, e ficou só com a louríssima; em pleno idílio, sentava-se horas a fio com ela no banco, sob a copa de uma árvore. As pessoas iam e vinham, olhavam e comentavam, e eles indiferentes. Até que a família dele regressou. Então os idílios passaram a ser mais curtos, mais disfarçados, porém continuaram. E um dia a louríssima veio despedir-se de nós; viajaria no dia seguinte. No dia seguinte, houve reunião do Colegiado, e Biessúdnov ausente: seguira para Moscou no mesmo avião que a louríssima. Ela ficou por lá, ele regressou na outra semana.

Menos de um mês se passara, quando Românov foi transferido para Moscou, abrindo uma vaga de redator-chefe, para a qual foi promovido Biessúdnov. Essa promoção não teve boa acolhida entre as senhoras kominformistas. Numa roda feminina, a mulher do italiano protestou, com apoio das outras:

— Isso não é justo. Castigam a moça, tomando-lhe o emprego e mandando-a quem sabe lá para onde, enquanto ele é promovido. Os homens se protegem uns aos outros.

Só a mulher do novo secretário do jornal é que encarava o assunto por outro prisma:

— Pois eu penso diferente. A promoção dele eu até compreendo: o outro foi embora, o lugar cabia a ele. E sou insuspeita para dizer isso, porque se ele não fosse promovido, talvez o beneficiado fosse meu marido. Acho que ela é que devia ser castigada severamente, porque foi quem

provocou o homem, todos sabem disso. Mas, ela, ao invés de ser castigada, minha filha, foi até promovida. Ele mesmo arranjou para ela, no Ministério do Exterior, um ótimo lugar, ganhando muito bem. Isso é que não é justo.

E assim esses dois casos foram resolvidos de maneira totalmente diversa, de acordo com um só critério: o da posição hierárquica de seus personagens.

Aliás, não só pessoas, como também organizações se enquadravam nesse critério, como é o caso dos partidos comunistas. Assim é que os P.C. das democracias populares eram considerados partidos-irmãos do PCUS; naturalmente, os partidos de países capitalistas eram partidos-primos. Outrora, quando só o PCUS se achava no poder, todos os partidos comunistas eram considerados irmãos do PCUS e irmãos entre si, e assim se tratavam, ao menos no papel. Mas a situação mudara e eis que um dia, para surpresa dos representantes latino-americanos, que ouvíamos aquilo pela primeira vez, Mítin fez essa distinção, de passagem, como se fosse algo notório: “Quero pedir aos representantes de todos os partidos aqui representados, sobretudo aos camaradas Fulano, Beltrano e Sicrano (mencionou o tcheco, o polonês, outros mais), isto é, aos representantes dos partidos-irmãos...”.

Os representantes dos partidos-irmãos tinham seus gabinetes no mesmo edifício do de Mítin; os dos partidos-primos, no outro edifício. Os dos partidos-irmãos tinham automóveis próprios; os dos partidos-primos utilizavam os automóveis comuns, de propriedade do Kominform. Para as demais pessoas, quando se tratava de ir a Snágov ou a uma excursão, havia os ônibus. Quanto aos soviéticos, três deles possuíam automóveis de luxo: Mítin, Bazânov e o redator-chefe — Românov e, depois, Biessúdnov. Mas o automóvel do diretor era marca ZIS, produto da fábrica Stálin, de Moscou, e os dois outros, embora também grandes e confortáveis, eram menos luxuosos, produtos da fábrica Molotov, que ficava na cidade de Górki.

Animado pelo êxito no restaurante, tentei democratizar também os transportes, entrando em um ônibus para Snágov. Mas como o veículo estivesse muito cheio, minha presença despertou não só estranheza como indignação. Sendo dos primeiros a chegar, encontrei vaga para ir sentado, mas quando lotou o veículo e várias pessoas foram entrando e ficando de

pé, cada qual me olhava de modo significativo, como se achasse que eu tinha tomado, indebitamente, seu lugar. Então levantei-me, cedi o assento a uma senhora, que não queria aceitar, mas aceitou. Lá fora sobram ainda três pessoas. O motorista disse que não cabia mais, esperassem pelo próximo ônibus, dali a uma hora. E vi que os três me olhavam pela janela e esquadriavam com os olhares o interior do veículo, para ver se outros usurpadores haviam tomado suas vagas. Permaneci firme e fiz o incômodo trajeto de uma hora, de pé, em nome da igualdade comunista e da democratização da vida no Kominform.

Repeti a proeza duas vezes mais. Entretanto, além de incômoda, aquela atitude era ridícula e mal vista pelos passageiros, que não se sentiam honrados e sim prejudicados com minha presença. Voltei ao automóvel, justificando para mim mesmo o meu fracasso com a alegação de que assim eu poderia dar “carona” a duas ou três pessoas.

Resisti, porém, em vários outros casos, sobretudo no trato com os camaradas. Nós, os representantes de partidos-primos, formávamos o círculo, por assim dizer, dos oficiais inferiores. E, conforme me explicou Pavlienko, meu secretário e tradutor, eu não devia estender a mão ao camarada Mítin, como costumava fazer, ao entrar em seu gabinete. Devia pronunciar um cumprimento e esperar que ele me desse a mão; se desse, bem; se não desse, não haveria aperto de mãos: a iniciativa devia partir dele.

— E na saída? — perguntei.

— Na saída também.

— Vocês precisam corrigir o ritual, camarada Pavlienko; pois se, no momento de eu me retirar, ele tomar a iniciativa de me estender a mão, significa estar mandando que eu vá embora, e isso é deselegante.

— Ah, camarada, quando há boa-vontade, tudo se faz. Basta inclinar a cabeça e fazer o ar de quem se vai retirar e ele estenderá a mão, se quiser estendê-la.

Para desgosto de Pavlienko, continuei, porém, tomando a iniciativa de estender a mão a Mítin, que era uma espécie de oficial-general. Mas houve um dia em que o chefe do Kominform marcou bastante a distância que nos separava: foi no banquete de despedida do redator-chefe Românov,

que tinha sido transferido para outro posto em Moscou. O banquete em si já constituía uma discriminação, pois só foram convidados para ele os representantes, e individualmente, sem suas famílias. Prepararam-no em sigilo, pelo simples gosto, suponho, de envolver tudo em mistério.

Nessa noite bebemos todos em abundância, e Mítin tornou-se caloroso e alegre, brindando com frequência, rindo alto. Depois, fez um discurso em que salientou a grande honra consistente em trabalhar no órgão kominformista *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*. Comparou. Disse que honra igual era trabalhar na *Pravda*, o órgão oficial do PCUS. Informou que todos aqueles que passaram pela redação da *Pravda* se consideravam sempre e eram sempre considerados como *pravdist* — o que representava um título de honra todo especial. Assim também — acrescentou ele — o camarada Românov, como todos nós que ali estávamos, mesmo depois de deixar o *Za prôtchnii mir (Por Uma Paz Duradoura)*, haveria de considerar-se sempre e de ser sempre considerado...

Vacilou, ergueu a taça, nós erguemos as nossas, e ficamos à espera do adjetivo que Mítin iria derivar do quilométrico título de nosso jornal para aplicar em Românov. Eu, de minha parte, após todo o álcool que ingerira naquela noite, seria incapaz de derivar qualquer coisa. O mesmo estaria acontecendo com os demais. Entrementes, havia um *suspense*. O orador temperou a garganta, para ganhar tempo, e elevou a mão em concha, à altura da cabeça, como se fosse colher a preciosa palavra. E arrematou:

— ... considerado como um *pravdist* do *Za prólchnii mir*. Bebamos, pois, à saúde do *pravdist* do *Za prôtchnii mir*, nosso querido camarada Românov.

Emborcamos nossas taças e aplaudimos tempestuosamente. Foi então que assisti a esta cena inacreditável: Mítin foi ao encontro de Românov e beijou-o na boca, prolongada e ardentemente, como os casais apaixonados nos filmes de Hollywood. Até aí, nada de mais; esse é um costume russo — homens se beijarem na boca — que encerra grande pureza e simplicidade. Isso em geral acontece em momentos da mais alta emoção. Num compêndio soviético, usado nas escolas primárias, existe uma ilustração em que aparece um soldado, o fuzil a tiracolo, abraçando e beijando na boca a um camponês de enormes bigodes. Eu mesmo tive a oportunidade de receber, na URSS, a contragosto, semelhante prova de grande e pura

amizade. Mas no caso de Mítin foi diferente: beijou Românov na boca, depois abraçou e beijou na boca um por um os representantes das democracias populares; em seguida, abraçou e beijou nas duas faces os representantes de países capitalistas; e por último, apenas apertou as mãos dos representantes de países semicoloniais e os abraçou. Eram beijos políticos e burocráticos, rigidamente enquadrados na ordem hierárquica.

Não exagero, não invento, não pilherio. Aconteceu assim.

8. Gente importante

Conheci no hemisfério bolchevista muita gente importante, sobretudo em Praga, por ser escala habitual para Moscou, e em Bucareste, por ser a sede do Kominform. Em minha função de representante, tive que fazer algumas viagens entre as duas cidades. Segundo ficara estabelecido, toda vez que um dirigente latino-americano chegasse à Tchecoslováquia, lá iria eu ou o camarada argentino para ouvi-lo, recolher material e informações, combinar meios de assegurar com ele um contato certo e normal.

Em Bucareste, o Kominform era um Estado dentro do Estado. Nas solenidades que ali organizávamos — fosse na própria sede, fosse na casa de campo em Snágov — o governo romeno sempre se fazia representar por um ou alguns de seus ministros, por um ou alguns dos altos dirigentes do partido oficial.

Em agosto de 1955, no aniversário da libertação da Romênia da dominação nazista — a maior data cívica daquele país — o chefe do Governo, Gheorghiu-Dej¹, foi festejar a efeméride primeiramente conosco, em Snágov, num banquete ao meio-dia. O banquete oficial, na cidade, só se fez à noite, no Palácio do Conselho de Ministros, em que também comparecemos.

Dej chegou a Snágov juntamente com alguns de seus ministros. Alto, moreno, forte, era um homem de origem operária, que adquiriu a posição política máxima em seu país. Possuía um grau de cultura médio, chegando a se expressar razoavelmente em russo. Nesse dia, antes dele, falaram vários representantes, previamente designados para saudar a data; depois falou Mítin e, por último, Dej. Mesmo sem dominar a língua russa, tendo que se abaixar às vezes para pedir auxílio de uma ou outra palavra a um de seus ministros, e apesar de se tratar de uma festa tipicamente nacional, Dej pronunciou sua alocução em russo.

¹ Então, ele ainda acumulava as funções de chefe do Governo com as de Secretário Geral do Partido Operário Romeno (comunista). Depois é que, a 3 de outubro de 1955, houve a separação, ficando Dej somente com a direção do Partido, e Chivu Stoica com a chefia do Governo.

À tarde, estivemos no palanque oficial armado numa praça da cidade e à noite fomos ao banquete, seguido de baile, no Palácio do Conselho de Ministros. E ali presenciei a seguinte cena: Dej, no patamar do primeiro pavimento, apertava as mãos de cada pessoa que entrava. A princípio, eram poucas as pessoas; chegavam, recebiam o aperto de mãos, passavam; vinham outras, e a operação se repetia. Mas chamava logo a atenção a maneira seca, sem uma palavra, sem um sorriso, com que ele o fazia, dando a esse cumprimento um aspecto formal, sem a cordialidade que habitualmente encerra. Daí a pouco avolumou-se a gente que entrava em palácio, e Dej teve de acelerar os gestos, que se tornaram caricatos e mecânicos. Ao vê-lo assim, apertando com incrível velocidade as mãos daquele exército que passava diante dele em fila indiana, na cadência de *marche-marche*, lembrei-me de Chaplin, na fita *Tempos Modernos*, apertando com rapidez mecânica os parafusos que passavam em sua frente, naquela fábrica de produção em cadeia. É que vieram do interior numerosas delegações de comunistas e cada pessoa devia voltar com um fato sensacional para contar aos vizinhos: apertara as mãos do presidente do Conselho de Ministros. E naturalmente comentaria que, se fosse o Rei Miguel, não apertaria a mão de nenhum deles. Notei naquela atitude um propósito demagógico que me desagradou, mas, por outro lado, a presença em palácio daquela gente simples dava ao ambiente um tom realmente democrático.

De outra feita, quando passaram em Bucareste Bulgânin e Khrustchov, este último fazia um discurso e, a certa altura, foi interrompido por tempestuosos aplausos. Dej, de pé, puxava as palmas e não queria terminar mais de aplaudir. Então, Khrustchov tocou-lhe nas costas, mandando parar com aquilo e sentar-se, mas Dej, desobediente (talvez seu único ato de desobediência a um chefe soviético), continuou aplaudindo com mais vigor ainda.

Naquele Dia da Libertação, conheci ainda dois personagens comunistas de fama mundial: Dolores Ibárruri, a Pasionaria da guerra civil espanhola, e Matias Rákosi, o dirigente húngaro. Dolores estava residindo em Bucareste, mas fazia profundo segredo disso, como se estivesse em plena clandestinidade na Espanha. A imprensa romena não mencionava sua presença, e ela nem sequer compareceu aos atos públicos daquele dia em Bucareste. Vi-a em Snágov. Trajando com simplicidade, alta, desempenada,

conservava muitos traços da beleza de sua juventude. Eu estava recostado à parede, conversando com uns companheiros, quando ela surgiu a alguns passos. Apontando-me com o dedo, foi dizendo:

— Este, já sei, é o brasileiro.

Alguns meses depois, na noite de 9 de dezembro de 1955, o Governo ofereceu-lhe um banquete, por motivo de seu 60º aniversário, num palacete situado em belo recanto da cidade, para dentro de um bosque — decerto a fim de que se mantivesse devidamente a clandestinidade. Quando descí do automóvel, a Pasionaria se achava à porta do palacete e, para surpresa minha, reconheceu-me imediatamente, ela que só me vira uma vez, antes. Tomou-me a mão entre as suas e perguntou-me:

— E o Brasil, como vai?

Achei-a encantadora de singeleza e ternura. Momentos mais tarde, ao canto de um salão, conversamos demoradamente; falei-lhe da visita que fizera em Stalingrado ao mausoléu de seu filho, Ruben Ibárruri, jovem tenente tombado nos combates contra os nazistas, e por vezes tive a impressão de estar conversando com uma pacata burguesa espanhola. Nada denunciava nela a agitadora que eletrizava as massas e as arrastava ao combate, a criadora de frases que correram mundo (“Mais vale morrer de pé do que viver de joelhos”; “Antes ser viúva de herói do que mulher de covarde”), a dirigente de um partido revolucionário. Mas quando fez uso da palavra, transfigurou-se: a aspereza da voz, a dureza dos gestos, o vinco de indignação que lhe sulcava o canto da boca, ao falar do regime franquista, era tudo de uma masculinidade total. E enquanto ela falava, delirantemente aplaudida, uma filha sua — tendo ao lado o marido, oficial do Exército Soviético, criado por Stálin desde muito jovem — mastigava negligentemente a coxa de um frango assado.

Em fins de julho de 1956, realizou-se em Praga uma reunião do Comitê Central do PC espanhol. Seus membros vieram dos diferentes lugares em que residiam, inclusive de países capitalistas. Era compreensível que em torno da reunião e das figuras de alguns participantes houvesse sigilo. Mas foi Dolores, ela que vivia em Bucareste, num país onde os comunistas estavam no poder, quem mais tomou ares de clandestinidade. Ficou hospedada no hotel do Partido, onde estávamos nós também, e sabíamos todos que ela se encontrava ali e em que quarto se encontrava,

mas Pasionaria não descia ao refeitório; levavam-lhe a comida lá em cima, em seus aposentos. Comentei com Arruda, que passava por Praga, vindo da China e da URSS, de regresso ao Brasil:

— Muito simpática e muito simples a Pasionaria. Mas tem a mania da clandestinidade...

E ele:

— Simples?! Aquilo é um poço de vaidade!

Franziu a comissura dos lábios e ajuntou, como agravante:

— Era da corte de Stálin.

Outro personagem do Dia da Libertação em Bucareste era uma figura sinistra: Matias Rákosi. Baixo, atarracado, calvo, sombrio, antipático, lembrava esses eunucos dos haréns otomanos, que os filmes americanos pintavam como seres diabólicos pela crueldade e pela astúcia. Viera especialmente para a festa cívica, dava passos curtos no palanque, fazia careta contra os raios do sol.

Esse homem tornou-se famoso como um dos dirigentes comunistas que mais anos passaram na prisão (quinze, de setembro de 1925 a outubro de 1940). Sua libertação foi obtida pelo governo soviético, em troca de duas bandeiras húngaras, tomadas pelas tropas russas em 1849²

² Então, a Rússia era conhecida como o gendarme da Europa. Onde surgisse um movimento progressista, para lá avançavam suas tronas a fim de esmagá-lo. Encontrando-se num baile da Corte, quando recebeu notícias da insurreição de junho de 1848 em Paris, Nicolau I virou-se para os oficiais que dançavam e ordenou: “Selai vossos cavalos, senhores; há uma revolução em Paris”. A revolução era também na Hungria, e o tsar, a pedido da Corte Imperial Húngara, enviou 80.000 cossacos para esmagar aquela revolução antifeudal — e a esmagou, arrebatao ao exército revolucionário duas bandeiras, conservadas como troféu de guerra e devolvidas, um século depois, em troca da libertação desse apaniguado dos sucessores de Nicolau I, o sinistro Rákosi. Mas logo que os húngaros retiraram do museu e de novo desfraldaram essas bandeiras da liberdade e do progresso, veio em 1956 o gendarme soviético e gritou: “Camaradas, subi a vossos tanques; há uma revolução em Budapeste”. A semelhança entre esses dois episódios históricos encontra-se até no fato de que também a intervenção soviética foi solicitada pelo Governo de Kadar, assim como a de 1848 foi solicitada pela Corte Imperial Húngara. O próprio Khrustchov, com essa franqueza que Deus lhe deu, proclamou essa semelhança, numa fábrica em Budapeste, aonde foi para o VII Congresso dos comunistas húngaros em fins do ano passado: “O tsar Nicolau não hesitou em

Mesmo para um comunista ofuscado pela mística partidária, há dirigentes simpáticos e dirigentes antipáticos. Mesmo Stálin, apesar de toda a campanha feita contra ele fora da URSS e que não deixava de impressionar, despertava simpatia por um ou outro gesto de ternura humana, demagógico ou não (a foto em que carregava nos braços uma moçoila, sua filha; a história de que mandara reformar um tipo de trator por considerar incômodo o assento para o tratorista). Isso, para não falarmos nos últimos tempos de sua vida, quando a campanha de endeusamento varreu de nossas mentes todas as restrições que lhe fizéramos.

Mas Rákosi era irremediavelmente antipático. Homem amargo, só via os planos, as tarefas, não via as pessoas. Eu o fitava no palanque e me recordava de uma frase tão citada nas escolas do PCB, por alguns professores: “As vezes, como costuma dizer o camarada Rákosi, é preciso cortar cabeças como se corta salame”.

Um ano depois, ouvi em Moscou, através de Koriônov, esta opinião dos dirigentes soviéticos sobre ele: “Rákosi cometeu muitos erros sérios, mas não é um inimigo. Impopularizou-se a ponto de, mesmo depois de esmagada a insurreição, não poder voltar à Hungria. A direção se afastou das massas, não conhecia a opinião das massas operárias e camponesas e dos intelectuais. Burocratizou-se. Rákosi cometeu muitas violações à legalidade socialista. Fazia altos investimentos nas grandes empresas, o que esgotava a economia do país. Construía-se grandes indústrias e depois não se tinha matéria-prima para operá-las. Rebaixava-se assim o nível de vida. No campo violava-se o princípio da voluntariedade para a coletivização. Requisitava-se o vinho, por exemplo, a baixo preço, embora não seja má a situação econômica dos camponeses. Rákosi, depois do XX Congresso do PCUS, se recusou a fazer autocrítica. Ao contrário, afirmou que estava certo tudo que se havia feito até então, que nada havia a corrigir. Isso em oposição ao pensamento predominante na massa do Partido”.

mandar tropas para esmagar a revolução húngara de 1848. Como podíamos nós, o povo trabalhador da União Soviética, deixar os nossos soldados permanecerem indiferentes quando os melhores filhos do vosso povo estavam sendo enforcados? Se não tivéssemos vindo em vossa ajuda seríamos chamados de tolos e a história não nos perdoaria essa tolice”.

Após o XX Congresso do PCUS, entre fins de fevereiro e começos de março de 1956, passaram por Bucareste três chefes de partidos comunistas: Khaled Bagdach, Tim Buck e Victorio Codovilla. Bagdach, homem de uns 40 e poucos anos, gordo, moreno, cabelos pretos despenteados, tinha a aparência de um pequeno-burguês despreocupado. Deputado por Damasco, secretário geral do Partido Comunista de Síria e Líbano, Bagdach desempenhava papel de relevo no Oriente Médio. Sua passagem por Bucareste foi rapidíssima: estive no Kominform, conversei com alguns de nós, conferenciei com Mítin e partiu no dia seguinte pela manhã. Se bem gozasse de imunidades parlamentares e sua presença no Congresso em Moscou tivesse sido noticiada na própria imprensa soviética, Bagdach procurou envolver em certo segredo sua passagem pelo Kominform. Nem todos os representantes tomaram conhecimento de que ele ali se achava; eu mesmo só estive com ele alguns minutos, junto ao edifício em que morava o libanês. Passando ao largo, cumprimentei este último, de longe, e mal divisei a fisionomia de seu acompanhante, pois a noite caía. Abdul acenou discretamente que me aproximasse e, quase sussurrando, pronunciou o nome de seu chefe, ao apresentar-nos. Esse quê de mistério é, aliás, um velho truque usado por dirigentes comunistas para se darem importância.

Já Tim Buck, o secretário geral dos comunistas canadenses deu-me a impressão de um homem ingênuo, singelo e mal informado. Tinha então 64 anos de idade; era de estatura meã, magro, o rosto cavado de rugas, o aspecto de trabalhador braçal. Seu encontro com os representantes latino-americanos ocorreu em casa de Sera, lá dentro do Kominform. Sobre a América Latina disse as maiores insensatezes; sobre Cuba, Argentina e Brasil, tinha opiniões estapafúrdias, o que nos forçava a interrompê-lo a cada passo para explicar que “não era bem assim”. A ideia mais genial, que vinha defendendo através da imprensa de seu partido e na qual agora insistia junto a nós, era sobre uma pretensa identidade econômica canadense-latino-americana, como decorrência da qual preconizava uma urgente ação comum do Canadá com a América Latina contra os monopólios norte-americanos. Opinei que isso não era fácil; lembrei que, no Brasil, por exemplo, uma das empresas estrangeiras mais odiadas era de nacionalidade canadense — a Light, que quase monopolizava a produção e fornecimento de energia elétrica em meu país. E a cada retificação que fazíamos, o representante canadense no Kominform, que era membro da

Comissão Executiva de seu partido e homem muito ponderado, ficava vermelho, envergonhado das tolices de seu chefe. Além disso, enquanto nós, em Bucareste, conhecíamos trechos do relatório secreto de Khrustchov, através da rádio e imprensa burgueses a que tínhamos acesso, Tim Buck estava na mais completa ignorância do assunto, e não raro fazia citações qualificando ainda Stálin de “nosso grande camarada”. Foi uma reunião penosa para todos nós.

Também o dirigente comunista argentino, Codovilla, ao passar por Bucareste, quis conversar com os camaradas latino-americanos. Eu o conhecia de fotografia, e tinha a impressão de que era um homem alto e alquebrado; em verdade, encontrei uma figura diferente — baixo, gordote e forte. Fomos almoçar com ele, o representante argentino, o cubano e eu, na casa em que se achava hospedado. Também ele ignorava ainda o texto do relatório secreto de Khrustchov. Foi um dos que mais se demoraram em Moscou, após o Congresso, e chegou a ouvir o cantar do galo, mas não sabia precisamente onde. Quando Sera lhe fez certas perguntas relacionadas com esse documento, ele desconversou:

— Tudo isso é muito terrível; é melhor mudarmos de assunto.

E mudou. Em meias palavras, de modo até gentil, queixou-se de que o PCB se intrometeu algumas vezes nos assuntos do PC argentino, causando-lhe sérios prejuízos, mas salientou que agora as relações entre os dois partidos eram boas. Mostrou-me trechos do projeto de programa de seu partido, discutimos certos pontos da questão agrária e pedi permissão para anotar algumas ideias que me pareceram interessantes. Aliás, eu já sabia que os argentinos tinham preparado um programa. Quando, em novembro de 1955, estive em Moscou, Sivolóbov foi a meu quarto, no Hotel Soviétkaia, uma tarde, e sem fazer nenhum segredo, na presença de minha mulher, informou:

— Os camaradas argentinos elaboraram um programa, mas está todo errado. Nós o emendamos de ponta a ponta. Só ficou intacto mesmo...

Interrompeu-se, coçou a cabeça, procurando a palavra em espanhol que lhe faltava, pediu-me auxílio, em russo: “*Kak, pa ispânsky, ZAGLÁVIE?*” — TÍTULO, respondi; e ele, sorrindo:

— É isso, só ficou mesmo o título...

Mas depois do fechamento do Kominform, indo de novo a Moscou, ouvi Koriônov comentar, agastado:

— Os camaradas argentinos recusaram várias das modificações que nós propusemos para o programa deles.

E sorriu com nojo.

O Hotel Praha, situado em Králodvorská, 4, no centro da cidade, abrigava todos os comunistas em trânsito pela Tchecoslováquia. Ali não se pagava nada. Todas as despesas corriam por conta do PC tcheco. Muitos comunistas, porém, por uma ou outra razão, se demoravam meses ali. Então, a princípio eram tratados regiamente, mas depois passavam a receber manifestações de desagrado, como se fossem uns vagabundos relativamente respeitáveis. E a situação ficava insustentável.

Por esse processo terá passado Irving Potash, dirigente comunista americano. Ao ser expulso dos Estados Unidos, não apareceu em Bucareste; ficou em Praga. Quando soubemos de sua presença ali, chegamos a pensar, Sera e eu, em propor ao Colégio que o requisitasse como correspondente-representante do PC americano. Mas o quadro pintado pelo próprio Potash sobre a situação dos comunistas em seu país, num material que nos foi lido por Mítin, era demasiado dramático. Informou ele que os efetivos do PCA haviam baixado de 80 mil para 22 mil, em face da repressão que sobre eles se abateu. Descreveu de forma minuciosa e impressionante os métodos de perseguição empregados contra o PC. Referiu que 17 dirigentes comunistas foram condenados e presos e 57 outros, também condenados, apelaram para instância superior e esperavam nova decisão dos tribunais. Pensamos então que a presença de Potash entre nós, como representante americano, poderia acarretar a seu Partido, se por acaso o FBI descobrisse o fato, prejuízos ainda maiores. Além disso, poderia criar dificuldades para as próprias relações diplomáticas sovieto-americanas. E desistimos da proposta.

Quando, fechado o Kominform, cheguei a Praga, ele ainda estava lá. Travei conhecimento com ele, e fizemos amizade. O hotel era então um foco de notícias, boatos, revelações. Mas Potash, magro, ligeiramente encanecido, pisando de leve, mostrava-se sempre calmo. Mas o informe secreto e logo após a notícia dos assassinatos de dirigentes stalinistas no

Azerbaidjão, como Baguírov e outros, por ordem de Khrustchov, causaram enorme revolta nas fileiras do PCA. Foi então que vi Potash preocupado: mostrava-nos um artigo em que Howard Fast dizia sentir, ante esses novos crimes, ante essa nova orgia de sangue, a mesma repulsa que lhe inspiraram os assassinatos referidos no relatório secreto. E Potash desculpava-se: “Isso é uma manifestação individual; não corresponde à opinião da direção”. Dias depois, contente, exibiu-me as cartas que recebera dos dois principais dirigentes do PCA — William Z. Foster, presidente do Partido, e Eugene Dennis, secretário geral. Elas coincidiam em desautorar a conduta dos redatores do *Daily Worker*, no qual apareciam até artigos não-assinados com fortes críticas à União Soviética. Armado dessas duas cartas, cujas explicações eram para ser dadas naturalmente à direção do PCUS, o dirigente americano seguiu para Moscou.

Eu tinha chegado à URSS poucos dias antes, a fim de me encontrar com Diógenes Arruda, que regressara da China. Estávamos num local do Partido soviético, conversando com Sivolóbov, quando entraram Potash e um russo, da Comissão Americana do CC do PCUS. Feitas as apresentações, continuamos nossas conversas em cantos separados, e quando nos levantamos para sair, Irving Potash levou-nos até à porta e informou que ia haver no Canadá uma reunião de dirigentes dos dois países americanos de língua inglesa e sugeriu que o PC brasileiro enviasse um observador. Arruda, que o via pela primeira vez, replicou com arrogância (ele tinha profundo desprezo pelos dirigentes americanos porque se deixavam prender) que talvez enviasse um representante, mas não um membro do CC, pois não confiava na capacidade deles de organizar a segurança (eu estava servindo de intérprete, nessa breve conversa, e omiti a frase sobre falta de confiança). E concluiu: “Não vamos mandar um dirigente brasileiro para a boca do leão”. Depois, tentando amenizar sua própria grosseria, convidou-o a passar uns tempos no Brasil. Mas Potash, sorrindo, replicou que também não queria aproximar-se da boca do leão.

Foi a última vez que o vi. Posteriormente, aqui no Brasil, li nos jornais que ele regressara clandestinamente aos Estados Unidos e fora preso quando passeava à noite numa rua de Brooklyn. No fundo, era um lírico esse judeu polono-americano, e de todo modo teve a decência de se arriscar a cair na boca do leão, de preferência a se manter em segurança no ócio sem dignidade do Hotel Praha.

Nesse mesmo hotel conheci o cubano Joaquim Ordóqui, dirigente comunista, ex-senador da República, que aparentava ter uns 70 anos. Alto, magro, zarolho, uma mecha de cabelos brancos tombando displicentemente sobre a fronte, era casado com uma mulher bela e relativamente jovem, e tinha um filho de 3 anos. A primeira vista causava impressão de respeito, mas, encontrando-se no hotel fazia vários meses já, sentia-se desmoralizado. Se a criança andava pelo salão sozinha, o garçom-chefe a agarrava violentamente pelo braço e a afastava dali, ante os olhos indignados do pai, que entretanto nada dizia. Se vinha um prato de que Ordóqui não gostava ou que, por qualquer enfermidade, não podia comer, e pedia outro em substituição, deixavam-no esperando meia hora e afinal diziam que não podiam trazer. Se chegava para o café da manhã, um pouco mais tarde, o garçom advertia que, de outra vez, não esperaria. E era com dificuldade que arranjava dinheiro para o cigarro. Compreendi então por que Mitin, apesar de nossa insistência, protelara a publicação, até que envelhecesse, de um artigo que, a pedido nosso, Ordóqui enviara de Praga para o jornal do Kominform. Se nem os garçons do Hotel Praha o tratavam bem, como iria Mitin abrigá-lo nas páginas de seu periódico?

Um dia Ordóqui falou-nos um pouco de seu drama. Era muito conhecido em Cuba, estava processado e perseguido pela polícia de Batista, e como a ilha era pequena (“se fosse um país extenso como o Brasil...”, dizia), o jeito foi escapar para a Europa a fim de não acabar seus dias nos cárceres da ditadura. Com aquela idade, onde poderia ganhar o pão para sustentar a família? E pareceria que desertava da luta. O melhor seria buscar abrigo num país de democracia popular, onde os irmãos comunistas estavam no poder. Tentou, antes, viver em Paris, mas ali as condições de vida para ele eram duríssimas. Resolveu pedir entrada na Tchecoslováquia, por algum tempo. E lá estava: comia, bebia, fumava, contava casos, dormia e era destrutado pelos garçons.

Dizia tudo isso num tom igual de voz. Não acusava ninguém, não reivindicava nada. Apenas constatava. E decidiu regressar a Paris e de Paris a Cuba. Quebrou com o dedo mínimo a cinza do cigarro, soltou dois jatos de fumaça pelas narinas, concluiu com um sorriso triste:

— Pensando bem, as prisões de Batista não são assim tão insuportáveis. Eu as conheço...

De volta do XX Congresso, passou por Praga o dirigente mexicano Dionisio Encina, conduzindo pelo braço sua senhora, uma morena escura, muito elegante e despachada; e, a tiracolo, umas três máquinas de fotografia e de filmar.

Demorou-se poucos dias, mas continuou presente em nossas palestras, através das recordações de Ordóqui. Informou-nos este que Encina andava sempre com dois revólveres na cinta, porque os mexicanos eram *muy peleadores*: brigavam por qualquer coisa. Deu exemplos. Um jovem mexicano abateu a tiros um desconhecido. Preso, ao ser interrogado pelo juiz sobre o móvel do crime, deu esta explicação:

— *Yo me iba para allá, él se venia para acá. Me miró, le miré, volví a mirarme, le maté.*

E prosseguiu falando sobre Encina:

— Uma vez estava eu no México e saí à rua com ele. Era de noite, entramos num café, sentamo-nos. Aí ele me preveniu: “Em uma mesa perto estão alguns adversários nossos, que são bons na pontaria. Vou pagar a conta e vamos sair andando de costas para a porta, isto é, de frente para eles. Faça o que lhe digo”. E assim saímos.

Falamos sobre as máquinas a tiracolo. E Ordóqui cumulou-o de elogios:

— Ah, ele tem todo um quarto cheio de aparelhos de fotografia e de cinema. É um grande artista. Faz fotos, maravilhosas. Passa horas e horas batendo fotos, revelando, copiando, dando brilho...

Aquele elogio implicava numa crítica mal disfarçada às atividades de Encina como dirigente comunista. Talvez fosse o único chefe de PC que, vivendo na legalidade, dedicasse tanto tempo a um *hobby* como esse. Procurei oferecer uma explicação barata para o caso:

— Interessante... Decerto ele ensina os repórteres do jornal do Partido a bater boas fotos e lhes empresta as máquinas...

— Nada disso — interrompeu-me Ordôqui. — Ele tem mais ciúmes daquelas máquinas do que da própria mulher. Aliás, ele mesmo costuma dizer: “Máquina é como mulher: não se dá, nem se empresta”.

Recordei-lhe então um episódio que ouvira muitos anos antes, em 1943 ou 1944. Esteve no Brasil o dirigente sindical Lombardo Toledano, acompanhado de sua volumosa esposa e de um secretário. Do Rio foram à Bahia, e ali almoçaram, um domingo, em casa de Jorge Amado, no subúrbio praieiro de Periperi. Toledano contou que, encontrando-se certa vez em Moscou, foi apresentado a Dionisio Encina por Manuïlsky, que era o dirigente dos P.C. latino-americanos, no Komintern. Só ali pôde travar conhecimento pessoal com ele, apesar de viverem no mesmo país, na mesma cidade e participarem juntos de muitas lutas operárias. Manuïlsky, estranhando o sectarismo de Encina, observara-lhe em seguida:

— Espero, camarada, que eu não tenha mais o prazer e a necessidade de apresentar-lhe aqui um conterrâneo seu com tanta projeção no movimento operário latino-americano.

Ordôqui limitou-se a sorrir e comentar:

— Sim, como digo, os mexicanos são *muy peleadores*.

De passagem para Bucareste, aonde ia participar de uma reunião de escritores, chegou de Paris e ficou uns dias em Praga o poeta cubano Nicolas Guillén. Embora fosse, sobretudo um homem de letras, Guillén era também membro do CC do PC cubano, e preferiu nosso hotel, onde tinha mais conhecidos, ao Hotel Alcron, destinado a estrangeiros não-comunistas ou a comunistas em função legal: congressos de paz, de escritores e outros do mesmo gênero.

Era o momento da confusão e das sensacionais revelações do “relatório secreto”. Khrustchov e Bulgânin tinham ido à Inglaterra, onde desfizeram com os pés o hábil trabalho realizado pouco antes pela visita de Malienkov. Este conquistara efetivamente as simpatias dos ingleses. Mas Khrustchov, à interpelação de um dirigente trabalhista, que considerou provocadora, respondeu com quatro pedras nas mãos, e encerrou a reunião. Depois, ao refugiado de um dos países de democracia popular, que lhe fizera do meio da massa, em Londres, um gesto de ameaça, o

temperamental Nikita retrucou com outro gesto para indicar que o manifestante era maluco.

Comentávamos isso na sala de estar do hotel. A mim, confesso, até me pareceu simpática aquela atitude do dirigente soviético. E Guillén, muito cauteloso, mas irreverente, disse:

— Não sei qual a opinião de vocês. Mas esse Khrustchov não me agrada. Não é um homem sério.

Foi a primeira crítica severa que ouvi até então um comunista fazer a um alto dirigente soviético, em presença de outros camaradas, num país de democracia popular.

Assisti no Hotel Praha à chegada de duas delegações super importantes. Uma de dirigentes governamentais romenos; esteve apenas um dia, mas no elevador em que subia um deles, nenhum outro hóspede podia subir. Do andar em que se achavam eles, foram antes transferidos todos os outros hóspedes. E esses semideuses, com quem ainda dois meses atrás me acovelava nas festas do Kominform, agora estabeleciam em torno de si mesmos um cordão de isolamento: não se dignavam sequer comer no mesmo salão que nós. Prepararam-lhes um refeitório no andar em que estava e lá mesmo tomavam suas refeições.

Mais ridículo ainda foi o aparato que cercou a presença de Kim Ir-sen, então chefe do governo norte-coreano, e de seus ministros. Sua guarda pessoal, reforçada com policiais tchecos, ocupou militarmente todos os pontos estratégicos do hotel: patamares, corredores, escadas, portas de elevador, banheiros. Vários de nós tivemos incidentes, ora porque queríamos subir a nossos quartos, pelo elevador, e nos berravam a entrada, mandando-nos subir pela escada (esperavam que um semideus coreano baixasse à terra de um momento para outro); ora porque nos vedavam a passagem pela escada e autorizavam a descer pelo elevador, então disponível.

Transferiram nosso refeitório, provisoriamente, para o andar subterrâneo, que servia como sala de projeção do cinema. Não praticaram sequer a gentileza de uma explicação ou de uma comunicação previa.

Quando um de nós ia-se aproximando do salão de refeições, um policial nos tomava a frente e indicava a descida para o subsolo.

O título “Gente Importante”, que encima o presente capítulo, é tirado de um conto húngaro retratando a vida de alguns nobres rurais arruinados, que construíram um mundo fictício no qual viviam e se compraziam, como compensação da passada grandeza. Se alguém passava trepado num carro de boi, o outro exclamava, sem qualquer sombra de ironia: “Mas que bela carruagem, Alteza!”. E o do carro de boi, em retribuição, assim gabava-lhe a capa rota que trazia sobre os ombros: “Ah, e que magnífico é esse manto seu. Nem o de nosso rei é tão precioso”. E iam vivendo. Os dirigentes espanhóis que iam vivendo em Praga se pareciam um pouco com aqueles fidalgos húngaros arruinados. Eles surgiam nos hotéis — Líster, Mije, vários outros — para visitar algum conterrâneo de passagem por Praga.

E ali faziam refeições, conversavam, bebiam. Quando um fazia a apresentação do outro, não se esquecia de mencionar-lhe o título que indicava sua importância de outrora.

E cada qual se incumbia de realçar os títulos do outro. Vinha um e me perguntava baixinho:

— Já conheces o General Líster? Não? Pois vem, que te vou apresentar a ele.

E o general comandava ao garçom:

— Traz-me um pouco de conhaque!

O garçom, indisciplinado, fingia não ter ouvido. Minutos depois, nova voz de comando, mais alta, mais firme:

— Traz-me um pouco de conhaque!

O garçom trazia. Mas no segundo dia era preciso fazer o mesmo pedido a vários garçons, para que um deles trouxesse. E quando os garçons já não obedeciam de modo algum, o general levantava acampamento e desaparecia do hotel, zangado com a desconsideração, para só voltar uma semana ou um mês depois, quando passasse outro conterrâneo.

Viviam, com outros refugiados, num bairro que os tchecos, com insuperável senso de humilhação, batizaram de *Solidáritas*, como o teriam batizado, se fossem cristãos, com o nome de *Caritas*. Sera passara um dia no *Solidáritas*, em casa de Líster. Fora, fazer-lhe uma visita de que mais tarde se orgulhasse. Admirava-o muito, sabia de cor numerosos episódios que revelavam a inteligência, a inclinação militar e a bravura daquele camponês galego que se converteu num dos heróis da guerra civil espanhola, o comandante do famoso 5º Regimento, da 1ª Brigada, da 11ª Divisão e do 5º Corpo de Exército; o homem que, de metralhadora em punho, enfrentou um grupo inimigo, desbaratando-o e libertando assim da armadilha em que caíra a Pasionaria; o dirigente comunista, membro do CC do PC Espanhol desde 1937 e do Bureau Político, desde 1946. Alto e forte, ligeiramente vesgo, Líster andava inchado de tanta bebida. Bebia todos os dias e com frequência se embebedava a ponto de não poder juntar uma palavra com outra. E foi assim, totalmente embriagado, que Sera o encontrou em seu apartamento. O argentino balançava a cabeça, sem compreender, como que tomado de uma decepção profunda.

Da França e de outros países chegavam alguns dirigentes espanhóis. Como vivessem em países estrangeiros e as massas populares continuassem na Espanha, em realidade só conservavam nominalmente — depois de 16 anos de ausência — o título de dirigentes. Mas levavam muito a sério aqueles títulos. Terminada a reunião do CC do PC espanhol (realizado em Praga, em julho de 1956), continuaram no hotel, sem nada fazer, vários dirigentes espanhóis. Um deles era nada menos que membro do Presidium do PC espanhol e secretário geral do PC da Catalunha. Segredaram-me:

— Agora, ele foi afastado do Presidium; continua, porém, no CC do PC espanhol e como secretário geral do PC da Catalunha.

E o secretário geral executava o seguinte programa diário: café, leitura de jornais, conversas na sala de estar, almoço com muito vinho, a sesta que durava até 19 horas, jantar, conversas, uma volta pela cidade, e novamente berço. Esse era, mais ou menos, o programa de todos nós. Só que ele, quando chegava para jantar, com os olhos ainda intumescidos de dormir, bocejando e espreguiçando-se, procurava enganar-nos e afirmava:

— Diabos! Trabalhei até agora; quase esqueci o jantar.

Mas os garçons, naturalmente instruídos para isso, começaram a servir mal e a destratar-los. E ele passou a se queixar:

— Se demorarmos muito aqui, acabam nos transferindo para debaixo das pontes.

Era uma impressão tristíssima que nos davam todos eles, sobretudo Líster, em cuja figura de bebedor inveterado, a quem os garçons se recusavam a servir, eu não sabia identificar o legendário general do povo, coberto de tantas glórias, aureolado com a maior de todas as consagrações, que é a de ser cantado pelos poetas. Eu o fitava, do outro lado da mesa e me lembrava dessa outra figura legendária da guerra civil espanhola, El Campesino, fugitivo da Sibéria, depois que os russos o prenderam e processaram como *cambionegrasta* — pois, sobre aqueles que caíam em desgraça, era preciso lançar sempre uma pecha infamante... Via-o na sala de estar, de pernas trançadas, às vezes até dando risada, mas era evidente que nem tudo com ele *marchaba bien*. E eu me interrogava: que desilusão profunda terá corroído a alma desse herói de tantas façanhas!? Que tétricas meditações terão coberto de luto o “*noble corazón en vela*”, desse “*español indomable, puño fuerte*”, desse “*heroico Líster*”, a que se referia o poema de Antonio Machado? Sabia que ele agora era apenas um inquilino do bairro *Solidáritas*, e me enchia de passadeiras dúvidas sobre se era mesmo esse o antigo general-em-chefe dos exércitos do Ebro, por cuja pistola desejava trocar sua pena o grande poeta clássico contemporâneo da língua espanhola:

“*Si mi pluma valiera tu pistola
de capitán, contento moriría*”.

Dava tristeza encará-lo, porque seus olhos, com uma luz mortiça, pareciam velados pelas cinzas de um imenso sonho, talvez o mais belo sonho que a humanidade já sonhou.

Entretanto, os comunistas espanhóis que viviam na URSS levavam a vida normal dos cidadãos soviéticos: trabalhavam, estudavam, casavam-se entre si ou com soviéticos, guardavam vaga esperança de regressar à Espanha e tinham medo da polícia política. Tratavam, por isso, de não dar margem a desconfianças, posto que, segundo o PCUS, numerosos dentre

eles eram agentes da embaixada argentina. Mas em Praga, a vida deles era assim.

E esse ambiente de decomposição política dos exilados na Tchecoslováquia assustava a Moranino, que lá estivera como chefe dos refugiados italianos, antes de ir para o Kominform. Agora retornara à antiga função, aparecia no hotel, queixava-se:

— Este *far-niente* é desesperador. A única coisa que se tem a fazer aqui é resolver os casos dos camaradas. *Dio cane!*

— Que casos? Políticos? Não concordam com a linha do Partido?

E ele, impaciente:

— Não, caro Ribeiro! Os italianos de Praga estão sempre de acordo com a linha política. Só divergem em questão de mulheres... Os italianos são assim, não se conformam em ficar a vida inteira com uma só mulher — a começar por Togliatti, que largou uma e arranjou outra.

Parou um pouco, sacudiu a cabeça, ajuntou:

— *Anche io...* tu sabes, esta é minha segunda mulher... a outra era uma pequeno-burguesa, separei-me dela. Mas os cães destes refugiados italianos não têm nada que fazer, só vivem criando casos com mulheres, e sou eu que tenho de resolvê-los. Já imaginaste tarefa mais sórdida?

9. URSS versus China duas revoluções diferentes

A ausência de um representante chinês no Kominform só poderia explicar-se pelo objetivo de fugir ao controle soviético ou evitar atritos ideológicos com os dirigentes do PCUS. Sabe-se que, desde os tempos do Komintern, Mao Tsé-tung resistia à orientação stalinista, desmerecendo, assim, em muitos casos, da ajuda material russa.

É certo que, quando se fundou o Kominform, os comunistas chineses ainda não tinham estabelecido seu poder sobre toda a China, o que poderia, no início, justificar a ausência, naquele organismo, do mais populoso dos países bolchevistas, ao lado do menos populoso — a Albânia. Mas, posteriormente, foi endereçado aos chineses um convite para que se fizessem representar ali, e eles não mandaram representante nem disseram que não iriam mandar. Essa atitude dúbia se basearia nas seguintes razões: eles fizeram sozinhos sua revolução, mas o país se achava mergulhado na mais extrema miséria e o arranco para o desenvolvimento econômico não poderia ser dado sem uma substancial ajuda soviética. Se tivessem representantes no Kominform, os choques de orientação com os soviéticos seriam fatais, dificultando, reduzindo e até impedindo o auxílio material do Krêmlin ao governo chinês. Ou então as teses soviéticas prevaleceriam sempre sobre as teses chinesas, desmoralizando-as ante os partidos comunistas de países semicoloniais, sobre os quais o PC chinês pretendia, como veremos adiante, exercer hegemonia.

As divergências ideológicas com os soviéticos giravam principalmente em torno destes dois pontos: a) a Revolução de Outubro de 1917 como modelo único de revolução comunista; b) a possibilidade de desenvolvimento pacífico, após a tomada do poder.

Com efeito, os soviéticos sempre proclamaram que a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia era modelo clássico de revolução comunista, nela devendo basear-se todos os demais partidos comunistas do mundo. Os chineses tentaram alcançar o poder pela via soviética, através de movimentos de massa nos grandes centros urbanos, mas fracassaram e, aprendendo com a própria experiência, mudaram de rota, a despeito das diretivas em contrário do Komintern e do próprio Stálin.

Nos últimos anos da insurreição comunista chinesa, as desavenças eram tais que os exércitos soviéticos, ao derrotar as tropas japonesas de Kwantung, em 1945, e podendo então ter auxiliado com armas aos camaradas chineses, não o fizeram. “Em certo momento e em certo local por onde passaram as forças soviéticas, seria bastante largar no chão as armas, e os soldados do Exército Popular de Libertação Chinês iriam apanhá-las. Mas, ao invés disso, os soviéticos carregaram consigo até os fuzis velhos, para não deixá-los a nosso alcance” — afirmou Liu Chao-tsi, secretário geral do PC chinês, numa reunião sigilosa em Pequim, em maio de 1956, com dirigentes latino-americanos, entre os quais se encontrava Diógenes Arruda.

Isso coincide, aliás, com o que nos disse Koriônov em Moscou. Observou que a revolução chinesa contara com grandes vantagens, em relação à soviética, e entre elas apontou a ajuda (indireta) do exército russo, salientando que antes da destruição das forças japonesas do Kwantung, em 1945, a situação do exército popular chinês era muito difícil. A ajuda, segundo Koriônov, foi indireta, quando poderia, segundo Liu Chao-tsi, ter sido direta.

Entretanto, depois de proclamada a República Popular China e com a ida de Mao Tsé-tung a Moscou, os chefes dos dois maiores países comunistas (Mao e Stálin) conseguiram acertar os ponteiros de seus relógios. Ao menos no terreno diplomático, estavam sanadas as divergências principais. No terreno partidário, porém, continuavam.

Nas reuniões do Colégio, a presença chinesa se manifestava de vários modos, sobretudo nas opiniões emitidas por alguns representantes de países atrasados, como o indonésio Surrati, que fizera um curso de marxismo-leninismo na China e apoiava sempre suas afirmativas em citações de Mao Tsé-tung e não de Lênin ou Stálin. Isso às vezes era tolerado, mas em alguns casos exasperava o diretor. Assim aconteceu quando pronunciei uma alocução sobre a diferença entre as revoluções soviética e chinesa. Sabia que a receptividade podia não ser boa, e por isso preferi levá-la já escrita, receoso de que falando de improviso, à base de pequenas notas, tivesse o curso de minha oração desviado por apartes ou minha palavra cerceada por meio de um estratagema qualquer do diretor. Assim, redigi em espanhol algumas laudas sobre o tema, mandando passá-las para o russo. E na reunião, à maneira soviética, eu li em espanhol o trecho inicial e meu

tradutor o repetiu em russo; daí prosseguiu ele, nesse idioma, a leitura do resto, parando perto do fim. Então eu li em espanhol o trecho final e ele o repetiu em russo. Mas essa leitura não decorreu sem obstáculos.

Após um preâmbulo, em que tornava como pretexto certo trabalho publicado no número anterior de nosso jornal, entrei no assunto das revoluções. Observei que nas três revoluções russas — a de 1905-1907, a de fevereiro-março de 1917 e a Revolução Socialista de Outubro de 1917 — a força material predominante foi a classe operária; o meio fundamental de pôr as massas em movimento foram as greves, particularmente as greves gerais, e as manifestações de rua que se transformavam em insurreições armadas. Os camponeses atuavam ali como força secundária, em apoio do proletariado. A sorte da revolução se decidira, portanto, nas grandes cidades, nos centros industriais — Petrogrado, Moscou, Baku, Níjni-Novgorod, etc., irradiando-se depois para a periferia.

Enquanto o tradutor lia isso, um silêncio glacial envolvia a sala de reuniões. Nos olhos de Mítin, a expectativa. O tradutor continuou: “Na China, por outro lado, a força material predominante foram os camponeses, não obstante o camarada Mao Tsé-tung considerar que o operariado era a classe hegemônica da revolução. O meio fundamental de pôr as massas em movimento foi a luta armada dos guerrilheiros e das unidades regulares do exército revolucionário. A revolução se desenvolvia e se decidia no interior, nas áreas libertadas, irradiando-se para o centro, para as grandes cidades somente na última fase da luta, quando se aproximava o momento da proclamação da República Popular...”. A esta altura, quando o contraste entre as características de uma e outra revoluções estava marcante, o camarada Mítin, perdendo a paciência, sacudiu o braço e, sem ocultar seu mal-estar, ordenou ao tradutor que apressasse aquilo:

— *Davai, davai* (vamos, vamos), *tavárich* Pavlienko!

Aproveitei a interrupção para ler em espanhol a parte final, que o tradutor, nervoso, acelerando o ritmo e gaguejando, repetiu em russo: “Até 1928, os camaradas chineses tentaram alcançar o poder seguindo o exemplo russo das insurreições operárias nos centros industriais, sofreram vários fracassos...”

Pavlienko interrompeu-se um segundo, a boca semi-aberta, e fitou Mítin, como a perguntar-lhe que fazer. E Mítin, a testa enrugada,

visivelmente furibundo, fez um gesto com a mão, mandando prosseguir: E ele prosseguiu:

— ...vários fracassos, porque as condições nos dois países eram diferentes. Aí foi quando o VI Congresso do PC chinês determinou a fundação do Exército Vermelho, o estabelecimento de bases revolucionárias no campo e a distribuição de terras nessas áreas, transferindo o centro da atividade do Partido das cidades, onde o inimigo era relativamente forte, para os distritos rurais, onde o inimigo era relativamente débil.

Terminada a leitura, após algumas palavras mais, houve alívio geral, mesmo para mim. No encerramento da reunião, Mítin não se dignou sequer fazer uma alusão a tudo que eu havia dito.

Mas, os soviéticos tiveram finalmente que admitir, a contragosto, o caráter específico da revolução chinesa, já que sua influência sobre outros países asiáticos era crescente e indiscutível. Molotov e outros dirigentes russos passaram a admitir, aí pelos meados de 1955, uma espécie de sociedade limitada com os chineses na direção dos “países do campo socialista” e, implicitamente, na direção do movimento comunista mundial. Antes, os soviéticos falavam em “campo socialista, tendo à frente a ‘União Soviética’”; agora, falavam em “campo socialista, tendo à frente a União Soviética e a República Popular Chinesa”.

Assim, os partidos comunistas dos países asiáticos subdesenvolvidos converteram-se em esfera de influência do PC chinês. Depois, essa esfera ampliou-se, abrangendo inclusive alguns partidos latino-americanos. O Brasil, por exemplo, enviou à China vários dirigentes para realizarem ali um curso de seis meses, logo após o XX Congresso do PCUS, por considerarem (os dirigentes brasileiros e os chineses) que a experiência revolucionária da China era mais aplicável ao Brasil que a soviética.

A outra questão de que divergiam os soviéticos era mais recente; datava da fundação da República Popular Chinesa e dizia respeito à tese de Mao Tsé-tung da integração pacífica, no socialismo, da burguesia rural e industrial, por meio da reeducação, do trabalho ideológico. Essa tese colidia frontalmente com a opinião de Stálin e fora defendida na URSS por um homem que teve amargo fim: Bukhárin. Não só foi considerado “renegado”, “espião”, “agente dos imperialistas estrangeiros”, “inimigo do povo” e “traidor da pátria”, como, por tudo isso, o fuzilaram. É certo que a

situação de Mao Tsé-tung, como chefe de governo de uma imensa nação, diferia muito da de Bukhárin, mas de todo modo a tese de um era igual à do outro, e fora estigmatizada pelo próprio Stálin, que, em 1929, polemizando com Rossit, dizia:

...o erro de Bukhárin consiste, precisamente, nisto, em crer que os kúlaks e os concessionários, sendo “até certo ponto um corpo estranho”, evoluem, apesar de tudo, para o socialismo. Eis aí a que absurdos leva a teoria de Bukhárin. Os capitalistas da cidade e do campo, os kúlaks e os concessionários, evoluindo para o socialismo! Eis aí onde foi parar Bukhárin! Não, camaradas, não é esse “socialismo” o que nós necessitamos. Que Bukhárin fique com ele, se quiser!

Até agora, nós, os marxistas-leninistas, sempre havíamos pensado que entre os capitalistas da cidade e do campo, de um lado, e a classe operária, de outro, existia um antagonismo *irreconciliável* de interesses. Nisto, precisamente, se baseia a teoria marxista da luta de classes. Mas agora, segundo a teoria de Bukhárin acerca da *evolução pacífica* dos capitalistas para o socialismo, sucede que tudo isso vira de pernas para o ar, que desaparece o antagonismo irreconciliável entre os interesses de classe dos exploradores e dos explorados e que os exploradores evoluem para o socialismo.

Aí estava a negação rotunda da tese que os chineses agora vinham de esposar. E os soviéticos, nos bastidores, continuavam opondo-se a ela, ridicularizando-a. Quando ainda me encontrava na Escola, em Moscou, no segundo semestre de 1954, Koriônov fez uma viagem à China e, de regresso, numa conferência para nós, citou vários fatos para contraditar aquela tese. Entre outras coisas, disse-nos:

1) Na China se fala em liquidar a burguesia por meios pacíficos, através de uma reeducação ideológica. Durante os cinco primeiros anos após a vitória da Revolução, foram presos, somente em Pequim, 12.000 contrarrevolucionários importantes, dos quais 1.400 passados pelas armas. E em Xangai, nesses mesmos cinco anos, o número de contrarrevolucionários presos elevou-se a 80.000; e desses, também milhares foram executados. Convenhamos que isso não é muito pacífico.

2) De fato, a burguesia nacional chinesa, sendo inimiga do proletariado, por um lado, tem suas contas a acertar com os imperialistas

estrangeiros, por outro lado. Daí que o PC chinês tratasse de utilizá-la, por algum tempo, em favor do socialismo. Mas isso era uma questão de tática. Tanto que, desde fins de 1952 a começos de 1953, o Governo passou à ofensiva contra a burguesia — já isolada de seus aliados internos (os latifundiários, liquidados com a reforma agrária) e de seus aliados externos (com a saída dos americanos da Coreia, ficaram os burgueses sem possibilidades de se apoiar neles). Uma vez isolada a burguesia — prosseguiu Koriônov — o Governo e o PC lançaram a campanha da “Luta contra os 5 Males”: 1) Roubo dos recursos estatais; 2) Roubo e entrega ao inimigo de informações técnicas (espionagem econômica); 3) Corrupção de funcionários do Estado; 4) Sonegação de impostos ao Estado; 5) Roubo de materiais do Estado. Essa campanha contra os “5 Males” não se faz de maneira suave; não é lá muito pacífica que se diga. Senão, vejamos:

3) Nessa campanha, o PC utilizou os seguintes meios: a) organizou brigadas de operários para comprovar o estado de coisas existente nas empresas particulares. Só em Xangai foram utilizados nessas brigadas 80 mil operários. Examinavam tudo, denunciavam os capitalistas, multavam-nos; b) investigavam, descobriam e revelavam às mulheres dos capitalistas as amantes destes. Só em Xangai havia 100 mil amantes de capitalistas: o Partido colocava os três (marido, mulher e amante) juntos, numa mesma sala, e então a esposa, ofendida em seu amor-próprio, denunciava as trapaças econômicas e financeiras do marido. Assim, 40 mil mulheres denunciaram seus maridos capitalistas, muitos dos quais receberam pesadas multas pela prática de fraudes, arruinaram-se e pediram ao Governo para entrar nas empresas mistas, enquanto que 400 outros se suicidaram. Nada disso nos parece assim tão pacífico, nem muito ideológica essa forma de reeducação.

4) Nessas empresas mistas, o diretor é o capitalista, que recebe um salário de 3 milhões de ivans (1 rublo é igual a 5 mil ivans), além de uma parte dos lucros. O diretor tem dois suplentes, que são comunistas, em geral ex-oficiais do Exército de Libertação. Os cheques do Banco são assinados pelo suplente. E as questões mais importantes da empresa são resolvidas pelo Comitê do PC na fábrica. Pode-se dizer que o capitalista, nessas condições, esteja resignado, mas estará ideologicamente reeducado?

5) Por esses e outros métodos semelhantes os capitalistas são forçados a cooperar com o Estado, sob a direção deste. E quando nenhum

desses métodos dá certo, usa-se o castigo físico. Uma das formas de castigo adotadas é a de esbofetear o capitalista e deixá-lo de pé, numa sala, horas a fio, com os braços na posição destes nossos aviões a jato (vocês já viram, não?), que têm as asas voltadas para trás, de forma oblíqua. (Aí, perdendo sua compostura principesca, Koriônov sorriu e imitou a posição de castigo: curvando-se um pouco para a frente, colocou os braços para trás, afastados do corpo num ângulo de 45 graus). Se este castigo não resolve, aplica-se outro mais duro. Mas os capitalistas não são resistentes como os comunistas; em geral cedem logo. Ou, como talvez preferiam dizer nossos queridos camaradas chineses: “evoluem” logo. Mas será realmente pacífica essa evolução?

Era assim visível o despeito de Koriônov pelo modo peculiar de os chineses resolverem seus problemas, independente e até contrariamente aos pontos de vista soviéticos.

Em realidade, esse caminho chinês chegara a ser tentado nos primeiros tempos do Governo bolchevista. Com muita insistência, Lênin enaltecera as vantagens do capitalismo de Estado, para a situação da Rússia, após a Revolução de Outubro, isto é, uma colaboração do pequeno e médio capital com o Estado Soviético a fim de soerguer a economia nacional. Seria uma etapa na construção do socialismo. Mas essa tese fracassou, no caso concreto da Rússia, e seu Governo teve de seguir por outro caminho.

Já os chineses adotaram, com êxito, a via do capitalismo de Estado, em parte graças a sua tradicional habilidade, e em parte graças a condições mais favoráveis para isso na China. Ali a luta de classes, após a vitória da insurreição, foi muito menos feroz do que na URSS, contrariando certas teses de Stálin e até de Lênin. Os capitalistas chineses compreenderam que a única maneira de prolongar sua existência como classe, por alguns anos mais, era colaborando com o Estado. Como bons discípulos de Confúcio, para quem a submissão das massas aos que estivessem acima delas era uma fatalidade comparável à da relva curvando-se à passagem do vento, os dóceis capitalistas chineses comentavam: “A situação aqui é igual à de um trem que passa pela estação correndo: quem tiver olho vivo subirá logo para a primeira classe; quem for lerdo, só entrará na segunda classe; quem se atrasar demais, ficará privado de tudo, porque terá perdido o trem.”. Outros diziam: “Estamos aqui como numa cadeira de barbeiro: quem se mexer

poderá levar um talho na cara, e se mexer demasiado, poderá até ter o pescoço cortado.”.

E foram colaborando.

Pouco tempo depois da proclamação da República Popular China e da realização da reforma agrária, com a distribuição de terras aos camponeses que nelas trabalhavam, iniciou-se o processo inverso — a reunificação das terras nas fazendas coletivas, do tipo dos *kolkhozes* russos. Os técnicos soviéticos que se encontravam na China deram o alarme: seria uma catástrofe fazer isso. De acordo com a experiência soviética, a coletivização só seria possível quando se pudesse entregar ao campo dezenas ou mesmo centenas de milhares de tratores, e para isso a China teria que primeiramente construir sua indústria mecânica, capaz de fabricar esses tratores. Os chineses desprezaram, porém, essa advertência e empreenderam a coletivização das terras, sem máquinas agrícolas. Era outra peculiaridade do caminho chinês para o socialismo, o que aumentou o despeito dos soviéticos.

Tinha-se a impressão, por vezes, de que o Governo de Pequim fazia questão de salientar, ante o mundo e ante seu próprio povo, as diferenças de métodos e caminhos entre a sua revolução e a dos russos. Segundo o testemunho de Koriônov, o PC chinês deu como tarefa a todos os seus membros estudar os últimos capítulos do compêndio soviético de *História do PCUS*. Depois de certo prazo, cada comunista era obrigado a discorrer, ante a direção do organismo a que pertencesse, sobre estes três pontos: 1) caráter da revolução chinesa; 2) método da construção socialista na URSS; 3) caminhos da construção socialista na China.

O Nacionalismo Chinês

No fundo de tudo isso, mal se disfarçava o sentimento nacionalista dos chineses. Uma das formas mais agudas de que se revestia a miséria, a exploração e a opressão do povo chinês, estava na dominação estrangeira. Num trabalho datado de dezembro de 1939, que em sua versão inglesa tornou o título de *The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party*, Mao Tsé-tung escreveu: “A contradição entre o imperialismo e a nação chinesa e a contradição entre o feudalismo e as grandes massas do povo são as principais contradições na moderna sociedade chinesa. Sem

dúvida existem outras contradições, tais como as contradições entre a burguesia e o proletariado e as contradições dentro das próprias classes reacionárias dirigentes. A contradição entre o imperialismo e a nação chinesa, contudo, é a principal, entre as várias contradições.”

A revolução chinesa era voltada, pois, antes de tudo, contra o estrangeiro que ocupava suas terras, “arrendava” seus portos, saqueava suas riquezas. Nessa situação se encontrava a China, ao ser proclamada a República Popular em 10 de outubro de 1949. Por essa época, já haviam ocorrido alguns dos fatos que levaram os dirigentes do PC chinês, através de um editorial do *Jin-Min-Ji-Pao*, a dizer após o XX Congresso do PCUS: “Nas relações com os países e partidos-irmãos, Stálin teve, no conjunto, uma posição internacionalista e ajudou as lutas dos outros povos e o crescimento do campo socialista; mas, na solução de certas questões concretas, mostrou uma tendência para o *chauvinismo de grande potência* (grifo meu — OP) e careceu de espírito de igualdade, não pôde educar a massa dos quadros no espírito da modéstia. Algumas vezes mesmo *interveio erradamente, com muitas consequências graves, nos assuntos internos de certos países* (grifo meu — OP) e partidos-irmãos”¹.

Eram já bastante conhecidos também os acontecimentos que levariam depois o Marechal Josip Broz-Tito a proclamar sem reboços que a União Soviética se havia convertido numa potência imperialista: “Por outro lado, as lamentações das populações dos países que estão sendo saqueados e oprimidos pelos imperialistas soviéticos, sob o pretexto de que as demais nações devem ajudar a fortalecer a União Soviética, como pretenso bastião da paz, chegam até nossos ouvidos claramente”².

Assim, chegando ao poder, Mao Tsé-tung não podia deixar de estranhar que em nome do “internacionalismo proletário” e da “assistência mútua”, os soviéticos estacionassem tropas nas repúblicas populares da Europa, embora não houvesse na URSS tropas de nenhuma dessas repúblicas; que, ainda em nome desse “internacionalismo”, continuassem

¹ JIN-MIN-JI-PAO — Ainda Sobre a Experiência Histórica da Ditadura do Proletariado, pag. 25 — Editorial Vitória — Rio.

² Josip Broz-Tito: *La Lucha de los Comunistas de Yugoslavia por la Democracia Socialista* (Informe al VI Congreso del Partido Comunista de Yugoslavia) — Folheto, janeiro de 1953, pag. 10. Ver em apêndice trechos do informe sobre o assunto.

com direitos especiais sobre a ferrovia de Changchun e ocupando os territórios chineses de Port Arthur e Dairen, “arrendados” pelo tsar. E sua primeira reivindicação, nos acordos feitos com o Kremlin, foi a plena reintegração desses portos e ferrovia na soberania chinesa, com a consequente retirada das tropas soviéticas. Com efeito, menos de cinco meses após a proclamação da República Popular na China, precisamente a 14 de fevereiro de 1950, foi assinado em Moscou um tratado de amizade, aliança e assistência mútua entre os dois países, seguido de um acordo suplementar pelo qual a URSS prometia devolver à China, antes do fim de 1952, todos os direitos sobre a estrada de ferro de Changchun mais os portos de Dairen e Port Arthur, com a evacuação das forças soviéticas daquela base naval.

Recalcada pela secular opressão estrangeira, a China empenhava-se em expressar, por todos os modos, que agora era uma nação independente, em marcha para se tornar unia grande potência econômica e militar. Mesmo antes da vitória revolucionária, Mao Tsé-tung costumava destacar, em seus escritos, as grandezas territorial e populacional de seu país: “A China é um dos maiores países do mundo, com um território quase tão vasto como o de toda a Europa”. Ou então: “sua população representa cerca de uma quarta parte da população do globo”. Depois da vitória, essa consciência da própria grandeza expressava-se já de forma arrogante em figuras hiperbólicas: “Se todos os chineses batessem com os pés no chão ao mesmo tempo, haveria um terremoto; se todos os chineses respirassem com força, ao mesmo tempo, haveria um furacão”.

Esse espírito arrogante tem impregnado até as conversações diplomáticas de seus dirigentes. Uma personalidade chinesa, em palestra com o representante de um país do Oriente Médio, afirmava há algum tempo: “Se baixarmos apenas um centímetro nos vestidos das mulheres de nosso país, toda a vossa produção algodoeira será esgotada!”.

Os soviéticos, de quem não se poderia dizer, sem injustiça, que são lentos de raciocínio, compreenderam logo que se achavam em face de um fenômeno novo, dialeticamente explicável como um aliado ao qual era preciso proteger e ajudar, mas contra o qual era preciso se pôr em guarda, pois evoluía perigosamente no sentido de se transformar num concorrente e até num inimigo temível.

Basta um olhar sobre o mapa da Eurásia para que salte à vista uma grande contradição russo-chinesa. A URSS tem o maior território do mundo (22 milhões de km²), habitado por 220 milhões de pessoas, com uma densidade demográfica, portanto, de 10 habitantes por km². Daí resulta que enormes espaços vazios se encontram nesse território. Já com a China acontece o contrário: num território de menos de 9 milhões de km² vivem mais de 600 milhões de pessoas, com uma densidade demográfica de quase 70 habitantes por km². Assim, o problema do espaço vital coloca-se com muita premência para a China. E é de tal modo que grande número de chineses já vinha habitando nos próprios barcos em que pescavam, nos rios e lagos, e uma lei foi aprovada proibindo às pessoas que nasciam nas águas passar à terra.

Ora, os chineses têm assim fortes argumentos para reivindicar que os russos cedam à China uma parte de seu território, na ampla fronteira de uns dez milhões de quilômetros (incluindo-se aí a fronteira com a Mongólia Exterior, praticamente uma república soviética), que separam esses dois países gigantes. Com argumentos históricos, poderá reivindicar, desde logo, que a República Popular da Mongólia, que até 1922 era parte de território dependente da China, regresse ao seio da mãe-pátria. Com argumentos geopolíticos, em que o fator geográfico viesse colorido pelo fator político do “internacionalismo proletário”, poderá reivindicar a anexação de vários territórios de repúblicas autônomas localizadas na Sibéria e que foram conquistadas a ferro e fogo pelos imperialistas russos em meados do século XIX. Precisamente há um século, em 1860, Pequim foi forçada a firmar um tratado cedendo à Rússia vastos territórios na Sibéria, que iam desde o Ussuri até o oceano Pacífico; em cuja costa, nesse mesmo ano, foi erigida a fortaleza russa de Vladivostock.

Foi meditando prudentemente em tudo isso, que os soviéticos decidiram, em 1953, empreender a colonização dos espaços vazios da Sibéria — as chamadas “terras virgens”. A pretexto de desenvolver a produção agrícola, o governo soviético começou a mobilizar trabalhadores, sobretudo jovens, a fim de que se transferissem com armas e bagagens para a longínqua e gélida região siberiana. Estando na Escola em Moscou, lembro-me de que alguém estranhou o fato e perguntou se as terras europeias estavam todas já aproveitadas para a agricultura, se não era possível aumentar-lhes a produtividade. O professor respondeu que não se

tratava disso; que se tratava, de fato, de não deixar no abandono uma vasta região com tantas riquezas naturais inexploradas.

A sombra amarela projetava-se ameaçadoramente sobre a vastidão siberiana. Daí a necessidade “agrícola” de cultivar as terras virgens.

O Clavecino Delirante

Os êxitos obtidos pelos chineses no emprego de soluções peculiares para seus problemas, na reivindicação referente a Dairen e Port Arthur, nas batalhas travadas com poderosas forças estrangeiras, durante a guerra da Coreia, não só despertavam o despeito e o medo dos soviéticos, como subiam à cabeça de Mao Tsé-tung e a transtornavam. Na introdução a seu livro *Materialismo e Empiriocriticismo*, Lênin reproduziu trechos de uma polêmica filosófica entre D’Alembert e Diderot, em torno do fenômeno *sensação*, como fonte de conhecimento. Comparando o homem a um “clavecino organizado”, Diderot dizia a certa altura: “Houve um momento de delírio em que o clavecino sensível pensou que fosse o único clavecino existente no mundo e que toda a harmonia do Universo ressoava nele” (*se passait en lui*).

Parece que esse delírio também atacou, no momento do XX Congresso do PCUS, ao organizadíssimo clavecino Mao Tsé-tung. Morto Stálin, não havia na URSS, entre os dirigentes comunistas, nenhum teórico da estatura do chefe chinês. Além disso, a denúncia dos erros e crimes do stalinismo, de par com as vitórias chinesas no campo do desenvolvimento econômico, indicavam que o centro do movimento comunista poderia deslocar-se para Pequim. Os elementos mais realistas continuavam agarrados ao barco soviético, certos de que a tempestade passaria, mas grandes setores do movimento comunista internacional começaram a manifestar preferências e simpatias pela experiência da China, considerando-a mais humana, mais liberal, mais sensata que a dos russos.

Quando Arruda regressou da China e nos encontramos em Moscou, em julho de 1956, notei que ele também tinha essa preferência. Mostrava-se entusiasmado com a autorização de enviar dirigentes brasileiros para fazerem um curso na Escola do PC chinês. Referindo-se aos dois meses que passei em Praga, sem nada fazer, esperando por ele, em cumprimento da ordem que me enviara por telegrama a Bucareste, logo após o encerramento

do Kominform, dizia que eu não tinha perdido meu tempo, pois me reservara importante tarefa: datilografar, em finíssimo papel de seda, e trazer comigo para o Brasil, as anotações que ele tomara dos “preciosos ensinamentos dos camaradas chineses”. Em conversa comigo, elogiava Mao, Chu En-lai, Liu Chao-tsi e criticava seus velhos ídolos soviéticos. Discutia com Koriônov quase em pé de igualdade e chegou a destratar Sivolóbov, reprochando-lhe por telefone o não cumprimento de determinada promessa, aliás sem maior significação. O momento era de grande confusão, e Sivolóbov aguentava, calado, tais despropósitos. Por tudo isso compreendi que Arruda estava convencido de que ia mudar de senhores, de que Moscou, como então Praga, passaria a ser apenas um ponto de escala na rota para a nova sede do comunismo mundial: Pequim.

Não tardou a verificar que se havia equivocado. E esse equívoco custou-lhe caro.

Não sei se por malícia ou porque estivesse realmente convencido disso, Koriônov deu a seguinte resposta a uma pergunta de Arruda sobre a China:

— Como russo, talvez não seja muito patriótico de minha parte fazer esta afirmação. Mas digo que dentro de 10 a 15 anos, a China será a primeira potência mundial. Os Estados Unidos compreendem isso, e não é por acaso que procuram dificultar-lhe o desenvolvimento. O grande prestígio da China, na Ásia, decorre de que foi o primeiro país no Oriente a fazer a revolução. Enquanto seu prestígio cresce naquela região, diminui o dos Estados Unidos. Acontece que ela tem como vizinhos países amigos: URSS, Índia, Birmânia, etc., ao passo que os Estados Unidos têm como ponto de apoio somente as Filipinas, a Coreia do Sul, Formosa, pouco mais. Quanto a Mao Tsé-tung, não há dúvida de que, no movimento comunista internacional, ele é atualmente o maior pensador; depois dele, vem Togliatti.

Arruda sorriu por baixo de seus grossos bigodes e balançou a cabeça aprovativamente. Koriônov prosseguiu:

— O Partido aproveitou bem o tradicional sentimento de obediência dos chineses ao Estado, e o resultado foi um alto grau de organização. É certo que a revolução chinesa contou com grandes vantagens: a existência do campo socialista e seu apoio concreto. O governo chinês recebe da

URSS equipamentos industriais, especialistas e técnicos; pôde dispor da experiência teórica de outros países que já haviam aberto a rota da construção socialista. A URSS construiu 141 empresas industriais na China, e agora constrói mais 15. Cada ano passam pelas escolas superiores soviéticas cerca de mil chineses, além dos que realizam cursos práticos trabalhando em nossas empresas. Eles partiram de um ponto muito baixo, de uma miséria extrema. Antes, o homem do povo tinha arroz à mesa apenas duas ou três vezes por ano. Alimentava-se de qualquer bicho que corresse pela superfície da terra: cobras, lagartos, ratos. Hoje já come arroz uma vez por dia. Isto representou verdadeira revolução na China. Desse modo, com nossa ajuda, a China será dentro de pouco tempo a maior potência mundial.

Em tais circunstâncias, com tais perspectivas, Mao Tsé-tung publicou, sem assinatura, um artigo no *Jin-Min-Ji-Pao*, analisando alguns dos erros teóricos de Stálin e dando a entender que a China os havia evitado. Convocou um congresso partidário em que preconizou várias medidas liberalizantes, entre as quais a tese das “cem flores” (existência de diferentes escolas no terreno das letras, das artes e das ciências) e o direito de pequenas greves de protesto contra as consequências do burocratismo. Era toda uma plataforma para conquistar a direção do movimento comunista mundial.

Convém lembrar que Togliatti, por sua vez, aspirava ao exercício de uma parcela de poder na redistribuição do comando comunista internacional. Lançou então a tese de uma “direção policêntrica” para o movimento bolchevista, quer dizer, que não houvesse mais um centro único (Moscou), e sim vários centros regionais, com suas zonas de influência delimitadas. E apresentando sua candidatura à direção de um desses centros, proclamou que a Itália também possuía um acervo de experiências de que poderiam beneficiar-se, estudando-as e assimilando-as, vários partidos comunistas. Recordou mesmo que, em Moscou, durante o XX Congresso, alguns dirigentes latino-americanos foram procurá-lo para ouvir seus conselhos e opiniões em torno de diversos problemas daquela região. Depreende-se que Togliatti pretendia a direção da parte latina deste continente. Se não houvesse outra justificação para isso, haveria ao menos uma afinidade: a Itália era também uma nação latina. Aliás, ele poderia ilustrar sua afirmativa, sobre os que o procuravam, com a fotografia

publicada na quinta página do jornal moscovita Pravda, de 20 de fevereiro de 1956, isto é, durante o desenrolar do XX Congresso. Lá aparecem, entre outros, o chefe do PC argentino, Victorio Codovilla, com as mãos enfiadas nos bolsos das calças, a cabeça inclinada para a frente em atitude de quem escuta atentamente, e a seu lado, gesticulando com as mãos, a boca aberta como quem está perorando, ele próprio — Togliatti.

Procurando capitalizar o sentimento de descontentamento dos comunistas do mundo inteiro, em face das revelações do “relatório secreto”, Togliatti chegou a proclamar que tinha havido “degenerescência” do sistema soviético.

Mas bem pouco durou tudo isso. Khrustchov, o autor do “relatório”, publicou uma azeda contestação à afirmativa de Togliatti (que não dispunha da autoridade, do prestígio e da força de atração que possuem os dirigentes comunistas no poder estatal) e o reduziu ao silêncio. Também manifestou de público divergir do PC chinês, e isso era importante não pela autoridade teórica do sagaz ucraniano, mas por ser ele o senhor de uma poderosa nação industrializada, sem cuja ajuda a China não poderia realizar, no ritmo desejado, seu programa de desenvolvimento. As medidas liberalizantes, preconizadas pelos chineses, foram tornadas sem efeito. Os que tentaram utilizá-las foram parar na cadeia.

Mao Tsé-tung, porém, continuou a delirar. Resolveu construir, sobre um nível de vida miserável, um regime comunista (comunas agrícolas, comunas populares) bem semelhantes ao comunismo primitivo e militarizado dos incas, no Peru dos tempos da conquista espanhola, mas que nada tinha a ver com o comunismo pregado por Marx, o qual deveria basear-se na superabundância dos produtos, como resultado de uma economia tecnicamente desenvolvida no mais alto grau.

Faz menos de um ano, ouvi de pessoa realmente fidedigna e bem informada esta revelação que lhe fizera um dos participantes daquela reunião de partidos comunistas que se efetuou em Moscou, poucos dias após o 7 de Novembro de 1957, quadragésimo aniversário da Revolução Socialista Soviética, Mao Tsé-tung, que estava nessa reunião, fez um discurso de hora e meia, durante o qual proferia longos trechos inteiramente sem nexos. Os ouvintes se entreolhavam, achando esquisito, pois ninguém entendia nada. Então ele próprio, notando a estranheza de vez em quando

revelada pelo plenário, rodou o indicador em frente da cabeça, num gesto significativo, como a admitir certa alienação mental. Horas depois, como os representantes iugoslavos se recusassem — e foram os únicos — a assinar o documento em que todos os partidos comunistas presentes reafirmavam a mesma posição de subordinação à URSS e ao PCUS, Mao Tsé-tung teve quase um ataque de nervos, ele que sempre revelou uma calma tão chinesa. Agarrando o documento, gritava para os iugoslavos:

— Vocês têm que assinar! Vocês têm que assinar!

Não demorou muito e foi afastado da Presidência da República Popular Chinesa. As ordens para organizar comunas foram sustadas ou refreadas. Nas comemorações do 10º aniversário da República Popular, em outubro de 1959, ele compareceu em solenidades, foi fotografado ao lado de várias personalidades estrangeiras, falou-se que participou de algumas reuniões bem importantes, mas não abriu a boca em público. Todos os fatos estão a indicar que a maior cabeça pensante do movimento comunista internacional, da atualidade, perdeu a lucidez.

10. Partidos não-comunistas

Descíamos a pé a Rua Vitória, em Bucareste, o representante argentino e eu, a fim de tornarmos o carro do Kominform, que nos esperava mais adiante. Numa esquina, choquei-me com um cidadão rosado, de altura média, aspecto respeitável, ladeado por vários outros, que vinham em direção oposta à nossa. Pronunciei uma palavra de desculpa, prossegui. O argentino ria muito, exageradamente. E ante minha estranheza:

— Não sabes que tiveste a honra de abalroar o Presidente da República? Aquele é Petru Groza.

Olhei para trás: lá ia ele, bem posto, seu chapéu de aba curta, debruada e dobrada para cima, um cachecol de seda no pescoço. Ocupava, com seus amigos, toda a largura da calçada, como se fossem os donos da rua. Seriam guarda-costas seus acompanhantes? Pareceu-me que não. Soube depois que Petru Groza costumava dar seus passeios a pé pela cidade, despreocupadamente, como um cidadão qualquer.

Foi então que me lembrei de sua existência (iria vê-lo algumas vezes mais em banquetes), de seu partido, dos demais partidos. Eu lia diariamente o jornal *Scînteia* e ali não se falava nessas agremiações políticas. E no entanto, sabia que se formara, desde a instauração do novo regime, uma Frente Nacional Democrática (transformada mais tarde em Frente Democrática Popular), constituída dos partidos comunista e social-democrático, que se fundiram depois sob a designação de Partido Operário Romeno (*Partidul Muncitoresc Român*) e de outros mais, inclusive o Partido Nacional Popular e a Frente dos Produtores (*Frontal Plugarilor*), organização camponesa presidida por Petru Groza. E fora da FND, havia, ainda em 1947, os influentes Partido Nacional Camponês, de Maniú, e Partido Liberal, de Dinu Bratiano, em que também se apoiou o Rei Miguel para dar o golpe de estado em 23 de agosto de 1944, que transformou o país de aliado obrigatório em inimigo da Alemanha nazista¹.

¹ Em agosto de 1947, o Partido Nacional Camponês foi posto na ilegalidade. Em novembro do mesmo ano, Maniú foi condenado à prisão perpétua, morrendo no cárcere em 1952. O Partido Liberal teve o mesmo destino.

Como um dos aliados mais firmes dos comunistas — então um pequeno partido, mas apoiado nas tropas de ocupação soviéticas —, Petru Groza foi sendo utilizado para diversos postos governamentais, chegando a Vice-Presidente e em seguida a Presidente do Conselho de Ministros. Sobre a confiança que ele inspirava ao próprio Stálin, basta lembrar o que disse a respeito Gheorghiu-Dej na primeira reunião do Kominform: “A Romênia democrática beneficiou-se com o apoio da União Soviética. Na época dos governos reacionários, o Governo soviético, respondendo às perturbações provocadas na Transilvânia pelos bandos fascistas, ordenou a retirada das autoridades reacionárias romenas dessa região. No terceiro dia após a instauração do Governo Groza, o camarada Stálin, respondendo a uma carta do Governo da Romênia, consentiu que a administração romena fosse restabelecida na Transilvânia”².

Mais adiante, dizia Dej:

...os ases da reação anglo-americana tentaram, por meios diplomáticos, derrubar o novo Governo com o pretexto de que ele não era representativo, para dar aos partidos reacionários a hegemonia no Governo. Graças ao firme apoio do Governo soviético, os representantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos foram obrigados a aceitar a solução inclusa no acordo de Moscou de janeiro de 1946. O Governo de Groza permaneceu no poder³.

E assim Groza foi atuando, como homem de confiança dos comunistas, como seu principal aliado. Quando o PC cresceu e passou a dominar soberanamente, então Groza foi transferido da chefia do Governo para um cargo decorativo, — onde repousou até o último dia de vida⁴ — a presidência do Presidium da Grande Assembleia Nacional, que se reúne duas ou três vezes por ano. Esse cargo corresponde, com muito menor autoridade, ao de Presidente da República na França ou de Rei na Inglaterra.

² Gheorghiu-Dej — Informe à Reunião dos 9 Partidos em Varsóvia in Problemas, n.º 8 — Rio.

³ Gheorghiu-Dej — Informe à Reunião dos 9 Partidos em Varsóvia in Problemas, n.º 8 — Rio.

⁴ Faleceu no dia 7 de janeiro de 1958, sendo substituído nessa função, no dia 11, por Ion Gheorghe Maurer, até então Ministro do Exterior.

Com a tendência irresistível dos partidos bolchevistas ao monopólio do poder, o que decorre de sua própria estrutura totalitária, supercentralizada, em todos os países de democracia popular, a situação era a mesma: os partidos reacionários, ou como tal qualificados, foram eliminados da cena política; os partidos social-democráticos, compelidos a se fundirem com o PC, sob a direção dos líderes deste último; e os partidos democráticos — emasculados, corrompidos e reduzidos a meras instituições de fachada. Era a degradação, na prática, ao mesmo sistema político do partido único, vigente na União Soviética.

Fiz várias perguntas a várias pessoas na Romênia sobre os partidos não-comunistas, e tive de contentar-me com respostas imprecisas. Só na Tchecoslováquia é que, por duas vezes, ouvi opiniões sinceras. Da primeira vez aconteceu assim: um grupo de representantes do Kominform chegou a Praga, a convite do PC e do Governo tchecoslovacos, para uma visita de doze dias pelo interior do país. Fomos recebidos por um Secretário do Comitê Central, homem gordo, de pele reluzente, extrovertido e encantado com seu próprio cinismo. Tivemos longa conversa com ele, fazendo-lhe muitas perguntas que recebiam respostas imediatas e francas. Uma das questões que eu desejava ver esclarecida era a do funcionamento desses partidos não-comunistas. Apresentei-a, e nosso hospedeiro, dando uma boa risada, que contagiou os demais presentes, informou:

— Nós pagamos altos salários a seus dirigentes e eles nos deixam em paz.

Lembrei-me então de Groza e vi que realmente era assim. Esses partidos estavam reduzidos à impotência e à ociosidade, simplesmente deixando em paz o PC. O tcheco falara, francamente, por todos eles. Mesmo assim relutei em aceitar a realidade, pois eu não admitia fosse moral ou necessária a prática desses métodos hipócritas. Pois não afirmavam todos esses altos dirigentes que as democracias populares eram uma forma específica de Estado na transição para o socialismo? Não dissera Dmitrov que a existência da União Soviética, como aliada das democracias populares, permitia que nesses países não se utilizasse o mesmo regime do partido único e da ditadura soviética na construção do socialismo?

Houve o congresso do PC chinês, em maio de 1956. Aí seus dirigentes proclamaram a necessidade da existência de outros partidos, ao

lado do PC, para colaborarem, com suas críticas e sugestões, na própria construção do socialismo. E afirmavam, categóricos, que os partidos democráticos então existentes na vida política chinesa poderiam e deveriam funcionar enquanto existisse e funcionasse o Partido Comunista.

Pouco depois, numa reunião do Comitê Central do PC italiano, em junho de 1956, Togliatti também manifestou idêntica opinião, citando esses pronunciamentos chineses. Disse o dirigente do PCI: “O que se fez na URSS não constitui o modelo... do que deva e possa ser feito em outros países. — Admitimos sem dificuldade que numa sociedade em que o socialismo esteja sendo construído possa haver vários partidos, alguns dos quais colaborem nessa construção. — Admitimos que o impulso para uma profunda transformação socialista possa vir de diferentes partidos, que tenham concordado entre si quanto à realização dessas transformações”.

Achando-me novamente em Praga, após a dissolução do Kominform, tive uma discussão sobre esse ponto com o camarada Kúcky, diretor do *Rude Pravo*, certo dia em que ele almoçou conosco no hotel. Citei as palavras de Togliatti, lembrei o exemplo chinês. Meu interlocutor sorriu mansamente, como era de seu jeito, e me replicou:

— Conheço o exemplo chinês. Estive na China. Os dirigentes desses partidos democráticos são todos membros destacados do Partido Comunista chinês.

Era a segunda vez que dirigentes comunistas tchecoslovacos tripudiavam sobre minha boa-fé. Mas Togliatti, que não possuía minha boa-fé nem minha ignorância sobre tais questões, como se explicaria que dissesse aquilo ante seus próprios camaradas de direção? Seria então pura farsa? Depois que li o livro de Eugenio Reale sobre a reunião constitutiva do Kominform, na qual participou como delegado italiano, passei a acreditar que as afirmações de Togliatti careciam de sinceridade, pois ele sabia, entre muitas outras coisas no gênero, do que sucedera na Hungria.

Com efeito, desde 1947 que Togliatti conhecia as anotações que Reale tomara naquela reunião de um discurso de Jozsef Revai, em que o dirigente húngaro proclamava com toda a tranquilidade: “O Partido Nacional Camponês ganhou 480.000 votos. É o partido dos camponeses pobres; ele atua sob nossa direção. O secretário é comunista, um dos dois ministros que o representam é comunista. De seus 32 deputados, 15 são

comunistas, 8 simpatizantes⁵”. E é de salientar que nem esses partidos dominados pelos comunistas puderam sobreviver como organizações dignas desse nome, tendo algum peso na vida nacional, conforme chegou a reconhecer o próprio Rákosi, em março de 1956. Nessa ocasião realizou-se uma reunião secreta do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Húngaros (comunista). Matias Rákosi, que regressara do XX Congresso do PCIJS, pronunciou um informe que, traduzido para o russo, nos foi dado a ler confidencialmente por Bethlem. Em certa parte, o informante dizia algo mais ou menos nestes termos: precisamos revitalizar os partidos aliados, dando-lhes algumas tarefas práticas. Seria conveniente, por exemplo, encarregá-los de algumas tarefas no Movimento da Paz, na Cruz Vermelha e em outras instituições semelhantes. Tais eram, na opinião do sangrento ditador magiar, as funções mais relevantes compatíveis com os partidos não-comunistas numa democracia popular.

Todos esses fatos me conduziram a pensar no programa do Partido Comunista Brasileiro. Também ali se fala em democracia popular, em coexistência de partidos comunista e não-comunistas num regime desse tipo. Lá está, na parte III, artigo 9, com todas as letras, a afirmação categórica: “Será assegurada a representação proporcional dos partidos políticos em todas as eleições”. Eu não queria nem poderia asseverar que, ao redigir esse artigo, Sivolóbov ou Prestes tivesse em mente um objetivo publicamente inconfessável. De uma coisa, porém, estou certo: a essência totalitária do bolchevismo não admite, a não ser de modo precário, por pequeno período e com finalidade tática, a coexistência de partidos atuando de verdade, num Governo chefiado por comunistas. O bolchevismo, sob qualquer forma que se apresente, contrapõe-se à democracia política. O bolchevismo é o monopólio partidário, a intolerância ideológica, a repulsa às liberdades públicas. A experiência das democracias populares indica que o caminho da ditadura do partido único passa primeiramente pela fusão do partido social-democrata com o PC, sob a pressão deste; pela infiltração comunista nos partidos democráticos e sua posterior decomposição, anulando-os como instrumentos de ação política.

⁵ Eugenio Reale — *Avec JACQUES DUCLOS Au Banc des Accusés*, pag. 119 — Librairie Plon, Paris.

11. Os cinco pecados de Malienkov

Houve no Kominform, durante minha estada ali, várias reuniões secretas. Mas três dentre elas, ocorridas em 1955, se destacaram por sua relevância e eram como que duplamente secretas, porque nelas se referiam, de forma resumida, fatos ocorridos em outras reuniões também secretas. A primeira reproduziu a discussão, que se fez a portas fechadas, no Comitê Central do PCUS, quando se decidiu o afastamento de Malienkov da chefia do Governo soviético. A segunda tratou das conversações em Belgrado, também a portas fechadas, entre os visitantes soviéticos Bulgânin, Khrustchov e Chepílov, de um lado, e os dirigentes iugoslavos Tito, Kardelj, Rankovitch e Vulkmanovitch, de outro. E a terceira resumia o informe de Mikoyan ao CC do PCUS sobre as conversações com Tito, na Iugoslávia, aonde o dirigente soviético fora passar férias, em fins de 1955.

Na primeira, o que havia de sensacional era a própria demissão de um Presidente do Conselho de Ministros da URSS, o que acontecia pela primeira vez na história do regime soviético. Enquanto viveu, foi Lênin o chefe incontestado do Governo; após sua morte, reinou Stálin também até exalar o último suspiro. É certo que formalmente Stálin só assumiu a chefia do Governo em maio de 1941, recebendo-a das mãos de Molotov, por assim dizer às vésperas da invasão nazista do território russo. Mas todos sabiam que quem mandava na URSS era o Secretário Geral do PC soviético, Stálin. A demissão de Malienkov não tinha, pois, precedente. E por isso a notícia explodiu sobre o Kominform, deixando em pânico todos os funcionários subalternos. Kárpov, tradutor do representante argentino, estava lívido, após ouvir o comunicado pelo rádio. E foi gaguejando que perguntou a Sera se já sabia dos graves acontecimentos da URSS: o camarada Malienkov já não era mais o Presidente do Conselho de Ministros; e até então ignorava-se quem seria seu substituto.

Numa reunião secretíssima, Mítin nos comunicou o que houve no Comitê Central do PCUS, disse de como todos os que falaram, especialmente Khrustchov, criticaram Malienkov e de como este, reconhecendo seus erros, fez autocrítica. Segundo Mítin — que recitava seu recado, sem muita convicção —, aquilo constituía uma demonstração de como no Partido Bolchevista a disciplina era igual para todos, e até as

pessoas detentoras de elevados cargos, como o camarada Malienkov, tinham de a ela submeter-se.

Apesar dessa tirada, a impressão que nos ficou de certos detalhes por ele mencionados, foi dolorosa: a de uma luta de grupos pelo poder. Nessa luta, como num *catch as catch can*, todos os golpes eram válidos. Saímos da reunião desarvorados: o húngaro andando de cabeça baixa, o italiano murmurando *Dio cane!*, o francês de testa franzida e o argentino, logo à saída do edifício:

— *Tche*, isso não é coisa sã.

Os cinco pecados mortais de Malienkov, segundo foram catalogados na reunião do Comitê Central, podem ser enumerados assim:

1. Dera a entender que agora a indústria leve tinha primazia sobre a indústria pesada.
2. Dissera que o abastecimento de trigo à população era assunto resolvido, e, para justificar essa asserção, fornecera estatística falsa.
3. Parecia estar envolvido no “caso de Leningrado”.
4. Organizara com Béria seu ministério, após a morte de Stálin, sem consultar o Presidium do PCUS.
5. Não entendia dos problemas da agricultura, cuja, situação era grave.

Custava-se admitir que um chefe de governo fosse apeado do poder realmente por esses motivos. Em verdade, desde o início de sua gestão, isto é, desde o dia mesmo da morte de Stálin, desencadeou-se, surda, nos bastidores, a pugna pela sucessão. Os que estavam mais próximos do grande ditador possuíam maior ensejo e dele se aproveitaram, assumindo o poder. Mas em cada um dos altos dirigentes trabalhava a ambição do posto máximo.

Primeiro foi Béria: tentou apoderar-se do poder pela força, e fracassou. Depois veio o esperto Nikita. Recordando o exemplo de Stálin, que se fizera invencível no posto de Secretário Geral do Partido, tratou de conseguir para si esse lugar, com o que reduziu enormemente o poderio de

Malienkov. Este ficou com o aparelho estatal nas mãos, mas perdeu o aparelho do Partido, que se tem mostrado mais importante nos embates sucessórios. Associando-se a Bulgânin, com quem andava para cima e para baixo, Khrustchov conspirou para colocá-lo na chefia do Governo em substituição a Malienkov — isto como escala para sua própria assunção dos poderes totais: estatal e partidário. Já em maio de 1955, com a ida a Belgrado da delegação governamental soviética, Nikita se colocou à frente da delegação, a pretexto de forçar entendimentos com Tito em bases partidárias também, visto que ele, Nikita, era o chefe do Partido soviético. O pretexto era ridículo; mais ridículo, porém, era a notícia divulgada pelos próprios soviéticos de que uma delegação governamental, de que participava o chefe do Governo, Bulgânin, era chefiada não por este, mas por um simples membro do Presidium do Soviete Supremo da URSS, Khrustchov. Com efeito, o órgão do Kominform (n.º 342, de 27/5/55) assim informava sobre o fato: “A 26 de maio, a delegação governamental da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, composta de N. Khrustchov, membro do Presidium do Soviete Supremo da URSS e primeiro secretário do CC do PCUS (chefe da delegação), N. Bulgânin, Presidente do Conselho de Ministros da URSS, A. Mikoyan...”.

Bulgânin, o chefe do Governo, não se pejou de dar ao mundo esse espetáculo de participar numa delegação governamental sob a chefia de outra pessoa, submetendo-se a essa posição de títere, a fim de se manter por uns tempos mais nesse posto. Pior ainda: foi com seu apoio que Nikita, antes de derrubá-lo, cuidou de afastar possíveis concorrentes. Criticou Molotov e o obrigou a se autocriticar de público, e desbancou o marechal Júkov, demitindo-o, em sua ausência, do cargo de Ministro da Defesa para então se fazer nomear presidente do Conselho de Ministros — função que passou a acumular com a de 1º Secretário do Partido.

O episódio da demissão de Malienkov trazia fortes indícios de que a luta pelo poder tinha na pessoa de Nikita Khrustchov o principal personagem. Esses indícios ressaltavam das próprias acusações. Em que consistia efetivamente o primeiro pecado?

Pouco depois de assumir a chefia do Governo, Malienkov disse que o povo soviético já tinha trabalhado e se sacrificado bastante para construir uma poderosa indústria pesada; que lhe cabia bem o direito de usufruir

maiores benefícios desse trabalho. Assim, trataria seu Governo de aumentar a produção de bens de consumo agrícolas e industriais.

Essa posição era inatacável; ninguém poderia acusar Malienkov por ter esse objetivo. Então, como acusá-lo? Acusaram-no de, não explicando bem esse ponto, ter dado margem a uma interpretação segundo a qual a indústria leve agora passaria a ter primazia sobre a indústria pesada. De fato, alguns economistas soviéticos, baseando-se em palavras de Malienkov, já haviam dito abertamente que, em certas circunstâncias, como era o caso atual, a indústria de meios de consumo podia adquirir primazia, por algum tempo, sobre a indústria de meios de produção, a fim de restabelecer-se o equilíbrio entre os ramos da economia nacional. E isso — acentuou Khrustchov — era um absurdo, era antileninismo do pior; se levado às últimas consequências, implicaria em paralisar o progresso econômico do país, reduzir enormemente o ritmo de construção das bases materiais do comunismo, enfraquecer a potência militar da URSS e deixá-la assim à mercê dos golpes do imperialismo. Em última instância, era um tremendo erro, que assumia aspectos de crime de traição à pátria quando cometido por um camarada com a responsabilidade partidária e governamental do camarada Malienkov.

As bases da acusação são as mais frágeis: a) Malienkov preconizou uma coisa justa, mas formulou-a sem a devida clareza, de tal modo que foi mal interpretado; b) essa má interpretação, se levada às últimas consequências, poderia acarretar grandes erros; c) esses erros, se praticados por um chefe de governo, assumiriam aspectos de traição à pátria. Tudo no condicional, no terreno das hipóteses.

Em qualquer tribunal democrático, o acusador seria vaiado como rábula e chicanista. Mas no tribunal do PCUS, o rábula ganhou a causa e, de acordo com a jurisprudência firmada nos famigerados processos de 1937, o réu foi condenado.

A segunda acusação relacionava-se com a produção de trigo. Entendiam os soviéticos que, para abastecimento suficiente de sua população, a URSS precisava produzir anualmente 10 bilhões de *puds* de cereais, dos quais metade em trigo. Baseando-se em estatística fornecida por altos funcionários do Ministério da Agricultura (e convém não esquecer que Khrustchov, sendo um especialista em assuntos agrícolas, tinha seus

homens naquele ministério), Malienkov afirmou publicamente que o problema do trigo estava resolvido: a colheita daquele ano fora de 5 bilhões de *puds*. Acontece que lhe forneceram como estatística da produção uma simples estimativa, que aliás foi desmentida pela realidade: a colheita de trigo foi de apenas 3,5 bilhões de *puds*. Tudo indica que o fornecimento dos dados falsos foi uma armadilha lançada pelos partidários de Khrustehov e na qual caiu Malienkov, dada a sua ignorância na matéria. Resultado: na reunião do Comitê Central o acusaram de fornecer estatísticas falsas, tentando enganar o Partido e o povo soviéticos.

A terceira acusação prendia-se ao caso de Leningrado. Segundo uma das versões correntes na URSS, um dirigente comunista de Leningrado, Voznessênski, que se vinha distinguindo como notável teórico no domínio das ciências econômicas e se elevando no conceito de Stálin, foi acusado por Béria de conspirar contra o grande ditador. Forjando a respeito uma carta e entregando-a a Stálin, Béria teria em mente afastar do páreo sucessório mais um candidato provável. E Voznessênski, sem possibilidade de defesa, foi torturado, assinou confissões absurdas e se viu condenado a 10 anos de prisão, mas Stálin achou a sentença branda e comutou-a para a de fuzilamento.

Nesse tempo, trabalhavam estreitamente vinculados a Stálin, dois homens: Malienkov e Béria. E Khrustchov, na reunião do Comitê Central, lançou a acusação, sem provas, em forma de suspeita:

— O camarada Malienkov não poderia deixar de saber que era falsa a carta entregue por Béria a Stálin.

A quarta acusação dizia respeito à organização do Ministério de Malienkov. Este, juntamente com Béria, escolhera seus ministros, sem prévia consulta ao Presidium. É certo que Stálin não consultava a ninguém, agia despoticamente; mas Stálin era Stálin. De acordo com os dogmas bolchevistas, o Partido Comunista é uma forma de organização superior a todas as outras, mesmo ao Estado. E a Krustchov, como secretário geral (ou 1º Secretário, segundo a nova nomenclatura), interessava restabelecer a validade do dogma, fazendo com que todas as medidas estatais importantes fossem antes submetidas à decisão do Partido, ou seja, de sua própria direção. A violação desse dogma foi outro dos pecados mortais de Malienkov.

Finalmente, a quinta acusação era a de que ele não entendia dos problemas da agricultura, e esse era o ponto crítico da economia soviética. Houvera uma desproporção exagerada entre o desenvolvimento da indústria e o da agricultura. De 1940 a 1952, a produção industrial aumentou de 130% e a produção global da agricultura em apenas 10%. Impunha-se, portanto, a presença de um especialista em problemas agrícolas na chefia do Governo. Esse especialista, Obviamente, era o acusador — Nikita Khrustchov. Mas ainda não havia condições para isso: ele esperaria o ensejo. Por ora, como se ocupasse provisoriamente uma vaga à espera do verdadeiro dono, ficaria nesse lugar esse outro ignorante em questões agrícolas: Nikolai Bulgânin.

Como Presidente do Conselho de Ministros, Malienkov atuou dois anos: de 1953 a 1955. Em seguida, foi ocupar o Ministério das Centrais Elétricas. Quanto tempo duraria no novo posto? Pelo que ocorrera na reunião secreta do Comitê Central — segundo a transmissão feita por Mítin — era sensível a existência de um ambiente de lutas sem princípios no Governo soviético. Todos os indícios eram de que Malienkov continuaria lutando nos corredores e subterrâneos do Kremlin contra os que agora o derrotaram. Estávamos certos disso. Só não sabíamos se venceria ou perderia. Perdeu.

12. O PC e o 11 de novembro

Quando os tanques do Exército brasileiro desceram sobre o centro do Rio, na madrugada de 11 de novembro de 1955, eu me encontrava nos confins da Rússia, numa cidade balneária do Cáucaso — Kislovodsk, situada a 900 metros acima do nível do mar e famosa por suas águas minerais Narzan. Minha família recém-chegara do Brasil e, como era a época em que os representantes saíam de férias, pedimos a Mítin para passarmos as nossas na URSS. Concordou, mas com a restrição de que não poderíamos ficar em Moscou, pois estávamos em começos de novembro e ali iam chegar, para as comemorações da Revolução Socialista, no dia 7, numerosas delegações de todas as partes do mundo, e já não era possível reservar-nos lugares em hotel.

De Moscou partimos em avião para o Cáucaso, com todas as honras de estilo conferidas a um membro do Kominform. Em todo lugar onde aterrissávamos, vinha o chefe do aeroporto e, quando os passageiros começavam a descer a escadinha, ele chamava por meu nome, batia-me continência e nos conduzia, a mim e aos meus, para um salão reservado, onde tudo era melhor que no salão comum — a comida, os móveis, a limpeza. Em um desses lugares, saímos a dar uma volta em torno e pedi que nos avisasse quando se aproximasse o momento da partida do avião. “Pode ir tranquilo; o avião só partirá quando o camarada estiver a bordo”, assegurou-me o chefe do aeroporto.

Em Kislovodsk, a mesma solicitude. Ficamos hospedados num sanatório que fora outrora residência do escritor Ivã Turguiêniev, e onde se encontravam, aonde chegavam e de onde partiam quase diariamente dirigentes comunistas russos, membros do Comitê Central uns, outros não, mas todos com funções governamentais ou partidárias em diversas zonas russas. A vida rodava com lentidão. Dávamos pequenos passeios em torno da cidade, escalávamos a montanha onde o poeta Liérmontov teria travado um duelo e tombado morto, chegávamos até a rocha a que, segundo a mitologia, Prometeu esteve acorrentado, até ser salvo por Hércules.

Era proibido beber álcool, mais muito amiúde inventava-se pretexto para violar o regulamento do sanatório: organizava-se um banquete para

homenagear alguém que chegava ou que partia ou que fazia anos ou que vinha de outro sanatório ver um amigo. Então corriam a vodca e o conhaque. E quando faltava um motivo local, arranjava-se outro, menos próximo. Assim foi quando se soube ali que Bulgânin e Khrustchov partiriam em visita à Índia e outros países asiáticos. Por iniciativa de um russo gordo, forte e calvo, membro do CC do PCUS, tivemos que beber e brindar, conforme ele acentuava, “*za velíkuiu missiu*” (pela grande missão). Entornamos muitos cálices de vodca, todos de pé, enquanto ele comandava, com sua autoridade de dirigente do partido-chefe do movimento comunista mundial:

— *Do kantsá!* (Até o fim, até o fundo do copo!)

Chegáramos àquela cidade às vésperas do dia 7, que foi de grandes festas. Do alto de uma colunata, num palanque ornamentado, assistimos ao longo desfile em honra da Grande Revolução Socialista de Outubro. Parecia que toda a população participava da passeata, empunhando bandeiras e cartazes alusivos à data. O desfile devia dispersar-se uns duzentos metros mais adiante. Entretanto, bem em frente a nós, um dos manifestantes, que tentava sair de forma ali mesmo, argumentando com um policial à paisana, e mostrando-lhe a perna inchada, era empurrado para o meio da passeata, e teve de continuar.

Nesse momento descemos do palanque, e minha mulher, sob os olhares complacentes dos policiais — em geral muito atenciosos com os estrangeiros — introduziu nossa filha no desfile, para filmá-la ao lado dos demais manifestantes. Queria guardar, numa película, esse instante glorioso, para que a garota, quando moça, pudesse revê-lo, projetado numa tela, e dele se orgulhar. Mas em seguida ocorreu outro incidente, que empanou nossa alegria. Agora era uma senhora, com uma garotinha, que tentava sair da passeata: alegou que não aguentava mais, tinha desfilado o tempo todo com a criança nos braços e, além disso, a menina queria urinar. O miliciano negava-se a consentir. Então minha mulher começou a reclamar, em voz alta, com indignação:

— Isso é um absurdo! Se a mulher quer sair, por que não deixar?! Então a manifestação é obrigatória, como no tempo do Estado Novo, no Brasil?!

Expressava-se em português, mas o policial à paisana notou que ela se referia ao caso da mulher com a criança, e ordenou ao miliciano que a deixasse sair.

Esse fato amargou-me a alma. Por mais que tentasse esquecer-lo, sua lembrança perseguiu-me durante o banquete, à noite; acompanhou-me até a cama, dificultou-me a conciliação do sono. Eu vira, em outras ocasiões, alguns fatos desagradáveis e aceitara as explicações oferecidas para eles: crianças esmolando, acompanhadas de sua mãe (por quê? Resposta: são ciganos, não querem trabalhar); um mutilado de guerra, com uma perna só, esmolando também (por quê? Resposta: ele tem metade de sua capacidade de trabalho; poderia trabalhar em vez de esmolar). Eu mesmo cheguei a criar, espontaneamente, explicação para outros fatos. Quando minha mulher chegou ao luxuoso metropolitano de Moscou, achou que era um absurdo tanto desperdício de dinheiro naquelas estações subterrâneas, onde as pessoas passavam apenas alguns minutos, esperando o trem, enquanto que no caminho do aeroporto para a cidade, e em outros pontos, podiam ver-se numerosos casebres, em cujo desconforto seus habitantes deviam passar muitas e muitas horas por dia. Por que — indagava ela — não se construíram melhores moradias para aquela gente e não deixaram essas obras suntuosas para quando tivesse desaparecido toda a miséria que resta no país? E eu prontamente repliquei que se tratava de uma obra para o futuro, uma obra definitiva do comunismo, isto é, para uma sociedade em que tudo seria em abundância e suntuoso. Por que construir agora um metropolitano modesto e ter de refazê-lo algumas décadas depois? Além disso, ela devia notar que as obras suntuosas eram todas para uso coletivo, era o que se poderia chamar o “luxo para as massas”. Eu temia que ela sofresse decepção e ajudava-a a vencer suas “incompreensões”.

Entretanto, diante dessa cena da mulher com a criança nos braços querendo sair do desfile e sendo impedida pelo miliciano, diante da indignação de minha mulher por esse pequeno ato de coerção, permaneci mudo e sem explicação. Não era difícil aceitar que um país ainda curando as feridas da guerra, um país ainda em luta para liquidar os restos, do enorme atraso econômico herdado do tsarismo, pudesse apresentar deficiências. Mas o governo desse país não tinha a necessidade nem o direito de obrigar ninguém a homenagear o novo regime e a revolução que o instituiu. Isso era mais estranho e mais chocante que tudo.

Quatro dias depois fomos informados pela Rádio de Moscou que se produzira no Brasil um golpe de estado, por meios militares, tendo à frente o General Teixeira Lott, Ministro da Guerra, e essa nova e séria preocupação fez-me esquecer o desagradável incidente presenciado durante o desfile. Outros hóspedes tomaram conhecimento da notícia e quiseram saber se o golpe era hostil aos comunistas. Expliquei-lhes, em linhas gerais, a situação: o chefe do golpe era Ministro da Guerra de um governo que considerávamos reacionário; um candidato à Presidência da República, Sr. Juscelino Kubitschek, que contara com o apoio do PCB, fora eleito, mas ainda não empossado. Não se sabia se o golpe era para facilitar a posse do eleito ou para instaurar uma ditadura militar. Acharam meus ouvintes que devia ser para dar posse a nosso candidato; de todo modo fui considerado o homem do dia, ali no Cáucaso do Norte, e só não me homenagearam e beberam à minha saúde porque eu me revelei demasiado intranquilo com a situação.

Telefonei para o Comitê Central do PCUS, em Moscou: Sivolóbov não estava bem informado. Prometeu, porém, comunicar-me qualquer novidade de que soubesse. Pouco a pouco as escassas notícias que nos chegavam, a respeito, foram desenhando um quadro mais tranquilizador. Mesmo assim, tratamos de abreviar a partida. De regresso a Moscou, a meio do caminho, num aeroporto, lemos num jornal local o telegrama sobre o novo golpe, dado a 21 de novembro, pelo mesmo General Lott, a fim de impedir a volta do Sr. Café Filho à Presidência da República.

Finalmente, em Moscou, recebemos no Hotel Soviétkaia a visita de Sivolóbov. Ele se mostrava radiante com as informações recebidas do Brasil. Pouco antes houvera no Rio uma reunião clandestina de dirigentes comunistas latino-americanos. Um dos participantes, dirigente uruguaio — que eu conhecera anos antes — foi colhido, ainda no Brasil, pelos acontecimentos do dia 11 e trouxe aos soviéticos a versão oficial do PCB sobre esses fatos. Sivolóbov mandou-o ao Hotel Soviétkaia transmitir-me o informe sobre o 11 de Novembro, e me preveniu que Almeida, então membro do Presidium do PCB, chegaria daí a dois dias, e em seguida ele o enviaria a meu hotel para que completasse as informações. E assim sucedeu.

Primeiro veio o uruguaio, depois Almeida. E o informe de um confirmava plenamente o do outro. Almeida estava nesse dia, pouco loquaz. É que na hierarquia do PCB, ele se achava colocado bastante acima de mim, mas, naquele caso, era diferente, porque eu representava o Kominform. Tinha que saber de tudo nos mínimos detalhes, a fim de poder transmitir aos comunistas do mundo inteiro, especialmente aos dos países semicoloniais, através do *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, a preciosa experiência daquele golpe progressista. E ele, em posição de inferioridade, tornou-se humilde e encabulado. Tive que fazer-lhe numerosas perguntas para que ele recuperasse a loquacidade. Depois de certo ponto, entusiasmos-se e falou demorada e fluentemente de como o PCB decidiu dos acontecimentos. Sua versão, coincidente com a do uruguaio, porém mais rica de fatos, foi resumidamente a seguinte:

O Governo de Café Filho não queria dar posse ao candidato Juscelino Kubitschek, eleito por uma coligação de partidos, de que participava o PCB. Por isso urdiram uma conspirata, segundo a qual Café Filho devia adoecer para, que o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumisse a chefia do Governo, desse um golpe e formasse um governo forte, ditatorial, que negaria posse a JK. E como o Ministro da Guerra, General Lott, constituía um obstáculo a tais planos (pois, acostumado aos regulamentos militares, era a favor da posse de JK, em cumprimento à Constituição, que considerava como um regulamento para todos os paisanos), a primeira medida seria demitir Lott. Demitido, Lott se conformou com a demissão e foi para casa. Mas, a essa altura, interveio o PCB de modo mais firme. A direção se reuniu, estabeleceu contato com os oficiais comunistas do Exército, e estes, através de alguns generais sobre os quais tinham influência, convenceram a Lott de que devia assumir o comando do contragolpe. E quando Lott assumiu o comando, viu-se diante de vários fatos consumados. Por exemplo: quando ele, falando com um grupo de oficiais, determinou o cerco, por tropas do Exército, das bases aéreas do Rio (que permaneciam fiéis ao Governo Café Filho-Carlos Luz e dispostas ao golpe para negar posse a JK), um oficial comunista informou:

— Já estão cercadas, meu general.

Lott teria ficado muito impressionado com a eficiência dos oficiais comunistas, os quais — segundo Almeida — traçaram e puseram em

prática um plano perfeito de ocupação dos pontos estratégicos da cidade, o que determinou o êxito completo dessa operação militar.

No dia seguinte, na Câmara Federal, o único representante comunista ali existente, Deputado Bruzzi Mendonça, seguindo instruções da direção do PCB, fez com que o Deputado José Maria Alkmim, mais tarde escolhido Ministro da Fazenda de Kubitschek, assumisse então a liderança da maioria parlamentar, por ser um homem com atitude firme em relação aos problemas do momento.

O Vice-Presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a Presidência da República, e estabeleceu censura sobre todos os jornais, menos sobre o diário comunista. Nereu chamou Bruzzi a palácio e disse que ia colocar um censor também na redação do jornal comunista *Imprensa Popular*. Bruzzi consultou a direção do PCB e voltou a palácio dizendo que, absolutamente, o PCB não aceitaria censura sobre seu jornal, e que exigia o levantamento da censura em geral, respondendo judicialmente cada jornal por quaisquer atos nocivos à segurança do novo Governo. E a censura foi levantada.

Dois dias após o golpe, Lott foi entrevistado pela *United Press*. Interrogado sobre quem eram os golpistas, dissera os nomes do Brigadeiro Eduardo Gomes, do Almirante Amorim do Vale e de vários outros que constavam da lista publicada pelo jornal comunista.

— Entretanto — prosseguiu Almeida, esfriando de súbito seu entusiasmo e baixando a vista — devemos ser modestos, não deixar que os êxitos nos subam à cabeça, como dizia o camarada Stálin, e fazer nossa autocrítica pelo grave erro que cometemos. Tínhamos todas as condições para participar do Governo de Nereu, mas não exigimos isso a fim de não sectarizá-lo. Decidimos não participar, e quando resolvemos o contrário, era tarde: já não havia condições para nossa participação. Apesar disso, temos gente de confiança no Governo. O Ministro do Trabalho, deputado trabalhista Nelson Omegna, disse-nos que só aceitaria o Ministério se nós concordássemos com sua escolha; nós concordamos. Mais ou menos a mesma coisa se deu com outros ministérios — disse, em conclusão.

Regressei imediatamente a Bucareste, fiz uma longa conferência sobre o assunto, no Departamento de Informação, a pedido de Bazánov, e escrevi um artigo, em forma de *Carta do Rio*, assinada com o pseudônimo de Sílvio Maia, dentro do espírito do informe transmitido pelo uruguaio e

por Almeida. Mas naquela edição em que devia sair o artigo, houve uma disputa por espaço no jornal — discutimos muito, especialmente o búlgaro e eu, cada qual defendendo ante o Colegiado a urgência e importância de sua matéria. Entre outras coisas, alegou o búlgaro, apoiado pelo húngaro, que o golpe de 11 de Novembro era algo tremendamente confuso, que ninguém entendia e que em um simples artigo como o meu (embora eles não o houvessem lido ainda) não se poderia esclarecê-lo por completo. Assim, poderia ficar para a próxima semana.

Mas argumentei com tanta sinceridade e entusiasmo, defendendo a relevância da imediata publicação de meu trabalho, que venci. Foi publicado na edição de 16 de dezembro, sob o título *A Situação no Brasil*. Nele me expressei com todo cuidado, receoso de que fosse aproveitado, de forma provocadora, pela imprensa reacionária em outros países. Entretanto, o artigo refletia decerto toda a minha certeza de que o Partido Comunista fora o elemento decisivo dos acontecimentos. Tanto assim que o húngaro, após lê-lo, veio sorridente saudar-me, num jeito autocrítico:

— *Tavárich* Ribeiro, meus parabéns. Seu artigo esclarece perfeitamente a situação. Essa América Latina tem sua própria maneira de fazer as coisas. Mais um golpe de estado no Brasil e lá teremos uma democracia popular.

Mas eis que, de regresso ao Brasil, no curso da luta que, empreendemos no PCB e que culminou com a cisão da qual Agildo Barata foi a figura mais expressiva, muitas versões foram retificadas, muitas verdades vieram à tona. Em um dos grupos de luta contra a orientação pecebista, de que participei, havia um membro do Comitê Central, que estabelecia as ligações da direção do PCB com o grupo de oficiais comunistas do Exército. E ele me disse:

— Essa gente (direção do PCB) não quer nada... tem medo de tudo: medo de assumir responsabilidade, medo de ser presa, medo do poder. Em relação com o movimento de 11 de Novembro, a direção se omitiu completamente. Isso que o Almeida te contou em Moscou é pura fantasia. Enquanto se preparava o movimento nos meios militares, Arruda, Amazonas, essa cachorrada toda estava escondida com o rabo entre as pernas. Nossos companheiros milicos me perguntavam: “E a direção, que é que diz?”. E eu sem ter o que responder. Alguns se impacientavam, mas

outros confiavam: “Vamos esperar, a direção sabe o que faz”. E a direção não dava um pio, escondidinha. Até que os companheiros militares disseram: “Bem, você diga aos companheiros da direção que ou nós almoçamos o Carlos Luz, ou ele nos jantará. Que no Exército a tendência da oficialidade democrática é resistir”. A resposta devia vir com urgência. Transmiti o recado a Amazonas e marcamos um encontro para obter a resposta, acertando que se ele não chegasse na hora, eu devia voltar ao mesmo ponto três horas depois. Ele não veio. Fui aos camaradas militares e eles me disseram: “Bem, se não vem nenhuma indicação, então nós vamos participar no movimento por nossa conta. Já ninguém pode deter o desencadeamento do contragolpe”. Quando voltei ao ponto, na segunda vez, lá estava Amazonas. Com muita solenidade, ele me disse: “Bem, a direção discutiu seriamente a questão, pesou os prós e os contras, e resolveu traçar a seguinte diretiva : se eles acham que têm força, que façam o movimento”. Eu então tive vontade de rir, e expliquei: “Camarada, eles já decidiram participar no movimento. Com eles ou sem eles, o movimento ia rebentar. Agora não adianta mais ir procurá-los. Aliás, tu deve ir tratando de cair fora, porque daqui a pouco os tanques vão rolar sobre a cidade”.

Não há muito tempo encontrei na rua o ex-deputado e ex-comunista Bruzzi Mendonça. Interroguei-o sobre o 11 de Novembro, de como o PCB, através dele, fez com que Alkmim assumisse a liderança da maioria; de como, seguindo instruções do PCB, ele exigiu e obteve que o Presidente Nereu Ramos abolisse a censura à imprensa. Bruzzi achou graça, comentou:

— Eu cada dia me convenço mais que o PCB fazia muito era palhaçada... Isso do Alkmim e do Nereu não tem pé nem cabeça. É verdade que eles puseram censor em todos os jornais, menos na *Imprensa Popular*, mas isso sempre constituiu um mistério para nós. Um dos redatores desse jornal, Paulo Motta Lima, chegou a suspeitar, conforme me disse, que se tratasse de uma armadilha do Governo, mas talvez a razão fosse outra. O fato é que, depois de levantar a censura, sem nenhuma intervenção nossa, o Governo Nereu restabeleceu-a, mais tarde, e dessa vez atingindo também o jornal comunista. A direção do PCB estava como barata tonta, cada comunista fazia o que entendia. Como eu me achasse numa frente de trabalho legal, o Parlamento, podendo ser mais facilmente colhido nas malhas da Polícia, no caso de haver um golpe desfechado por Carlos Luz, pedi a um dirigente do PCB, na véspera do 11 de Novembro, que me

assegurasse refúgio para o caso de necessidade. E ele se limitou a recomendar que me escondesse em casa de um amigo meu que morava num prédio em frente ao edifício em que moro.

Bruzzi sorriu e ajuntou:

— Ora, para me esconder em casa de um amigo meu, não precisava de ajuda da direção. Depois, esse esconderijo seria uma idiotice, logo na vizinhança, em casa de um amigo.

E agora eu me pergunto com uma indignação retardada: por que esses dirigentes do PCB mentiam tanto aos seus chefes soviéticos? Por que me levaram, no caso em apreço, a fazer circular em todo o mundo comunista, através do jornal do Kominform, uma versão descaradamente falsa daqueles acontecimentos?

A grandeza do PCB era construída em boa parte com a ajuda dos soviéticos: com seus donativos, seus convites para enviar delegações à URSS, seus Prêmios Stálin a brasileiros... E era preciso mentir, vangloriar-se de façanhas imaginárias, exagerar seu prestígio e influência, para poder receber maiores donativos, convites ainda mais frequentes, novos Prêmios Stálin. Se os milhares de militantes abnegados e idealistas, que enfrentavam a polícia política e todo tipo de perseguições, que sacrificavam todas as suas horas disponíveis trabalhando anonimamente nas campanhas empresadas pelo PCB, que arriscavam suas posições e sua vida numa luta que supunham aureolada de grandeza cívico-social, pudessem cheirar o que se passava na direção do Partido, sua reação imediata, instintiva, seria levar o lenço ao nariz.

13. O relatório secreto

A bomba do relatório secreto de Khrustchov, sobre os monstruosos crimes praticados por Stálin, não explodiu de vez sobre o Kominform; chegou através de estilhaços, que caíam a intervalos, em forma de notícias transmitidas a boca pequena ou de trechos reproduzidos em diversos jornais europeus.

Pessoalmente eu tinha acesso normal não só a jornais e revistas brasileiros, como aos de diversos países da Europa, recebidos por outros representantes de partidos. E não só jornais comunistas, como até anticomunistas. Era um privilégio que se nos facultava, porque deviam considerar-nos vacinados contra a propaganda burguesa. Os franceses facilitavam-me a leitura de *Le Monde* e *L'Ilumanité*; os italianos, a leitura de *Paese Sera*, *Rinascita*, *Il Contemporaneo*, *L'Unità* e até de jornais de Trieste, que seguiam a linha titista. Com os ingleses eu obtinha não só o *Daily Worker*, como a edição europeia do *New York Times*.

Foi lendo alguns desses jornais e também escutando estações de rádio estrangeiras, que os representantes italiano, argentino e eu, por exemplo, tomamos conhecimento — primeiro, de que existia um relatório secreto, e, depois, de trechos mesmos desse relatório. Não quisemos desde logo acreditar nessas notícias. O próprio *Le Monde* publicou com reservas o primeiro trecho, observando que a veracidade daquela correspondência era de responsabilidade exclusiva de seu enviado a Moscou. Por sua vez, os correspondentes faziam questão de advertir que não lhes cabia o mérito por tão sensacionais “furos”: eram os dirigentes soviéticos mesmos que estavam dando fugas (“*fuites*”, dizia o enviado francês) a trechos do relatório. Parece que, a princípio, tanto os jornais como seus correspondentes temiam estar sendo vítimas de espetacular “barriga”, como se diz na gíria de imprensa, visando a desmoralizá-los.

E quanto a nós, supúnhamos que se tratasse de mais uma invencionice desses jornais... Mas a insistência na divulgação de outros trechos, desvendando aspectos desconhecidos de acontecimentos públicos e notórios, acabou rasgando em nossa consciência a admissão da

possibilidade — não ainda de que as acusações fossem verdadeiras, mas de que Khrustchov as houvesse feito. Era a primeira brecha, que os fatos iriam alargar com ímpeto cada vez maior. Senti que entrara em estado de crise: obcecado, passei a fazer-me mil e uma perguntas que não encontravam respostas, a buscar mil e uma explicações que simplesmente não existiam. Parece que todas as luzes se haviam apagado e eu me movia como um fantasma em plena escuridão.

Durante cinco dias não consegui conciliar o sono. Rolava na cama, a cabeça ardente, o sangue latejando-me na fronte, na vã esperança de decifrar uma charada mitológica. Era como se a Esfinge tivesse avançado de Tebas sobre Bucareste, esmagado os guardas de todas as fronteiras, invadido o recinto do Kominform, diante dos milicianos impotentes, arrombado a porta do edifício, depois a porta de meu apartamento, depois a porta de meu quarto, e me propusesse o enigma staliniano, ameaçando: “Ou o decifras ou te devoro!”.

Na terceira ou quarta noite, exausto, desesperado, fechava os olhos, tentava expulsar da mente as imagens sangrentas dos homens torturados, dos cadáveres amontoados ao pé do muro, dos soldados de chumbo com a estrela vermelha no quepe... e tampava os ouvidos para não escutar os gritos lancinantes das vítimas... Usei de todos os artifícios contra essas alucinações. Recorri à memória, procurando lembrar a figura simpática de Stálin, conforme aparecia em certas fotos, carregando nos braços uma moçoila e sorrindo paternalmente. Recordei a cena de vésperas de sua morte: eu me achava em casa de meus sogros, no Rio, e ouvi a rádio noticiar que Stálin se encontrava em estado desesperador, sem possibilidade de salvação, e ali, diante de minha mulher e de uma cunhada, que se retiraram para não me constranger, as lágrimas rolaram-me dos olhos.

Seria possível odiar agora, de repente, a quem tanto admirava e amava antes? E as cenas do relatório voltavam a empolgar-me, e a Esfinge — o próprio Stálin, com seu cachimbo, seus bigodes, sua blusa — voltava a me propor seu enigma, ameaçando:

— Ou me decifras ou te devoro.

E de suas mãos crispadas gotejava o sangue. Eu abria os olhos e desistia da tentativa de dormir. Refletia, lembrava coisas abandonadas nos confins da memória, mudava de posição na cama. Levantava-me de manhã

cedinho, os olhos empapuçados, saía para meu gabinete. Antes de lá chegar, encontrava algum membro da redação russa, cumprimentava-o:

— *Zdrávstvuitie, tavárich.*

E ele, com a maior tranquilidade do mundo, o rosto repousado, um sorriso de criança grande:

— *Zdrávstvuitie. Nu, kak, tavárich: vciô kharachó?* (Salve. E que tal, camarada, tudo bem ?)

Às vezes eu respondia formalmente que “tudo bem”. Às vezes parava, indagava dele, de um ou outro que entendia o francês ou o inglês, se tinha escutado, a propósito de um relatório secreto, a rádio de Paris ou a BBC. A resposta vinha sempre acompanhada de um sorriso infantil, que pretendia ser superior:

— Já estamos acostumados com as calúnias das rádios burguesas, *tavárich*. Vivem para isso. Não perco meu tempo em escutá-las.

Nesses momentos eu até que os invejava naquela placidez, despreocupação, indiferença, como se todos os absurdos do mundo fossem normais no mundo deles. Comentei com o argentino esse estado de espírito; o argentino tampouco podia entendê-lo.

Numa dessas noites de insônia, pela madrugada, minha mulher despertou, olhou-me nos olhos, e me advertiu com uma rispidez que bem expressava seu nervosismo ante aquela situação:

— Faça um esforço para dormir, homem, se não você enlouquece.

De fato, pela primeira vez em minha vida assaltou-me o medo da loucura. Resolvi fazer novo esforço para dormir; adotei o velho truque de contar desde o número um até um milhão, um bilhão, até adormecer. Mas antes de chegar a duzentos, tive o pensamento insensivelmente desviado para o enigma staliniano. E se tudo fosse mentira? Ah, como desejaria que fosse mentira, mas sabia que não era, estava já irremediavelmente convencido de que o relatório existia e contava a verdade. Tive vontade de chorar, de chorar com todo o corpo, chorar alto, soluçando, o pranto correndo em abundância, para que meus nervos se relaxassem e eu caísse em estado de prostração... e adormecesse. Mas dos olhos doloridos e secos não caía uma gota. Ainda bem que as primeiras ondas de claridade,

filtrando-se através da veneziana e da cortina, penetraram em meu quarto, espantando a um só tempo as trevas da noite e o medo da loucura. Bocejei e espreguicei-me, como se despertasse de sono agitado por pesadelos. Abri a janela, respirei o ar fresco, fitei o horizonte. Começava um novo dia. E eu tive a intuição de que, também para o mundo ou para mim, começava algo de novo naquele instante.

Mark Borissovitch Mítin regressara de Moscou. Como membro do Comitê Central do PCUS, assistira não só às reuniões ordinárias do XX Congresso de seu partido, como também à reunião secreta em que foi lido o relatório de Khrustchov. No mesmo dia, estive na sala de reuniões do Kominform, conversou rápida e informalmente com alguns de nós. Triste, de cabeça baixa, falou sobre a morte de Biérut.

Como se recorda, o presidente da República Popular da Polônia, Bóleslaw Biérut, faleceu em Moscou no final dos trabalhos do Congresso: seu coração não teria resistido ao impacto do relatório secreto. Não que tudo aquilo constituísse para ele revelações. Saber de muita coisa, de muitos assassinatos, desterros, perseguições, torturas — mas sempre esteve disposto a justificar tudo em nome da “causa”, como medida de segurança. Na Polônia mesma, sob seu governo, não se cometeram tantos crimes? Mas agora afirmava se que tudo aquilo fora obra de um desvairado, de um monstro georgiano preocupado em conservar e aumentar seu poder pessoal. Biérut terá pensado nos 18 membros da direção do Partido Comunista polonês, que em 1938, portanto pouco tempo antes da invasão da Polônia pelas tropas nazistas, foram atraídos a Moscou, qualificados de agentes do inimigo e fuzilados! Escaparam então Biérut e Gomulka, porque se achavam presos, na Polônia. Terá pensado agora na amarga ironia desse episódio: só escapou de ser assassinado por seus camaradas comunistas porque estava guardado no cárcere por seus inimigos, pelo reacionário Governo de seu país¹!

Depois do XX Congresso, se voltasse à Polônia, no ambiente antistalinista que decerto se formaria, ele, o senhor do país, ele que sofrera todas as vicissitudes da vida de um revolucionário comunista — a luta

¹ Apresentamos em apêndice mais dados sobre o assunto, de fonte polonesa oficial.

clandestina, a prisão, a tortura — para depois se transformar no ditador de todo um povo, iria ser chamado ao banco dos réus pelos próprios companheiros e responder pelo terror stalinista instaurado sob seu governo.

É verdade que ele agira sobretudo como um títere dos soviéticos. Era voz corrente, em certos círculos do Kominform, que o primeiro embaixador soviético na Polônia Popular foi substituído no posto e chamado a Moscou por abuso de poder: em vez de ir a palácio, quando queria falar com Biérut, mandava chamá-lo à embaixada. E dava-lhe ordens, fazia-lhe advertência, exigia medidas. Biérut terá pensado nas humilhações a que se submetera, e essa lembrança decerto amargurou-lhe o coração. Tudo isso lhe seria lançado à face pelos que ambicionavam substituí-lo no poder: preso por ter cão, preso por não ter cão. Impossível saber-se, ao menos por enquanto, se morreu de morte natural, sucumbindo ao peso esmagador dessas terríveis emoções, ou se pôs termo à vida com suas próprias mãos.

Cabisbaixo, desalentado, Mítin fazia-lhe um pequeno necrológio, repetindo frases feitas, sem muita firmeza na voz:

— Era uma grande personalidade do movimento comunista... Estive com ele várias vezes... Mas devo dizer que desde o começo do Congresso ele não se sentia bem, estava adoentado...

Ouvimos em silêncio, murmuramos frases vagas, e Mítin se despediu de nós, tornou o carro, foi para casa. De sua residência, conforme viemos a saber depois, seguiu no mesmo dia para um sanatório, a poucos quilômetros de Bucareste.

Alguns representantes — o tchecoslovaco, o polonês, o húngaro, outros mais — tinham ido a seus países, assistiram a reuniões do Comitê Central de seus partidos, nas quais havia referências ao relatório secreto, e voltaram indignados (já então esse sentimento começava a ser possível em relação aos de cima). Interpelaram o redator-chefe, Biessúdnov, e este se limitou a dizer que cada representante iria escutar a leitura do documento no Comitê Central de seus respectivos partidos. Mas a resposta não satisfaz, e foi crescendo a onda de sussurros e rumores. Acontece que só uns poucos representantes — precisamente aqueles de países onde o Partido Comunista se achava no poder — tinham possibilidades de sair de Bucareste e ali voltar, com facilidade. E os outros?

Os representantes de partido no Kominform sempre gozaram do privilégio de receber a transmissão de um resumo das reuniões secretas do CC do PCUS. Por que então ocultar-nos um relatório que estava sendo divulgado, aos pedaços, na imprensa europeia?

Só poderia haver uma razão: Mítin era um dos dirigentes soviéticos mais vinculados a Stálin, servindo-lhe de escrita várias vezes. Além disso, foi um dos autores da biografia oficial de Stálin, editada pelo Instituto Marx-Engels-Lênin, e que Khrustchov qualificou de simplesmente “abjeta”, pela sabujice com que os biógrafos endeusavam o biografado. Para Mítin, que cometera tanta bajulação, que fizera elogios tão servis a Stálin, convenhamos que seria uma tarefa acima de suas forças ter de recitar-nos esse imenso relato de crimes atribuídos a seu ídolo. Por isso, se não foi inventada, caiu providencialmente do céu a enfermidade que o acometera por aqueles dias.

Coube a Biessúdnov, afinal, declamar o relatório. Convocou uma reunião secretíssima, da qual foi excluída a maioria dos tradutores. Os representantes italiano, sírio-libanês, cubano, argentino, além de mim e outros mais que entendíamos a língua francesa, utilizamos todos um só intérprete: o do representante da França. E assim se fez em relação a outros grupos, quando nas reuniões normais cada representante ia acompanhado de seu próprio intérprete. Recomendaram-nos que o documento era ultra-secreto e nenhum de nós tinha o direito de transmiti-lo a ninguém, mesmo que se tratasse de algum dirigente de nosso próprio partido, mais responsável que nós.

Terminada a leitura, após quase três horas, feitos alguns comentários banais por Biessúdnov, foi-nos franqueada a palavra. Permanecemos todos mudos e quedros — mas não de espanto, porque já conhecíamos o texto, alguns através de seus partidos, outros através da rádio e da imprensa europeia, não-comunista. Permanecemos mudos porque não havia comentário possível no momento — salvo o de que coincidia plenamente com os trechos divulgados na imprensa estrangeira. Mais tarde, já em Praga, pude ler o texto completo, em inglês, que vinha publicado no *New York Times*. Irving Potash, dirigente americano que lá se encontrava, emprestou-me o exemplar que recebera e eu o li, traduzindo-o para um grupo de dirigentes espanhóis que estiveram no XX Congresso, em Moscou, onde não tomaram conhecimento sequer da existência do informe.

Mais tarde, ainda, li-o novamente na íntegra, em *Le Monde*. Verifiquei que ambas as versões, a inglesa e a francesa, nada alteravam; correspondiam de fato ao texto oficial que nos foi lido por Biessúdnov.

Pelo que pude apurar, a primeira leitura do informe secreto foi feita perante os membros do Comitê Central do PCUS (ou talvez perante todos os delegados soviéticos ao Congresso), mais os representantes dos partidos comunistas da China, França, Itália e das repúblicas populares europeias. Aos demais dirigentes não foi dada a confiança ao menos de advertir que havia um relatório falando sobre crimes de Stálin. O resultado é que Harry Pollitt, por exemplo, o velho dirigente do Partido Comunista da Inglaterra, só sabia do assunto aquilo que os informes oficiais revelaram: críticas veladas a Stálin. Mas enquanto ele se demorava em Moscou, ainda duas semanas após o Congresso, na mais santa ignorância, a imprensa inglesa já havia divulgado os trechos principais do relatório secreto. Ao desembarcar no aeroporto em Londres, uma legião de repórteres e fotógrafos o assediou. Nunca em seu país ele havia despertado tamanho interesse. Crivaram-no de perguntas sobre Stálin, os crimes de Stálin, o relatório secreto contra Stálin, e a tudo o bom homem respondia com os chavões habituais: calúnias, invenções, Stálin continuava amado pelos comunistas do mundo inteiro. Os jornalistas notaram que ele de nada sabia, e o puseram em ridículo, apresentando-o na pele de um consumado idiota.

Abriu-se então nas páginas do *Daily Worker* londrino um debate em torno do Congresso do PCUS. Pollitt escreveu um artigo sob o título *O Papel de Stálin (The Role of Stalin)*, na edição de 24 de março de 1956, repetindo os mesmos chavões e as mesmas acusações formais contidos nos documentos públicos do conclave anti-stalinista. Nada que revelasse o mais leve espírito crítico em relação aos fatos novos. Mas, dos membros de base, através de cartas e artigos, começaram a surgir muitas críticas. No dia 26 estampou-se uma carta do leitor W. S., que assim principiava:

Por que o Partido até o momento não conseguiu atrair massas em seu apoio, neste país? Jamais fomos capazes de admitir isto que se ocultava em nossas mentes — que tem havido bastante verdade na crítica de nossos inimigos de que nós éramos “instrumentos de Moscou”, e é precisamente isso que tem afastado muitas pessoas que provavelmente nos apoiariam.

Dia 27, em carta que recebeu o título de *Covardia Moral*, o leitor J. St. John escrevia:

Esperamos que os atuais líderes soviéticos estejam reparando os erros que, como colaboradores de Stálin, presumivelmente ajudaram a cometer, mas a gente percebe no artigo de Pollitt uma continuação do mesmo velho e abjeto entusiasmo por tudo que eles dizem ou fazem. — Por que, por exemplo, ele não os critica por não publicarem um relatório completo do discurso de Khrustchov na sessão privada do XX Congresso, agora que muitas partes dele “escaparam”? — Ele podia também censurá-los porque o convidaram a ir a Moscou e depois o mandaram de volta a seu país depois de lhe haverem dito apenas uma parte da verdade.

Na mesma edição publicava-se outra carta, firmada com as iniciais S. C., comentando:

Harry Pollitt escreveu sábado que “se os erros passados têm de ser corrigidos... a verdade sobre o passado deve ser dita *publicamente*” (grifo meu) — Isto é precisamente o que não tem sido feito. Disseram-nos na edição do *Daily Worker* da última segunda-feira (19 de março) que em reuniões assistidas por mais de 30 milhões de pessoas está sendo discutido o informe apresentado por Khrustchov numa sessão *privada* do Congresso. — Apenas fragmentos desse informe chegaram até nós — ao que parece, deliberadamente — e é na base desses fragmentos que Pollitt escreve um artigo sobre o papel de Stálin.

Pouco depois reuniu-se o Comitê Central do Partido Comunista britânico. Pollitt, já desmoralizado em público, foi declarado doente, e a direção do Partido passou às mãos de John Gollan.

Acompanhei esses fatos ainda em Bucareste, lendo e datilografando cartas e artigos inteiros aparecidos nos jornais ingleses, que me emprestavam com a recomendação de devolver em seguida. Estive com vários dirigentes que transitavam pela Romênia, de regresso de Moscou, revelando a mesma ignorância de Pollitt sobre o relatório secreto. Passaram-se semanas, dissolveu-se o Kominform, fui à Hungria, depois rumei para a Tchecoslováquia, e ainda ali vi chegarem dirigentes comunistas estrangeiros que nada sabiam do assunto. De Cuba vinha a notícia de que um dirigente comunista, entrevistado pela rádio, declarara que o “relatório secreto” não passava de mais uma “infame invencionice do

FBI e do Departamento de Estado norte-americano”. Camaradas chegados da França e da Itália falavam da confusão reinante em seus partidos. Um deputado comunista italiano, cheio de cólera, interpelara Togliatti: “E tu, que eras secretário do Komintern, qual é tua responsabilidade em todos esses crimes?!”. Togliatti respondera que, na prática, ele fora apenas um modesto funcionário daquela organização. Numa reunião do Comitê Central do PCF, gritaram a Thorez: “Tu também tens as mãos tintas de sangue! Eras um dos dirigentes do Komintern...”. Então o Bureau Político do PCF deu uma nota estranhando que o relatório secreto, agora divulgado na União Soviética e transcrito na imprensa burguesa, ainda não pudesse ser comunicado oficialmente aos camaradas franceses... E sugeriu sua publicação na França. Mas a direção do Partido soviético convidou o PCF a enviar uma delegação a Moscou para discutirem o assunto pessoalmente. Daí resultou apenas um longo artigo editorial na *Pravda*, em que se dizia uma pequena parte da verdade sobre Stálin, mas a publicação oficial do sensacional documento foi proibida.

Em julho de 1956, indo a Moscou para me encontrar com Arruda, que chefiara a delegação brasileira ao XX Congresso do PCUS, dele ouvi a confissão de que, após o conclave, seguira para a China sem sequer suspeitar da existência desse informe especial. Em Pequim é que lhe foi dito algo a respeito, mas só agora, de volta à capital soviética e a instâncias suas, é que Koriénov autorizara a um tradutor de espanhol que o lesse para ele, proibindo-o entretanto de tomar anotações do mesmo. Por aqueles dias a disciplina se havia relaxado, e Arruda pôde copiar longos trechos escritos a mão, num caderno pautado, que depois me mostrou. Mesmo assim, desconfiado que houvessem suprimido, na leitura, partes do relatório, fiz-me várias perguntas sobre seu conteúdo, e eu ia dizendo de memória tudo quanto lembrava. Por esse cotejo, verifiquei que lhe foi feita a leitura completa.

Por que o grupo de Khrustchov, então composto de Bulgânin, Mikoyan, Chepílov e poucos mais, resolveu denunciar Stálin ante o XX Congresso, da maneira violenta por que o fez? Esse mesmo grupo, vários meses antes, precisamente a 26 de maio de 1955, desembarcou no aeroporto de Belgrado, e o chefe da delegação, Nikita Khrustchov, surpreendeu o mundo e aos próprios iugoslavos com um discurso em que pretendia

liquidar as graves divergências cavadas entre os dois países, apenas passando uma esponja sobre elas, de maneira simplória, para não dizer cínica. Em vez de se dirigir cerimoniosamente ao chefe do Governo iugoslavo, conforme as regras mais comezinhas da diplomacia, visto que se tratava de uma delegação governamental, Nikita agarrou o microfone e assim começou: “Querido camarada Tito!”. Adiante, declarou lamentar o que acontecera e o atribuiu ao “papel provocador desempenhado nas relações entre a Iugoslávia e a URSS pelos inimigos do povo atualmente desmascarados, Béria, Abakámov e outros”. Prosseguiu: “Estudamos a fundo os materiais sobre os quais se baseavam as pesadas acusações e os ultrajes lançados então contra os dirigentes da Iugoslávia. Os fatos mostram que esses materiais foram fabricados pelos inimigos do povo, pelos desprezíveis agentes do imperialismo que se haviam infiltrado, por meio da duplicidade, nas fileiras de nosso Partido.”.

Por essas tiradas não esperava o líder iugoslavo, que as recebeu com indignação, como se estivesse sendo empurrado para uma armadilha. Tanto que, terminado o discurso de Nikita, quando o repórter radiofônico aproximou de Tito o microfone, este o afastou bruscamente com a mão e não leu a saudação protocolar que tinha levado para dar as boas-vindas aos delegados russos. Era evidente e enorme o interesse manifestado pelos soviéticos em acabar, à sua maneira, com aqueles desentendimentos. Em fins de 1954, assisti em Moscou ao lançamento de uma obra, intitulada *Materialismo Histórico*, cujo principal autor era um membro-correspondente da Academia de Ciências e membro-suplente do CC do PCUS, F. V. Konstantínov. Embora se tratasse de obra filosófica, não faltaram aí os xingamentos mais duros contra Tito e outros dirigentes iugoslavos. O embaixador da Iugoslávia leu e protestou; então os soviéticos recolheram aquela edição, lançaram outra, expurgada das diatribes contra Tito, e fizeram severa crítica a Konstantínov, qualificando-o de “politicamente míope”, pois não via que logo após a morte de Stálin a *Pravda* e o órgão do Kominform cessaram seus ataques à Iugoslávia, se bem tampouco a elogiassem. Ademais, pouco antes desse incidente, Molotov conversou com o embaixador iugoslavo e propôs:

— Vamos resolver amigavelmente nossas divergências. O que passou, passou. Façamos de conta que foi tudo um mal-entendido. Vocês

atribuem a culpa a Djilas, de seu lado, e nós atribuímos aqui a culpa a Béria.

A proposta foi repelida, e agora, no discurso do aeroporto, Khrustchov repetiu-a, com uma variante, como se dissesse: “Bem, então admitamos que a culpa foi só nossa, isto é, de Béria, e façamos as pazes”. Mas os iugoslavos queriam ir ao fundo da questão, e tampouco aceitaram a nova proposta. Sei disso porque, em reunião secreta no Kominform, Mítin nos transmitiu o relato feito por Khrustchov das conversações em Belgrado.

Primeiramente, houve um convite a Tito para ir a Moscou. Mas o marechal iugoslavo não se sentia em segurança para ir à URSS, pois bem conhecia os métodos stalinistas, e contrapropôs que se encontrassem à margem do Danúbio, num ponto qualquer da fronteira com a Hungria ou a Romênia. A isso contestara Khrustchov:

— A União Soviética é uma nação demasiado grande para caber debaixo de uma árvore na fronteira; nesse caso, preferimos ir ao vosso encontro em Belgrado.

Foram. No curso das negociações, que se desenrolavam no plano intergovernamental, houve, entretanto, longa e áspera discussão em torno de questões partidárias, porque os soviéticos queriam atribuir todas as perseguições, calúnias, boicotes, conspirações contra a Iugoslávia a esses dois camaradas, que eles já tinham passado pelas armas: Béria e Abakúmov. Mas Tito obstinava-se em declarar que Béria e Abakúmov eram simples lacaios de Stálin. E concluía:

— O responsável por tudo foi o próprio Stálin. Aí o temperamental Nikita ameaçou teatralmente romper as conversações, declarando:

— Você, camarada Tito, é incoerente, porque se diz leninista e, ao mesmo tempo, agride Stálin, o melhor discípulo de Lênin. Se os camaradas insistirem nessa atitude, arrumaremos as malas e partiremos de volta². *Stálin niê dadime!*

² Trata-se de simples imitação da chantagem feita pelo ministro russo Witte. Quando, em 1905, negociava com os japoneses o tratado de paz, após a fragorosa derrota sofrida pela marinha tsarista, tratou de arrancar-lhes melhores condições, ameaçando arrumar as malas e partir, rompendo as negociações. Os japoneses cederam. Mas Nikita esquecia-se de que, segundo Marx, todos os fatos e personagens de grande importância na história mundial

E ao representar esse ponto dos debates, Mítin, colocando-se na pele do protagonista, vibrou um murro na mesa e repetiu com ênfase:

— *Stálin niê dadime!* — gritou-lhe o camarada Khrustehov.

A expressão russa quer dizer, ao pé da letra: “Não daremos Stálin”, e tem o sentido de “Não sacrificaremos Stálin”, “Não entregaremos Stálin às feras”.

Seis meses depois, por ocasião do natalício de Stálin, o grupo de Nikita ainda parecia disposto a não entregá-lo às feras. Em meados de dezembro de 1955, preparava-se a edição do jornal do Kominform, correspondente à semana de 16 a 23: o argentino e eu perguntamos a Mítin se não íamos publicar algo sobre o aniversário de nascimento de Stálin, que transcorria no dia 21, portanto no curso daquela edição, e ele desconversou. Poderia ter consultado Moscou, mas, sabendo que a questão era delicada, decerto temeu que lá interpretassem essa consulta como sugestão para homenagear seu biografado. E aguardou prudentemente a *Pravda* do dia 21 para ver como tratava o assunto. A *Pravda* festejou a data, colocando o retrato do temível defunto, como sempre, em meio da página, orlado dos elogios habituais, apenas atenuados de acordo com o novo *slogan* da luta contra o culto à personalidade. No dia 23 circulou nosso *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, com um retrato de Stálin em três colunas, ocupando um quarto da primeira página, e tendo ao lado, de cima abaixo, um enorme editorial, também em três colunas, isto é, ocupando metade da página, sob o título: *A Invencível Doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin*. Ao pé do editorial, uma pequena nota, em oito linhas, intitulada: “Concessão dos Prêmios Internacionais Stálin ‘Pelo fortalecimento da paz entre os povos’, correspondentes a 1955”. E sob o retrato, amplo noticiário referente à chegada de Bulgânin e Khrustchov à União Soviética, de regresso de sua viagem à Ásia. Eles desembarcaram em Moscou precisamente no dia 21, aniversário de Stálin. Coincidência? O fato é que essa edição do órgão kominformista constituiu grande homenagem à memória do aniversariante.

acontecem, por assim dizer, duas vezes: a primeira vez como tragédia; a segunda, como farsa. E sua farsa não produziu efeito.

Mas eis que, dois meses depois, em fevereiro de 1956, como um pedaço de céu desabando sobre o movimento comunista mundial, o versátil Nikita fazia explodir a bomba de seu relatório secreto. Como se explica isso? Tenho a impressão de que a firme atitude dos dirigentes iugoslavos, cujas boas graças Moscou procurava reconquistar, muito contribuiu para que afinal fosse revelada essa minúscula parte da verdade sobre o tenebroso regime staliniano.

14. Morte e ressurreição do Kominform

Dois ônibus estavam postados no recinto do Kominform e muitas pessoas giravam em torno deles, aguardando o momento da partida para a excursão. Era num domingo pela manhã, dia 15 de abril de 1956. Nisso chegou Bazânov e, cumprindo ordens de Mítin, interditou a saída de quem quer que fosse. Declaravam-se sem efeito o domingo e a excursão. O dia de descanso foi transformado em dia de trabalho. Todos a postos!

Convocou-se uma reunião secreta dos representantes, sob a presidência de Mítin. Não durou muito. Fomos informados de que os dirigentes máximos dos partidos que oficialmente compunham o Bureau de Informação decidiram, em Moscou, logo após o XX Congresso do PCUS, dissolver aquele organismo. Incumbiram ao PC soviético de escolher a data mais propícia a essa medida e combinaram reunir-se no futuro para encontrar novas e mais adequadas formas de vinculação entre os Partidos Comunistas e Operários.

Mítin leu a nota assinada pelos Comitês Centrais dos Partidos Comunistas e Operários da Bulgária, Hungria, Itália, Polônia, Romênia, União Soviética, Tchecoslováquia e França. As assinaturas vinham na ordem acima, estabelecida de acordo com o alfabeto russo. E trazia literalmente este título: *Comunicado Informativo sobre a Cessação da Atividade do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários*. A primeira parte do último parágrafo da nota dizia:

Os Comitês Centrais dos Partidos Comunistas e Operários, que participavam do Bureau de Informação, consideram que cada partido ou grupo de partidos, na luta pelos interesses da classe operária, pela causa da paz, da democracia e do socialismo, desenvolvendo sua atividade de acordo com os objetivos e tarefas gerais dos partidos marxistas-leninistas e com as particularidades e condições nacionais de seus países, encontrarão novas e proveitosas formas para o estabelecimento de laços e contactos entre si.

A reunião decorreu e se encerrou sem comentários. Tratava-se de trabalhar naquele mesmo dia, apressando o serviço para a saída do último número do jornal, que rodou numa quarta-feira, 18 de abril, com data de 17, talvez em homenagem a Khrustchov, que precisamente nesse dia

completava sessenta e dois anos de idade. Esse número era o 16º daquele ano, o 389º de toda a sua existência. Da América Latina publicaram-se, nessa edição, uma nota sobre Cuba, outra sobre o Brasil e uma *Carta de Caracas*. E ao alto da primeira página, em gordos caracteres, em coluna dupla, vinha estampado o comunicado sobre a dissolução do Kominform.

Esse comunicado devia aparecer, dia 18, em *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular* e em todos os órgãos centrais dos partidos comunistas oficialmente representadas no Kominform. Assim, a notícia-bomba explodiria simultaneamente em oito capitais europeias: Moscou, Sófia, Varsóvia, Bucareste, Budapeste, Praga, Roma e Paris. Foram tomadas, para isso, as providencias necessárias. E cuidou-se, naturalmente, de que a notícia não transpirasse, de que aos ouvidos dos jornalistas burgueses não chegasse qualquer rumor sobre o fechamento do Kominform. Foram tomadas, também para isso, as devidas precauções. Aos representantes pediu-se que, daquele dia em diante, até a saída do jornal, não fossem à cidade. E aos demais funcionários foi dada a mesma ordem, só que de forma mais categórica, proibindo terminantemente que cruzassem o portão. Só saíam algumas pessoas, com permissão especial e a serviço do jornal, tal como uma viagem de jipe à tipografia, ostensivamente acompanhadas de um policial. Mas, apesar de tudo, as estações de rádio ocidentais não só noticiaram, na véspera, o fechamento daquele organismo, como reproduziram trechos da nota que só no dia seguinte foi publicada em nosso jornal — fato que a alguns causou estupefação, enquanto que a outros simplesmente divertiu, provocando exclamações assim :

— Que coisa extraordinária, essa de levarmos um “furo” sobre o fechamento de nosso próprio jornal! Estamos para sempre desclassificados em quaisquer páreos jornalísticos...

Agora era arrumar as malas e cada qual regressar a seu país. Nomeou-se uma comissão, constituída pelos representantes italiano, romeno, polonês, francês, além do redator-chefe, Biessúdnov, a fim de inventariar os bens materiais do Kominform e dar-lhes destino. Ao fim de dois meses, a Comissão encerrou suas atividades, sem nunca ter-se reunido nem atuado. Os funcionários russos fizeram todo o trabalho e no final chamaram os membros da comissão para assinarem o inventário. Arquivos, móveis, livros, coleções de jornais, tudo foi encaixotado e colocado sob a guarda do Partido Operário Romeno. Então já estava decidido que os

Partidos Comunistas iriam ter “novas e proveitosas formas para o estabelecimento de laços e contactos entre si”, falava-se mesmo que o centro para o estabelecimento desses “laços e contactos” ficaria em Praga. Assim, esses materiais, conservados em Bucareste, seriam removidos futuramente para a capital tchecoslovaca.

Por que foi fechado o Kominform? Qual o motivo real dessa decisão? Pelo que sei, a única voz que se ergueu, no mundo comunista, para reclamar sua dissolução, foi a de Josip Broz-Tito, por ocasião da ida de Mikoyan à Iugoslávia, em fins de 1955, a pretexto de ali passar suas férias. Pouco antes estiveram naquele país outros dirigentes soviéticos, mas os líderes iugoslavos fugiram sistematicamente às discussões sobre assuntos partidários. Basta lembrar que Edvard Kardelj, reconhecidamente um dos teóricos de maior projeção no seu partido, ao ser provocado por Chepílov sobre alguns problemas controversos, esquivava-se, dizendo: “Isso é uma questão teórica, e eu sou apenas um trabalhador prático.” Mas na visita de Mikoyan, foram abordados informalmente alguns assuntos partidários, entre os quais as relações da Iugoslávia com o Kominform. Regressando à URSS, Mikoyan apresentou, numa reunião secreta do Comitê Central, um informe sobre suas “férias”. Mítin, que participou da reunião, nos transmitiu depois a informação de que ocorrera longo debate entre Tito e Mikoyan, sendo opinião do primeiro que o Kominform devia ser dissolvido. Alegara que esse organismo, servindo de instrumento a Stálin, fora o principal meio de envenenamento das relações entre os comunistas da URSS e os de outros países; que sua existência não contribuía para eliminar os desentendimentos e sim para conservá-los, além de servir como pretexto para provocações e intrigas por parte dos inimigos da paz.

— E que se deveria criar — perguntou Mikoyan — para substituir o Kominform como instrumento de vinculação dos Partidos Comunistas entre si e de intercâmbio de experiências?

— Por enquanto não se devia criar nenhum órgão semelhante — respondeu Tito.

Aparentemente a reação dos dirigentes soviéticos a essa exigência de Tito, foi negativa e mesmo irônica. Porque era sorrindo, ironicamente, que Mítin repetia as palavras de Tito, sobretudo a frase em que ele dissera ser

necessário fechar o Kominform. Ademais, chegou-se mesmo, após esses fatos, a dirigir convites a outros Partidos Comunistas a fim de que enviassem representantes ao Kominform.

Mas, em meio a tudo isso, sussurrava-se em torno da importância de afastar a Iugoslávia da influência ocidental e trazê-la de volta ao “campo socialista”. Os argumentos levantados não se referiam à sorte do socialismo ou do comunismo, mas à correlação de forças militares na Europa. Argumentava-se com o fato de que a Iugoslávia era vizinha da URSS, de que possuía grande número de divisões militares bem treinadas, de que participava do Pacto Balcânico com a Turquia. Mesmo depois das conversações de Belgrado, entre Khrustchov e Tito, ficou estabelecido que a Iugoslávia não pertencia ao “campo socialista”. Segundo Khrustehov, a Iugoslávia conservara sua independência nacional e podia ser considerada um país socialista, mas não mantinha laços partidários com os camaradas soviéticos e das democracias populares (Kominform), não participava dos planos econômicos comuns e, portanto, não estava integrada no “campo socialista”.

Não descobri outra causa real para a dissolução do Kominform, além da exigência de Tito. Mas nem o relatório secreto, que abalou os fundamentos morais do comunismo, nem a liquidação do Kominform conseguiram aquilo que os soviéticos mais desejavam: trazer de volta a seu redil a tresmalhada ovelha iugoslava.

Desde o momento mesmo da dissolução do Kominform, uma coisa ficou clara: ele ia desaparecer apenas o tempo suficiente para mudar de cenário e de fantasia.

Um ano após, numa reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, alguém transmitiu uma proposta-convite dos soviéticos para que a direção do PCB enviasse um representante a Praga a fim de tomar parte na criação e funcionamento da nova organização do movimento comunista internacional, que, à semelhança do Kominform, iria publicar também um periódico: *Problemas da Paz e do Socialismo*. A ocasião não era propícia, pois além da cisão encabeçada por Agildo Barata e outras menos significativas, travava-se então no Comitê Central do PCB acirrada pugna entre os velhos dirigentes — Arruda, Amazonas, Grabois e outros—, que

estavam sendo alijados, e os novos dirigentes que emergiam, agrupados em torno de Prestes. Daí que este último, evitando aumentar a pauta bem sortida dos problemas internos do Partido, tenha proposto e obtido a transferência da discussão desse assunto para outra ocasião. Nesse tempo eu já havia rompido com o PCB, mas um dos participantes da reunião veio contar-me o episódio, dando a entender que essa atitude de Prestes significava o propósito de cortar os laços de subordinação ao PCUS.

Posteriormente, aparecia em mãos de alguns comunistas no Rio o primeiro número dessa publicação do novo Kominform. Não procurava esse órgão disfarçar-se muito. Trazia, debaixo do título, na página interna, esta indicação: “Revista Teórica de Informação Internacional”. A palavra “Informação” não surgia aí por acaso, mas como um ponto indicativo aos comunistas do mundo inteiro de que se tratava de porta-voz da nova central comunista. A revista trazia ainda algumas seções que eram iguais ou semelhantes às do antigo órgão kominformista, tais como *Nos Partidos Comunistas e Operários* (igual) e *Livros e Revistas* (imitação da seção de *Crítica e Bibliografia*, do *Por Uma Paz Duradoura*). No antigo órgão, tínhamos as cartas redigidas na redação e datadas como sendo de um país estrangeiro, indicando-se como procedência a capital ou principal cidade do país em questão (*Carta do Rio*, *Carta de Nova York*) agora, no novo órgão, continuava-se a publicar cartas desse tipo, apenas indicando como procedência o nome do país (*Carta da Inglaterra*, *Carta dos Estados Unidos*). E o próprio título da revista é idêntico ao do jornal kominformista, ligeiramente encurtado. No jornal, compunham o título as expressões “paz duradoura” e “democracia popular”; na revista, suprimiu-se o adjetivo “duradoura”, deixando somente *Paz*, e substituiu-se a expressão “democracia popular”, por um sinônimo “socialismo”.

Desfazendo as ilusões daquele meu informante, que participara da reunião do CC do PCB, o pedido de Prestes, para transferir o debate do assunto, era simples manobra tática. Não tardou muito tempo e viu-se que a publicação do novo Kominform começava a ser reeditada também no Brasil, em língua portuguesa. A tempestade das oposições no PCB causara muitos estragos, mas passara: Prestes já podia tranquila e oficialmente recolocar o pescoço na canga soviética.

Por que o Bureau de Praga? Já tive o ensejo de observar as razões políticas pelas quais a União Soviética, através do Kominform, procurou enfeixar nas mãos e manejar a seu talante os cordéis que atam ao Krêmlin todos os Partidos Comunistas do mundo. Esses cordéis são menos densos que os do tempo do Komintern; e os dirigentes desses Partidos são cada vez mais autônomos, objetivamente, em relação ao Partido soviético.

Até 1943, quando foi dissolvido o Komintern, não existiam no mundo Partidos Comunistas de massas, da importância política nacional que têm hoje, digamos, os P.C. da Itália, França, Indonésia. Era fácil, pois, instalar em Moscou uma Internacional Comunista e, através de sua direção, interferir direta e abertamente nas seções nacionais. Sendo essas seções geralmente ilegais ou semi-ilegais, vivendo os seus líderes na clandestinidade, era fácil à IC afastar da Alemanha um dirigente como Harry Berger e mandá-lo para a China e depois para o Brasil; ou afastar Codovilla da Argentina e mandá-lo para o México. Essas transferências podiam ser feitas como meio de ajudar o Partido para onde o dirigente era designado ou como meio de livrar um Partido da influência de certo dirigente que estivesse desviando-se da linha oficial. Em casos extremos, chegava-se a dissolver uma seção nacional, como ocorreu com a de Portugal e a da Polônia, em diferentes épocas. Mesmo assim, ali onde os Partidos Comunistas se achavam na legalidade, com seus dirigentes atuando nos Parlamentos (França) ou com forte influência entre as massas, participando nas organizações de frente única, como a China — primeiro com o PC no Kuomintang, depois dirigindo lutas armadas —, a tutela da direção da IC perdia muito de sua eficácia, e dirigentes como Maurice Thorez ou Mao Tsé-tung adquiriam objetivamente relativa independência em face de Moscou.

Assim é que, depois da Segunda Guerra Mundial, com a legalização de quase todos os Partidos Comunistas e sua transformação de pequenas seitas em poderosas organizações de massas, essa independência dos dirigentes comunistas nacionais era cada vez maior, possibilitando-lhes resistirem com êxito às punições contra eles determinadas por Moscou.

Um exemplo. Em outubro de 1952, Codovilla teve de sair da Argentina a fim de assistir ao XIX Congresso do PCUS, como delegado fraternal de seu Partido. Oficialmente, o Secretário-Geral do PC argentino era Arnedo Alvarez, sendo Codovilla simples membro do Comitê Central e

do Comitê Executivo, mas em realidade era este o dirigente máximo daquela agremiação. Insatisfeitos com sua atuação, os burocratas do PCUS tentaram afastá-lo da direção, organizando contra ele um complô, cujas peças principais — segundo acusação do próprio Codovilla — eram, em Moscou, Sivolóbov; no Brasil, Prestes e Arruda; na Argentina, Juan José Real, Secretário de Organização do PCA. Na ausência de Codovilla, Real efetuou uma série de modificações radicais no aparelho e na linha do Partido, preparando um autêntico golpe de estado. Codovilla, de regresso de Moscou, encontrava-se na Itália, onde pretendia demorar-se algum tempo. Em conversa com ele, Togliatti notou que havia funda discrepância entre o que dizia seu interlocutor e o que vinha escrito no jornal comunista argentino recém-chegado a Roma, e observou-lhe isso. Codovilla ficou alarmado, tomou um avião, chegou a Buenos Aires e desbaratou os planos de Real, expulsando-o do Partido. Depois disso, Sivolóbov teve que se resignar a, através de pequenas chantagens (por exemplo, encomendando a Prestes um artigo contra Codovilla), torná-lo mais dócil ao comando soviético. Mas afastá-lo da direção do PC argentino, isso foi-lhe impossível.

Outro exemplo. Também em relação a Ajoy Gosh, o dirigente comunista indiano, houve tentativa semelhante. Os soviéticos fabricaram para o PC indiano um programa, a que Gosh (como Prestes, no caso do programa brasileiro) apenas deu forma. Esse documento foi publicado no órgão do Kominform, seguido de elogios tais como o de ser “obra de marxismo criador”. Mas eis que a Índia começou a estabelecer relações amistosas com a URSS, embora internamente continuasse a perseguir os comunistas e a dissolver suas manifestações a patas de cavalos. O PCUS impôs ao PC indiano arquivar aquele programa e não hostilizar o governo de Nehru. Gosh resistiu e o PCUS tentou derrubá-lo. Um dia, no Kominform, Mítin fez acerba crítica a Gosh, ao PC indiano e a seu programa (esse mesmo programa publicado e elogiado no *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*) como ultra-esquerdistas. Afirmou ainda que tinha lido o livro de Nehru, *A Descoberta da Índia*, e que ali encontrara indícios muito positivos de um estadista em busca do caminho socialista. Alguns de nós ficamos impressionados com a violência das críticas e saímos dali convencidos de que Gosh não duraria uma semana mais na direção do PCI; mas como nos equivocamos! permanece lá até hoje.

Meses antes da dissolução do Kominform, recebi de Oscar Creydt, secretário geral do PC paraguaio, a quem conheci no Brasil, um artigo para ser publicado em nosso jornal. Preparei-o e entreguei-o ao redator-chefe, Românov. Este me disse então que a situação nesse Partido, segundo lhe informaram em Moscou, não estava clara; havia luta de grupos em seu seio, não se sabia direito quem era a direção, e a publicação daquele artigo poderia ser tomada como apoio a Creydt. Em todo caso, ia consultar Moscou; consultou: a resposta foi contra, o artigo não saiu. Em julho de 1956, achando-me em Moscou, ali encontrei Obdulio Barthe, outro dirigente paraguaio — nome muito conhecido no Brasil, onde houve decisivo movimento em prol de sua liberdade, quando se achava preso e doente em Assunção. Após sair da prisão, Barthe foi para a Guatemala e dali para Moscou, onde os soviéticos o ajudaram a se curar das enfermidades contraídas no cárcere, depois o puseram a cursar a Escola Superior do PCUS, visando a colocá-lo na Secretaria Geral, em lugar de Creydt. Assim, a luta de grupos no PC paraguaio, se não foi provocada, ao menos foi alimentada por Sivolóbov, com o fim de pôr na direção um homem que lhe parecia mais fiel e mais dócil que Creydt à burocracia do PCUS.

Em tais condições, uma organização como a de Praga oferece para a URSS as seguintes vantagens:

- 1) Ajuda a manter a submissão dos demais Partidos Comunistas ao PCUS, interferindo (embora nem sempre com êxito) nos assuntos internos desses partidos, ora deixando de publicar artigo de um dirigente, como no caso de Creydt; ora ameaçando publicar um artigo contra determinado dirigente, como no caso Codovilla; ora publicando artigo de crítica a um dirigente, como se fez em relação ao PC do Japão; ora interferindo diretamente na orientação de determinado partido, por meio da publicação de um artigo, fabricado no próprio jornal e assinado com pseudônimo, como se fosse de autoria de um dirigente do partido em questão — como costumávamos fazer;
- 2) Estabelece laços concretos e permanentes com esses partidos, através de seus correspondentes-representantes (ou que outra designação possuam no novo órgão);

- 3) Dispõe de um meio normal, permanente, de fornecer recursos para as atividades de certos partidos, financiando (regiamente) as reedições locais do novo periódico do comunismo internacional, e dessa forma corrompendo e pondo incondicionalmente a seu serviço as cúpulas dessas organizações partidárias;
- 4) Finalmente, como resultado de tudo isso, unifica a orientação de todos os Partidos Comunistas a respeito das principais questões de política internacional, de acordo com os interesses soviéticos.

Este é o ponto fundamental.

Em verdade, a União Soviética, ao menos desde que Stálin passou a reinar ali de modo soberano, reduziu o “internacionalismo proletário”, de que falavam Marx e Engels, a este ponto: a subordinação de todos os Partidos comunistas do mundo à vontade e aos interesses da política exterior soviética. Stálin chegou mesmo a cunhar uma frase que teve a mais vasta circulação: “a pedra de toque do internacionalismo proletário é a atitude ante a URSS”. Para que essa frase produzisse os almejados efeitos era preciso organizar um aparelho que controlasse todos esses partidos, dispondo de um órgão capaz de transmitir-lhes, periodicamente, as instruções necessárias.

O órgão do Kominform era, jornalisticamente, mal feito, a começar pelo título, mas não se poderia negar-lhe eficácia, levando em conta seus reais objetivos. E era diferente de qualquer outro jornal existente em nosso planeta. Estranho jornal, em verdade, esse cujos dirigentes e articulistas eram, quase todos, homens que passaram pelas escolas soviéticas de revolucionários; que conheciam, quase todos, o idioma russo; que possuíam, quase todos, largo tirocínio político; e quase todos temperados, como lutadores, nas vicissitudes da clandestinidade, tendo cursado a escola prática das prisões políticas, dos campos de concentração e das guerrilhas, durante a segunda conflagração mundial.

A eficácia desse jornal consistia em que tinha uma rede mundial de reedições e redistribuição, transmitindo a milhares de dirigentes comunistas em todos os países, no prazo de alguns dias, as palavras-de-ordem dos soviéticos, sua orientação e seus argumentos a respeito dos problemas políticos, econômicos e sociais de maior atualidade. Não se tratava de um jornal essencialmente de propaganda, embora publicasse, às vezes, artigos

típicos de propaganda. Sua finalidade principal era a agitação, e se destinava aos dirigentes superiores e médios de todos os Partidos Comunistas. Por isso, cada semana ele difundia diretivas — sacramentadas com a chancela da “direção coletiva”, do colégio de representantes — que logo se transformariam em ação.

Jamais potência alguma no mundo dispôs de uma arma tão diabólica, de um instrumento de ação tão efetiva e de tamanha amplitude como esse. Nem os maiores impérios, nem os mais poderosos trustes internacionais conseguiram esse grau de eficiência e essa capacidade de confundir os espíritos, deformar a opinião pública, apagar a lucidez de raciocínio em milhões de pessoas, desencadear, na base da falsidade e da mentira, tempestades de paixão coletiva, caluniando, denegrindo, infamando.

Essa máquina estava construída para atacar os inimigos, mas também para sujeitar os *amigos* ao controle soviético. De que ninguém poderia escapar impunemente a esse controle, tivemos um exemplo bem frisante no caso da Iugoslávia. Foi este o único dos países de democracia popular na Europa em que os comunistas tomaram o poder independentemente da ajuda militar soviética. Com efeito, antes do fim da guerra, já os comandados de Tito dominavam o país. Daí que teimassem em ter opinião própria nas assembleias dirigidas pelos soviéticos, no Kominform. Daí também que sofressem a mais monstruosa de todas as campanhas jamais desencadeada de modo sistemático por um grupo de nações contra outra nação.

Essa campanha difamatória, executada através do jornal *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*, convenceu não só os comunistas, como a maioria dos homens de esquerda, em todos os países, de que Tito e seus auxiliares imediatos eram espiões da Gestapo, que passaram a trabalhar para a polícia norte-americana, depois que esta lhes mostrou as fichas deles, apreendidas nos arquivos alemães. Centenas de notas e artigos foram escritos nesse periódico, assinados pelos nomes mais famosos do movimento comunista, contendo acusações desse teor. Um homem com a responsabilidade de chefe do Governo romeno, como Gheorghe Gheorghiu-Dej, proferiu um informe em que qualificava aos governantes iugoslavos de “espiões e assassinos no poder”. A dirigente espanhola Dolores Ibárruri, num desses artigos, chegou a revelar de como Tito, enviado pela Gestapo, esteve na Espanha, a serviço de Franco! E todos

esses artigos eram reproduzidos em centenas de outras publicações. Assim, por toda parte, de Gibraltar aos Urais, de Miami a Calcutá, de Santiago do Chile a Tóquio, onde quer que existisse um comunista, estaria pronto ele a vilipendiar, insultar, cobrir de ódio e desprezo a seus camaradas iugoslavos! E da pequenina Albânia à potente União Soviética estendeu-se a rede da conspirata, da sabotagem e do boicote econômico contra a Iugoslávia!

De repente, o órgão do Kominform — que chefiava a orquestra das difamações — suspendeu, sem qualquer aviso ou explicação, os ataques aos iugoslavos. Conseqüentemente, toda a imprensa mundial do comunismo cessou também seus ataques nessa direção. Até que a Belgrado chegou o novo dono da máquina de infâmias e berrou, extrovertido: “Querido camarada Tito. Nós estávamos equivocados. Aliás, fomos enganados por Béria e Abakúmov, estes, sim, que eram agentes do imperialismo e policiais. Vocês não são nada disso que dissemos. Mas esqueçamos o passado e venha de lá um apertado abraço”.

Um dia, em Estocolmo, o Conselho Mundial da Paz, órgão criado e dirigido pelos soviéticos, decidiu lançar uma campanha de assinaturas em favor da paz — não da paz em geral, mas da “paz soviética”. Então, semanalmente, o jornal do Kominform dava notícias e instruções a respeito. Tratava-se de apresentar a URSS como “campeã da paz”, e os Estados Unidos, como “provadores de guerra”. Essa, uma das finalidades essenciais. E tais palavras, através dos Partidos Comunistas, se transformavam em ação: estudantes organizavam passeatas, mulheres faziam comícios-relâmpago, pichadores escreviam nos muros os *slogans* recém-chegados de Bucareste, por todos os meios concitava-se aos soldados, nos quartéis, a que não servissem de “carne para canhão”, enquanto os soldados soviéticos se adestravam cada vez mais.

Numa reunião da direção da Federação Mundial da Juventude Democrática, dirigida pelos soviéticos, o representante da URSS insistia em que era preciso adotar uma resolução lançando no mundo inteiro a campanha contra o serviço militar obrigatório. O representante brasileiro, Demóstenes Lobo, ponderou que essa era palavra-de-ordem excessivamente radical, bastando lembrar que na URSS e nas democracias populares isso iria prejudicar o esforço de defesa do campo socialista. Mas o jovem representante soviético arrasou esse argumento, retrucando de modo

inapelável: “Na URSS e nas democracias populares, essa resolução não será publicada. É só para os países capitalistas”¹.

E no Brasil, numa sala em Copacabana, reunido conosco num domingo, o homem do Partido esclarecia: “A reivindicação de paz é a mais simples, a que pode mobilizar o maior número de pessoas. Quando todas essas pessoas estiverem em movimento, poderemos experimentar certas ações armadas e, conforme o resultado, recuar ou avançar para a insurreição.”

E assim foi durante a guerra da Coreia e durante muitos outros acontecimentos internacionais.

Entre as solenidades com discursos recheados de chavões, os fins-de-semana em Snágov, os artigos eivados de teses dogmáticas, em meio a tudo que era secundário ou até mesmo idiota, o jornal do Kominform fazia algo de terrivelmente eficaz: sobre qualquer problema, dava a versão soviética e distribuía semanalmente instruções a respeito, que em todos os quadrantes do globo se transformavam logo em ação.

É fácil compreender, pois, que a dissolução do Kominform foi uma medida tática com objetivos imediatistas. Tanto assim que os meios materiais de seu ressurgimento foram guardados em Bucareste e, no instante preciso, transferidos para a nova sede, em Praga.

Moscou não poderia passar sem um instrumento assim.

¹ Não se interprete daí que o Governo soviético, sobretudo seu chefe Khrustchov, seja a favor da guerra. Este fato só pode servir como argumento de que todos os atos e campanhas soviéticos são enquadrados em sua estratégia totalitária de que falo em outra parte deste livro.

15. Peripécias do regresso

Budapeste

Dois dias após a dissolução do Kominform, recebi da China um telegrama assinado por Diógenes Arruda, determinando que eu não partisse para o Brasil e o esperasse em Moscou. Pedi a Biessúdnov para dizer, por telefone, a Sivolóbov que eu continuava na Romênia: chegando Arruda, fizesse o favor de avisar-me e eu partiria no dia seguinte para juntar-me a ele na capital soviética. Passou-se um mês, e Arruda não deu mais sinal de vida. Resolvi então viajar para Budapeste e Praga. Eu já não tinha o que fazer em Bucareste; o Kominform, quase deserto, tinha um aspecto melancólico de fim de festa. De noite, se alguém ia de um edifício a outro e passava sob as árvores mal iluminadas, parecia mais um fantasma da revolução comunista. Seria um dos espanhóis, que guardava no coração apenas farrapos daquela ardente esperança com que, em 1939, chegara à URSS — esperança de, em breve, retornar à Pátria e alçar-se ao Poder, passando sobre os cadáveres de Franco e seus apaniguados? Seria o solitário iraniano, perseguido pela polícia do Xá, tendo escapado de seu país, mas lá deixando a jovem esposa e os dois filhinhos? Ou seria Biessúdnov, inconsolável por haver perdido as regalias que lhe tocavam como alto funcionário daquele departamento revolucionário?

Nas primeiras semanas, após a dissolução do Kominform, não faltavam os momentos emocionais das despedidas: os que ainda ficavam acorriam à estação ferroviária ou ao aeroporto para desejar boa viagem aos que partiam. E havia vodca e salame, lágrimas e beijos, e os infalíveis convites mútuos. O indonésio convidava um grupo de ingleses a visitar Djacarta, logo após a tomada do poder pelos comunistas. Os espanhóis marcavam encontro com o canadense, na Puerta del Sol, em Madri, quinze dias depois da assunção do Governo pela Pasionaria. E eu, com idêntica gentileza, distribuí convites ao húngaro, a três franceses e a dois espanhóis para virem a Copacabana tomar uns banhos de mar, à primeira notícia de que se instalara no Brasil o Governo democrático-popular, sob a presidência de Prestes.

Mas até as despedidas chegaram ao fim. Só restavam mesmo os fantasmas noturnos sob as copas das árvores, no Kominform. Sem esperar ao menos a concessão do visto no passaporte (que dependia de telegrama do Ministério do Exterior da Hungria, autorizando-o), tomei o avião, com minha mulher e minha filha, e desembarquei em Budapeste, em certa manhã da segunda quinzena de maio de 1956.

Em Bucareste prometeram-me telegrafar à Seção Estrangeira do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Húngaros (comunista), a fim de que me fossem buscar no aeroporto e resolver o caso da falta de visto em nossos passaportes. Mas não apareceu ninguém. Após desentendimentos com alguns funcionários, por falta de um idioma comum, surgiu uma senhorita, não em russo, como era de esperar, mas em inglês — e como ambos falássemos mal essa língua, fomos tolerantes um com o outro e esclarecemos a questão. Em toda a conversa, a palavra-chave, que tudo facilitou, pertencia, porém, ao vocabulário russo: *Kominform*. Ela chamou um oficial, que me bateu uma continência prussiana, pediu desculpas pela demora e afirmou que, em alguns minutos mais, tudo seria resolvido. Daí a pouco chegou o diretor do aeroporto, que veio sorrindo abraçar-me. Era uma pessoa muito simpática, chamada Tibor, que falava fluentemente o francês e a quem eu conhecera de outra vez em que passara por Budapeste.

Liberou nossa bagagem sem revistá-la e foi conosco, no automóvel, até o hotel do Partido, onde ficamos como hóspedes do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Húngaros, com todas as despesas pagas pelo tempo em que ali permanecêssemos. Além disso, Tibor voltou mais tarde com certa quantidade de dinheiro, em moeda húngara, para comprarmos algumas coisas de que necessitássemos. Durante dez dias fomos tratados com a máxima solicitude. Puseram à nossa disposição uma tradutora de francês, de nome Belakalai, com um automóvel; ademais, um funcionário mais categorizado, Janos Ruzs (pronúncia: Iánoch Rus), que combatera na guerra civil da Espanha e falava o espanhol, ocasionalmente vinha até o hotel e nos levava, num automóvel mais confortável, a percorrer sua bela cidade. Levaram-nos à ilha Margarita, ao vale Fresco, ao lago Balaton, à Ópera, a museus de arte, ao Instituto do Movimento Operário, ao Combinado Metalúrgico Matias Rákosi, em Tchesepel, à cidade inteiramente nova de Stalinvaros, ao grande estádio, recém-construído, e

tudo nos pareceu magnífico e nos deu a impressão de que o povo magiar vivia contente e satisfeito.

O estádio era novo e amplo, com capacidade para 100 mil pessoas. Por essa época, encontravam-se em visita à Hungria dois senadores brasileiros: Áureo de Moura Andrade e Freitas Cavalcanti. Também eles estiveram no estádio e ali escreveram no Livro de Ouro: “A delegação dos parlamentares brasileiros deixa aqui consignada a sua magnífica impressão pela organização e construção do Estádio Nacional da Hungria. — Em 25 de maio de 1956”.

Em 20 minutos de automóvel, chegamos a Tchesepel, onde se situava a maior usina metalúrgica do país, com 32 mil operários, entre os quais 7 mil jovens e 10 mil mulheres. Do total dos trabalhadores, 35 a 40% eram militantes comunistas. A vida dessa cidade, com seus 55 mil habitantes, era inteiramente ligada à usina e dela dependente. Ali se produziam altos fornos, tubos, máquinas-ferramentas, máquinas de coser, bicicletas e instrumentos diversos. Visitamos nas imediações a Pimpineira Petöffi, e um hotel para 850 operários. O diretor do hotel abriu vários quartos, cujos habitantes não estavam no momento. Havia 2 camas em cada quarto. Aí viviam somente pessoas solteiras, sendo 600 homens e 200 mulheres. Num dos quartos encontrei um violão dependurado no armário, o retrato de uma artista de cinema na mesinha de cabeceira, um relógio despertador, um receptor de rádio, um espelho grande, livros de poemas, obras escolhidas de Maupassant em húngaro, um livro de Púchkin em russo. Vi os quartos de banho: banheira, chuveiro, boxe. Nesse hotel almoçaram, no dia anterior, os dois senadores brasileiros.

A cidade era conhecida como *Tchesepel, a Vermelha*, devido ao esquerdismo e à combatividade de seus operários. Contaram-nos que em 1918 eles se recusaram a ir à guerra; que a primeira companhia de milicianos que em 1919 veio dar ajuda à Comuna Revolucionária de Budapeste era composta de trabalhadores dessa usina. Durante a guerra, em 1944, os fascistas queriam fazer evacuar toda a população de Tchesepel, porque até as mulheres e as crianças resistiam, sabotavam. Mas a população se recusou a sair da cidade.

Ao almoço, no restaurante da usina, um chofer da empresa, com pretensões a baixo, cantou canções de Paul Robeson, e outro operário

entoou, em letra húngara, uma canção cubana. Tudo isso em homenagem ao Brasil, que, como os Estados Unidos e Cuba — justificavam eles — situava-se na América. E outro cantou uma plangente canção húngara, que me fez observar:

— Que tem o camarada, para cantar uma melodia tão triste?

— Ah, não se preocupe — replicou, em francês, nossa acompanhante. — Os húngaros dizem de si mesmos que eles se alegram chorando...

Repetiu, em húngaro, para os demais, a pergunta e a resposta. E todos rimos bastante.

O passeio à ilha Margarita, formada pelo Danúbio, em plena cidade, foi dos mais agradáveis. Com 3 quilômetros de extensão por 1 de largura, possuía a ilha dois teatros ao ar livre, uma piscina de água termal, jardins, hotéis, praças de esporte, campos de pioneiro, *play-grounds*. Outro passeio interessante foi ao vale Fresco, na parte da cidade que se denomina Buda. Ali ficava uma das estações da Estrada de Ferro dos Pioneiros (em húngaro, *Üttörövasut*). Todos os trabalhadores eram escolares entre 10 e 16 anos de idade. Se faziam bem seus deveres, tinham o direito, um dia por quinzena, de vir trabalhar nessa ferrovia. Tomamos o trenzinho na estação inicial Estrela Vermelha, atravessamos um túnel em que, durante 30 segundos, reinou completa escuridão, e chegamos ao vale Fresco. Entre os dois pontos, no meio dos bosques, situava-se a República dos Pioneiros, onde 800 jovens húngaros e mais 400, convidados de outros países, passavam o verão todo ano.

Igualmente aprazível, como local de veraneio, era o lago Balaton, a 128 quilômetros de Budapeste, e a ela ligado por estradas de ferro e de rodagem. O lago tinha 75 quilômetros de extensão e 14 de largura máxima. Em torno, numerosas casas de repouso, com os mais variados tipos de jogos esportivos.

Em outra direção, a 70 quilômetros de Budapeste, ficava Stalinvaros, cidade inteiramente nova, cujos alicerces foram lançados em maio de 1950. Agora existiam ali 30 mil habitantes, em torno de um centro econômico também inteiramente novo — a siderúrgica. Na rápida visita que fizemos, só vimos o exterior dos edifícios: residências, policlínicas, creches, casas de

cultura. E mais: parques, jardins, *play-grounds*, estádio, o porto sobre o Danúbio e um bosque de 1 km² plantado entre a usina e a cidade, para protegê-la contra a fumaça.

Em Budapeste, a pedido meu, levaram-me à redação do jornal oficial do Partido, o *Szabad Nep*, cujo vice-diretor, Oskar Bethlem, fora meu colega no Kominform. Conversamos algum tempo sobre o Kominform, a situação internacional, o problema da direção do Partido na Hungria e a presença de parlamentares brasileiros. Pediu-me Bethlem para ser correspondente de seu jornal no Rio, advertindo-me, porém, com seu habitual bom-humor: “Não precisa enviar correspondências pesadas, com considerações políticas e conclusões teóricas, como nós fazemos aqui: escreva coisas leves, à maneira brasileira. De acordo?”. No dia seguinte passou pelo hotel e levou-nos a lanchar em sua casa, que ficava sobre uma colina, quase em meio ao bosque — onde também viviam ministros e outras altas autoridades. Minha mulher admirou-se sobretudo do bom-gosto na arrumação da casa. — os móveis, os quadros, tudo da melhor qualidade, mas nada que desse ideia de luxo ostensivo.

Foi essa a Hungria que nós conhecemos e dela nos ficou ótima impressão. É verdade que o ambiente político estava agitado: falava-se na necessidade de afastar Rákosi, na insatisfação nos meios intelectuais. Mas supúnhamos que essa agitação estivesse circunscrita aos meios comunistas, que o homem da rua, a massa trabalhadora, gozasse de um bem-estar material sem precedente e não se preocupasse com o resto.

Enquanto isso, tinha havido em Praga manifestações inteiramente desusadas, por ocasião do Maialis — tradicional festa da juventude, que o novo regime abolira. Os estudantes tchecos, inclusive membros da juventude comunista, efetuaram demonstrações de rua, conduzindo cartazes e faixas com severas críticas à política oficial. Uma jovem trazia a boca tampada com tira de pano, simbolizando a ausência de liberdade de expressão. Um estudante levava uma faixa a tiracolo, com a inscrição: “Salve os estudantes franceses, que podem viajar livremente para o exterior”. O Governo foi impotente para impedir a manifestação.

Dias depois, na capital tchecoslovaca, perguntei a um funcionário da Seção Estrangeira do Comitê Central do PC, se era verdade o que me informaram sobre essa manifestação. Ele respondeu que sim, mas garantiu

não haver motivo de preocupação: no próximo ano, eu podia estar certo, o Maialis não seria festejado. Aquilo era fogo de palha, agitação de garotos.

Imaginei então que a agitação na Hungria tampouco tivesse consequências maiores. Só depois que estalou a revolução húngara, encontrando-me no Brasil, pude refletir melhor sobre o ambiente no hotel do Partido em Budapeste: burocratas categorizados de diferentes Partidos Comunistas ali estávamos banqueteadando-nos, repousando, fazendo passeios de automóvel pelos lugares pitorescos, num turismo dispendioso, à custa do suor dos trabalhadores magiães, que passavam privações, viviam no desconforto e aterrorizados pelos agentes policiais da AVO. Nós mesmos nos considerávamos como abnegados lutadores em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, mas vivíamos de fato como seus exploradores. E nem de longe imaginávamos que o ódio das massas contra a burocracia comunista estivesse entrando em ebulição, que esse ódio rondasse a redação do *Szabad Nep*, os palácios governamentais, os quartéis da polícia política, o hotel do Partido. Entre os hóspedes desse hotel, se achava a ex-senadora italiana e ex-esposa de Togliatti, Rita Montagnana, que estivera em Moscou no XX Congresso do PCUS e regressara a Budapeste, onde uma filha sua, que perdera a razão, vivia internada num manicômio. Agora eu me lembrava disso e me perguntava: quem estaria mais louco — a filha de Togliatti, internada no hospício, ou nós outros, que nos julgávamos lúcidos e vivíamos daquele jeito no hotel do Partido?

Fui passando em revista, na memória, tudo que vira na Hungria, e me lembrei também do *ballet Bihari Nótaja* (pronúncia: Bírrori Nótaja), composição do húngaro Kenessey Jenő, a que assisti em Budapeste. Versava um tema patriótico (contra a dominação austríaca, ao tempo do império austro-húngaro) e se desenrolava sob a forma de uma história sentimental. Aí o amor à mulher querida se misturava e se confundia com o amor à pátria, com o amor à liberdade. Interessante que no 2º e 3º atos do *ballet*, introduziu-se a representação de uma ópera italiana em Viena. O palco então ficou com duas faces — uma que dava para os espectadores de verdade e outra que dava para a falsa plateia (na qual, em meio a bonecos imóveis, havia pessoas de carne e osso representando o papel de espectadores, com a finalidade exclusiva de bater palmas). Os atores da ópera representavam para a falsa plateia, dando as costas a nós, que constituíamos a verdadeira plateia. Era uma sensação esquisita, a dos

espectadores de verdade, que por vezes nos sentíamos lesados, especialmente quando os falsos espectadores aplaudiam com tanto ardor.

Quando os telegramas estrangeiros deram-me a notícia de que os operários de Tchesepele, a Vermelha, foram dos primeiros a pegar em armas e lutavam heroicamente contra os tanques soviéticos, o remorso me oprimiu o peito e senti vergonha. Também no drama da Hungria existiam duas plateias. Aqueles operários do Combinado Matias Rákosi com quem almoçamos e que cantaram em nossa homenagem, o dono daquele violão e do livro de Púchkin em russo, que vimos no quarto do hotel da usina, da mesma forma que nós, os burocratas loucos do hotel do Partido, éramos todos falsos espectadores. Tratavam-nos como príncipes para que fizéssemos o papel de claqué internacional, aplaudindo freneticamente os canastrões do comunismo húngaro.

Moscou

Em julho de 1956, quando Diógenes Arruda, de regresso da China, chegou a Moscou, fui ter com ele ali. Eu me encontrava na Tchecoslováquia desde fins de maio e já não suportava a vida no Hotel Praha, sob os olhares de desprezo dos garçons — o mesmo olhar que ferreteava os espanhóis, o cubano Ordóqui, o americano Potash — pois esses empregados interpretavam nossa demora como desejo de continuarmos gozando a vida, na ociosidade, como parasitas, sem entusiasmo para voltar à vida modesta e sobressaltada, que é, via de regra, a dos comunistas que militam na clandestinidade em países capitalistas.

Arruda estava num apartamento do PCUS, à Rua Górkí, e lá fiquei também mais de uma semana. Ele estava muito mudado, com um espírito crítico agudo em relação às coisas e pessoas soviéticas, condenando com veemência tudo quanto endeusava antes. Primeiro, pediu minha opinião (“Que é que tu achas de tudo isso?”) e eu comecei a falar de tudo isso (o relatório secreto, a burocracia kominformista, a dominação soviética nos países de democracia popular), certo de que estava provocando um atrito. Mas ele se pôs a falar e verifiquei que o homem se achava mais radical do que eu. Detentor de muitos segredos, revelados nas reuniões especiais do Colegiado, em Bucareste, eu os transmitia agora a Arruda, que arredondava a boca e semicerrava os olhos fingindo espanto ou desilusão. Em

contrapartida, ele gabava a habilidade, a sapiência e a singeleza dos camaradas chineses. Queixava-se da arrogância dos soviéticos, manifestava seu desprezo pelas opiniões de Sivolóbov, autocriticava-se de ter, por exigência deste, demitido João Batista da direção da *Voz Operária* e declarava que, no caso de Máritch Ave, que Sivolóbov queria expulsar do Comitê Central do PCB, seria diferente... De fato, eu o vi depois tentando convencer o chefe russo do PCB de que Máritch devia continuar no CC, se bem o tentasse com bons modos. E alguns dias mais tarde já tratava Sivolóbov com arrogância, na evidente suposição de que Pequim, conforme referi antes, seria promovido a centro do movimento comunista, podendo alterar todos os valores da escala hierárquica internacional...

Apesar de várias medidas liberalizantes que se seguiram ao XX Congresso, a sonegação de documentos ao público soviético continuava com o mesmo rigor. Koriônov veio pedir-me que lhe emprestasse, caso tivesse trazido comigo, um exemplar do jornal comunista italiano *L'Unità* em que Togliatti falara de “degenerescência” do sistema soviético, pois na *Pravda* só havia saído a réplica a essa afirmativa; ninguém conhecia, na URSS, a não ser os altos chefes do PCUS, o texto integral das referidas declarações do dirigente italiano. O dirigente americano Eugene Dennis escrevera um longo artigo, que estava de acordo com a nova linha política do PCUS, mas resolveu colocar nele uma nota pessoal, acrescentando às críticas soviéticas sobre os “erros” de Stálin, um dado concreto sobre o antissemitismo na URSS, e teve seu artigo publicado na *Pravda*, mas depois de amputado esse trecho. O órgão central do PC chinês, *Jin-Min-Ji-Pao*, publicou longo artigo analisando a questão do stalinismo, que a *Pravda* transcreveu, mas suprimindo alguns trechos e alterando outros. O correspondente em Moscou do *Daily Worker* de Londres enviou uma correspondência a seu jornal, informando que fora designada uma comissão do Soviete Supremo para reformar a lei eleitoral soviética, introduzindo-lhe algumas modificações democratizantes (por exemplo: substituição da lista única de candidatos a postos eletivos, por listas duplas ou múltiplas). O jornalista soubera disso em fontes oficiais, mas a notícia não chegou a ser divulgada na URSS (conforme me disse um jornalista brasileiro que trabalhava em Moscou, quando lhe pedi detalhes sobre o assunto), e a

comissão não chegou a funcionar: o Governo refletiu melhor e deixou as coisas como estavam.

De todo modo, o ambiente estava bem mais arejado que antes. Corriam várias anedotas sobre Stálin, em sinal de desrespeito à memória do tirano até pouco antes venerado oficialmente. Por aqueles dias o Governo decidira proibir aos automóveis o uso de buzinas no centro da cidade, e gracejava-se que essa medida era ditada pelo medo de que, buzinando-se perto do Kremlin, onde se achava o mausoléu de Stálin, este despertasse. Em torno dos dois jornais mais circunspectos de Moscou, a *Pravda* e a *Izvestia*, órgãos oficiais do Partido Comunista e do Governo soviético, respectivamente, faziam-se trocadilho com espírito crítico. Afirmava-se que na *Pravda* não havia *izvestia* (palavra que significa “notícias”) e que no *Izvestia* não havia *pravda* (palavra que significa “verdade”). Aos dirigentes do Partido e do Governo, que começaram a falar aos operários; nas grandes fábricas, faziam-se interpelações severas. Na Universidade, os estudantes exigiam liberdade de cátedra e reivindicavam para si uma série de direitos. Uma espanhola, que eu conhecera em Bucareste, disse-me que estava radiante porque, após dezesseis anos, pôde ouvir a voz de sua irmã, pelo telefone internacional. E como lhe perguntasse porque não falara antes, explicou que antes não se podia falar, por telefone, para o exterior; só as autoridades podiam fazê-lo.

Em novembro de 1955, quando estive de férias na URSS, apesar de minha qualidade de representante de partido no Kominform, evitavam de todos os modos, em Moscou, que eu saísse pela rua, com minha família, desacompanhado da tradutora do Comitê Central que ficou à nossa disposição. Mas agora eu me limitei a comunicar a Sivolóbov que ia visitar alguns amigos espanhóis, que trabalharam no Kominform. Ele ainda tentou interferir, prontificando-se a “organizar um encontro” meu com eles, em determinado local do Partido, mas eu me fiz de desentendido e disse-lhe que não precisava, pois eu tinha o endereço e iria procurá-los. E fui. Pude fazer esta coisa simples, mas extremamente agradável, que era sair pelas ruas moscovitas, só, sem a sensação de estar vigiado como um provável criminoso. Desci pela Rua Górkí, telefonei, tomei o trem no metrô e cheguei a um edifício novo, onde estavam morando esses amigos. A situação deles me preocupava. Quando fechou o Kominform, tanto alguns russos como espanhóis ficaram desolados. Fazia dezesseis anos que estes

últimos residiam na URSS e a vida para eles era de muitas dificuldades materiais, sobretudo quanto à moradia. Em comparação com as condições de vida na URSS, aquele semi-internato de Bucareste, com fins de semana em Snágov, era um céu aberto. Em Bucareste tinham habitação ótima, boa ou regular, conforme a posição burocrática de cada um, mas em Moscou o problema de moradia era seríssimo. Um casal espanhol que, no Kominform, tinha um apartamento com sala, dois quartos, banheiro e cozinha, voltando a Moscou obteve um pequeno quarto (que servia também de sala de refeições), com banheiro e cozinha comuns a moradores de outros quartos, num edifício recém-construído. Estavam felicíssimos porque afinal tinham conseguido o “apartamento” que esperavam, na fila, desde que chegaram à URSS, em 1939. Outros espanhóis e russos, com quem também fiz amizade no Kominform, não quiseram levar-me a suas casas porque estas não eram “apresentáveis”. Um casal de russos, meus amigos, disse depois a um brasileiro:

— Que diabo! Soubemos que Ribeiro estava aqui em Moscou; tínhamos tanta vontade de vê-lo, mas ficamos com vergonha de levá-lo a nossa casa, porque moramos num quarto que não é apresentável. Mas foi bobagem nossa...

Diga-se, de passagem, que isso de levar um estrangeiro a sua casa, sempre foi praticamente proibido aos russos. Agora parecia que o único empecilho era de ordem pessoal, a vergonha de mostrar a um camarada estrangeiro em que condições vivia um camarada russo, após quarenta anos de socialismo triunfante...

De minha parte, fiquei muito contente em encontrar esses amigos espanhóis, e verificar que estavam com seus problemas resolvidos. É que, além da questão da habitação, havia o problema de encontrar trabalho. Não que na União Soviética existisse o desemprego em massa; não existia. Entretanto, vários russos e espanhóis estavam assustados com a perspectiva de que, chegando a Moscou, recebessem a “honrosa tarefa” de ir cultivar as terras virgens na Sibéria, de acordo com o plano khrustchovista de colonizar essa região. Lamentavam-se, suspiravam, resignavam-se. Uns, mais otimistas, alimentavam ilusões:

— O camarada Perfíliev me disse que talvez sejamos aproveitados na nova organização...

— Bobagem! — replicava outro. — Essa nova organização vai demorar e não vamos poder ficar esperando-a.

— Bem, morrer de fome e frio debaixo das pontes é que não vamos. Sempre a gente se há de arranjar — dizia uma senhora.

Mas a outra não era tão conformada assim; achava que poderia ser mandada para uma região e o marido para outra, assim como sucedeu com Fulana (citava o nome duma mulher que se casara e, quinze dias depois, arranhou emprego de professora noutra cidade, enquanto que ao marido deram um emprego em Moscou).

Conversando com os espanhóis felizes, em seu novo “apartamento”, como chamavam pomposamente ao quarto em que habitavam, fiquei também feliz de saber que toda aquela gente tinha arranjado trabalho por lá mesmo, uns na rádio, outros num jornal de língua francesa que acabava de surgir, outros em organizações semelhantes. De Biessúdnov, não soube o destino: decerto não tinha um apartamento confortável como o de Bucareste, nem automóvel de luxo como ali possuía, nem toda uma série de regalias que desfrutava no Kominform. Talvez por isso não estivesse feliz, mas haveria de estar resignado.

Saí algumas vezes com Arruda e Sivolóbov: ora, a um local do Partido, onde encontramos o camarada americano Irving Potash; ora, ao estádio, onde assistimos a uma partida futebolística entre russos e israelenses; a poucos lugares mais. Mas a maior parte do tempo, durante mais de uma semana, fiquei em meu quarto, na Rua Górkí, datilografando em papel de seda documentos e anotações que Arruda trouxera da China, ou assistindo, ali mesmo, a algumas reuniões com Sivolóbov, com os camaradas paraguaios, com outros latino-americanos. Arruda foi passar dois dias no local da Escola, onde se achava a nova turma de dirigentes comunistas brasileiros. Quando voltou, arrumamos nossa bagagem e partimos juntos para a Tchecoslováquia; dali ele seguiu para a Suíça, e eu tive de continuar em Praga.

Praga

Aconteceu que o prazo de validade de meu passaporte expirara fazia mais de dois anos; assim mesmo eu o utilizava nos países de democracia

popular, mas, tendo que regressar ao Brasil, a situação era diferente. Tive, pois, que deixá-lo em Moscou para que fosse “ajeitado”, e regressei a Praga, onde ficara minha família. Não tinha, pois, documento de identidade, e como a primeira coisa que se faz com os comunistas estrangeiros, nesses países, é arrebatá-los o passaporte, os soviéticos tiveram de, através de seu embaixador, enviar ao Comitê Central do PC tchecoslovaco uma comunicação especial sobre meu caso.

Desde então, supondo-me recrutado pelos serviços secretos soviéticos para alguma missão no mundo capitalista, o subchefe da Seção Estrangeira do PC tcheco encheu-se de solicitude para comigo, manifestando uma deferência maior mesmo do que aquela com que me tratava nos tempos do Kominform. Estranhei e indaguei de mim mesmo: que é que há? Recordei-me de que Bazánov, certa vez em Bucareste, falou-me na possibilidade de eu ser enviado em missão especial à América Latina; se estava disposto a isso. Respondi que sim, porém nunca mais me tocaram no assunto. Estivera em Moscou recentemente e ali tampouco me falaram nisso.

Perguntei um dia a esse subchefe, um camarada magro, comprido, com as bochechas côncavas, que aparecia com frequência no hotel, se nada havia chegado para mim. Creio haver estampado na fisionomia meu desagrado e minha impaciência pela demora na vinda do documento deixado em Moscou. Ele respondeu que não, e comentou que decerto uma espera assim era desagradável e me propôs, incontinenti, que fosse a uma casa de campo na montanha, na fronteira com a Polônia. Aceitei e, com meu prestígio de falso espião, obtive ainda que Sera e sua família, também hospedados no Hotel Praha, fossem conosco à montanha. O argentino não queria de modo algum regressar a seu país e se empenhava em conseguir convite para realizar um curso em Moscou; não sei se afinal o consegui. Enquanto esperava resposta do PCUS e de todas as demarches que havia feito nesse sentido, ficou uns quinze dias conosco nessa casa de campo. Por fim veio meu passaporte na mala diplomática para o embaixador soviético, que o entregou ao chefe da Seção Estrangeira do PC tcheco. O prazo de validade estava renovado com perfeição por dois e depois por mais dois anos.

Para justificar essa ausência, puseram vistos e carimbos de entrada e saída em vários países europeus, mesmo em alguns onde jamais estive,

como Suécia e Dinamarca. Acompanhando o passaporte, veio extensa lista de reuniões internacionais dos mais variados gêneros, com as datas correspondentes — um congresso sindical em Milão, uma feira de amostras em Leipzig, uma festa aviatória em Estocolmo, e assim por diante. Se a polícia brasileira me perguntasse que fui fazer em Estocolmo ou Helsinki, eu teria de responder, sem vacilar, haver ido cobrir jornalisticamente o acontecimento citado naquela lista. A ordem de Moscou era para que eu lesse atentamente várias vezes a lista, guardasse na memória os acontecimentos indicados e devolvesse-a ao CC do PCUS. Achei que aquilo era um exagero: se a polícia desconfiasse de mim, bastaria revisar bem minha bagagem e encontraria material para me condenar à prisão perpétua. Li duas vezes a lista e devolvia-a ao subchefe da Seção Estrangeira. E ele:

— Pode ler mais vezes, camarada. Pode ficar memorizando-a o tempo que quiser; eu não tenho pressa e compreendo que sua responsabilidade é grande. Não se preocupe comigo; estou inteiramente ao seu dispor.

Mas eu menti solenemente que já estava tudo gravado aqui na cabeça, e ele, qualificando de prodigiosa minha memória, de “verdadeira máquina fotográfica”, apertou-me fortemente a mão, fingiu certa emoção e me desejou boa sorte. Eu partiria no dia seguinte para Zurique.

De volta ao Rio

O passaporte continha uma falha: faltava o carimbo de minha partida da Suíça. Assim, eu ia tornar a um país de onde não saíra, fazendo supor que eu cruzara a fronteira clandestinamente. Poderia devolver o passaporte aos soviéticos para que corrigissem a falha, mas não me sentia com ânimo para aguentar um só dia mais o Hotel Praha. Nas vésperas, eu tivera um incidente sério com o chefe dos garçons, um homem obtuso que não notara a importância de que seus chefes agora me cercavam, e achei que seria mais confortável, ao menos moralmente, dormir no catre de uma prisão suíça do que na cama fofa e forrada com lençóis de linho do hotel onde me encontrava. Sem comunicar a ninguém, nem mesmo a minha mulher, a falha no passaporte, tomamos o avião da SAS em Praga. Duas horas depois, quando sobrevoávamos Zurique, expliquei rapidamente a minha mulher o que havia. E no momento de passarmos pelo guichê do aeroporto, onde

examinam e carimbam os passaportes, combinamos que ela passaria na frente, com nossa filha, e eu imediatamente após. Se ela notasse que haviam descoberto a falha, tratasse de retirar a bagagem, ir para o Hotel Central, telefonar a Praga avisando o ocorrido, e finalmente regressar sem mim ao Brasil. O funcionário examinou o passaporte dela, carimbou-o, ela passou com a garota; em seguida abriu o meu, procurou a página que tinha meu retrato, depois a página que tinha a última revalidação, e displicentemente plantou mais uma carimbada no meio daquela floresta de vistos e carimbos que enchiam todas as páginas. Respirei e passei.

Na linguagem de Hollywood existe uma expressão — *stand-in* — para designar o figurante que, numa filmagem, substitui o ator durante as ações perigosas ou desagradáveis. Assim, na hora de beijar a mocinha, quem trabalha é o ator, mas quando é preciso cair do cavalo ou receber um murro do vilão, quem vai representar e ser filmado é o *stand-in*. No Partido Comunista não existe essa expressão, mas existe esse tipo de figurante. Quando Arruda exigiu que eu não partisse para o Brasil sem antes falar pessoalmente com ele, era porque, além de outras coisas, me reservara o papel de *stand-in*. Somente de cartas dos alunos do Curso para suas famílias, eu trazia umas sessenta; na maioria dos casos, duas cartas duma só pessoa. Significava isso que esteve algum emissário brasileiro em Moscou, uns dois meses antes, mandou que preparassem as cartas e, afinal, não quis trazê-las ou trouxe só umas poucas. Tendo Arruda comparecido na Escola, ao regressar da China, não podia deixar de mandar que escrevessem novas cartas, embora as anteriores continuassem em Moscou, sem que os signatários sequer suspeitassem disso. E não eram datilografadas, como no meu tempo, e sim manuscritas — o que me impedia de reduzir-lhes o volume, datilografando-as em finíssimo papel de seda, como fiz com vários outros materiais. Além disso, eu trazia documentos tão sigilosos (e até desnecessários) como, por exemplo, a cópia da carta assinada por Arruda e endereçada ao CC do PC chinês sobre a ida de dirigentes comunistas brasileiros para fazerem o curso na Escola daquele partido. E mais: uma quantidade enorme de objetos valiosos a fim de no Brasil serem transformados em dinheiro para a caixa do Comitê Central, e milhares de dólares na carteira e nos bolsos, que poderiam ter vindo de outra maneira. Arruda partiu de Praga para a Suíça levando em sua pasta vários

documentos secretos, mas em Zurique já o esperava, vindo do Brasil em avião, convocado por ele especialmente para esse fim, outro *stand-in* do Partido, ao qual entregou tudo o que ainda tinha de comprometedor. De fevereiro de 1956, quando terminou o Congresso do PCUS, até fins de junho desse mesmo ano, Diógenes Arruda (o ator) passeou pela China, frequentando a ópera, as competições esportivas, as festas tradicionais, percorrendo províncias, repousando em lugares tranquilos, escutando conferências, sendo recebido pelas autoridades e degustando, de palito em punho, a infinita série de pratos da refinada cozinha chinesa. Mas quando chegou a hora de enfrentar os guardas alfandegários e a polícia política, ou seja, na hora de correr os riscos da prisão e das torturas físicas, isso era com o *stand-in*.

Deixando no porto de Gênova minha família, já a bordo, na terceira classe do *Salta*, um navio de imigrantes argentino, tomei o trem de volta a Zurique, e dali, num avião da KLM, parti a 20 de agosto, fazendo escalas em Lisboa, Açores, Bermuda, Panamá, Guaiacuil e Lima. Na capital peruana fiquei dois dias e, pela Panagra, continuei viagem no dia 23, através de Santiago do Chile e Buenos Aires. Aqui novamente mudei de avião e segui pela Cruzeiro do Sul até Porto Alegre. Era como se estivesse dando um *drible* aéreo na polícia. Na capital gaúcha é que se ia jogar minha sorte. Quando o funcionário da Alfândega começou a abrir a mala, eu implorei num ar superior:

— Só lhe peço um obséquo: examinar com cuidado para não revolver as coisas na mala.

As duas estavam abertas, mas ele só examinou uma. Fez algumas perguntas formais sobre certos objetos (Presentes? Sim, evidente); quis abrir uma pasta de papelão, onde eu trazia vários documentos sigilosos e várias cartas de alunos da Escola de Moscou, estiradas, sem envelope (as outras estavam repartidas pelos bolsos das calças, do paletó, da capa), mas eu me adiantei, abrindo-a e explicando que “aqui só há papéis”. E ele me deixou em paz, duplamente em paz. Afinal estava livre da polícia e da direção do PCB. Porque se caísse preso, além de ser torturado e processado criminalmente, na certa seria expulso do Partido e difamado como “provocador policial a serviço do imperialismo ianque” — pois essa era a única e bem cômoda explicação que os dirigentes comunistas, em tais casos, costumavam oferecer a seus chefes soviéticos.

Era dia 24, Porto Alegre estava paralisada, o comércio de portas cerradas, em sinal de tristeza pelo segundo aniversário do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. No dia seguinte, tomei outro avião para o Rio, onde desembarquei com minha explosiva bagagem. Quanto ao ator, fazia duas semanas que havia chegado e se impacientava com a demora do *stand-in*. Comentava com outros dirigentes: “Por que demônio ele não chega logo? Estará passeando na Europa?!”

III – A MÁQUINA INFERNAL

O Partido Comunista do Brasil, feito à imagem e semelhança do PCUS, é uma organização complexa, contraditória, absorvente e, até certo ponto, incognoscível. Em situação normal, os que estão fora não têm meios para examinar-lhe as entranhas; os que estão dentro já não têm isenção para fazê-lo. Em sete meses de luta interna, trocando informações e analisando-as, aprendemos muito mais sobre a essência desse partido do que em vários lustros de militância ativa.

A parte mais compacta e atuante do PCB é formada pelo Aparelho, cujas peças íntimas — engrenagens, dispositivos, molas e parafusos — são representadas pelos “revolucionários profissionais”, que ocupam diferentes postos nos diferentes organismos. Essa máquina funciona num ambiente de sombras e entretons, de segredos e mistérios, de sortilégios e mistificações. Aquele que infrinja seu ritual é esconjurado, excomungado e condenado às penas do inferno. Como todas as sociedades secretas, só tem porta de entrada. Para sair, tem-se de escapar pela janela da execração, sob o apuro ululante dos que ficam.

Oriundo, embora, do humanismo mais puro, pretensamente a serviço dos ideais mais nobres, o Partido Comunista converteu-se no contrário de si mesmo, revelando-se um instrumento de degradação, um meio de envilecimento do homem pelo homem, uma escola de terror e opressão.

1. O sinédrio

Em fins de agosto de 1956, após três anos de ausência do Brasil desembarquei no Rio de Janeiro com o coração dolorido, mas com os meus ideais renovados pelas melhores esperanças. Aqueles foram três anos de lutas, decepções, surpresas, amarguras e também de experiências. Eu ainda não tinha localizado a causa profunda de tantos erros, agora reconhecidos, de tanto crime e sordidez, agora proclamados. Sentia-me cúmplice e vítima de tudo isso, e meu consolo e minha alegria estavam em pensar e decidir que de então em diante não compactuaria mais, sequer pelo silêncio, com qualquer atentado aos direitos e à liberdade do homem.

A agitação oriunda do XX Congresso produzia, por toda parte, uma renovação da atmosfera comunista, durante muitos anos viciada por todas as impurezas do stalinismo. Essa renovação seria uma marcha triunfante das novas ideias, dos novos métodos, através de uma autocrítica geral. Só uma insignificante minoria, supunha eu, haveria de mostrar-se reacionária e impenitente. Mas não aconteceu assim, e depois de tudo tive que tomar das armas, ao lado de alguns companheiros, e me lançar ao combate. Meu papel, nesse conflito, não teve destaque especial. Se aqui refiro sobretudo aqueles fatos em que me envolvi, não o faço com a pretensão de me achar no centro dos acontecimentos, mas porque decidi manufaturar este trabalho apenas com a matéria-prima de minha experiência e de meu testemunho pessoal.

Por coincidência, um mês após minha chegada ao Rio, abriu-se na imprensa do PCB, à revelia da Direção, um debate em torno das questões suscitadas pelo XX Congresso do PCUS. No curso desse debate, a exemplo de outros companheiros, escrevi diversos artigos no semanário *Voz Operária* (VO) e no diário *Imprensa Popular* (IP), órgãos comunistas que então se editavam no Rio. A um desses artigos, a revista *Kommunist*, de Moscou, concedeu excessiva importância, ocupando-se em rebater uma tese minha. Posteriormente, essa mesma revista, falando sobre a onda revisionista que se erguia no movimento comunista internacional, citou os representantes dessa corrente nos diversos partidos comunistas, apontando-me, juntamente com o jornalista João Batista de Lima e Silva e o antigo tesoureiro do CC, Agildo Barata, como seu representante no Brasil. Tudo

isso, com suas repercussões na imprensa brasileira, terá levado o jornalista Antônio Pôrto Sobrinho, repórter político de *O Jornal*, do Rio, a asseverar que a batalha no seio do PCB começara com meu regresso de Moscou. A verdade, entretanto, é que os protagonistas desse movimento que conduziu à desagregação do PCB foram o Sinédrio, de que eu era simples membro, e Agildo Barata. Do outro lado da barricada, tínhamos como protagonistas Luiz Carlos Prestes, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Carlos Marighella, todos eles membros do Presidium, com exceção de Pomar, que já não o era.

Esses personagens povoarão muitas das páginas que se seguem e para que o leitor melhor os identifique, farei desde logo breve apresentação de cada um deles. Começarei dando uma ideia do que foi o Sinédrio, depois falarei sobre Prestes e os componentes do “núcleo dirigente” do Partido, e por último apresentarei Agildo Barata.

Intitulou-se Sinédrio um grupo de intelectuais, sobretudo jornalistas que trabalhavam nos órgãos centrais da imprensa comunista, aqui no Rio, e participavam de sua direção. Esse grupo atuava numa dupla clandestinidade, em relação à polícia e em relação à direção do Partido. Quando regresssei ao Brasil, já o encontrei funcionando, tendo como centro a redação da *Voz Operária* e como sede a casa de um de seus membros fundadores — Ernesto Luiz Maia. Por essa ocasião, no PCB, pululavam grupos que divergiam da Direção, de tal modo que eu me vi recrutado de súbito para quatro deles, inclusive para o Sinédrio e depois para o grupo de Agildo Barata. Neste último atuaram também, até o rompimento público de Agildo com o PCB, um membro efetivo do Comitê Central, Batim, e um ex-suplente desse mesmo organismo, André Vítor. Mais dois membros do CC participavam deste grupo como simpatizantes.

Do Sinédrio fizeram parte os seguintes companheiros: Antônio Rezende, meu colega no curso em Moscou e antigo dirigente da União da Juventude Comunista; Armando Lopes da Cunha, ex-secretário de *Democracia Popular* e membro da Comissão de Propaganda do CC; Aydano do Couto Ferraz, diretor da *Voz Operária* e ex-diretor da *Tribuna Popular*; Carlos Duarte, ex-diretor da *Imprensa Popular*; Demóstenes Lobo, antigo dirigente da União da Juventude Comunista e ex-secretário da Federação Mundial da Juventude Democrática, sediada em Budapeste; Ernesto Luiz Maia, comentarista internacional da *Voz Operária*; Horácio

Macedo, secretário de *Emancipação*, jornal do Partido dedicado a questões econômicas nacionais; João Batista de Lima e Silva, redator e ex-diretor da *Voz Operária e Imprensa Popular*; Victor M. Konder, diretor da revista *Problemas*; Zacarias Carvalho, diretor do semanário *Democracia Popular* e membro da Comissão de Massas do CC; e o autor deste livro.

Os artigos que mais repercussão alcançaram, no debate — alguns deles verdadeiras bombas lançadas nos arraiais do situacionismo comunista — foram quase todos de autoria de membros do Sinédrio. O próprio debate foi aberto pelo Sinédrio. O XX Congresso terminara seus trabalhos em fevereiro de 1956 e até setembro daquele ano a direção do PCB se manteve muda e queda, com a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse. Houve apenas uma exceção: em fins de março de 1955, apareceu na *Voz Operária* um artigo sobre alguns aspectos do conclave soviético, assinado por Luiz Carlos Prestes. Esse trabalho, vago, hesitante, indefinido, foi escrito por exigência de Sivolóbov, conforme já mencionei, e bem mostrava que o dirigente máximo do PCB estava atordoado e não sabia ou não podia discutir um tema, para o qual não existiam ainda as muletas da frase feita e das fórmulas consagradas. Porque era a isso, a um repetidor de frases feitas, que se havia reduzido o antigo Cavaleiro da Esperança.

Em um folheto lançado em 1957, a redação da *Voz Operária* esboçou um quadro da vida no PCB, naqueles meses que precederam a abertura dos debates, bem digno de transcrição:

Durante meses a redação do órgão central ficou sem contato com o Presidium e o Secretariado do CC. As coisas chegaram a tal ponto que, em um período de três meses, todo o contato entre a direção e o jornal limitou-se a um rápido encontro de rua entre o camarada-diretor e o camarada Fraga. Houvéssemos acompanhado a omissão que caracterizou, nesse período, o Presidium e o próprio CC, e o nosso semanário teria deixado de circular ou ter-se-ia transformado em um boletim incolor, imprestável às suas finalidades.

Buscamos cumprir nosso dever: de um lado, orientamos as matérias políticas pelos principais documentos do Partido e, por outro lado, demos farto abrigo, em nossas colunas, às principais manifestações do movimento comunista mundial, pois era imprescindível pôr ao alcance do Partido os documentos que facilitassem aos militantes o estudo e a discussão dos problemas decorrentes do XX Congresso do PCUS, a começar pelos próprios informes, discursos e resoluções

deste. Assinalamos — sem qualquer intuito de vanglória, mas para caracterizar a omissão dos órgãos dirigentes também a esse respeito — que não o fizemos sem esforço. A publicação do informe do camarada Khrustchov¹, que propusemos ao Secretariado fazer mediante ajuda financeira extra, pois que não dispúnhamos dos recursos necessários Foi, afinal, — porque não recebemos a totalidade da prometida ajuda — feita à custa dos recursos ordinários do jornal, resultando em um *déficit* de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), que veio a recair sobre os salários dos seus redatores e funcionários. Mesmo assim continuamos a publicar os materiais do XX Congresso (discursos dos membros do Presidium do PCUS), até que o camarada Fraga ordenasse a suspensão dos mesmos, sob a alegação de que seriam publicados na revista mensal de cultura política. Continuamos, porém, a tornar públicos os mais importantes pronunciamentos de partidos ou dirigentes comunistas, que contribuíam para melhor esclarecer nossos militantes quanto aos problemas surgidos no Congresso do PCUS, ou por ele encaminhados.

Confiávamos em que, a qualquer instante, os organismos responsáveis assumissem os deveres a que vinham fugindo. Evitáramos, por isso, abrir um debate interno, fora de nossa alçada. Mas a desarticulação, o desconcerto nas fileiras partidárias, os sinais de desânimo, desconfiança e desagregação, o perigo manifesto de crise ainda maior em nossas fileiras, *impunham-nos, como nos impuseram, assumir nova quota de responsabilidade, em benefício da unidade partidária*. Encontramo-nos ante uma situação que exigia atitude firme. A nossa redação chegavam informações — responsáveis — dando conta do quanto era realmente grave essa situação. O Partido se achava praticamente parado. Militantes e organismos declaravam-se dispostos a nada fazer enquanto não se abrisse a discussão sobre os temas do XX Congresso, disposição que se refletia inclusive na queda da difusão do órgão central².

Esse estado de coisas provocou a formação do Sinédrio. O núcleo inicial se formou na redação da *Voz Operária*, na troca de ideias que se ia desenvolvendo. Depois, para que essas ideias pudessem ser mais franca e amplamente debatidas, convocou-se uma reunião para a casa de Ernesto

¹ Refere-se ao informe oficial, pronunciado publicamente, e não ao “relatório secreto”.

² *O Órgão Central e a Democratização do Partido*, (folheto redigido e editado pela redação de *Voz Operária*), pags. 6 e 7. Rio.

Luiz Maia, surgindo assim o embrião do Sinédrio. Para reuniões posteriores, foram sendo convidados outros camaradas que vinham frequentando a redação da *Voz Operária* e ali participando de uma ou outra discussão sobre assuntos ventilados no XX Congresso do PCUS, tais como Armando Lopes da Cunha, Zacarias Carvalho, outros mais.

Contaram-me que Zacarias, na primeira reunião do Sinédrio em que compareceu, mostrou-se de início extremamente cuidadoso. Quando falaram na estagnação em que se encontrava o Partido e na necessidade de fazer algo para corrigir essa situação anômala, ele concordou em que se devia achar um meio de combater isso, ressaltando, porém, que era preciso agir “em pleno acordo com o sábio Comitê Central...”. Ernesto Luiz Maia, muito radical, aparteou-o, frisando que era preciso agir de qualquer modo, com ou sem o “sábio Comitê Central...”. E deu à palavra “sábio” um tom de evidente ironia. Zacarias olhou em torno e verificou que ninguém ficara de cabelos eriçados ante tamanha heresia, e compreendeu que a jogada era para valer. Esfregou uma mão na outra, como se preparasse para o embate, e prosseguiu:

— Bem, vejo que a coisa aqui está avançada.

Sorriu, integrando-se no clima, propôs:

— Se esses sacripantas da Direção não tomam medida nenhuma, tomemos nós, por nossa conta.

Combinou-se então que Maurício Pinto Ferreira, de *Emancipação*, escrevesse à *Voz Operária*, estranhando essa calma, e que João Batista de Lima e Silva, redator deste último, respondesse. Assim foi feito, assim se abriu o debate.

Quando saiu o artigo de Batista, simultaneamente *Voz Operária* e na *Imprensa Popular*, dia 6 de outubro de 1956, sob o título *Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Todas as Cabeças*, o Comitê Central estava reunido, e alguns de seus membros receberam com ira o fato consumado, chegando a rosnar ameaças.

— Isso é uma indisciplina! — exclamou, da tribuna, Marighella.

— Lavro o meu protesto contra essa indisciplina! — fez Arruda, do meio do plenário.

— Pois eu, camaradas, saúdo os que tiveram a coragem de abrir os debates — contra-arteou Chiquinho.

As opiniões se dividiram em torno da justeza ou não da abertura da discussão. Os preconizadores de sanções disciplinares eram poucos, invocavam artigos estatutários, repetiam os chavões habituais. Outros limitavam-se a comentar, em tom de queixume, que aquilo ficava feio para um partido disciplinado como o nosso. E afirmavam, compungidos:

— Logo agora... Eles deviam imaginar que nós estivéssemos reunidos e que naturalmente iríamos abrir a discussão. É sempre o diabo da prensa pequeno-burguesa!

Outros ainda concordavam em que tinha sido um ato grave de indisciplina, mas se autocriticavam:

— Também tivemos culpa nisso. Não demos a devida assistência aos rapazes.

Assim se desenrolavam os comentários. Os bonzos mais iracundos queriam, mas ao mesmo tempo temiam propor medidas concretas de punição. E não tardaram a ser totalmente desencorajados nesse desejo pela chegada de alguns números da *IP*, contendo cartas de solidariedade a João Batista de Lima e Silva, assinadas, pelos principais redatores do jornal literário *Para Todos*. No mesmo dia 6, o romancista Jorge Amado, diretor dessa publicação, enviou a Batista uma carta, estampada na *IP* do dia 11, que assim principiava:

Meu querido Batista:

Venho de ler teu artigo na *Voz* (*Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Todas as Cabeças*) e apresso-me em trazer-te meu abraço e minhas felicitações. Artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está “em todas as cabeças” e que, como ainda não saiu das cabeças, sufoca todos os peitos, impede toda a ação, todo o trabalho, pois ninguém pode ter entusiasmo (falo, é claro, de gente honesta e sã e não de oportunistas e carreiristas) quando se sente cercado de sangue e lama e quando as consciências exigem que uma profunda, clara, completa e absolutamente livre análise dos erros seja feita, e de público, da qual todos participemos, desde o mais alto dirigente até a grande massa, que é a nossa própria razão de existir. Aproximamo-nos, meu caro, dos nove meses de distância do XX

Congresso do PCUS, o tempo de uma gestação. Demasiado larga essa gravidez de silêncio e todos perguntam o que ela pode encobrir, se por acaso a montanha não vai parir um rato.

Novas cartas de escritores comunistas da diretoria de *Para Todos* foram sendo publicadas.

Do ensaísta Moacir Werneck de Castro.

O fato de que esse debate tenha estourado como estourou, alastrando-se como uma inundação, é uma admirável demonstração de vitalidade revolucionária, é prova de que os marxistas brasileiros querem usar sua cabeça para pensar e não como mero aparelho captador de diretivas e *ukazes* baixados de um centro onipotente, situado aqui ou onde seja.

Do romancista Dalcídio Jurandir:

Confundíamos muita vez o dever com a obrigação de calar o que, interiormente, nos parecia mau e incompatível com a realidade e os hábitos e indagações de nosso espírito. E algo esbarrava, para usar um termo corrente nas novelas de João Guimarães Rosa, esse clássico de nossa língua. Esbarrava e calávamo-nos ou tentávamos uma justificação até mesmo “científica”. E quando agora nos é atirada a parte podre, exclamamos, candidamente: como foi que não vimos antes? Por que tão inconsequente e cega a nossa boa fé? Como se deu, até que ponto desfiguramos o nosso modo de pensar e mesmo de sentir, para que fôssemos tão ineficazes na ação e quase estéreis na persuasão? Em vez do pensamento revolucionário, em plena forma, tínhamos o jargão, um culto pífio, um círculo de giz e o surdo desenrolar de uma comédia trágica cobrindo, como um resto de monturo, o que nascia de melhor da cultura e da ação humana. Dói e é ridículo, meu caro.

Do poeta Santos Moraes:

Cada crime e cada injustiça foi por nós e contra nós praticado. Negávamos o indivíduo, despersonalizando-o, para em seu lugar entronizar o autômato. Fazíamos tábula rasa da cultura para exaltar o *slogan*, o jargão. Dávamos ao chefe o direito e a arrogância de pensar por todos.

Do crítico de teatro Antônio Bulhões:

Durante tempo demais nos enganamos, fomos enganados e, pior ainda, enganamos os outros. Precisamos agora, e isso é uma necessidade inclusive pessoal (sinto-a ferir-me como um cáustico), analisar o porquê de tudo, aprofundá-lo, reconhecê-lo, ou nunca sairemos deste pântano. Mas não se trata de um desabafo, não se trata de extravasar um estado emocional e dar o assunto por findo; trata-se de tomar nas mãos, com seriedade absoluta e apaixonada, o mais grave crime cometido: a moral e os princípios socialistas, de sagrado respeito à pessoa humana, foram selvagememente violados por homens que deviam ser dos criadores dessa mesma moral e esses mesmos princípios.

Além desses, manifestaram-se também redatores da *Imprensa Popular*. Vejamos as opiniões de dois deles:

Do cronista Egdio Squeff:

Eu me envergonho, perante os amigos e os leitores, mas principalmente perante a minha consciência, de ter aceito as infâmias divulgadas também em nossa imprensa contra Tito e seus companheiros.

Do jornalista Isaac Akcelrud, redator-chefe da *Imprensa Popular*:

...não resta dúvida que a tendência para o “prato feito” está no fundo de todas as dificuldades. O “prato feito” pode ser muito bonito e vir com condimentos novos. Mas não matará nossa fome, não poderá nunca dar-nos as condições subjetivas de levar à vitória o marxismo-leninismo brasileiro. Portanto, pela discussão, contra o prato feito.

Esse estado de insatisfação política, essa quase rebelião dos intelectuais comunistas serviu não só para dar cobertura ao redator indisciplinado, João Batista de Lima e Silva, como ao não menos indisciplinado diretor da *Voz Operária*, Aydano do Couto Ferraz. Mais do que isso, tornou impossível qualquer manobra no Comitê Central no sentido de adiar, uma vez mais, em torno dos problemas do XX Congresso, uma discussão que já se iniciara em todas as cabeças...

O Projeto de Resolução, aprovado pelo Comitê Central em sua reunião de outubro de 1956, num clima realmente democrático, continha algumas críticas ao PCUS, fazia uma severa autocrítica e declarava aberta a discussão... Em verdade, a discussão já tinha sido aberta; o documento do CC veio apenas oficializá-la, reconhecendo assim uma situação de fato criada pelo Sinédrio.

2. Luiz Carlos Prestes

Nessa hora dramática, a principal figura do movimento comunista no Brasil primava pela ausência. Ausência física na reunião do Comitê Central, ausência nas decisões tomadas pelos demais dirigentes, ausência nos debates travados na imprensa do PCB.

Enquanto isso, milhares de militantes, desarvorados, perguntavam por ele. Porque Luiz Carlos Prestes não era um dirigente qualquer, eventualmente exercendo a Secretaria Geral do PCB. Ele representava para a quase totalidade dos comunistas e mesmo para ponderáveis setores de nossa população o espelho e a encarnação das melhores qualidades que se atribuíam ao Partido: combatividade, honra, inteligência e espírito de sacrifício.

Baixo, de compleição atlética, bem apessoado, Prestes nasceu em 1898 no Rio Grande do Sul e fez o curso de oficial do Exército, na arma de Engenharia. Em 1924 participou de um movimento insurrecional, percorrendo todo o Brasil, desde então, à frente de uma tropa do Exército, que tomou a designação de “Coluna Prestes”, até 1927, quando a dissolveu, internando-se na Bolívia. Pelos brilhantes feitos militares dessa Coluna e por sua mensagem de liberdade, sagrou-se Prestes herói popular, ficando conhecido no Brasil e até no exterior como o Cavaleiro da Esperança.

Atraído pelas ideias marxistas, mas não tendo sido aceito nas fileiras do PCB, sob a acusação de ser um revolucionário não proletário e sim pequeno-burguês, viajou ele em 1931 para a URSS, onde trabalhou como engenheiro, a princípio, sendo depois recrutado, a 1º de agosto de 1934, para o Partido Comunista, à revelia dos dirigentes comunistas brasileiros. Assim, ingressou ele no movimento comunista, não como os demais membros, através das respectivas seções nacionais, e sim “por cima”, levado pela mão de seu descobridor, Manuílsky¹. Em 1935, no VII

¹ Dmitry Zakharovitch Manuílsky era então secretário do Comitê Executivo do Komintern e responsável direto pelos Partidos comunistas latino-americanos. Foi um dos promotores da sangrenta depuração de 1938, na URSS. Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, foi Ministro do Exterior da Ucrânia e, como tal, seu representante nas conferências da ONU. Em seguida, foi dado como gravemente enfermo, mas tinha de fato caído no ostracismo e foi

Congresso da Internacional Comunista (Komintern), foi eleito membro de sua Comissão Executiva. No mesmo ano, recebeu a tarefa de vir ao Brasil comandar a revolução nacional-libertadora que explodiu em novembro.

Nos primeiros dias de março de 1936, Prestes e sua esposa, Olga Benário, de nacionalidade alemã, foram presos. Mais tarde, Olga Benário, apesar de se achar grávida, foi deportada para a Alemanha nazista, sendo lançada ali num cárcere e depois num campo de concentração, onde a assassinaram, pouco antes do término da guerra, numa câmara de gás.

Em 1945, com centenas de outros comunistas, Prestes foi anistiado e passou a reorganizar o PCB, sendo eleito naquele mesmo ano senador pelo Distrito Federal. Logo no início de suas atividades parlamentares, em 1946, teve a inépcia de declarar que, se o Brasil entrasse numa guerra imperialista contra a URSS, os comunistas pegariam em armas contra o Governo brasileiro — declaração essa que provocou uma vaga de protestos indignados no Parlamento e na imprensa. Em fins de 1947, antes mesmo de ter seu mandato cassado, mergulhou na mais rigorosa clandestinidade. Em 1950 foi expedido por um juiz federal mandado de prisão preventiva, contra ele, coonestando assim a perseguição que já lhe vinha sendo movida pela Polícia. Anulada essa ordem de prisão, em 1958, voltou a circular legalmente no país e a desenvolver atividades partidárias, embora seu partido continuasse ilegal e ele mesmo sofresse algumas restrições em seus direitos civis, não podendo, por exemplo, candidatar-se a cargos eletivos oficiais.

O período de clandestinidade, dificultando uma aferição real dos méritos do chefe comunista, favoreceu um maior endeusamento dele, e eu fui um dos mais ativos de seus endeusadores. Sobre ele escrevi numerosos artigos na imprensa, e até o verbete que hoje consta da Grande Enciclopédia Soviética, apresentando-lhe os dados biográficos, foi escrito por mim em Moscou. Cantei-lhe as façanhas de grande militar, grande político e grande pensador, com um exagero que não era fruto de insinceridade, mas de um misticismo que velava e retocava a realidade; de uma servidão mental que

mantido na prisão até 1954, quando seu nome apareceu numa extensa lista de condenados reabilitados. Nesse mesmo ano surgiu nova edição do *Dicionário Enciclopédico Soviético*, de Vvedensky, no qual já constava de novo sua foto acompanhada de dados biográficos, indicando isso total reabilitação.

me anestesiava por completo a sensibilidade crítica. Se alguns de seus atos chegaram a me decepcionar, a decepção terá sido passageira, pois eu estava sempre disposto a relevar o que considerava pequenas fraquezas de um grande homem. Só depois de agosto de 1956, quando empreendi a revisão de concepções que antes eram ponto pacífico para mim, pude reavaliar também a figura de Prestes e perceber a enormidade das deformações causadas em sua personalidade pela máquina infernal do bolchevismo.

Já em 1930, sem pertencer formalmente às fileiras do PCB, por ele se orientava e adotou pessoalmente a mesma posição absurda daquele partido, qual fosse a não participação num embate que afetou toda a Nação, a pretexto de que a revolução de 1930² era de origem imperialista. Ainda oito anos depois, em carta ao Ten. Severo Fournier, dizia este disparate: “No entanto, que conseguiram eles com o movimento de 1930?! Substituir Bernardes ou Washington Luís por Getúlio!...”³. Assim, um acontecimento que assinalou nova etapa na história de nosso país, para ele não passou de uma substituição de homens no poder.

Regressando de Moscou em 1935 e encontrando um ambiente propício ao desenvolvimento da Aliança Nacional Libertadora, Prestes apelou para a quartelada, provocando a derrota das forças esquerdistas e oferecendo à reação o pretexto de que necessitava e se serviu para instaurar no país uma ditadura policial que se prolongou por pouco menos de um decênio.

Em 1945, em consequência direta do prestígio militar da União Soviética no mundo e da auréola de heroísmo e martírio de que vinha cingido, após nove anos de prisão, Prestes colocou-se à frente do PCB e obteve grandes vitórias partidárias. Elegeram uma bancada de dezena e

² Ao se iniciar o movimento para a sucessão em 1930 do Presidente da República, Washington Luís, e tendo este interferido na escolha de seu sucessor, os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba organizaram a Aliança Liberal, que indicou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência de República. Essa candidatura foi derrotada, o que se atribuiu a fraudes, determinadas pelo Governo. Iniciou-se então a 3 de outubro de 1930 um movimento armado, que terminou vitorioso a 24 do mesmo mês. Vargas, à testa do Governo provisório, começou uma série de reformas sociais, assegurando numerosos direitos aos trabalhadores, e modificou o Código Eleitoral, instaurando o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral especial.

³ L. C. Prestes — *Problemas Atuais da Democracia*, pag. 24 — Rio.

meia de parlamentares federais, fizeram surgir centenas de comitês populares⁴ no país, tiveram notáveis conquistas de posição nos meios sindicais, organizaram uma vasta rede de jornais no país inteiro, participaram de numerosas câmaras parlamentares de âmbito estadual e municipal, sendo majoritários nas eleições em várias grandes cidades. Além disso, foram prestigiados pela adesão de alguns dos nomes mais consagrados nos círculos intelectuais, e a suas hostes atraíram consideráveis parcelas da classe operária e da pequena burguesia.

Mas todos esses êxitos, proporcionados por uma situação objetiva toda especial, foram sendo malbaratados pela inabilidade política de Prestes e de seus auxiliares mais graduados. Começaram proclamando seu próprio monopólio das ideias progressistas, e só aceitavam aliados que se conformassem, de antemão, em ficar sob a hegemonia comunista. O resultado é que se isolaram, e já em abril de 1948, o próprio Prestes perguntava, desarvorado: “Por que diminuiu, a partir do pleito de 2 de dezembro, de eleição em eleição, com raras exceções, num noutro lugar, a votação obtida pela legenda de nosso Partido?”⁵. Um ano depois, voltava a lamentar-se: “Orgulhávamo-nos de nossos duzentos mil membros...” “...íamos ficando em geral a reboque dos acontecimentos, que repetidamente nos surpreendiam. Assim aconteceu a 7 de janeiro de 1948, quando da cassação dos mandatos...”⁶.

Sim, éramos todos testemunhas de que o ambiente indicava que o registro do PCB ia ser cassado, mas Prestes até o último minuto afirmava que não, e com tal convicção, com tal cegueira, que não providenciou sequer a retirada da sede central do Partido dos documentos mais importantes. Tais imprevidências fizeram com que a polícia se apoderasse do fichário de membros do PCB e pudessem assim prejudicar e perseguir atrocemente milhares de pessoas simples que tinham ido buscar nas fileiras do PCB a esperança de melhores condições de vida.

⁴ Organizações compostas de pessoa das mais variadas origens sociais, dirigidas por comunistas ou simpatizantes. Seus objetivos, declaradamente, eram lutar pelas reivindicações mais imediatas de uma rua, de um bairro, de um edifício. Para o PCB era uma forma de organização capaz de fortalecer sua retaguarda, como os sindicatos, por exemplo. Esses comitês desapareceram por completo, após a ilegalização do PCB.

⁵ *Problemas*, n.º 9, pag. 81 — Rio.

⁶ *Problemas*, n.º 19 (junho-julho de 1949), pag. 68 — Rio.

A propósito da cassação do registro do PCB, Diógenes Arruda relatou-nos, a mim e a um jornalista brasileiro que se achava em Moscou, em 1956, o seguinte: às vésperas do julgamento, o juiz Rocha Lagoa, que relatou o processo e votou pela cassação, pedira duzentos mil cruzeiros para votar a favor do PCB, mas Prestes não aceitou a barganha porque não acreditava na ilegalização do Partido. E quando o Tribunal, por 3 a 2, pronunciou seu veredicto, Prestes teve uma surpresa e um desgosto tamanhos que, segundo ainda afirmou Arruda, falou em suicidar-se.

Tais são alguns exemplos da inabilidade e imprevidência política de Prestes, que levaram seu partido a definhar, de derrota em derrota, até ficar reduzido a isso que aí está.

Poder-se-ia pensar que, embora mau político, talvez fosse um bom teórico da questão econômico-social. Entretanto, verificou-se que suas teses principais, neste domínio, sendo apenas o transplante mecânico de teses gerais levantadas nos organismos internacionais do comunismo, sofreram o mais rotundo desmentido.

Por exemplo: em 1946 estive no Brasil o Sr. Nelson Rockefeller, foi ao Senado e ali conversou com vários senadores, inclusive com Prestes, ante o qual defendeu o ponto de vista de que era necessário mecanizar a agricultura brasileira. Prestes replicou que isso era impossível, porquanto os proprietários de terra não iriam empatar capital em máquinas, que lhes saíam mais caro que a mão-de-obra existente em abundância no campo. Ora, nessa ocasião existiam no Brasil menos de 5 mil tratores; atualmente, 14 anos após essa categórica afirmativa, já sobe a mais de 60 mil o número de tratores em nossa agricultura.

Outra afirmação repetidíssima de Prestes era a de que o capitalismo não poderia desenvolver-se, de modo algum, no Brasil, enquanto não fizesse a reforma agrária, único meio que ele via de ampliar o mercado interno. Ora, ninguém poderá negar a importância da reforma agrária para o desenvolvimento da economia capitalista; mas transformar isso num dogma é de uma ignorância infinita. Já seu mestre Lênin encarava o problema de modo diferente, ao afirmar: “Com a economia mercantil, constituem-se unidades econômicas heterogêneas, aumenta o número de ramos da economia e diminui a quantidade de fazendas que cumprem idêntica função econômica. Esse desenvolvimento progressivo da divisão social do trabalho

é o elemento fundamental no processo de criação do mercado interno para o capitalismo”. E adiante concluiu: “A divisão social do trabalho é, pois, a base de todo o processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo”⁷. Foi assim que a realidade brasileira pregou uma boa peça no chefe comunista, pois enquanto ele vivia a falar no “atraso progressivo” do Brasil, os fatos e as cifras indicavam o oposto. Segundo uma publicação da ONU, na década que se seguiu à terminação da última guerra mundial, a taxa média anual de expansão de nossa economia foi de aproximadamente 5%, ou seja, “mais que o dobro da taxa histórica do desenvolvimento nos países industrializados”⁸.

Em suma, o que se supunha ser um pensador brilhante, um teórico dos problemas econômicos nacionais, era apenas um vulgarizador de teses gerais, que ele aplicava de modo unilateral, superficial e esquemático.

Ai, porém, de quem ousasse discordar dele. Tendo construído uma poderosa máquina de difamação, e seguindo fielmente a linha tática stalinista, Prestes agredia furiosamente a todos os homens progressistas que não se submetessem aos interesses pecebistas ou que lhe fizessem restrições. A difamação mais corriqueira era a de “agente do imperialismo americano”. Vítimas dessa infâmia foram, entre outros, o Sr. Juracy Magalhães e os dirigentes do Partido Socialista Brasileiro, João Mangabeira e Domingos Velasco. Somente porque declarou: “Não acredito na melhoria de nossas condições econômicas sem uma ampla injeção de capital estrangeiro”, o atual governador da Bahia foi qualificado de “conhecido agente do imperialismo ianque”⁹.

Aos outros dois, Prestes assim tratava:

Na arena política, acaba de aparecer no campo do imperialismo, aqui em nossa terra, mais um lidador voluntário e decidido para o combate

⁷ V. I. Lênin — *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, cap. I, itens I a III — Edições em Línguas Estrangeiras — Moscou.

⁸ *The Economic Development of Brazil*, II, pag. 3 — N. York, 1956.

⁹ *Problemas*, n.º 9, pag. 21.

do anticomunismo sistemático. Trata-se agora do Sr. Domingos Velasco¹⁰.

E de outra feita, escreveu:

...o imperialismo sabe tão bem avaliar a vantagem da permanência desse estado de coisas que já utiliza agora a demagogia “socialista” do Sr. João Mangabeira... sua submissão à reação e ao imperialismo...¹¹.

E quanto à revista *Panfleto*, que sempre se distinguiu por uma posição de esquerda e na qual até colaboravam jornalistas e escritores comunistas, o caso chegou a ser cômico. Um dia, seu diretor, Lourival Coutinho, recebeu a visita de um policial, que fora intimá-lo a comparecer na Polícia Central, sob a suspeita de estar publicando “propaganda subversiva”. Coutinho tirou então da gaveta o último número de *Problemas*, assinalou uma página em que Prestes asseverava estar aquela publicação a serviço do imperialismo, e pediu-lhe que a mostrasse ao Delegado de Ordem Política e Social. O agente da polícia foi-se embora e nunca mais voltou a importuná-lo.

Essa agressividade delirante, da parte de Prestes, só encontrava paralelo nas arengas com que outrora, em seus bons tempos, o chefe fascista Plínio Salgado ameaçava de castigo “até aos indiferentes”. E essa identidade não era casual; ambos pensaram sempre de acordo com a natureza dos regimes que pregavam, isto é, de modo totalitário.

Todo dirigente comunista é, por definição, um homem modesto, sem vaidades nem ambições pessoais. “A modéstia é a auréola do revolucionário”, proclamava-se. Por conseguinte, uma das qualidades de Prestes seria necessariamente a modéstia, e nós, jornalistas e escritores comunistas, nunca nos esquecíamos, em nossos escritos, de destacar-lhe essa virtude.

Entretanto, era ao menos de estranhar que esse homem tão modesto permitisse a seus companheiros de direção e a todo o Partido chamarem-no

¹⁰ *Problemas*, n.º 12 (julho, 1948), pag. 4.

¹¹ *Problemas*, n.º 14 (outubro, 1948), pag. 22.

publicamente, em sua presença, de “gênio”, “guia genial” e outros títulos grandiloquentes que provocavam o riso das pessoas mais sensatas.

Recordo-me de uma reunião do Comitê Central ocorrida poucos dias após as eleições no Distrito Federal, em começos de 1947. Os comunistas elegeram então uma bancada de 18 vereadores, para uma câmara composta de 50 membros. Mas o secretário geral do PCB achou que isso não bastava, e, enumerando os pontos fracos da campanha eleitoral, reclamou, referindo-se a si mesmo, na terceira pessoa, à maneira indígena: “Além disso, os camaradas não utilizaram bem o prestígio do camarada Prestes no Distrito Federal”.

A tirada espantou-me, mas, olhando em torno, vi que todas as outras pessoas pareciam ter recebido aquilo com naturalidade. Afinal, quase todos ali eram mais antigos que eu no Partido, tinham mais experiência. Então procurei, com meus próprios recursos, uma explicação — e arranjei uma, algo complicada, que transmiti a mim mesmo e me dei por satisfeito. É que sua modéstia era tamanha que ele, Prestes, fazia abstração de si mesmo, tornava-se impessoal, via em si apenas um instrumento do Partido, tanto que falava de si próprio, não na primeira, mas na terceira pessoa.

Também me chamou a atenção a resposta que ele deu a um aparte do Deputado Pereira da Silva na Assembleia Constituinte, em 1946. Discursava Prestes em torno de sua posição no caso em que o Brasil participasse numa guerra contra a URSS, quando seu aparteante salientou que na Rússia ele não poderia defender com plena liberdade, como estava fazendo aqui, semelhantes ideias. A isso Prestes retrucou com veemência: “Na Rússia, eu seria marechal do Exército Vermelho, se não tivesse morrido na guerra”¹².

Quer dizer, nem capitão nem general, nada menos que marechal.

No mesmo discurso, Prestes asseverou que as ideias não se arrancam pela força. E acrescentou, a título de exemplo:

¹² L. C. Prestes — *Problemas Atuais da Democracia*, pag. 292 — Rio.

Ficou provado isto agora mesmo no Brasil: durante dez anos meu nome foi silenciado por ordem do DIP¹³ e nenhum jornal podia publicar algo sobre a minha pessoa. Em julho de 1943 minha mãe faleceu. Meu advogado, Dr. Sobral Pinto, quis divulgar o fato, inserindo no *Jornal do Comércio* pequena nota. Foi permitido o registro, porém, com a condição de que não se dissesse que era a mãe de Luiz Carlos Prestes.

De que valeu toda essa opressão, de que valeram esses 9 anos de perseguição, esses 23 anos de vida clandestina do Partido Comunista, se em dez meses de vida legal, durante o ano de 1945, esse Partido progrediu rapidamente e passou, de um partido clandestino de 3 a 4.000 membros, para um Partido com mais de 100.000, e que levou às urnas 600.000 votos nas últimas eleições?¹⁴

Note-se que em lugar de dar um exemplo da perseguição aos comunistas em geral, porque outros também sofreram, e alguns mais do que ele, decidiu exemplificar com sua própria pessoa, num evidente pendor para a autobiografia. Poderia formar-se mesmo uma antologia com os exemplos citados, na primeira pessoa, pelo Sr. Prestes, uma antologia bem digna do título *Eu*. Em começos de 1958, ao voltar legalmente à circulação, foi o chefe pecebista entrevistado pelo jornalista Lourival Coutinho, a quem fez a estarrecedora afirmativa de que o malogrado golpe comunista de novembro de 1935 impedira a implantação do fascismo no Brasil. Ante a estupefação do repórter, que lhe recordou a ditadura do Estado Novo instaurada em novembro de 1937, Prestes afirmou, à guisa de explicação:

Quero dizer: se o regime instaurado, então, no Brasil, fosse realmente fascista, com todas as monstruosidades que caracterizam um regime dessa natureza, eu, evidentemente, não teria sido poupado, e, deste modo, creio que a estas horas não estaria aqui, vivo e são, conversando com o senhor¹⁵.

Como observou o jornalista, “durante a vigência do chamado Estado Novo cerca de 17.000 brasileiros foram vítimas de sicários que cercavam Vargas e aos quais nunca Vargas puniu. Os comunistas, principalmente,

¹³ Sigla do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão criado pela ditadura que se estabeleceu no Brasil, em 1937, com funções de propaganda do Governo e de censura sobre a imprensa.

¹⁴ L. C. Prestes — *Problemas Atuais da Democracia*, pag. 292 — Rio.

¹⁵ *Revista Panfleto*, n.º 1 (junho de 1958), pags. 52 — Rio.

foram os que mais padeceram naquela época ominosa”¹⁶. Entretanto, como o Sr. Prestes foi apenas preso, e não torturado e fuzilado, como numerosos correligionários seus, então não houve fascismo, pois ele é o grande, o maior, o único ponto de referência político na vida brasileira. Pelo visto, o líder comunista tomou demasiado ao pé da letra a asserção de Protágoras, para quem “o homem é a medida de todas as coisas”.

Ainda em começos de outubro de 1959, a caminho da China, foi o homem-metro interrogado por jornalistas franceses sobre a situação brasileira, e concedeu que havia atualmente um pouquinho de democracia no Brasil, como provava o fato de que ele, processado judicialmente mas gozando de liberdade condicional, obtivera permissão do juiz para ausentar-se do país.

Algum tempo atrás, em plena “luta contra o culto à personalidade”, na discussão pública que se iniciara no PCB em outubro de 1956, ele escreveu uma carta-aberta ao Comitê Central, de que fazia parte e que o elegera secretário geral, colocando-se soberanamente acima do CC e de todo o Partido, ao asseverar, lá de cima de si mesmo: “Confio no Comitê Central, que saberá cumprir seu dever, como depósito igualmente uma confiança sem limites no Partido em seu conjunto”¹⁷.

Assim, não era ele que devia merecer a confiança do PC e do CC; ao contrário, o CC e o PC é que deviam merecer sua confiança. “*L’État c’est moi*”, dizia o Rei Sol. “O Partido sou eu”, dizia esse rei da modéstia.

Com muita propriedade, afirmou um publicista que o bolchevismo tem uma concepção policial da História. O que está no centro dos acontecimentos, o que tudo explica e move, é a polícia. Daí que o adversário sempre se lhe apresente na pele de um agente da polícia ou a ela ligado. Daí também que a ditadura soviética e a das repúblicas populares assumam a forma de uma ditadura policial.

A concepção do bolchevista Luiz Carlos Prestes sobre o desenvolvimento da História é igualmente uma concepção policial. Eis

¹⁶ *Revista Panfleto*, n.º 1 (junho de 1958), pags. 53 — Rio.

¹⁷ *Jornal Imprensa Popular*, 25/11/1956, pag. 3 — Rio.

aqui, muito solenemente, como ele explicava a ação dos adversários do comunismo no Brasil, ao longo de todo um quarto de século. Em seu informe ao IV Congresso do PCB, em setembro de 1954, ele dizia a certa altura:

Nesses 25 anos, o inimigo tratou sempre de utilizar nossos erros para reforçar as posições de seus agentes infiltrados em nossas fileiras e para tentar dividir e mesmo liquidar o Partido. Além dos elementos trotsquistas que procuraram em 1937 explorar o descontentamento causado entre uma parte dos comunistas pela linha “seguidista” da então direção do Partido, tivemos em 1943-1945 os elementos francamente liquidacionistas que, infiltrados em nossas fileiras e tendo à frente Fernando Lacerda, quiseram aproveitar a situação que então atravessamos para realizar seus objetivos criminosos¹⁸.

Depois acrescentou que “mais recentemente, quando começamos a fazer maiores esforços no sentido da consolidação política, ideológica e orgânica do Partido, tivemos de enfrentar e esmagar as tentativas fracionistas do aventureiro nacionalista José Maria Crispim que se infiltrou em nossas fileiras e que, à sombra das tendências reformistas no período da legalidade do Partido, conseguiu chegar à posição de membro do seu Comitê Central”. E concluiu o período com estas palavras: “desmascarado, não passa hoje de vil instrumento de provocação policial a serviço dos piores inimigos de nosso povo”¹⁹.

Tudo são infiltrações, policialismo, serviço ao inimigo. E essa atitude não é de agora, porque não é de agora que ele assimilou ao menos esta parte do bolchevismo. Já em 1938, na prisão, dirigiu uma carta ao Ten. Severo Fournier, que começava assim: “F. Escrevo-lhe estas linhas, a fim de que não fique em falta o amigo que lhe prometeu este bilhete. Confesso-lhe porém que o faço com receio — não por mim, mas pela segurança do próprio intermediário. Sei que o senhor é amigo do Dr. B. V. (1) e tenho fundada desconfiança de que ele esteja ligado à Polícia”²⁰. Embaixo, no pé da página do livro em que se publicou essa carta, vinha a nota: “(1) Belmiro Valverde”.

¹⁸ *Problemas*, n.º 64, pag. 92 — Rio.

¹⁹ *Problemas*, n.º 64, pag. 93 — Rio.

²⁰ L. C. Prestes — *Problemas Atuais da Democracia*, pag. 23 — Rio.

Quem teve conhecimento do que foi a atitude digna e desassombrada desse político, não obstante ter abraçado, para depois repelir, o integralismo, só pode encarar com repulsa essa acusação. É interessante notar que nessa mesma carta, Prestes escreveu o seguinte: “Será que algum brasileiro patriota poderá negar o desinteresse e o elevado patriotismo de homens como Costa Leite, Barata, Silo Meireles e tantos outros?”. Entretanto, foi o mesmo Prestes que veio acoimá-los um por um, mais tarde, de policiais, quando divergiram e se afastaram do Partido — Costa Leite e Silo, ainda em 1945; quanto a Agildo, recebeu o epíteto de policial em março de 1959, em artigo de Prestes publicado no segundo número de *Novos Rumos*.

A facilidade com que muda de opinião em relação aos seus companheiros de luta, passando dos elogios à difamação, não é produto de uma leviandade de caráter, como parece à primeira vista, mas de um misticismo profundo e de um estreito sectarismo, que o levam a pautar sua conduta exclusivamente pelos cânones partidários, pelo que supõe ser o interesse do povo e da revolução. Como dizia um de seus mestres: “Tudo que ajuda a revolução é moral; tudo que prejudica a revolução é imoral”. Já em 1930, segundo testemunho do General Goes Monteiro²¹, Prestes delatou oficiais com quem conspirara, logo depois que mudou de opinião e atitude sobre aquele movimento. Assim contou Coes Monteiro o fato: “Em abril fui chamado a Porto Alegre e me foi dado a conhecer pelo Sr. Oswaldo Aranha e meu irmão Cícero, que ali se encontrava, o rompimento definitivo com Prestes. Os Srs. João Alberto e Siqueira Campos iriam a Buenos Aires com o fito de demovê-lo da sua intransigência comunista. Mas tudo seria inútil. Prestes nem sequer devolveu o dinheiro que lhe haviam confiado para a compra de armamento e ainda ameaçou denunciar os preparativos da revolução e os seus antigos companheiros de luta — o que fez mais tarde, escrevendo nesse sentido ao Ministro da Guerra de Washington Luís, General Nestor Passos”.

Pouco tempo depois, achando-se na União Soviética, num momento em que se travava ali a luta de tendências entre trotsquistas e stalinistas,

²¹ Lourival Coutinho — *O General Goes Depõe...* pag. 69 — Livraria Editora Coelho Branco, 1956 — 3ª edição — Rio.

Prestes tomou partido radicalmente a favor dos stalinistas, que estavam no Governo, denunciando ao Partido e à polícia soviética os trotsquistas que procuravam atraí-lo para seu lado. Esse episódio, conhecidíssimo (e enaltecido) nos círculos dirigentes do PCB, foi mencionado por alto num artigo biográfico publicado no nº 6 (janeiro de 1949) da revista comunista *Problemas*, pág. 90: “Na URSS, os trotsquistas, então infiltrados no movimento operário, tentam envolver Prestes. Procuram dificultar sua vida, mostram-lhe as dificuldades como se elas fossem intransponíveis na luta pela construção do socialismo. Prestes observa tudo isso e, ao contrário do que pretendiam os provocadores trotsquistas, reforça ainda mais sua convicção na vitória do socialismo”.

A denúncia que fez dos trotsquistas, numa reunião de que participou Manuílsky, granjeou-lhe a confiança dos soviéticos e ele pôde assim ingressar no Partido Comunista.

Pode-se, pois, ter a certeza de que se amanhã Prestes renunciar ao comunismo e entrar para um convento, conforme a profecia tantas vezes enunciada pelo Sr. Oswaldo Aranha, ele não vacilará em entregar à polícia todo o Comitê Central do PCB, convencido de estar praticando um ato necessário à salvação da humanidade.

O Partido Comunista do Brasil chegou a ser, em certa época, o partido mais importante, no gênero, na América Latina, e Prestes o dirigente comunista mais famoso desta região. Quando em 1949 se restabeleceram os laços entre o PCB e o PCUS, os dirigentes soviéticos trataram de utilizá-lo para chamar à ordem alguns Partidos Comunistas da América Latina que andavam fazendo as coisas por conta própria. Mas esses Partidos, embora submissos ao de Moscou, não se conformavam com a tutela de Prestes. Nesse sentido, ouvi amargas queixas tanto de Codovilla e de Sera, representante argentino no Kominform, como do costarriquenho Manuel Mora.

Aliás, mesmo antes do restabelecimento das ligações com o PC soviético, Prestes já posava como dirigente máximo latino-americano, e ministrava gratuitamente lições ao PC argentino, sustentando uma fração contra outra e dando apoio aberto a Perón, que era então combatido pelos comunistas argentinos.

Estava eu um dia numa das casas do Aparelho do PCB, quando Diógenes Arruda me entregou para datilografar em papel de seda um artigo de Prestes, que atacava duramente o PC argentino. Informou-me Arruda que o artigo era para ser publicado no órgão do Kominform — e que se tratava de assunto mais que secreto. Posteriormente, somando informações de Sera com outras informações do próprio Arruda, vim saber da história completa, e pude concluir que Sivolóbov havia praticado uma chantagem contra Codovilla, utilizando Prestes como instrumento.

O PC argentino não era tão submisso ao PC soviético, como o brasileiro. Guardava, até certo ponto, uma aparência de personalidade. Por isso mesmo, enquanto os comunistas brasileiros tudo obtinham de Moscou — inclusive cursos na Escola Superior do PCUS, em turmas de até 50 pessoas — os argentinos eram tratados a pão e água. Em certo momento, Sivolóbov arquitetou um meio de dobrar os argentinos: mandou Prestes escrever esse artigo, afirmando que seria publicado no *Por Uma Paz Duradoura, por Uma Democracia Popular*; de posse do artigo, mostrou-o a Codovilla, dizendo-lhe: “O camarada Prestes nos pediu para publicar este artigo; nós o lemos, achamos que está justo e vamos publicá-lo”. Parece que Codovilla cedeu no essencial, e então Sivolóbov declarou que ia aconselhar Prestes a não publicá-lo. E mandou dizer por Arruda: “O melhor é publicar o artigo primeiro no Brasil, no jornal de vocês; depois nós o publicaremos aqui”. Arruda, que já vivia intrometido nessas manobras brasileiro-soviéticas contra os argentinos, recebeu o trabalho de volta, compreendeu que não interessava mais publicá-lo, e não se publicou nem se falou mais nisso.

Outro caso. Em fins de 1955, indo a Praga, ali encontrei o chefe do PC de Costa Rica, Manuel Mora. Aproveitei o ensejo para obter informações sobre a política nacional e o movimento comunista em seu país. Um dia ele resolveu que eu iria jogar xadrez com ele, e como eu não soubesse sequer os nomes das peças, ele tudo me ensinou pacientemente até que pude, com minhas próprias forças, enfrentá-lo numa partida. Antes de mover uma pedra, ele meditava muito e, no intervalo de cada jogada, ia comentando, como que por acaso, a interferência aberta de Prestes em assuntos relacionados com o PC de Costa Rica, que, aliás, adotava o nome de Vanguardia Socialista Popular. Nem me lembro como ele desviou a conversa para esse ponto. Estávamos falando sobre o tempo, o calor no

Brasil, a eterna primavera costarriquense; de súbito, não me lembro a pretexto de que...

— Numa situação delicadíssima e complexa, com o país em guerra civil, só mesmo quem estivesse lá — dizia-me ele — poderia conhecer todas as nuances, sopesá-las e opinar com segurança. Por isso, ficamos surpreendidos com o artigo que Prestes publicou em *Problemas*, naquela ocasião, criticando-nos de modo tão categórico e tão acerbo, aparentando um conhecimento de causa que, de fato, lhe faltava. O desconhecimento de Prestes — prosseguiu ele, movendo outra peça — chegou ao ponto de verberar a atitude do PC do Haiti, por haver decidido autodissolver-se, quando o Partido que ele criticava não era o verdadeiro partido comunista, mas uma associação de aventureiros que adotara também o nome de comunistas. Assim, naquela região, onde nós conhecíamos esses detalhes, que naturalmente eram ignorados de vocês, lá no Sul, a crítica de Prestes nem pôde ser levada a sério.

No final do jogo, eu tinha perdido não só a partida, como o moral: sentia-me abatido e ridículo, como se fosse eu o autor do malsinado artigo. Pois não dizia Lênin que o Partido responde por todos os comunistas e cada comunista isoladamente responde por todo o Partido?

Essa imponência de Prestes, que o levava a interferir assim na vida dos demais Partidos Comunistas latino-americanos, contrastava fundo com sua subserviência política e intelectual ante os soviéticos, abdicando mesmo da faculdade de pensar com a própria cabeça, para se transformar num títere de burocratas opacos como Sivolóbov. Até no PCB ele se deixava arrastar pelo nariz. Com efeito, durante todo esse tempo de clandestinidade, exagerando as medidas de segurança, Prestes só mantinha contato com Arruda e depois com Amazonas também. Oculto e distante, a blasonar que se achava no “coração do continente”, ele desempenhava o papel de presidente de honra da agremiação stalinista, emprestando a popularidade de seu nome e sua própria assinatura para cobrir todos os desatinos cometidos por um bando de aventureiros submissos a Moscou.

Esse bando se intitulava, pomposamente, de “núcleo dirigente” do Partido.

3. O “núcleo dirigente”

Diógenes Arruda

Diógenes de Arruda câmara era quem encabeçava o “núcleo dirigente”, no período seguinte à ilegalização do PCB, em 1947. Alto, espadaúdo, cabeça chata de pernambucano, fronte ampla com entradas bem fundas, bigodes espessos e largos, sem aparar, à maneira de Stálin, ele era descuidado no vestir, grosseiro nos gestos (cortava as unhas com canivete, enxugava o suor da testa com dois pedaços de papel de embrulho) e no trato com os camaradas (falava a todos com aspereza, para ser temido). Se um dia ganhasse estátua, penso que o escultor, pautando-se pelo realismo socialista, deveria talhá-la em madeira, a golpes de machado.

Prepotente, não fumava e não permitia que ninguém fumasse nas reuniões em que ele estava. Extremamente desorganizado, marcava a mesma hora para que dez pessoas diferentes viessem falar com ele; atendia a quatro ou cinco, e ao fim de umas duas horas, saía — alegando ter coisa urgente e importante a fazer — e mandava que os restantes e outros mais, chegados depois, voltassem no dia seguinte, quando a mesma cena se repetia. Nos primeiros tempos em que fui trabalhar como seu secretário, tentei organizar-lhe as audiências, mas ele mesmo marcava as horas (pois não admitia que ninguém fizesse nada em seu nome) e minha boa intenção se tornou impraticável. Parecia mesmo que essa desorganização, no caso das audiências, era proposital, para se dar importância. Certa vez, marcou entrevista com um grupo de intelectuais comunistas, entre os quais havia nomes da maior projeção. Advertiu que todos estivessem lá às 8 horas da manhã, sem falta, pois não podia perder tempo, esperando por eles. Bem sabia que sacrifício seria para aqueles homens, habituados a dormir tarde, chegar tão cedo a uma reunião. E o pior é que ele próprio só apareceu no local da entrevista às 9 horas e meia, quando alguns já se dispunham a ir embora. Cabelo despenteado, barba por fazer, Arruda — que dormira até 8 horas e 30 — entrou na sala e foi dizendo, à guisa de cumprimento :

— Isso é que é vida! Todos bem dormidos, de cara repousada, enquanto eu nem pude fazer a barba... Vamos, vamos logo começar isso, que eu tenho muito que fazer hoje!

De outra feita, às 7 horas da noite, quando intenso ia o trabalho na redação da *Imprensa Popular*, ele me mandou telefonar para que daquele jornal enviassem imediatamente um redator a fim de tomar nota de umas declarações suas para saírem no dia seguinte. O diretor enviou um dos redatores mais qualificados, Paulo Motta Lima, que chegando ao local em que se achava Arruda, ficou esperando de pé uns quinze minutos. De súbito, visivelmente indignado, Paulo se retirou. Avisei a Arruda que ele se retirava, e Arruda o chamou, interpelando-o por que se ia.

— Porque isso é uma desorganização — retrucou. — Eu estou trabalhando, tenho muito que fazer, larguei tudo, vim aqui quase correndo, pois me disseram que era urgente, e fico esperando quinze minutos...

Coisas assim Arruda não estava habituado a ouvir: disse a Paulo que podia ir-se, agarrou o telefone e gritou para o diretor do jornal que de outra vez mandasse um jornalista educado... Daí por diante, quando se referia a Paulo era chamando-o de “aquele udenista”, com o sentido equivalente ao de “aquele burguês”, além de proferir nomes ofensivos a seu respeito, sem a menor consideração por um homem que resistira dignamente às torturas policiais nos cárceres de Pernambuco, quando Arruda nem sequer ainda era comunista.

Com o ar superior de um “coronel” da roça, quando se dignava tratar alguém com intimidade, chamava-o “perna de pau”; quando queria exprimir um sentimento de desgosto por qualquer coisa, usava interjeições muito próprias e pitorescas (“ai, meus setecentos clavinotes!”), que seus admiradores passavam a repetir. Quando escrevia, sua letra desalinhada, em grandes caracteres, enchia logo a página e era quase ilegível; além disso, a ortografia era de semianalfabeto (escrevia *deixa* com *ch* em lugar de *x*) e praticava todas as infrações gramaticais. Sendo a maior negação que já vi para idiomas, atravessou várias vezes a Europa, de ponta a ponta, sem quaisquer dificuldades, conversando apenas por mímica, como os surdos-mudos. Mesmo em português, seu vocabulário era reduzidíssimo. Contudo, manejando essas poucas palavras, ajudado por sua grande inteligência e forte personalidade, ele pontificava sobre todos os assuntos — economia, música, aviação, História do Brasil, culinária, materialismo dialético, cosmogonia, tática revolucionária leninista, e agronomia — em que era formado. Enorme era sua capacidade de trabalho. Passava às vezes uma semana dormindo duas ou três horas por noite, mas quando terminava a

tarefa e arriava o corpo, onde quer que se achasse, dormia até fartar-se. Certa vez deitou-se, em sua casa, depois do almoço, pretendendo levantar-se às 18 horas, mas faltou a todos os encontros e só foi acordar no dia seguinte às 19 horas. Dormiu então 29 horas seguidas, e ao despertar sentiu, como ele mesmo disse, disposição de pegar touro a unha. Como que andava aos solavancos, mas andava sempre para adiante e fazia todo o Partido andar.

Tinha a estrela e a audácia dos grandes aventureiros. Se houvesse nascido na Europa medieval, teria descoberto o caminho das Índias, chefiado uma das Cruzadas para libertar a Terra Santa ou aterrorizado todos os mares como o maior capitão de piratas. Ao chegar à capital da Bahia, aí pelo ano de 1936, como funcionário do Ministério do Trabalho, tinha vinte e poucos anos de idade, provocava badernas nos cabarés e depois — com os choques de rua que se verificavam entre grupos de esquerda e de direita — acabou pondo a serviço da pequena organização comunista regional seu espírito e disposição de briga. Possuía de uma desvairada ambição de mando, obteve rapidamente posições dirigentes no Partido Comunista. Casou-se, foi para São Paulo, ficou cuidando da própria vida, que estava difícil, mas ao mesmo tempo mantinha ligações com um reduzidíssimo grupo de camaradas.

Em fins de 1940, o Partido Comunista estava esfacelado em São Paulo e no país inteiro. Alguns velhos militantes, que tinham escapado de ser presos nas repressões policiais daquele ano, formaram no Rio uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Arruda então veio ao Rio e, proclamando-se reorganizador do Partido em São Paulo, isto é, no maior centro operário do país, negociou a reunificação dos dois grupos em bases vantajosíssimas para ele. Acontece, porém — conforme me referiu um camarada que com ele residia então — que em São Paulo ainda não existia organização comunista alguma, e em nome dessa organização inexistente ele assumiu praticamente a direção da que se formara no Rio. Quando a situação política o permitiu, ele enviou emissários a alguns pontos do Brasil, estabelecendo ligação com outros grupos que restaram de pé ou se vinham reorganizando. Assim, com a saída de Prestes da prisão em 1945 e a subsequente vinda do PCB para a legalidade, crescendo com vertiginosa rapidez — graças à onda emocional provocada pelo martirologio dos comunistas presos e torturados, bem como pelas vitórias

militares dos soviéticos, — o lugar de Arruda estava definido já como o segundo dirigente do PCB. As tentativas de Pedro Pomar de passá-lo para trás, fracassaram.

Pedro Pomar

Pedro Pomar tinha uns trinta anos de idade, quando o PCB veio para a legalidade. Era alto, magro, amarelado, ligeiramente fanhoso, meio careca, os bigodes ralos cor de cobre. Ex-estudante de Medicina, possuía cultura abaixo da média; expressava-se com dificuldade tanto oralmente como por escrito, mas não se podia dizer que fosse obtuso. Considerava-se mesmo como um dos intelectuais da direção do Partido e, como tal, foi escolhido para prefaciá-lo o livro *Problemas Atuais da Democracia*, de autoria de Luiz Carlos Prestes, um volume de 515 páginas, aparecido em 1946, no qual se enfeixavam as obras completas do líder comunista, a partir de 1935: cartas, bilhetes e telegramas a correligionários políticos e a jornais, de mistura com informes e discursos.

Conheci Pomar nos seus mais gloriosos dias, quando ele fazia parte do Presidium do Partido, desempenhava as funções de Secretário de Educação e Propaganda do Comitê Central e de diretor da *Tribuna Popular*, além de ser 4º Secretário da Câmara dos Deputados. Ademais, exercia sobre Prestes uma influência tão sensível que Arruda classificou de “nefasta”. Em várias ocasiões, procurou aumentar a distância que o separava de outros dirigentes que vinham logo após ele, na escala hierárquica, como João Amazonas e Maurício Grabois. Mas, sobretudo, tentou conquistar o posto de lugar-tenente de Prestes, desbancando Arruda. Não o conseguiu, porém, e quando em fins de 1947 Prestes refugiou-se nos subterrâneos da clandestinidade, Pedro Pomar, que nele se apoiava, ficou à mercê de Arruda e foi sendo por este perseguido, castigado, sistematicamente rebaixado, até perder toda sua capacidade de concorrência.

Primeiro foi afastado do Secretariado, depois do quadro de membros efetivos do Presidium, depois do quadro de suplentes do Presidium, depois do quadro de membros efetivos do Comitê Central, ficando apenas como suplente desse organismo. Foi, ainda, alijado do plano nacional de atuação e enviado para o Rio Grande do Sul, como dirigente regional. Quando o

trouxeram de volta ao plano federal, como encarregado nacional de Educação, era já um homem batido, sem quaisquer veleidades de competir com Arruda.

João Amazonas

Durante muito tempo, só dois homens tinham, pois, lugares fixos na hierarquia do PCB: Prestes e Arruda. O terceiro homem só iria definir-se aí pelo ano de 1950, na pessoa de João Amazonas, que logo em meados de 1945 repontou entre o grupo dirigente que cercava Prestes. Pouco antes fugira, com Pedro Pomar, da prisão em que se achavam no Pará, Estado natal de ambos, e viera para o Rio, onde passou a trabalhar no Sindicato da Construção Civil, como contador, segundo uns, ou como desenhista técnico, segundo outros.

Baixo de estatura (terá 1m55), cabelos pretos e lisos, tipo índio, com menos de 40 anos de idade naquele tempo de sua ascensão política, foi consolidando pouco a pouco sua posição. A sua frente achavam-se então Pomar e Grabois. Mas o primeiro, como se viu, foi fragorosamente derrotado, e o segundo, apesar de apaniguado de Arruda, teve sua carreira interrompida por ser judeu, pois logo que o PCB se ligou ao PCUS, em 1949, começou a receber dos soviéticos advertências antissemitas. Assim a estrada ficou desimpedida para o avanço do astuto Amazonas.

Enquanto isso, Arruda cuidou de, segundo a expressão que costumava usar, “quebrar a crista” de seu substituto eventual: em presença de vários outros camaradas, a qualquer pretexto ou sem pretexto, dava-lhe “duros” violentos, tratava-o a gritos. E ele replicava em seu tom habitual, sereno, sem se irritar, sem franzir o cenho; e quando Arruda, amainando a tempestade que armara de propósito, desanuviava o rosto e sorria, já encontrava Amazonas de sorriso esboçado no canto da boca.

Naturalmente não bastava ser humilde para ascender àquela posição. Amazonas possuía outros títulos: estivera preso várias vezes, era um bom orador, redigia com facilidade (dentro do reduzido vocabulário e da despreocupação e ignorância gramatical comuns aos dirigentes comunistas) e, em dois anos de Parlamento, como deputado federal pelo PCB, não fez má figura. Sobretudo, nunca teve a veleidade de pôr a cabeça para pensar:

assimilava os dogmas da “linha justa” e se esforçava para colocá-los em prática.

Mas foi vendo nele um indivíduo humilde até o servilismo, aparentemente incapaz de ambicionar-lhe o posto, que Arruda o elevou à situação de vice-chefe executivo do Partido. E ele ali ficou, não sem ambição, mas sem ousadia de disputar-lhe o lugar, até que a reviravolta no Partido afastou-os, a ambos, da direção nacional.

Mauricio Grabois

Encontrava-se também no “núcleo dirigente” o indivíduo Maurício Grabois, figura galhofeira que muita gente não levava a sério. Como falasse pelos cotovelos, puseram-lhe apelido de “Vitrola”. Tem hoje perto de 50 anos de idade, mas continua do mesmo modo: cercado de dirigentes menos graduados, delicia-se em contar casos sobre si mesmo ou sobre outros, em tom pretensamente humorístico e dos quais ele próprio acha uma graça infinita. Como estudara alguns anos no Colégio Militar, aprendeu de Matemática o suficiente para resolver uma equação de segundo grau. E narra numerosos episódios, relacionados com as Matemáticas, que representam em verdade apenas este, com variações mínimas: chegou em casa de um companheiro, a filha do homem estava atrapalhada com os deveres escolares, sem saber resolver uma equação de segundo grau, aí ele resolveu e ensinou a resolver, a mocinha ficou encabulada como era que um dirigente comunista sabia essas coisas, e ele arrematava a história, exclamando:

— Ora, vejam só. Essa gente pensa que nós somos uns ignorantes!

Constava ter nascido na Bahia ou lá chegando quando ainda criança, e esta foi uma das circunstâncias que o aproximaram do grupo de Arruda, composto quase todo de baianos, e o transformaram em seu protegido, em homem de sua confiança. Desde os primeiros tempos de sua juventude, vivia ligado ao movimento comunista, mas sua folha de serviços revolucionários era pouco mais que branca.

Em 1945, quando o PCB se tornou legal, Grabois abandonou a companhia de aviação Panair, onde trabalhava como cobrador de rua, e passou a ser funcionário remunerado do Partido, empreendendo uma

carreira rápida e espetacular. Tatibitate no falar e no escrever, conversava sacudindo a cabeça para o lado esquerdo, sendo esse cacoete, aliás, sua manifestação esquerdista mais séria. Porque em tudo mais era oportunista e jovialmente cínico.

Grabois não acreditava em teorias. Era o que se chamava, na gíria partidária, um praticista. De Marx, Engels, Lênin ou Stálin, autores obrigatórios no movimento comunista, ele só havia lido os títulos de algumas obras ou trechos esparsos de outras. Devorar todo um livro daqueles era façanha de que jamais se gabou. Da *História do PCUS*, a bíblia do bolchevismo, só conhecia episódios e citações, aprendidos de oitiva nas reuniões da Direção. Entre seus nomes de guerra, figurava, por ironia de alguns companheiros, o de Professor. Era frequente alguém sorrir e comentar em certas rodas da Direção: “O Professor não acredita nessa história de livros; nada além do jornal”.

Sua filosofia da vida partidária consistia em manobrar para não ser afastado dos postos dirigentes. É certo que essa filosofia era comum aos demais dirigentes; a diferença residia em que ele, encantado com suas próprias manhas, proclamava-a abertamente. Costumava dizer: “Aquele que chega à Direção e depois cai é porque é bobo”. Sem princípios nem convicções firmes, adaptava-se facilmente às situações novas, por mais adversas que fossem. Assim, em 1949, quando Arruda empreendeu no PCB, sob a influência soviética, sua campanha contra os judeus, fazendo-lhes restrições de toda sorte, atribuindo-lhes defeitos incorrigíveis, asseverando mesmo que no Partido só havia um ou dois judeus realmente comunistas, Maurício Grabois, que também era judeu (decerto um dos dois únicos judeus comunistas, de que falava seu protetor), converteu-se num antissemita furibundo. Causava estupefação ver esse homem de corpo adiposo, pele sanguínea e nariz levemente adunco, com as características físicas de seus semelhantes israelitas, a empregar a palavra *judeu* em sentido pejorativo, como xingamento, referindo-se a certos camaradas.

Gostava de contar e ouvir anedotas, recebendo constantes críticas pelo fato de não impor disciplina nas reuniões que dirigia. Quando o CC se reunia, não raro o designavam chefe da disciplina, para que desse modo tivesse mais responsabilidade e não contribuísse, como membro do Presidium, para a falta de ordem dos demais participantes: conversas nos corredores, risadas altas, uso de cigarros em momentos proibidos.

Do ponto de vista da segurança, era um visionário, quero dizer, um homem que costumava ver fantasmas policiais. Certa noite, estávamos na sala de um apartamento, esperando-o para uma reunião clandestina, quando ele entrou transfigurado, o rosto branco como vela, afirmando ter visto nas imediações determinado agente da polícia secreta. E lendo incredulidade em nossas fisionomias, acrescentou: “E vocês me conhecem, sabem que não sou assombrado; eu o vi, estava ali na esquina.” De outra feita, estabeleceu enorme confusão num apartamento do Aparelho. Ao subir a escada, notou passos atrás de si, voltou-se e viu alguém parecido com certo policial. Subiu os outros degraus correndo, tocou a campainha, entrou, deu o alarme e fugiu pela porta de serviço, com um dirigente do PC paraguaio que lá se achava. O pior era que Arruda estivera no apartamento e saíra, devendo voltar dentro em pouco. Havia, pois, o perigo de que, ao chegar, caísse na armadilha e fosse preso. No entanto, Arruda voltou, entrou, recebeu o aviso do perigo, saiu afobado e não viu policial algum. Eu também estivera nesse apartamento meia hora antes, e por isso fui criticado, pois acharam que provavelmente eu teria levado “rabo”, isto é, sido seguido por um policial, sem notá-lo. Era essa uma forma de aceitar como verídico o conto fantasista de Grabois e, portanto, de não deixar desmoralizado um membro da Direção.

Arruda apreciava-o muito porque, nas reuniões da Direção, Grabois secundava o que ele dizia. E também porque Arruda o tratava a gritos, fazia-lhe críticas em tom violento, sem que ele jamais erguesse a voz para replicar, limitando-se a justificar o que fizera. Não fingia a humildade de Amazonas, mas era sincero na resignação com que suportava esses abusos. Certa vez entrou num apartamento em que diversos companheiros, inclusive o então diretor da *Voz Operária*, João Batista de Lima e Silva, o esperavam para uma reunião. Viram-no entrar e ficaram apreensivos imaginando alguma catástrofe, pois Grabois trazia ainda os olhos úmidos de lágrimas. Sentou-se e antes que lhe perguntassem algo, foi desabafando:

— Acabei de receber a crítica mais dura de minha vida.

Houve um silêncio pesado de constrangimento. Ele enxugou as lágrimas; dessa vez não haveria piadas nem anedotas. A reunião começou em seguida.

De acordo com sua filosofia de fazer tudo para não ser rebaixado da Direção, Grabois nos advertia contra o perigo das afirmações categóricas. E nos transmitia sua experiência:

Você tem que deixar sempre uma saída, uma margem para manobras. Isso é que é dialética. Eu, por exemplo, quando afirmo uma coisa, ponho sempre um calço, uma expressão que me possa defender depois. Basta acrescentar um “mais ou menos”, “aproximadamente”, “talvez”, “a bem dizer”, “segundo penso”...

Piscava o olho, puxava a ponta do nariz com dois dedos, deduzia:

— Do contrário, meu velho, você não vai longe... Nunca ouviu falar na comparação que o velho Stálin fez do Partido? O Velho disse que o Partido é como um trenó descendo uma montanha em grande velocidade: quem não se segurar bem, pula fora e fica no meio do caminho. Pois na Direção a coisa é pior ainda!

Não obstante, esse homem medíocre e ignorante foi elevado às culminâncias da direção partidária. Ocupava um lugar no Presídium e no Secretariado do CC, teve seu nome incluído entre os “candidatos preferenciais” do Partido nas eleições para o Parlamento, em 1945, sendo posteriormente designado líder da bancada comunista na Câmara Federal, dessa mesma bancada de que participavam Arruda, Amazonas e outros dirigentes de nível político bastante superior ao seu, além de intelectuais de renome como Jorge Amado. Mas Arruda queria ter nos postos-chave homens de seu grupo, e assim, quando alguém fazia restrições a Grabois, ele o defendia:

— Você está enganado. Maurício tem grandes qualidades. De todos nós dirigentes é o que possui maior visão tática.

Carlos Marighella

Já o caso de Carlos Marighella diferia dos outros membros do “núcleo dirigente”, sob certos aspectos, e se assemelhava ao de Agildo Barata, porque ambos gozavam de prestígio entre as massas populares, ao passo que os outros dirigentes aqui mencionados, salvo Prestes, possuíam apenas um prestígio circunstancial e precário, conferido pelo posto que ocupavam. Por isso mesmo tanto Marighella como Barata sofreram violenta

campanha por parte do grupo encastelado na Direção. Eram membros do Comitê Central, mas não do Presidium nem do Secretariado. Para subir aqueles dois degraus, teriam de se dobrar, amoldando-se à situação, humilhando-se ante o grupo de Arruda. Agildo Barata não se amoldou, não se humilhou e por isso jamais chegou a ser membro do Presidium ou do Secretariado. Marighella, porém, deixou-se triturar nas engrenagens do Aparelho e terminou conquistando um lugar naqueles órgãos.

Descendente de negro e italiano, alto e escuro como um gigante de ébano, Carlos Marighella nasceu na Bahia, onde conquistou fama nos meios estudantis por sua inteligência, seus dons oratórios e suas atividades esquerdistas. Não chegou a terminar o curso de Engenharia porque as vicissitudes da militância comunista não o permitiram. Esteve preso várias vezes e, segundo o testemunho de pessoas insuspeitas, resistiu com bravura às torturas físicas que lhe foram infligidas pela polícia. Em 1945, beneficiado pela anistia, saiu do cárcere juntamente com outros comunistas, sendo eleito nesse mesmo ano deputado federal por seu Estado natal. Na Câmara agia com a mesma jovialidade dos tempos de estudante, gozando por isso de simpatia entre os jovens comunistas.

Em 1948, já na clandestinidade, foi enviado para São Paulo como um dos principais dirigentes do Partido ali. Por esse tempo, Arruda iniciou o processo final e definitivo de “quebrar-lhe a crista”. De que o fez com êxito, pode-se avaliar por este episódio narrado a um grupo de companheiros pelo próprio Marighella:

— Em 1948, quando fui para São Paulo, arranjei um uniforme azul de tripulante da Panair, a fim de me disfarçar. Certa noite, eu tinha um “ponto” e fui todo fardado: o uniforme azul bem passado, o quepe ligeiramente inclinado para o lado. Ninguém me identificaria. Mas nesse dia, inesperadamente, Arruda chegou a São Paulo, entrou em contato com o camarada que me mareara o “ponto” e, em lugar dele, foi encontrar-se comigo... Seu moço! Quando ele me reconheceu, a uns dez metros de distância, veio logo com o dedo apontando para minha cara e ameaçando: “Te expulso do Partido; isso é uma provocação! Então eu te mando para dirigir o Partido aqui e tu vives ainda com brincadeiras de estudante irresponsável! Desaparece de minha vista, vai tirar essa porcaria e depois me procure na casa de Fulano; estou lá esperando! Não vou ficar aqui conversando contigo, envolvido na tua provocação!”

Marighella repetiu essas palavras de Arruda, imitando-lhe a carranca. Depois sorriu e arrematou:

— E foi assim que ele rasgou a minha fantasia...

O homem tinha perdido o brio. Nessa ocasião devia ter uns 40 anos de idade, era mais velho do que Arruda, deixava-se destratar desse modo e, anos após, ainda ia contar o fato achando graça, como se fosse uma criança traquinas pilhada em flagrante pelo pai! Assim, estava maduro para participar na direção máxima. Esse também não teria mais a petulância de disputar o lugar de Arruda, como Pomar o fizera. Não teria a petulância sequer de tomar atitude capaz de ameaçar o monolitismo da Direção, a unanimidade com que se adotavam suas decisões. Podia ser promovido ao Presidium: foi. Podia até ser guindado ao Secretariado: também foi.

4. Agildo Barata

Agildo Barata não pertencia ao “núcleo dirigente”. Teria sido preciso dobrar-se, como se dobrou Marighella, e ele não se dobrou. Talvez por isso mesmo foi o único membro do Comitê Central que teve a coragem moral de enfrentar, de peito aberto, a luta interna no PCB, sem as tergiversações e manobras em que sempre se mostraram tão hábeis as raposas vermelhas da Direção.

Moreno, baixo, carioca, ex-Capitão do Exército, possui atualmente 50 e poucos anos de idade. Tomou parte em todos os grandes movimentos armados da década de 30, isto é, a partir do ano mesmo de 1930, na revolução que colocou Getúlio Vargas no Palácio do Catete.

Nessa ocasião, formou-se no Nordeste o triunvirato Juarez Távora, Juracy Magalhães e Agildo Barata. Foi secretário geral do chamado vice-reinado do Norte, cujo vice-rei era Juarez. Tornou-se então popularíssimo em todo o país, como um dos jovens chefes militares do movimento de 30. Mas já em 1932, colocando-se em oposição a Vargas, tomou das armas em São Paulo, na luta pela constitucionalização do país. Derrotado militarmente este movimento, exilou-se ele na Europa, de onde voltou não muito tempo depois, reintegrando-se nas fileiras do Exército. Em novembro de 1935 já pertencia ao PCB, e cumprindo instruções de Prestes, que chegara de Moscou, comandou a sublevação do 3º Regimento de Infantaria. Foi então preso, processado e condenado, sendo posto em liberdade somente dez anos depois, beneficiado pela anistia aos presos políticos em 1945.

A popularidade que cercava seu nome, os episódios que se contavam, reveladores de sua bravura física, de seu desprezo pela morte, de sua firmeza política, tudo isso era uma tortura para o grupo de aventureiros que se apossara dos postos dirigentes. Eles temiam a concorrência dos homens de prestígio e tratavam de sabotá-los. A inclusão de Agildo Barata no Comitê Central, em 1945, só foi feita mesmo por exigência de Prestes. Mas quando se ia publicar na imprensa a lista dos membros do CC, o Secretariado mandava suprimir o nome de Agildo Barata, a pretexto de que isso poderia prejudicar sua reversão ao Exército, quando o próprio Agildo

não esperava nem pretendia voltar às suas fileiras. Em 1946, durante uma reunião do CC, Barata referiu-se a essa omissão de seu nome e exigiu que se definisse de uma vez por todas se ele pertencia ou não ao Comitê Central, pois não queria ficar como a corrente do português da anedota, que ora é de ouro, ora não é... Decidiram que sim. Seu nome passou a figurar publicamente na relação dos membros do CC.

Entretanto, ele continuou sofrendo limitações por parte do grupo dirigente. E mais não sofreu porque, a partir de 1948, como tesoureiro do Comitê Central, montou uma vasta máquina de angariar recursos financeiros, paralela às organizações do PCB, fortificando assim concomitantemente sua posição no Aparelho. Chegaram até a denominar essa máquina, nos meios partidários, de PCF: Partido Comunista das Finanças. O tom com que o diziam era de brincadeira, mas nessa brincadeira se expressava a preocupação do chamado “núcleo dirigente”.

Compunha-se o PCF de *círculos de finanças*, constituídos de comunistas e simpatizantes, cuja tarefa, como a dos alquimistas, era transformar tudo (ou mesmo nada) em ouro. E que foram mais bem sucedidos do que seus semelhantes medievais, provava-o o fato de arrecadarem mensalmente, em média, dois milhões de cruzeiros. O PCF, sob o comando de Agildo Barata, ia buscar dinheiro nestas cinco fontes:

1. os comunistas
2. os simpatizantes
3. os amigos
4. os aliados
5. os inimigos.

A primeira fonte era o próprio militante comunista. Segundo o estatuto do PCB, o militante que deixar de pagar sua mensalidade como membro do Partido, durante três meses, sem justificativa, será excluído da agremiação. Contudo, pequeníssimo era o número dos que contribuía regularmente por esse meio. Mas dessas contribuições dos militantes sempre advinha alguma renda. Além disso, os comunistas mais acomodados economicamente davam também dinheiro ao Partido, através das frequentes campanhas financeiras, organizadas com a finalidade ou o pretexto, ora de

ajudar a imprensa partidária, ora de custear as despesas de uma delegação que iria visitar a URSS ou a China.

A segunda fonte eram os simpatizantes, dos quais se obtinham contribuições mais ou menos regulares, sob os mais variados pretextos: campanhas de ajuda à imprensa, organização de um fundo especial para manter a segurança de Prestes, preparativos para a insurreição.

Terceira fonte: os amigos, isto é, pessoas que não tinham afinidade ideológica nem política com o PCB, mas que eram amigas deste ou daquele comunista, ou um liberal em desacordo com as formas policiais de combate ao comunismo.

A quarta fonte era uma das mais importantes. Efetivamente, as maiores somas provinham dos aliados — burgueses e pequeno-burgueses, dispostos a ajudarem o PCB nas campanhas econômicas que lhes interessavam de perto, como, por exemplo, contra a concorrência do capital estrangeiro e em favor de medidas protecionistas ao capital nacional.

A quinta fonte, também muito importante, era a dos inimigos assustados com a possibilidade de uma vitória comunista no país. Esses contribuía financeiramente como se estivessem comprando um seguro de vida ou subornando o futuro carrasco.

Nas vésperas do Natal de 1949, um grupo de mulheres comunistas foi até à Câmara Federal pedir dinheiro a deputados de diversos partidos como ajuda humanitária em favor dos presos políticos, todos eles comunistas. Nesse tempo, Arruda ainda era deputado (eleito na chapa de outro partido, seu mandato não foi cassado), e ia chamar ora um, ora outro deputado ao saguão do Palácio Tiradentes, a fim de que fossem abordados pelo grupo feminino. Um deles, o Deputado José Bonifácio, atual 1º Secretário daquela casa do Congresso, deu certa quantia a uma mulher que estava ao lado de Arruda, enquanto outras do grupo falavam com outros deputados, a uns dois passos dali. O parlamentar udenista queria, porém, o testemunho de que havia contribuído, e o disse claramente, chamando a atenção das outras mulheres:

— Olhem, eu já dei minha contribuição a esta moça; o Arruda viu. Mas quero que vocês saibam que dei, porque eu não tenho confiança nesse bigodudo. Se amanhã a coisa virar...

Arruda sorriu por baixo dos vastos bigodes, entrou no plenário e daí a pouco trouxe pelo braço mais um deputado para adquirir sua apólice naquele pequeno seguro de vida contra uma ditadura bolchevista.

Além dessas, havia duas outras fontes, não regulares, mas imensamente lucrativas: a ajuda do Krêmlin e a venda dos votos do Partido a um candidato ou mesmo a três diferentes candidatos a um só cargo eletivo. Essas duas maneiras de obter ouro eram, porém, monopólio do “núcleo dirigente”: cinco ou seis pessoas é que tratavam, com os dirigentes menores, da venda de votos ou do recebimento de dinheiro soviético e de sua aplicação. Esse dinheiro não passava pelas mãos de Agildo, que até ignorava sua existência. Em verdade, ele só tomou conhecimento dessa fonte estrangeira, em 1957, às vésperas de seu rompimento com o PCB. Mas, de todo modo, sua máquina financeira convertera-se numa potência digna do maior respeito. E quando, em agosto de 1956, deflagrou-se a luta interna, Agildo pôde desferir, graças à posição que assim desfrutava, golpes muito demolidores no “núcleo dirigente” do Partido.

5. Uma reunião democrática

No mesmo dia 25 de agosto de 1956 em que desembarquei no Rio, procurei contato com camaradas ligados à direção do Partido, a fim de comunicar minha presença. Disseram-me, porém, que os dirigentes estavam desaparecidos, e não me foi difícil deduzir que o Comitê Central estava reunido: estava. Mesmo assim Diógenes Arruda se informou que eu havia chegado e gestionou, porém sem êxito, para que me fossem buscar a fim de eu participar do resto da reunião. Nos debates que aí se travaram, conforme vim a saber, vários dos principais dirigentes, como Amazonas e até mesmo Prestes, foram alvo de críticas, mas houve sobretudo um bode expiatório — Arruda. Disseram-me também que o crítico mais agressivo fora Agildo Barata. Isso foi confirmado, aliás, pelo próprio Arruda, quando, alguns dias após essa reunião, em conversa com André Vítor e comigo, declarou que, em certo momento, diante da agressividade de Agildo, sentiu-se um pouco mal, ficando mesmo com a impressão de que ia parar a circulação em suas coronárias. Calou-se, como a recordar instantâneos daquele Comitê Central em franca rebeldia, depois sentenciou:

— Foi uma reunião completamente emocional.

Compreendi então o interesse que ele manifestara por meu comparecimento naquela assembleia “emocional”. Sua posição se achava ameaçada, e ele conhecia meu ponto de vista contrário a substituições sumárias na direção do Partido, e que me parecia a maneira mais cômoda de subtrair-se a organização a uma análise da crise em que entrara o movimento comunista. No aeroporto de Kiev, quando viajávamos de Moscou a Praga, fazia pouco mais de um mês, expus a Arruda minha opinião de que as modificações que se vinha processando, nos Governos e nas direções dos Partidos Comunistas das democracias populares, eram um meio de escamotear a justa solução do problema e mesmo um resultado da “luta livre” pelos postos de mando. O que se estava fazendo, disse-lhe eu, era cortar “cabeças de turco”, criar “bodes expiatórios”, por medo ou conveniência de não tocar na essência da questão. Apoiei minhas afirmativas numa série de fatos de meu conhecimento, e concluí que as modificações só deviam verificar-se no processo mesmo da

democratização, tendo em vista alijar os elementos que pretendessem entravá-la.

Notei que sua fisionomia se anuviara. Fitando a estepe ucraniana que se desdobrava a nossos olhos, ele comentou, apreensivo:

— Eh, eu sei que quando eu cometer qualquer erro, agora, cairão todos em cima de mim...

Não precisava ser adivinho para prever isso. Só que ele ainda estava otimista, supondo que lhe iriam pedir contas pelos futuros erros, quando o provável, o evidente, o certo é que iriam pedir contas pelos erros passados, aliás, inúmeros e graves. Se eu estivesse presente a essa reunião do Comitê Central ergueria minha voz — a voz de alguém que trazia certa experiência internacional — contra a solução fácil e precipitada de substituir os ocupantes dos postos dirigentes, conforme preconizaram Agildo Barata e outros. Isso coincidiria com os interesses de Arruda; talvez por isso ele tentou fazer com que eu participasse ainda do final daquele debate no CC.

— O pau comeu em cima de Arruda — informou-me Mônatche posteriormente. — Sobrou até para o Velho — acrescentou, referindo-se a Prestes.

Todos os participantes, dos mais tímidos aos mais audazes, atacaram os dirigentes principais. Era algo inteiramente novo no Partido. E a Direção ficou atordoada. Contudo, nada se decidiu aí, a não ser a convocação de outra reunião, dentro de um mês. De fato, o que houve foi um desabafo, a formação de um clima novo naquele organismo, e para essa novidade contribuiu o próprio Arruda, que apresentou um informe, no qual as referências à União Soviética, outrora marcadas por elogios burocráticos e servis, traziam agora a nota da crítica honesta e rude. Digo honesta, e não sincera, porque o objetivo de seu autor, conforme ficaria positivado, era sobretudo conservar seu posto dirigente, posando de democrata e crítico do stalinismo. Infelizmente para ele, seus erros, seus atos arbitrários, seu mandonismo, sua prepotência foram tantos e tamanhos que nada poderia salvá-lo, nem mesmo o deslocamento (que ele esperava e não se verificou), de Moscou para Pequim, do centro dirigente do movimento comunista internacional.

No intervalo entre essa e a outra reunião, contaram-me muitas coisas, e eu vibrava e me entristecia. Vibrava com as manifestações de liberdade individual, de democracia interna, reveladas naquelas discussões no CC. Entristecia-me ao saber das monstruosidades praticadas contra certos militantes e que só agora, aproveitando essa onda liberalizante, vinham à tona. E eu ansiava por participar de uma reunião assim livre. Recordava-me de bem uma dezena de vezes em que o Comitê Central se reuniu na clandestinidade, com minha participação, e de duas outras reuniões, a que também assisti, ainda no tempo da legalidade, de 1946 a começos de 1947, como jornalista. Em uma dessas reuniões legais vi como Prestes ameaçou a Pedro Carvalho Braga, que era membro do CC e secretário político do Comitê Metropolitano, isto é, do Partido no Distrito Federal, simplesmente porque Braga ousara fazer restrições à atuação do Secretariado Nacional e de Prestes nominalmente. Essa crítica foi considerada um “ataque à Direção” e Prestes afirmou que isso não seria mais tolerado. Eu escutava aquilo, sem poder entender a sutilíssima diferença entre “crítica” e “ataque”, no dicionário pecebista.

Vi também como Arruda elevou um camarada à suplência do CC e como sustou a promoção de um suplente a membro efetivo, numa mesma reunião clandestina, em março de 1952. O indicado para a suplência do Comitê Central era meu futuro colega na Escola do PCUS, Carleto Ferrer Favalli. Apresentando-o, Arruda nem lhe mencionou o nome verdadeiro: disse apenas o nome de guerra. Pronunciou umas poucas palavras, afirmando que se tratava de um bom camarada, de origem operária, que a princípio não se destacara, mas que agora estava desenvolvendo-se muito. Quem estivesse de acordo com sua promoção a suplente, levantasse o braço. Ninguém perguntou nada, ninguém pediu um esclarecimento sequer, todos estavam de acordo, todos ergueram os braços, inclusive eu, por mero instinto, pois sendo convidado, só tinha direito a voz e não a voto. Daí a pouco, foi feita nova votação, para promover outro camarada, este de suplente a membro efetivo do CC. Mas esse camarada quis falar, foi à tribuna e disse que, antes do mais, era preciso esclarecer que, contrariamente às acusações feitas a ele por Grabois, em conversa com certos camaradas, jamais aspirara ao lugar de secretário de Organização do PCB, ocupado por Arruda. Este ficou possesso, tanto mais que se achava presente o Secretário Geral do PC paraguaio. Fez então um longo discurso, declarando por fim que aquele camarada não estava à altura de ser membro

do CC, e por isso autocriticava-se de haver proposto sua promoção e assumia a responsabilidade de retirar a proposta. E não houve votação.

Convém notar que o camarada não-promovido estava longe de ser ingênuo; sabia o que estava fazendo, imaginava as consequências, mas tinha fibra e personalidade. Afora esse, tive oportunidade de assistir a algumas manifestações de independência partidas de Chiquinho e Agildo Barata, numa ou noutra reunião do CC. E só. E a maioria dos convidados, não só deixava de se portar altivamente, como chegava ao ridículo dos exageros: ao subir à tribuna e antes de entrar no assunto de sua alocação, fazia profunda reverência ao Secretariado do Partido e a “nosso sábio Comitê Central” pela oportunidade que lhe dava de ocupar, naquele momento, “a mais alta tribuna de nosso país, a tribuna do Comitê Central do PCB”.

Pensava em tudo isso e não queria acreditar no que me diziam sobre a última reunião do CC. Era demasiado belo para ser verdadeiro. Falar o que quisesse sem ser chamado de piroquete; expressar pontos de vista pessoais sobre os mais sérios problemas do movimento comunista, em plena reunião do CC, sem ser acusado de desvios da linha nem ameaçado de excomunhão; fazer prevalecer o argumento sobre a autoridade do dirigente; debater — na verdadeira acepção desta palavra. Foi com alegria, pois, que recebi convocação, em fins de setembro, para atender a um “ponto”. Ali chegando, de madrugada, mandaram-me entrar num automóvel e fechar os olhos, ainda em pleno centro da cidade. Lá dentro encontrei dois camaradas já de olhos fechados, falei com eles, reconheceram-me pela voz, houve breves manifestações de contentamento por aquele encontro. Dada a qualidade dos passageiros, não tive dúvida de que iríamos mesmo para uma reunião do CC. Vinte minutos depois, o carro parou, subiu Arruda, a quem logo identifiquei pela fala. (Ele e o motorista eram as duas únicas pessoas que viajavam de olhos abertos e controlando-nos: o motorista de vez em quando mudava a posição do espelho para examinar se os olhos de seus passageiros estavam bem fechados; nos trechos pouco iluminados, Arruda usava, para o mesmo fim, um *flash-light*.) Quando fechei os olhos eram cerca de 3 horas da manhã; às 6 horas chegamos a uma chácara, onde funcionava uma escola do PCB. Mas agora, em vez de alunos componentes de uma nova turma, estavam chegando membros e convidados do Comitê Central. Ao descer do automóvel, o camarada que tomava conta da chácara me conduziu pelo

braço até a porta da casa, mandou-me que abrisse os olhos e, diante de mim, já estava Arruda, que me chamou a um canto e me perguntou:

— Que é que há por aí nos meios intelectuais?

— Nada... comentários...

— ???

— Dizem que é preciso desmascarar e derrubar também o Stálin daqui, dando a entender que o Stálin é você...

Mas ele, com mais pavor da autocrítica do que o diabo da cruz, afastou-se, batendo-me no ombro :

— Está bem, vai tirar uma soneca. Depois conversaremos.

Fazia cinco dias que me encontrava naquela casa. Toda madrugada um automóvel despejava ali vários dirigentes, vindos de todos os cantos do Brasil. Cada manhã defrontávamos caras novas, camaradas a quem não víamos desde anos. Em total reunimo-nos cerca de 50 pessoas, entre membros efetivos e suplentes do Comitê Central e convidados especiais da Direção. Antes que se iniciassem os debates, houve numerosas “reuniões de corredor”. Não sei bem por que, o corredor era o lugar preferido de todos. Estavam ali dois camaradas conversando, chegava outro, eles se encostavam na parede para dar passagem, mas o outro não passava — ficava, intrometia-se na conversa, chegavam outros mais, formava-se um pequeno grupo. Mais adiante, outros grupos também conversavam. Foi aí que surgiram as ideias mais democráticas, as atitudes mais combativas, as trocas de informações, de denúncias e experiências que iriam ganhar corpo nos debates do plenário. E por toda parte, aquela alegria pura e selvagem de escravos rebeldes.

Certo dia, querendo pôr à prova o que lhe restava de autoridade, Arruda se aproximou de um desses grupos e reclamou:

— Ó minha gente, vocês estão fazendo um barulho dos diabos! Falem mais baixo.

Disse isso e voltou. Júlio, ex-operário paulista, descendente de italianos, membro do CC, comentou rindo:

— Ele vem com essa cara feia para ver se ainda impõe respeito. Coitado, é um leão sem dentes, não mete medo mais a ninguém!

Amazonas, cauteloso, passava e sorria. Embora fosse ele, dentre todos os dirigentes, o mais conservador, insensível como uma pedra ante a onda de renovação que se espalhava pelo Partido inteiro, notou que a posição de Arruda era insustentável, e se pôs na tocaia para, no momento oportuno, desferir-lhe o tiro de misericórdia e ocupar-lhe o posto de segundo dirigente do PCB. Ele já possuía no Comitê Central sua esfera de influência pessoal, constituída por elementos que o bajulavam e que foram eleitos para aquele organismo por indicação sua. Agora precisava agir com cuidado, manobrando para que os grupos mais exaltados do Partido devorassem Arruda e se acalmassem, contentes com essa vitória; nesse caso, a cadeira de subchefe do PCB, ficando vazia, escorregaria automaticamente para debaixo de seu assento. Não era assim que vinha acontecendo em vários países de democracia popular?

Quando já se achavam presentes todos os membros do Comitê Central, houve uma reunião especial, de meia hora, da qual foram excluídos os convidados. No momento em que faziam a chamada do pessoal para essa preliminar, vi calmamente sentado um velho dirigente do Partido, ex-militar, participante do movimento armado de 1935. Notando-o assim distraído, bati palmas, adverti-o:

— Oba! Estão chamando para uma reunião só de membros do CC...

— Não sou mais do CC.

— Não? Por quê?

E ele, com displicência, até mesmo com desprezo:

— Me tiraram, a mim e a outros; puseram umas meninazinhas em nossos lugares...

Essas meninazinhas, eu iria constatar depois, eram as mesmas que constituíam a corte de José Souza na Escola em Moscou. Agora esvoaçavam em torno de Amazonas e faziam parte de sua esfera de influência no Comitê Central, porque Amazonas estava com ares de quem ia abocanhar o posto de Arruda.

Quanto a Marighella, tinha perdido o bom-humor. Mesmo depois que, premido pelas vicissitudes de sua vida de comunista, abandonou a Faculdade de Engenharia, em Salvador, continuou com o espírito jovial de estudante. Nas prisões, onde sofreu torturas físicas e humilhações dos carcereiros e onde passou vários anos cumprindo pena por suas atividades políticas; no Parlamento, onde atuou como deputado federal durante dois anos, e nas reuniões clandestinas de que participava, após a cassação de seu mandato de parlamentar, ele era sempre visto contando anedotas, rindo, fazendo *blagues*. Agora eu o via a um canto da sala, na penumbra, remexendo nuns papéis, e quase não o reconhecia. Estava solitário e lúgubre. Bené, a quem chamei a atenção para o fato, comentou:

— Está atravessando uma crise muito forte. Depressão nervosa. Segundo nos disse sua mulher, ele tem passado as últimas noites inconsolável, chorando como criança de peito.

Essa reunião foi menos “emocional”, porém essencialmente crítica. Instalou-se um aparelho de gravação em fita dos debates do plenário, a fim de ser enviada depois a Prestes, que continuava ausente, para que ele pudesse sentir melhor como decorreram os trabalhos. Assim é que ele pôde escutar a voz de camaradas outrora humildes, reclamando-lhe a presença, em nome da luta contra o culto à personalidade, e argumentando:

— Será que o camarada Prestes sozinho é mais importante que todo o Comitê Central, aqui reunido?

Continuando a passar a fita, haveria de ficar com os cabelos arrepiados diante deste diálogo curto entre um dirigente do Comitê Regional do Rio, Juvenal, convidado para aquela reunião, e Agildo Barata.

JUVENAL (arquejante, a voz embargada):

— Camaradas. Tenho uma grave revelação a fazer a este sábio Comitê Central. Peço aos camaradas que nomeiem uma comissão para me ouvir em sessão secreta. Posso trazer testemunhas que escutaram, com seus próprios ouvidos, o que um membro deste alto organismo disse em casa de uns companheiros. É assunto grave, repito, mas estou pronto a assumir a responsabilidade e arcar com todas as consequências desta denúncia.

(Vozes exigiram que fosse “concreto”, “sucinto”, que desse alguma indicação do fato; do contrário, não se poderia nomear a tal comissão.)

JUVENAL (continuando, sempre arquejante)

— Pois bem, camaradas, alguém que esteve aqui, na reunião passada, disse por aí... isto é, em casa de uns camaradas, que ficaram naturalmente estupefatos..ele disse uma coisa que nem o inimigo diria, e se for nomeada uma comissão para me ouvir, estou pronto a dizer o nome desse camarada...

(Vozes exigiram que dissesse logo, afinal, o que foi que o outro disse.)

JUVENAL (olhando em torno, hesitante em repetir a heresia):

— Pois é, camaradas, ele disse que o camarada Khrustchov... que o nosso querido camarada Khrustchov era, com perdão da palavra (com perdão da palavra, digo eu) ... era., um bêbado.

AGILDO BARATA (do meio do plenário, erguendo o indicador para o teto):

— Não precisa nomear comissão nenhuma, não, quem disse que Khrustchov era um bêbado, fui eu!

Sussurros e risadas em surdina se confundiram. Passou-se a outro assunto.

Um dos temas principais de nosso debate foi levantado por Agildo Barata, que preconizava o imediato afastamento da direção daqueles camaradas mais responsáveis por abusos, mandonismo e erros grosseiros no exercício de suas funções. Outros havia, como eu, que defendiam um processo diferente de democratização, achando que só deviam ser afastados aqueles elementos que tentassem entrar as medidas democratizantes e se recusassem a fazer uma autocrítica convincente. Mas essas divergências não nos dividiam; a divisão que se foi tornando evidente era entre os que queríamos assegurar uma vida interna com liberdade, que fazíamos críticas à URSS e ao PCUS, e de outro lado os que adotavam atitude claramente conservadora, como era o caso de Amazonas.

Durante dois dias tivemos, além de fecundas conversas nos corredores e nos cantos da casa, outrora rigorosamente proibidas, discussões vivas, em que até os convidados, como Aydano do Couto Ferraz, então diretor da *Voz Operária*, e eu, recém-chegado da Europa e ainda sem função no PCB, opinávamos com a mais absoluta liberdade, apartando (outrora, os apartes também eram rigorosamente proibidos) e contraditando os antigos semideuses. Depois disso, houve uma interrupção para que a Grande Comissão, que acabava de ser nomeada, composta de Arruda, Agildo, Amazonas e mais dois outros, redigisse o esboço de *Projeto de Resolução do CC do PCB* sobre as teses do XX Congresso do PCUS e suas consequências nas atividades comunistas no Brasil. Os trechos mais democratizantes foram de autoria de Arruda e Agudo; os trechos mais conservadores, mais atenuados nas críticas aos soviéticos, eram resultado da advocacia de Amazonas. Havia um trecho assim:

A anomalia existente nos órgãos dirigentes superiores do Partido projetava-se, com maior ou menor intensidade, na vida de todos os organismos intermediários e daí para as Organizações de Base, cuja atividade política era sufocada em consequência desses métodos. A opinião e a colaboração de militantes do Partido não eram em geral levadas em conta, o que revelava falta de confiança na sabedoria coletiva do Partido.

Um excessivo centralismo, a arrogância e a autossuficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação — predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levaram ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido.

Não se podia ter dúvida: isso era trabalho de Agildo e Arruda. Examinávamos outro trecho:

Sob o ataque furioso da reação de todo o mundo capitalista, o povo soviético, dirigido pelo Partido Comunista, teve que travar uma luta amarga e impiedosa para defender o Estado socialista. Dentro deste quadro, surgiram graves erros, sérias injustiças, violações da

legalidade socialista e abusos contra certas minorias nacionais. Só em sua perspectiva histórica é que podemos apreciar corretamente os erros e compreender suas causas.

Não se podia ter dúvida: Amazonas andou amaciando a crítica a seus padrões soviéticos. Em determinado momento, num intervalo dos debates, eu o vi conversando com certo elemento de sua esfera de influência. Tratava-se de um jovem paulista, ex-operário, descendente de espanhóis, um belo rapaz, mas de uma beleza algo feminina, com sua delicada feição de donzela e os cabelos pretos sempre muito bem penteados para trás. Na Escola em Moscou fazia parte da corte dos bajuladores, sendo promovido, sem escalas, diretamente da base ao Comitê Central. Agora Amazonas procurava conquistá-lo para sua esfera de influência, conversava amiúde com ele; no jogo de dominó, escolhia-o sempre para seu parceiro; aconselhava-o, dava-lhe instruções. E eis que o rapaz bonito subiu à tribuna e começou, com sua fala mansa:

— Camaradas: aqui se diz, no Projeto: “Todos nos chocamos com a gravidade dos erros cometidos por Stálin e pelo Comitê Central do PCUS, sob a direção de Stálin. Grande estranheza, além disso, causou-nos o fato de a denúncia dos erros de Stálin ter chegado ao conhecimento de todos nós, de nosso Partido e de nosso povo, através da imprensa burguesa”. Ora, camaradas, está claro que este trecho se refere ao relatório secreto atribuído ao camarada Khrustchov, e nós não temos certeza se esse relatório é autêntico.

Interrompi-o:

— A mim causa surpresa ouvir um membro deste Comitê Central afirmar que ignora se o relatório secreto de Khrustchov é autêntico ou não. Penso que alguém aqui, como membro da delegação do PCB ao XX Congresso do PCUS, tinha o dever de informar que o relatório é autêntico, porque em Moscou recebeu sua leitura. De minha parte, posso assegurar que é autêntico, porque também eu recebi oficialmente sua leitura...

— Já sabemos que é autêntico — gritou Agildo. — Fomos iludidos! Fomos tapeados!

O rapaz desistiu de falar e desceu da tribuna, de cabeça baixa. Mas só depois é que fui compreender o rompante de Agildo e sua exclamação de

que fora iludido e tapeado. É que os comunistas brasileiros, como os de quase todos os países do mundo, só foram tomar conhecimento do relatório secreto de Khrustchov, como afirmava o *Projeto de Resolução*, “através da imprensa burguesa”. E quando alguém, antes da chegada de Arruda, insinuava que o relatório devia ser autêntico, Agildo, por exemplo, esbravejava:

— Que nada! Isso foi forjado pelo Departamento de Estado norte-americano!

Agora extravasava sua revolta, assustando o rapaz de cabelos pretos bem penteados, aos gritos de: “Fomos iludidos! Fomos tapeados!”.

Tomando como pretexto um ponto do *Projeto de Resolução*, Marighella fez um discurso inflamado sobre a conquista da legalidade para o PCB. Nem parecia o homem taciturno dos últimos dias, o homem aturdido que passava as noites em branco e em pranto; tornou-se todo entusiasmo, todo certeza de que o PCB iria voltar a ser um partido legal, crescer, conquistar as massas, avançar a todo vapor para os seus “objetivos históricos”. Depois dele, falou Arruda, propondo que se designasse uma comissão, ali mesmo, composta de dois dirigentes e de um advogado do Partido a quem se fazia posteriormente a comunicação, para que tratasse das medidas jurídicas, do trabalho com os aliados e da campanha de massa a fim de trazer imediatamente para a legalidade o PCB.

Nesse momento, mediante acordo entre nós todos e em face da imensa quantidade de propostas, decidiu-se que em cada proposta haveria apenas dois oradores, cada qual dispendo de três minutos: um falaria a favor, outro contra, passando-se em seguida à votação. Mas diante do que propusera Arruda, aparentemente baseado no discurso oco de Marighella, pedi que se transferisse a discussão desse assunto para o final dos trabalhos. Aleguei que o plenário não poderia decidir sobre uma questão dessa importância, valendo-se dos argumentos a favor e contra expendidos em apenas seis minutos. Declarei imaginar que o proponente tivesse dados concretos para julgar da viabilidade dessa campanha: afinal era da direção, possuía decerto elementos convincentes da justeza de sua proposta, mas o plenário não estava nas mesmas condições que ele. Acrescia ainda o fato de que, recentemente, o Partido se lançara com todo o vigor numa campanha de objetivos muito menores, visando a obter anistia para os comunistas

presos, condenados ou processados, e não teve êxito. Como se justificava o lançamento, em seguida, de uma campanha dessa magnitude?

Confesso que meu propósito então era apenas democratizante, tendo em vista contribuir para que o Comitê Central deixasse de votar no escuro, sem saber o que votava, como ocorria em tantas reuniões anteriores de que participei. Por isso exigi que se apresentassem os dados indispensáveis para uma votação consciente. Mas no íntimo eu supunha que a Direção, o Secretariado, de posse de novos elementos (acordos políticos secretos com autoridades governamentais ou dirigentes de partidos importantes ou membros do Supremo Tribunal, etc.), discutira profunda, séria e demoradamente a questão, antes de submetê-la ao Comitê Central através de dois de seus membros mais responsáveis. Eu conhecia toda uma série de exemplos negativos, de aventuras praticadas por ordem da direção do PCB, que causaram enormes prejuízos e até a morte de abnegados militantes, mas dizia para mim mesmo que errar era humano, e supunha que cada um desses erros, cada uma dessas aventuras, resultasse apenas da insuficiente experiência revolucionária e não da irresponsabilidade. E qual não foi minha estupefação quando, ao concluir a fundamentação de meu pedido para que a questão fosse debatida em todos os seus aspectos, vi Arruda levantar o dedo e dizer esta coisa clamorosa:

— Retiro a minha proposta.

E nem Arruda, nem Marighella, nem Amazonas, ninguém, ninguém se dignou reabilitar a proposta. Os debates continuaram em torno de outras questões, mas durante alguns minutos eu fiquei alheio a tudo. Compreendera de súbito, conforme, aliás, a realidade iria demonstrar, que não havia elementos novos, não havia condições novas, que favorecessem a legalização do PCB. Talvez o objetivo deles fosse apenas fazer cessar os ataques contra a Direção, inventar um falso motivo de entusiasmo. Mas, o assunto morreu. Outro tema estava em discussão já, os camaradas aparteavam, contra-parteavam, e eu absorto, imaginando comunistas a “arrancar” greves nas fábricas, com palavras-de-ordem pela legalidade do PCB, e depois vários operários sendo demitidos e passando fome por causa dessa aventura de alguns dirigentes nossos; pensava nos jovens estudantes a realizarem comícios-relâmpagos e serem presos e espancados pela Polícia por causa de uma agitação inútil...

6. No palco (e nos bastidores) da discussão

Durante o resto da reunião não se falou mais na legalidade do PCB. Falou-se em outras coisas. E um dos que mais falaram, talvez o que maior número de vezes falou foi Agildo Barata. A cada argumento reacionário, ele se erguia para dar combate; a cada argumento progressista, ele se erguia para dar apoio. Havia os cautelosos, que se abstinham de opinar, alegando não conhecer bem o assunto; havia os calculistas, que procuravam primeiro notar a tendência da maioria, para então a ela se filiar; havia as meninazinhas de Amazonas, que se limitavam a sorrir ou a arregalar os olhos; havia alguns radicais nas conversas de corredor, que guardavam, no plenário, atitude comedida; havia as velhas raposas, que faziam chantagem, manobras, composições. E havia um pequeno, pequeníssimo número de camaradas que falavam sem reserva, de peito aberto, com sinceridade. À frente deles, estava Agildo Barata.

Terminada a reunião do Comitê Central, em meados de outubro de 1956, e publicado na imprensa do PCB o *Projeto de Resolução*, oficializou-se e prosseguiu o debate aberto pelo Sinédrio. Dezenas de cartas chegavam cada dia às redações da *VO* e da *IP*, tendo-se em vista disso estabelecido no semanário uma seção especial, de quatro páginas, sob o título *Boletim do Debate*, e considerável espaço reservado no diário para a colaboração dos comunistas e simpatizantes em torno dos problemas levantados no conclave de Moscou. Em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, em todas as capitais do país, em que se editavam jornais comunistas, desenvolveu-se o debate público.

Desde os simples membros de células até os do Comitê Central compareciam no palco da discussão para opinar, em pé de igualdade, sobre os mais variados problemas, fazendo críticas e sugestões. Só mesmo Prestes e os homens do “núcleo dirigente” é que primavam pela ausência nessa empolgante discussão, eles que deveriam ser os primeiros a dar exemplo de modéstia e fraternidade, estimulando-a com sua presença.

Aquele mês de outubro, em que se oficializou a discussão, foi marcado por sérias comoções internacionais, na área comunista. Foi o mês decisivo dos acontecimentos na Polônia e na Hungria. A publicação do *Projeto* do CC facilitou que sobre esses assuntos se divulgassem artigos posteriormente tachados de “antissoviéticos”. Assim, o *Projeto* saiu no dia 20 e já no dia 23 a *Imprensa Popular* dava à luz um trabalho de Armando Lopes da Cunha, sob o título *O Internacionalismo e Nossa Posição Diante do PCUS*, no qual desnudava, com argumentos corajosos e irresponsáveis, a monstruosa contradição entre as teses marxistas-leninistas e a prática soviética sobre a questão da autodeterminação nacional.

No dia 28 desse mesmo mês, aparecia o artigo de Ernesto Luiz Maia condenando com veemência, mas também com sólidos fundamentos, a intervenção soviética na Hungria. O mesmo fez um redator da *IP*, Bóris Nicolaiewsky. E assim foram surgindo trabalhos no mesmo sentido — a 3 de novembro, na *VO*, de Quintino Carvalho, mostrando a deformação do papel do Partido Comunista na URSS; no dia 4, na *IP*, um de minha autoria,

falando sobre a subserviência do PCB ao PCUS. E vários outros, que levaram o pânico aos arraiais do “núcleo dirigente” e à catacumba do Sr. Luiz Carlos Prestes.

Era de esperar-se que os epígonos de Stálin no Brasil, os proclamadores “da fidelidade sem limites à URSS e ao PCUS” se armassem cavaleiros e viessem para o campo de honra defender, com os argumentos mais sólidos e as mais sábias interpretações do marxismo-leninismo, a intangibilidade do Partido e do Estado soviéticos, ao mesmo tempo em que apontassem os acusadores ao tribunal da opinião pública. Entretanto, eles guardaram o mesmo silêncio conspícuo que já fez a glória de muita mediocridade, ali DO PCB. Ao invés de enfrentarem a discussão em campo aberto, tomaram uma providência mais singela e mais eficaz: a proibição de criticar a URSS e o PCUS.

Foi assim. Em meados de novembro, reuniu-se de novo o Comitê Central para ler e aprovar uma carta de Prestes sobre o debate em curso. O “guia genial” não se dispunha a participar da discussão, em pé de igualdade, como se fosse qualquer mortal; apenas condescendeu em, por um instante, baixar do alto de si mesmo até o Comitê Central a fim de explicar como devia ser o debate, dentro de que bitola podia ser conduzido, de como determinados assuntos, transformados em tabus do bolchevismo, não eram passíveis de crítica ou dúvidas — sobretudo os assuntos URSS e PCUS. Nessa carta, Prestes dizia-se “entusiasta da discussão”, mas logo a seguir manifestava “estranheza e indignação” pelo fato de jornais comunistas estarem veiculando “ataques à União Soviética”. E declarava categórico: “São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com os recursos do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética...”.

Para ele a União Soviética tinha o direito de atacar, com tanques e canhões, aos trabalhadores húngaros em armas, mas não podia ser atacada sequer com uma flor... ou com um artigo na imprensa. A União Soviética e o PCUS tinham o direito de desencadear a mais furibunda campanha de infâmias e difamações contra a Iugoslávia, mas não podia receber a crítica contra os erros e crimes confessados por seus próprios dirigentes. Era sagrada.

Tamanho era seu zelo em relação à URSS, que um camarada supôs estar truncado o trecho que citei; declarou-o sem sentido. “Que tem a ver uma coisa (“imprensa feita com os recursos do povo”) com outra (“União Soviética”)?” Argumentou:

— Os jornais da Igreja também são feitos com recursos do povo, arrebanhados em coletas populares, não é? Seria lógico dizer que os jornais católicos, porque feitos com recursos do povo, não podem atacar a União Soviética?

— Ora, você quer brincar... — repliquei, erguendo-me.

— Não! — insistiu, retendo-me pelo braço. — Estou falando sério: não tem sentido.

— Bem, e daí? E ele triunfante:

— Aqui falta uma palavra. Ele não a escreveu mas pensou. Falta a palavra “soviético”.

— Abriu uma chave, a lápis, e rabiscou-a no jornal mesmo. — Agora veja como forma sentido: “São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com os recursos do povo soviético quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética...”.

Fiquei estupefato com a tirada. O culto à personalidade de Prestes estava indo por águas abaixo. Pouco depois surgiu na imprensa em São Paulo um artigo muito hábil de Carleto Ferrer Favalli, firmado com pseudônimo, em que dizia saudar o entusiasmo que Prestes proclamava ter pela discussão, embora fossem tantas as restrições feitas e tamanha a indignação revelada que dava uma impressão totalmente contrária à de entusiasmo. Na *VO*, Aydano do Couto Ferraz escreveu outro artigo, também muito hábil, mostrando como Prestes estava divorciado da teoria e da prática do marxismo e era um dirigente superado. Esse artigo foi considerado por Arruda, em reunião, como “insidioso”. E Grabois, tentando “amaciar” Aydano, no que foi repellido, disse-lhe: “Que diabo! Nós também achamos que o Velho está superado; entre nós, podemos até dizer isso. Mas em público, não é direito!”.

O fato é que a carta de Prestes popularizou-se com o nome de “Carta-Rolha”, porque destinada a arrolhar, bitolar, cercear a liberdade de

discussão¹. O *Projeto de Resolução* anunciara: “Serão publicados os trabalhos dos membros do Partido, inclusive daqueles que tenham divergências a apresentar. — Que todos falem, discutam e sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocrítica. Que se estabeleça viva e fecunda luta de opiniões à base de princípios, em busca de soluções justas para os problemas.” Mas veio o dono do Partido, mancomunado com o “núcleo dirigente”, e, anulando praticamente a decisão do CC, instituiu a bitola. Mais que isso: às vésperas da publicação da carta, Arruda anunciou a formação de uma Comissão de Censura para manter o debate dentro da bitola prestista.

Sobre como funcionou a censura, há um documento bastante esclarecedor: a carta do diretor da *VO*, datada de 28 de dezembro de 1956, dirigida ao Comitê Central:

Camaradas. Desejo com a presente carta levar ao conhecimento da instância suprema do Partido entre os seus congressos, irregularidades e violações que estão ocorrendo com os debates, no que diz respeito ao *semanário central*. Nos começos do mês de novembro, antes da publicação da carta do camarada Prestes ao CC, participei de uma reunião com o camarada Vítor, em que este apresentava os três pontos da carta de Luiz Carlos Prestes como orientadores do debate que se trava. De início, como até hoje, declarei-me de acordo com as teses expostas, ressalvando, entretanto, que temia pela sua aplicação, tamanhos são os erros em matéria de arbítrio há muito praticados em todos os escalões do Partido e particularmente pelo Secretariado, o que, aliás, já está reconhecido em documento público. O camarada Vítor anunciou a deliberação do CC de constituir uma comissão de três para supervisionar os debates. Posteriormente, a 20 de novembro foi publicada a carta do camarada Prestes ao CC, apresentando aquelas teses. Quando, mais tarde ainda divulgou-se uma resolução do CC, novamente reuni-me com o citado dirigente, que declarou haver o CC por unanimidade aprovado a carta de Prestes. Nesta ocasião, visto haver o camarada Vítor declarado não permitir (*sic*) a publicação de um artigo de Ernesto Luiz Maia sobre a carta de Prestes, protestei contra a sua decisão sem atinar, a

¹ Os três princípios sagrados da carta de Prestes, normativos do debate, eram: 1º) sobre o Internacionalismo Proletário (não criticar a URSS nem o PCUS); 2º) Sobre a Defesa do Marxismo-Leninismo (não criticar os dogmas doutrinários); 3º) sobre a Defesa do Partido e de Seus Princípios (“impedir que circulem em seu seio as ideias do inimigo”).

princípio, que ele estava empregando o direito de veto, e reclamei a nomeação do terceiro membro da comissão. Isto se passou precisamente a 25 de novembro. Num encontro de rua, devolveu-me o camarada Vítor o artigo de E.L.M., dizendo que havia reconsiderado sua decisão e que poderia ser publicado, o que efetivamente ocorreu. Já aí, a meu ver, podemos anotar duas irregularidades: 1ª) a não indicação do terceiro membro da comissão, situação que permanece até hoje, embora outros apelos meus feitos no mesmo sentido; 2ª) o emprego do direito de veto no Partido, coisa não prevista nos Estatutos porque absurda, pois as fileiras do Partido não são um organismo regulador de relações internacionais, como a ONU, onde se defrontam Estados de regime social diferente, dirigidos por classes historicamente hostis. As irregularidades e violações, entretanto, não ficam aí. Cerca de vinte dias já possuía o artigo do camarada Agildo Barata em mãos do camarada Vítor para que, depois de verdadeira sabatina, lhe pudéssemos arrancar a declaração de que estava vetado. O camarada, contudo, antes usou de artifícios: a princípio disse que o Secretariado estava lendo o artigo, depois era o Presidium, por fim, antes de confessar haver sido usado o veto, declarou que estava sendo feita uma consulta aos membros do Comitê Central. Logo compreendi que, submetidos a esses processos intermináveis, que seriam invejados pela burocracia do tempo dos vice-reis, os artigos, no mínimo, envelheceriam e seriam superados. Era esta uma boa maneira de matar no nascedouro ou desmoralizar o debate, principalmente se vão publicando artigos de péssima qualidade enquanto ficam presos nos desvãos da censura bons artigos, aqueles que contêm ideias. Convenci-me então, paulatinamente, de que os mesmos homens que têm a boca torta do costume do cachimbo de todas as censuras (vide os debates do IV Congresso) não seriam as pessoas indicadas para realizarem um trabalho que não é o de censurar, pois nem uma vez se fala em censura no *Projeto de Resolução* e na *Carta* do camarada Prestes e não é lícito a comunistas assumirem atitudes de Estado prussiano em questões vitais que implicam no próprio desenvolvimento do movimento socialista. E minha convicção se reforçou pelo que se veio a desenrolar posteriormente. Assim é que, nos começos de dezembro, entre os dias 1º e 3º, vieram às nossas mãos, para serem publicados, quatro artigos também vítimas do processo de congelamento. São eles: Ricardo Bauer, sob o título de *Mas que Debate é esse?* entregue por mim com voto favorável à publicação, desde que ressalvado o direito à resposta ao *semanário central*;

Francisco Gomes, sob o título de *Minha Opinião sobre a Carta do Camarada Prestes*; Célio Nunes. *A Discussão e a Carta do Camarada Prestes*, e Moacir Belchior, sobre a *Carta do Camarada Prestes*. Todos estes artigos se encontram até a data de hoje retidos na mão do camarada Vítor, que não os devolveu para a publicação, enquanto devolveu outros chegados muito depois deles. É visível, camaradas, que não posso concordar com o critério que usa no caso do camarada Vítor, critério que é para mim algo de misterioso, pois nenhuma informação se dispõe a dar sobre as suas razões para tal atitude o citado camarada. E mais ainda: não somente os artigos estão sujeitos à censura. Também as resoluções dos Comitês de Partido (inclusive Regionais), o que me foi comunicado por último pelo camarada Vítor, sem esclarecer, contudo, se tal medida fora adotada pelo CC².

Concluindo sua missiva, o signatário propõe uma série de medidas democráticas visando a restaurar a lisura e a dignidade dos debates. Mas, em balde. Tanto que um mês depois, precisamente a 28 de janeiro de 1957, em nova carta ao CC, Aydano do Couto Ferraz insistia em suas reclamações:

...a razão do meu protesto, que vem de longe, sem lograr nenhuma providência saneadora do abuso, agora cresce de vulto. Digo que cresce de vulto porque o que se passou com os artigos dos camaradas Agildo Barata e João Amazonas (permitam-me a indignação), tem verdadeiros aspectos de farsa. Assim é que na sexta-feira, 25 de janeiro, tendo eu um encontro noturno de rua com a camarada Vítor, este pediu-me que guardasse espaço para dois artigos que entrariam na página do debate. Marcou um encontro no dia seguinte à noite com o camarada Miguel. Tendo eu estado com o camarada Miguel, este entregou-me o artigo do camarada Amazonas em resposta ao camarada Agildo para ser publicado em pé de igualdade com o de Agildo. Até aí apenas um reparo: é que os artigos dos camaradas do Presidium estão acima da comissão do debate, não são para ser lidos por esta; são para ser publicados. Acho que isto não deve ser privilégio do Presidium; deve ser medida extensiva a todos os membros do Partido, desde que não violem as prescrições do *Projeto*

de Resolução do CC e as teses da *Carta* de Prestes, aprovados pelo CC. Não é, entretanto, o que ocorre...³

Observe-se que o artigo de Agildo Barata, acima mencionado, saiu no *Notícias de Hoje*, de São Paulo, em 7 de dezembro de 1956, por falta de controle do “núcleo dirigente”, mas foi vetado no Rio e só foi publicado na *Imprensa Popular* a 27 de janeiro de 1957, devido a forte pressão de organizações comunistas de base e da redação da *Voz Operária*. Mesmo assim, não apareceu sozinho; a seu lado, policiando-o, contraditando-o, numa eloquente demonstração do pânico em que se achavam os homens da Direção, vinha um artigo de João Amazonas.

Enquanto as discussões prosseguiam desse jeito, desenrolava-se, nos bastidores, nos organismos do Partido e nos grupos extra-partidários, uma luta acirrada que marchava evidentemente para uma cisão. Peritos na arte de difamar, os dirigentes conservadores espalharam as mais ignominiosas calúnias contra a maioria dos membros da Comissão Central de Finanças, que eram renovadores, e contra o tesoureiro do CC, Agildo Barata. O Comitê das Empresas do Partido, formado de representantes dos comunistas que trabalhavam nos jornais e na editora do PCB no Rio, foi transferido da jurisdição do CC, a que era ligado, para a do Comitê Regional do Rio e, em seguida, dissolvido, dada a firme posição dos camaradas desse Comitê em favor da renovação. É certo que o pretexto foi outro, mas era tão inconsistente que ficou desmoralizado e a dissolução se tornou sem efeito. Os conservadores tentaram, pelas mesmas razões, dissolver a Comissão Nacional e as direções regionais da União da Juventude Comunista, mas também essa tentativa foi repelida. Tentaram dissolver alguns órgãos do Comitê Central, como a Comissão de Agitação e Propaganda, ou modificar sua composição, afastando os camaradas renovadores, como foi o caso da Seção Sindical, mas cada medida arbitrária tinha de enfrentar a resistência dos interessados. O tempo do conformismo havia passado.

Quanto a mim, fiquei funcionando durante algum tempo apenas em grupos extrapartidários, porquanto desde minha chegada até então não recebera qualquer função. Ainda em Praga, Diógenes Arruda afirmou, com sua autoridade de dono do grêmio, que eu iria exercer o cargo de Encarregado de Agitação e Propaganda do Comitê Central; depois, já no

² *O Órgão Central e a Democratização do Partido*, pags. 21 a 23 — Rio, 1957. (Folheto).

³ *O Órgão Central e a Democratização do Partido*, pags. 25 a 26 — Rio, 1957. (Folheto).

Brasil, explicou que, naquele momento, a existência de uma revista teórica do Partido, publicando sobretudo trabalhos nacionais (a revista *Problemas* fazia muito que se achava reduzida a um boletim de traduções de artigos soviéticos), era da máxima importância, e que eu iria dirigir tal revista. Mas a verdade é que o “núcleo dirigente”, conhecendo minha posição na luta que se travava, não desejava colocar-me nas mãos qualquer instrumento de valor político. Por fim, não tendo mais desculpas a dar, propôs que eu fizesse um serviço interessante para nós ambos, segundo disse: posto que estivemos fora do Brasil muito tempo, ele e eu, precisávamos atualizar-nos com os problemas políticos, e assim eu deveria ler toda a coleção da *Imprensa Popular* do ano em curso, isto é, desde janeiro até setembro de 1956, e recortar o que houvesse de interessante, política e economicamente. Recalquei minha indignação por tão grosseiro escárnio e decidi, intimamente, buscar um lugar qualquer de atuação no Partido, por conta própria: uma célula ou o que fosse. Conversei com André Vítor, que então dava assistência política à *Imprensa Popular*, e para lá me fui (não como recortador de jornais, como propunha Arruda, mas como redator, embora sem salário). Da próxima vez em que encontrei Arruda, estava o fato consumado. Ele não gostou, mas aprovou, “a título provisório”. Acontecia, porém, que eu tinha de receber de suas mãos meu miserável salário, e ele resolveu, durante dois ou três meses, “quebrar minha crista” com a garra ossuda da fome: atrasava o pagamento, depois só dava a metade, desaparecia, alegava que a Direção estava sem dinheiro... Ora, nos piores tempos vividos pelo Partido, depois que entrou para a clandestinidade, nunca faltou dinheiro aos dirigentes do CC e a seus auxiliares mais imediatos. Tive experiência pessoal disso, porque durante meses e meses, trabalhando como diretor da *Imprensa Popular*, vivi na indignação, recebendo apenas “vales” de vinte cruzeiros, que mal davam para pagar o bonde e uma refeição diária (já tinha mulher e filha pequena, mas estas viviam em casa de meus sogros, à custa deles); mas quando voltei a trabalhar como auxiliar direto do “núcleo dirigente” passei a receber religiosamente meu salário. Aliás, nessa ocasião em que eu ia mudar de função, Grabois me advertiu: “Agora você vai trabalhar ainda mais do que na *Imprensa*; em compensação, receberá de fato o seu salário”. Ademais, eu tinha plena certeza de que dinheiro não faltava à Direção, pois em setembro eu entreguei pessoalmente a Arruda vinte e quatro mil e tantos dólares

trazidos do Kominform, a título de financiamento dos últimos meses da edição brasileira do seu jornal, o *Democracia Popular*. Mas, que fazer?

Tive que buscar qualquer coisa para ganhar, nas horas vagas, nos momentos sobrantes do trabalho na *Imprensa* e das atividades políticas, algum dinheiro para sustentar a família. Vendi uma máquina de escrever portátil que comprara na Europa, quando me achava no Kominform; depois arranjei umas traduções do inglês de histórias em quadrinhos, mas isto não deu certo. As primeiras eram todas de *gangsters* e mocinhos, e havia tanto tiroteio que, de noite, eu tinha pesadelo e despertava agitado com os estampidos. Pedi então que me dessem para traduzir outros gêneros: deram-me histórias de amor. Mas esses amores eram tão para adolescentes, tão padronizados (todas as moças enamoradas proferiam as mesmas exclamações de felicidade, todas elas sentiam-se, quando apaixonadas, como se estivessem “voando numa nuvem cor-de-rosa”), que eu não me sentia com disposição para continuar traduzindo-as. Terminei perdendo esse ganha-pão, mas obtive com um amigo um servicinho de colar em envelopes pedaços de papel com endereços mimeografados: isso era melhor, porque enquanto ganhava uns cruzeiros, colando esses papéis, tinha a cabeça livre para refletir sobre diversos assuntos em debate no PCB e para elaborar mentalmente artigos a respeito deles. Depois, arranjei umas traduções melhores, de francês e inglês, e fui vivendo. Cheguei até a ir trabalhar no jornal *Última Hora*, como *copy-desk*, mas durei só uns dois meses, porque me recusei a refundir a reportagem que um colega havia feito sobre uns refugiados húngaros (“Apesar de ser contra a intervenção soviética, não trabalho com matérias desse tipo”, disse eu, agastado, ao secretário), e o dono do jornal fez a única coisa cabível em tais casos: me pôs para fora da empresa, na qual só agora, este ano, voltei a trabalhar.

A partir de certo momento, passei a receber da *Imprensa Popular* uma pequena quantia semanalmente, que completava com o produto de alguns biscates. A efervescência existente na redação da *Voz Operária* contaminara a redação da *Imprensa*. Houve eleição para novo secretariado da célula daquela empresa, e em meio de uma campanha hostil, por parte dos diretores, fui eleito secretário político, o que me colocava automaticamente como membro do conselho diretor do jornal. Nessa posição, com apoio de todos os redatores, menos dois ou três, escrevi alguns artigos de fundo que contrariavam as teses do programa do PCB,

mas a direção do Partido estava acuada pelos ataques irrompidos de todos os cantos do país, e ia suportando tudo, calada. Em todos os setores, nós, os renovadores, estávamos em ofensiva; os conservadores, em debandada.

Apesar da carta-rolha de Prestes, não nos deixamos intimidar; ao contrário, redobrou-se nossa pugnacidade. Alguns Membros do “núcleo dirigente”, fortalecidos com o reacionário apoio de Prestes e com a instituição da censura, acharam, porém, que era o momento de reconquistar a iniciativa, e passaram ao ataque. Contudo, mal puseram a cabeça de fora, receberam tão duros golpes, que desistiram da batalha em campo raso e se puseram a espremer o cérebro em busca de armas mais eficazes. De fato, os renovadores descobriram-lhes os pontos fracos e, filtrando-se por entre as malhas da censura, os atacavam de rijo, deixando-os desmoralizados ante o Partido. Ficou então patente a indigência de argumentos, de ideias e de espírito militante desses pobres diabos que se intitulavam de “núcleo dirigente”.

Nem Prestes escapou às certeiras cutiladas dos renovadores. Logo após a publicação de sua carta-rolha, C. F. Favalli, E. L. Maia e vários outros apontaram-lhe as incongruências, as contradições e falsidades, o esquematismo e o espírito reacionário que a animava. Veio então Carlos Marighella, com seu artigo *A Carta de Prestes e o Internacionalismo Proletário*, no qual batia na principal tecla prestista e fazia esta esdrúxula afirmação: “era inevitável que se cometessem os erros de que agora procuramos fazer autocrítica”. E eis que João Batista de Lima e Silva, Bóris Nicolaewsky e Quintino de Carvalho caíram-lhe em cima, pondo em ridículo sua tese da “inevitabilidade dos erros”, mostrando que os dirigentes máximos do PCB queriam fugir à autocrítica e dando novos argumentos contra a política de subordinação à URSS e ao PCUS. Então ergueu-se, roufenha, lá de São Paulo, a voz de Pedro Pomar, que E. L. Maia imediatamente fez calar, pulverizando em artigo suas estultas opiniões. Também compareceu ao debate o manhoso João Amazonas. Escarmentado com o que vinha acontecendo a seus colegas, foi dos últimos a pôr o nariz de fora. Fez publicar seu artigo ao lado do de Agildo, e por mais que se esforçasse, não conseguia raciocinar fora dos conhecidos chavões. A rigor, a única coisa que disse de novo (para quem o ignorava) é que Agildo era membro do Comitê Central, do PCB. Ora, depois que o PCB saiu da legalidade, houve muitas modificações na Direção, e embora a polícia

supusesse que Agildo Barata a ela pertencesse, não tinha prova disso. Veio Amazonas e, como diria Prestes, prestou esse serviçozinho à polícia. Pessoalmente, creio, estou certo de que o fez impensadamente, mas um companheiro renovador — ainda com a boca torta pelo vício do cachimbo totalitário — quis logo aproveitar o fato para desmoralizar Amazonas como “alcaguete policial”. Mas ouviu nossos conselhos, e se absteve de imitar Prestes.

Assim, arrancados à penumbra dos corredores, em que tramavam suas manobras de cabo-de-esquadra, e trazidos pela gola à arena ensolarada, eis que esses antigos deuses, outrora cobertos com um falso manto de grandeza e sabedoria, revelaram-se completamente nus, como diria Fast — e eram miúdos, estúpidos e feios em sua nudez.

Dai por diante poderiam eles, em represália, desferir vários golpes baixos contra nós — e desferiram. Mas nesses poucos meses de debate público, destruiu-se para sempre no Brasil a fonte principal da força do PCB: a mística da disciplina cega e da sabedoria do “núcleo dirigente”. E isto se deve, em grande parte, ao Sinédrio.

Recolhendo-se aos corredores, ainda tontos das pancadas recebidas, os deuses miúdos se reuniram, discutiram a situação, traçaram novo plano de ataque, para dentro de alguns dias. Segundo chegou a nosso conhecimento, as coisas teriam decorrido dentro deste espírito (mas não com estas palavras, que são imaginadas por mim; se as palavras foram mesmo estas, trata-se de mera coincidência):

Amazonas, cabeça baixa, olhos fuzilando:

— “A violência é a parteira da História”, como disse o camarada Marx. Com essa gente só na pancada.

Arruda, hesitante:

— Cuidado, a violência gera a violência...

Grabois, investido de plenos poderes sivolobovianos:

— Isso é contrabando ideológico do inimigo. Isso é uma frase burguês-latifundiária de Vargas. O camarada continua com sua vacilação pequeno-burguesa. Trata-se, como asseverou o camarada Sivolóbov, de

baixar o pau nessa canalha, que são os piores inimigos, porque estão dentro da fortaleza, como disse Stálin...

Marighella, corrigindo:

— ...como disse Lênin. Foi Lênin quem disse; Stálin, mais tarde, é que...

GRABOIS, puxando o nariz com dois dedos e jogando a cabeça para o lado esquerdo:

— Lênin ou Stálin, dá no mesmo, não importa quem disse. Isso é preocupação de literato. São piores porque estão dentro da fortaleza!

Marighella, procurando reabilitar-se:

— Falei por falar, mas sei que isso é secundário. Estou de acordo que são os piores inimigos, porque estão dentro da fortaleza...

Grabois, com um gesto das sobranceiras, pediu a opinião de Máritch Ave, que estava ali sem saber exatamente por que, sem saber se tinha direito de voto ou só de voz ou só de escuta.

Maritch, orgulhoso da honra que lhe davam de opinar:

— Também estou de acordo que são os piores inimigos, porque estão dentro da fortaleza. Pau neles, como diz o nosso sábio camarada Sivolóbov!

Efetivamente, com a chegada de Grabois, que estava ausente ao irromper o debate, recrudesceram as medidas arbitrárias do Secretariado e do Presidium: veto a matérias, proibição de citar determinado texto de Lênin na *Voz Operária*, ameaças de medidas punitivas, tardiamente, contra os que abriram o debate. Por fim, após a reunião que acabamos de referir, foi lavrada a demissão do diretor da *VO*, Aydano do Couto Ferraz, no dia 18 de fevereiro de 1957. Essa medida era arbitrária, infringia os Estatutos do PCB, segundo os quais os diretores dos órgãos centrais são nomeados pelo CC; portanto, o Presidium não poderia demiti-lo. Por isso, quando Máritch Ave foi à sede da *VO* para assumir-lhe a direção, os redatores, por unanimidade, se recusaram a dar-lhe posse. Máritch ficou surpreso, amareleceu, balbuciou:

— Bem, é essa a decisão de vocês?

Todos balançaram a cabeça lentamente, confirmando que sim. Redigiram uma carta sobre essa decisão, dirigida ao Presidium, mas Máritch não quis levá-la; teve de ser encaminhada por outro meio.

Os deuses miúdos se reuniram de novo, espumaram e incharam de raiva. No dia 28 de fevereiro, Máritch voltou à *VO*, com uma carta de Grabois para Aydano, em termos ameaçadores: “Comunico-lhe que, caso você persista em sua atitude, serão tomadas as medidas que se impõe para o cumprimento da decisão do Presidium”. O diretor do jornal respondeu que ele, Máritch, voltasse no dia seguinte à mesma hora, 15 h 30, pois enquanto isso ia reunir a redação para deliberar a respeito. Mas, nesse mesmo dia, 28, elementos comunistas politicamente atrasados, aliciados pelo “núcleo dirigente”, invadiram a redação da *Imprensa Popular*, quebraram o jornal-mural dependurado numa parede, insultaram os redatores e tentaram agredi-los. Mas, ante a resistência por nós oferecida e se bem fôssemos em número inferior ao dos agressores (então Lontra, Benévolo, Rocha, Zezé e outros jovens redatores já estavam perdendo a paciência), eles tiveram de se retirar, ameaçando voltar no dia seguinte, em maior quantidade, para nos expulsar da redação. Houve apenas dois inícios de pugilato, mas sabíamos que no dia seguinte a coisa poderia ser pior. Que atitude tomar?

Eu me encontrava nesse momento — 17 a 17h30 — na redação da *Imprensa Popular*, mas tive que me retirar, em seguida, pois entrava de serviço às 19 horas no jornal *Última Hora* (onde começava a trabalhar), saindo às 23 horas. Convoquei, por isso, uma reunião de todo o pessoal, com exceção dos dois diretores e de três redatores, que estavam ao lado dos invasores, para meia-noite em minha casa. Discutimos o assunto e concluímos que devíamos cessar coletivamente o trabalho no jornal, até que o “núcleo dirigente”, organizador da baderna, restabelecesse as condições de normalidade e segurança para os redatores e fotógrafos desempenharem suas funções. Pedimos ali mesmo que Isaac Akcelrud, redator-chefe da *IP*, redigisse uma carta ao CC, que foi assinada por todos os presentes. Quatro ou cinco redatores, que deixaram de comparecer em minha casa nessa noite, foram lá assiná-la no dia seguinte. Em total, assinaram 27: a redação se compunha de 32 jornalistas, incluindo dois diretores. Essa carta foi lida depois por Agildo Barata, numa reunião do Comitê Central, em abril de 1957.

No dia seguinte ao da invasão da *IP*, Máritch não compareceu à *Voz* para receber a resposta à carta de Grabois. Recordar-se que dias antes uma edição da *VO* fora empastelada na oficina do Partido. Diante de tudo isso, os redatores e o diretor da *Voz* se encontraram num dilema: aceitar a provocação ensaiada e revidá-la no mesmo terreno (elementos da Juventude Comunista disseram que poderiam mobilizar duzentos jovens renovadores para “vencer” no debate) ou fechar as salas em que trabalhavam, de modo a evitar também ali uma invasão. Preferiram esta última medida. E temporariamente a *Voz Operária* deixou de circular; quando voltou à circulação, já tinha outro diretor.

Em abril de 1957, um mês e pouco após os acontecimentos na *Imprensa Popular* e na *Voz Operária*, houve nova reunião do Comitê Central. Com exceção de Agildo Barata, os elementos renovadores do CC estavam todos atemorizados com as demonstrações de força do “núcleo dirigente”. O CC aprovou duas resoluções: uma, intitulada *Sobre a Unidade do Partido*, de conteúdo reacionaríssimo; outra, anunciando o encerramento dos debates. A resolução sobre “unidade” investia contra o pessoal dos órgãos centrais, dizendo: “É sabido como alguns camaradas responsáveis pelos principais órgãos da imprensa a serviço do povo, violando a disciplina do Partido, abriram uma discussão sobre o XX Congresso do PCUS antes do pronunciamento do CC e permitiram que fossem proferidos ataques à União Soviética e ao PCUS, ao internacionalismo proletário, ao nosso Partido e à sua direção”⁴. Mais adiante, contrariamente ao *Projeto de Resolução*, de outubro de 1956, que estabelecia o direito de manifestar divergência (“Serão publicados os trabalhos dos membros do Partido, inclusive daqueles que tenham divergências a apresentar”), a nova resolução decretava que “nenhum comunista pode, assim, atuar fora da organização partidária a que pertence ou colocar-se à sua margem para emitir opiniões pessoais e manifestar divergências, porque isto significa golpear a unidade do Partido e desenvolver trabalho fracionista”⁵. A outra resolução começava proclamando que “durante mais de 5 meses grande número de membros do Partido expressou livremente suas opiniões”; manifestava o propósito de “realizar uma análise aprofundada da discussão que se processa em torno do *Projeto de Resolução*, de outubro de 1956, a

⁴ *Voz Operária*, edição de 20/4/57, pag. 5 — Rio.

⁵ *Voz Operária*, edição de 20/4/57, pag. 5 — Rio.

fim de extrair todos os ensinamentos que ela proporciona”, e por fim anunciou que, em sua próxima reunião, o CC faria “o balanço da discussão”, cujo encerramento fixou para dentro de 30 dias após a publicação daquela resolução. Esse balanço não chegou jamais a ser feito publicamente pelo CC; talvez porque os seus resultados fossem decepcionadores. Em apêndice, no final deste livro, transcreverei excertos de numerosas opiniões emitidas pela imprensa. Elas conduzirão à mesma conclusão a que chegou Agildo Barata, em entrevista a um jornal carioca: o PCB se havia convertido num “trambolho histórico”.

Depois de marcado o encerramento da discussão para o mês de maio, o “núcleo dirigente” resolveu que o tempo restante fosse dedicado à realização de uma caricatura de debate. Ele tinha nas mãos vários artigos de renovadores, engavetados pela Comissão de Censura. Faria então o seguinte: em cada número da *VO* ou da *IP* publicaria quatro ou cinco artigos de conservadores, muitos dos quais fabricados em massa por dois ou três intelectuais auxiliares da Direção e entregues a diferentes elementos para que os assinassem, e no mesmo número um artigo mais ou menos anódino de um renovador. Não faria mal que esses artigos conservadores, produzidos em série, fossem vazios de ideias, recheados de chavões, pois não havia o perigo de resposta, porque todo o pessoal do Sinédrio e de outros grupos renovadores não tinha mais onde publicar suas réplicas; agora as direções dos jornais estavam firmemente nas mãos do “núcleo dirigente”. Por isso, até mesmo membros do “núcleo” poderiam (e deveriam) voltar a pôr a cabeça de fora, sem susto. E assim fizeram. Praticamente, foi como se o “núcleo” dissesse:

— Acabou-se aquela anarquia. Nós fomos até liberais em excesso, permitindo que inimigos do povo, agentes do imperialismo infiltrados em nossas fileiras, manifestassem suas opiniões antissoviéticas e antipartidárias em nossos jornais. De todo modo, eles já falaram muito. Chegou nossa vez de discutir em paz. A palavra é nossa!

E o debate seguiu novo curso. Aliás, desde os acontecimentos da *Voz* e da *IP*, foi adotada essa tática, prosseguindo com mais intensidade após a reunião do CC. De fato, já nas edições da *VO* de 23 e 30 de março, foram publicados, entre outros, um artigo de Luís Teles em que investe contra Maurício Pinto Ferreira, Ernesto Luiz Maia e Caio Gabriel; um de Rui Facó e outro de Jacob Gorender contra Armando Lopes da Cunha; um de Luís

Câmara e outro de Fanny Tabak contra Caio Gabriel; na VO de 13 de abril, após quatro meses de ausência, reapareceu Carlos Marighella, respondendo a João Batista, Nicolaewsky e Quintino de Carvalho; nesse mesmo número, publicou-se o artigo *Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido*, assinado por Agildo Barata e que foi trabalho coletivo, uma espécie de plataforma da maioria do grupo renovador do Rio. Mas ainda nessa edição, vinham um artigo de Ivan Cunha contra Agildo Barata, e outro, de Calil Chade, contra mim. Na VO de 20 de abril, um artigo de André Azevedo contra Caio Gabriel, um de Hércules Correia dos Santos contra mim; e até Pedro Pomar, ressurgindo dentre os mortos, apareceu tranquilamente criticando uma resolução do Comitê Regional de Minas Gerais. Para fingir caráter de debate, o “núcleo” publicou nessa edição um artigo de José Gorender com restrições a Marighella. Na VO de 27 de abril, um artigo de André Franco contra Agildo, outro de Carlos Daniel contra Caio Gabriel; na VO de 4 de maio, artigo do conservador Leivas Otero contra Agildo Barata, J. B. de Lima e Silva e Mauricio Pinto Ferreira; outro do conservador Bento da Gama Batista contra Agildo; um do conservador João Guilherme contra Luiz Maia, Nicolaewsky, Aydano e Agildo; um do conservador Durval Tavares Sobrinho contra Agildo; um do conservador Salomão Tabak contra mim, sem mencionar meu nome; um do conservador Albano Soares contra Caio Gabriel e um de Jacob Gorender contra o revisionismo em geral. Na VO de 25 de maio, artigo de Apolônio de Carvalho contra Caio Gabriel, e um artigo de Lauro Silva com este título que diz tudo: *Considerações Sobre os Debates à Luz dos Ensinamentos do “Jin-Min-Ji-Pao”*. Para falar sobre a situação no PCB, o homem foi buscar luzes na China...

Estava terminado o debate, cujo capítulo final culminou na mais pura farsa. Apesar de tudo, houve um período em que ele se processou livremente; foi curto, mas suficiente para colocar o PCB diante de si mesmo, ao espelho. Tanto assim que o balanço dos debates não pôde ser tirado nem pelo “sábio Comitê Central”, nem pelo “núcleo dirigente”, nem sequer pelo “guia genial” do PCB. Seria uma autocondenação. Apareceu muito depois algo que pretendia ser um balanço, mas não saiu na imprensa comunista. Num partido que possui imprensa legal, embora sendo ele clandestino, esse “balanço” circulou apenas clandestinamente, mimeografado, distribuído a algumas células. Era o “balanço” secreto (envergonhado e falso) de uma discussão travada em público.

7. Operários e intelectuais

O clima de confiança entre os militantes, restabelecido pela luta interna, permitiu um intercâmbio de informações bastante amplo, que se encadearam e se confrontaram, formando um quadro vivo e autêntico da realidade comunista no Brasil. Um aspecto dessa realidade era o desprezo e o ódio nutrido pelos dirigentes máximos do Partido, em relação aos intelectuais. Esse ódio reacendeu-se com a abertura dos debates, à revelia da direção do PCB, por um grupo de intelectuais que trabalhavam nos jornais comunistas. Acirrou-se com o apoio aberto e maciço dado a essa iniciativa pelo grupo de escritores de *Para Todos*. E extravasou-se nas calúnias e nos epítetos contra nós lançados, primeiro chamando-nos de “piroquetes”, “pequeno-burgueses em desespero” e “elementos vacilantes ante a pressão ideológica do inimigo de classe”, para terminar declarando-nos “funcionários do DOPS” e “vendidos ao imperialismo ianque”.

A verdade, porém, é que essa atitude vinha de longe, como resultado provável da vulgarização da ideia marxista de suprimir as diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Segundo Marx, isso se verificaria na sociedade comunista, após uma gradual elevação do nível cultural e técnico dos operários até ao nível dos intelectuais e também, desde então, através da rotatividade profissional. Os marxistas do “núcleo dirigente” achavam, no entanto, que a eliminação dessa diferença devia concretizar-se de modo inverso, isto é, na proletarianização dos intelectuais, não em sentido político e ideológico, mas no sentido rasteiro das pequenas tarefas práticas. Daí que centenas de estudantes comunistas, sob pressão dos dirigentes, tenham abandonado a escola em que faziam cursos superiores e até cursos secundários, que a muitos artistas e escritores se reprochasse o fato de que, em vez de estarem a pichar paredes ou a transportar pacotes para os dirigentes, passassem o tempo a escrever livros ou pintar quadros.

O poeta Santos Morais, somente porque ousou declarar, aí pelo ano de 1946, numa reunião na *Tribuna Popular*, que não pretendia deixar-se absorver pelas tarefas práticas do Partido (colação de cartazes, pichação de muros, etc.), limitando-se a atuar como jornalista e dispondo de tempo para escrever poemas e romances, quase foi linchado pela célula daquele jornal.

E daí por diante, passou a ser alvo de ironias e chacotas por parte dos modestos revolucionários daquela empresa.

O intelectual é, por natureza, um inconformado, mente aberta ao debate, à pesquisa, à busca de novas verdades, e por isso os intelectuais do PCB tinham de chocar-se com a rigidez dogmática dos dirigentes. A leitura de livros outros que não os marxistas-leninistas-stalinistas, era vista com maus olhos no Partido. A arte não-comunista era sempre tachada de “decadente”, “degenerada”. Conta Abulfaraj que o general árabe Amr Ibn Al-As, ao conquistar Alexandria, em 1642, mandou incendiar sua famosa biblioteca, sob a alegação de que os seus livros estavam contra os ensinamentos do Corão e, nesse caso, deviam ser destruídos como nocivos, ou eram apenas repetição, com outras palavras, das verdades contidas no Corão, caso em que também deviam ser destruídos como supérfluos. Era essa também a mentalidade que prevalecia na direção do PCB. E os próprios intelectuais, que já tinham sido absorvidos nas engrenagens do Aparelho, passavam a ter essa mesma mentalidade. Daí que, na penúltima (e de má memória) fase de *Para Todos*, eu mesmo — para não falar em outros intelectuais — tenha agredido numerosos escritores brasileiros simplesmente porque não eram comunistas.

Naturalmente, a questão se agravou após os famigerados informes de Jdânov sobre literatura e arte. Mas o terreno estava preparado para isso. E de que não se tratava de um fenômeno passageiro, nem brasileiro, lemos um testemunho recente — o do escritor e jornalista Moacir Werneck de Castro que, tendo comparecido a um congresso de cultura em Praga, escreveu a respeito o seguinte (“Última Hora”, do Rio, 13/7/59):

Achamos, a certa altura, que a “discussão” era destituída de qualquer toque de divergência ou de crítica, e comunicamos francamente essa impressão aos nossos amigos tchecos. A explicação foi que antes do Congresso se haviam realizado inúmeras reuniões preliminares, onde os tópicos de crítica haviam sido abertamente expostos. De maneira que, no Congresso mesmo, só restava expor as opiniões, já filtradas pelo debate anterior. Não podia, assim, haver nenhuma surpresa: era o *antisuspense!* As resoluções, em consequência, foram aprovadas por aclamação.

Velho Padrão

O socialismo, no domínio cultural, não precisou de enfrentar na Tchecoslováquia problemas como, digamos, os da Romênia ou da Albânia. Já não havia analfabetos no país, cujo nível cultural era dos mais elevados da Europa. Assim, o balanço do Congresso no que diz respeito à democratização da cultura teria que ser, evidentemente, positivo. Mas nas questões de ordem estética ou nas da “direção da literatura e da arte pelo Partido e pelo Estado”, puderam advertir-se certos sinais inquietantes.

É difícil compreender como o poder socialista, tão solidamente instalado, e que a cada momento proclama a unanimidade do apoio das massas trabalhadoras e do povo, se mostre tão hostil no plano ideológico à fantasia criadora dos escritores e artistas, que não sabem mais onde fica a temível fronteira cuja transposição significa invadir o malfadado território do “revisionismo”.

Tudo na mesma, então, depois do breve *intermezzo* do “degelo”? O tom geral do Congresso de Praga não autoriza nenhuma expectativa de mudança na rigidez da linha. E em alguns discursos se podia mesmo discernir com toda nitidez o velho padrão talhado por Jdânov.

O desprezo e ódio pelo intelectual encontravam seu complemento na bajulação teórica e na idealização grosseira do proletariado, que era apresentado como a *classe eleita*, portadora de todas as virtudes morais e cívicas. Daí que, mesmo nos países pouco industrializados, onde a maioria do povo vive no campo, o PC se considere sempre “o partido do proletariado” e considere os camponeses como “os aliados mais firmes do proletariado”. Portanto, um dirigente de origem operária ou camponesa é tido como possuidor de algumas qualidades superiores inatas. No Brasil, durante certo tempo, devido à insurreição comunista no Exército, em 1935, o título de militar gozou de certo prestígio. Mas o resto — funcionários públicos, comerciários, artesãos, estudantes, pequenos comerciantes, engenheiros, jornalistas, médicos, advogados, escritores, artistas — era tudo considerado uma mixórdia pequeno-burguesa que se caracterizava por suas vacilações e irresponsabilidade, por seus desvios da linha política e todo gênero de *piroquetagens*...

Isso explicava as mistificações a que se entregavam muitos dirigentes do PCB. Certo dia, em começos de 1946, Marighella chegou à Seção de Quadros do CC, pediu uma ficha autobiográfica e pôs-se a preenchê-la, por determinação do Presidium. Escreveu a data de nascimento, nomes dos pais, profissão na vida civil, data de entrada no PCB e outros dados mais; quando chegou ao ponto em que devia precisar sua origem social, suspendeu a caneta, coçou a carapinha, fitou um funcionário daquela seção, o estudante A.C., e explicou sua dificuldade:

— Estou em dúvida se posso, aqui em *origem, social*, escrever — *militar*.

A.C. arregalou os olhos:

— Militar? Por que militar?

— Por analogia — respondeu. — Veja aí no seu fichário: Arruda, que era agrônomo e fiscal do Ministério do Trabalho, descendente de uma família da zona do cangaço pernambucano (o tio dele, esse padre Arruda Câmara, que agora é deputado, só anda com uma faca “peixeira” debaixo da batina), pôs como origem social — camponês. Amazonas, que fez o curso de guarda-livros, no Pará, e trabalhou como burocrata no Sindicato da Construção Civil, aqui no Rio, pôs como origem social — operário. Eu, não só porque usava uniforme quando estava no Ginásio da Bahia, como porque meu pai era reservista de terceira categoria, acho que posso pôr, como origem social — militar...

Terminou pondo — “pequeno-burguês (estudante)” — embora essa origem realmente não fosse recomendável. De todo modo era melhor que se dar a qualificação de *intelectual*, apesar de os estudantes estarem incluídos nessa categoria social.

Os chefes do PCB nunca perdiam oportunidade de manifestar seu desprezo ao intelectual, mostrando que, na escala de valores instituída oficialmente no Partido, ele ocupava o lugar mais baixo, enquanto o operário ocupava o mais alto. Em fins de 1953, o Comitê Regional do Rio lançou um “Plano Lênin de Recrutamento” de novos militantes para o Partido e estabeleceu um sistema de emulação, mediante concessão de prêmios aos camaradas que melhor trabalho realizassem. Organizou-se, para isso, um quadro minucioso com os pontos correspondentes ao tipo

social do recrutado. O ponto máximo era 50, atribuído ao recrutamento de um operário de grande empresa; o ponto mínimo era 10, correspondente ao recrutamento de um intelectual.

Na reunião de agosto-setembro de 1956 do Comitê Central, coube ao ensaísta Astrojildo Pereira abordar esse assunto, escudado no seu testemunho pessoal. Relatou então a grosseria e o desprezo de que foi alvo por parte de um membro do “núcleo dirigente”. Pedira-lhe certas facilidades para realizar sua obra como escritor, e recebeu esta resposta:

— Você não é escritor — nem bom nem mau. Escreve algumas coisas, como todos nós escrevemos. Aliás, os bons escritores do Partido somos nós, os dirigentes principais, porque possuímos uma visão ampla e justa da sociedade.

Na reunião seguinte, do mês de outubro, o assunto voltou à baila, e um ex-membro do CC, que ali se achava como convidado, o velho Zé Francisco, declarou:

— Sou operário, velho membro do Partido, e posso dizer que nunca vi, entre os operários, preconceito e discriminação contra os intelectuais. Quem eu sempre vi ter preconceito contra os camaradas intelectuais foram os pequeno-burgueses da direção do Partido.

Efetivamente, esses anti-intelectuais da Direção, a começar por Prestes, eram todos pequeno-burgueses, não obstante afivelarem, alguns deles, a máscara de proletários. Os operários mesmos e, em geral, os homens simples do Partido se orgulhavam de formar, nas mesmas fileiras, ao lado de um Niemeyer ou um Jorge Amado, de um Portinari, um Graciliano Ramos ou um Arnaldo Estrela. É certo que a direção do PCB também apreciava esses nomes, e os utilizava politicamente, para que assinassem manifestos e telegramas de protesto e para que comparecessem em congressos nacionais ou internacionais de interesse dos comunistas. Mas só apreciava os nomes; desprezava-lhes a obra. Em 1946, numa reunião do CC a que fora convidado, Jorge Amado embalde reclamou contra o fato de o Partido não lhe deixar tempo para escrever literatura, pois além de suas atividades como deputado, era sobrecarregado de outras tarefas que bem podiam ser executadas por outros camaradas. Quanto às obras de Niemeyer e Portinari, eram simplesmente tachadas pelo “núcleo dirigente” de “arte burguesa degenerada”. Contra Graciliano Ramos, porque

se recusara a vestir a camisa de força do “realismo socialista” (quando lhe apresentavam os argumentos do dirigente soviético Jdânov, sobre literatura, ele retrucava, com sua habitual franqueza: “Jdânov é um cavalo; não entende disso”), moveram uma campanha de destruição, que não cessou sequer com a morte do grande romancista, pois tentaram impedir mesmo que se publicasse postumamente suas “Memórias do Cárcere”.

Alvo também do desprezo dos dirigentes do PCB eram os economistas. Alguns dos mais competentes estudiosos da economia brasileira forneciam materiais (números, dados, argumentos, interpretações) para que a Direção os utilizasse em seus artigos, discursos e informes. Acontece, porém, que muitas vezes essas interpretações da realidade não coincidiam com os esquemas do PCB — traçados, a grosso modo, em Moscou, para todos os países subdesenvolvidos. Agarrado a esses esquemas, o Sr. Luiz Carlos Prestes, por exemplo, bradava algo neste estilo: “O Brasil está em atraso progressivo. O Brasil está regredindo à condição de colônia dos imperialistas norte-americanos”. Os economistas, porém, consultavam as estatísticas, liam as notícias econômicas, verificavam as listas de importações de tratores, motores, tornos, petroleiros, visitavam fábricas, usinas em construção, e chegavam à conclusão de que o Brasil se achava num processo de desenvolvimento econômico. Essas conclusões enfureciam os “marxistas” da Direção, que diziam zombeteiramente, entre si: “Olha aqui, Fulano: segundo estes nossos “camaradas burgueses”, o Brasil está progredindo economicamente, está avançando. Então, para que pensar em revolução? Acho melhor a gente fechar este Partido e cada um de nós ir tratar de sua vida particular!”. Caíam na gargalhada.

Mas em seguida mostravam uma catadura feroz e mandavam recados assim para os economistas: “Diga a Fulano e Sicrano que nos preparem um trabalho sobre tal assunto. Mas nada de fazer interpretações! Que mandem os dados puros, só números; nada de comentários!”. E acrescentavam superiormente, como que a justificar perante o emissário essa atitude: “São uns analfabetos! Estão com a cabeça cheia da falsa ciência burguesa e pensam que sabem muita coisa. Só os números, os dados puros!”.

Eles, depois, escolhiam os dados que coincidissem com o esquema e os utilizavam; quanto aos dados que se opunham ao esquema, jogavam-nos à cesta de lixo como “mistificação burguesa”.

Realmente, como ainda há pouco me dizia o poeta Rossini Camargo Guarnieri, falando dessa situação, “era a inteligência a serviço da burrice organizada”. Organizada e insolente.

Para com os intelectuais menos famosos, a atitude desses dirigentes era ainda pior. Os romancistas Dalcídio Jurandir e Alina Paim, particularmente, foram tratados da maneira mais desumana. Ambos, aceitando e levando às últimas consequências as teses do realismo socialista, dispuseram-se a ir viver algum tempo no próprio cenário em que se desenrolaram as histórias que iriam descrever em seus livros — *Linha do Parque* e *A Hora Próxima*, respectivamente. Viajaram, um para o Rio Grande do Sul, o outro para São Paulo. Viveram em casas operárias, tiveram contato com os personagens reais de suas histórias, regressaram e empreenderam uma nova experiência literária. Prontos os romances, foram entregues à Direção do PCB para serem publicados pela editora do Partido. Mas, a pretexto de que estavam sendo lidos pelos dirigentes, esses romances permaneceram por muito tempo inéditos. Depois, foi levantada uma dúvida na Direção: eram realmente romancistas esses camaradas?

Ora, ambos tinham romances publicados por editoras não do Partido, eram detentores de prêmios literários, sua obra já estava consagrada pela crítica. Os próprios dirigentes do PCB, por isso mesmo que os reconheciam como romancistas, deram-lhes a tarefa de escrever tais romances. Agora, pensando humilhá-los, punham em dúvida sua qualidade de romancistas. Afinal, depois de grave incidente com Alina Paim, relacionado com essa situação, seu livro foi publicado. Quanto aos originais do livro de Dalcídio Jurandir, após dois anos mofando nas gavetas da Direção do PCB, foram devolvidos ao autor, acompanhados da seguinte nota crítica “Dalcídio abusa muito do emprego de *e...*”. E só em meados do ano passado, quando buscavam reconquistar o apoio dos intelectuais, em face da debandada ocorrida no curso da luta interna, é que a editora pecebista pediu os originais e publicou o livro.

Com o historiador Édison Carneiro fizeram algo semelhante. Ele escrevera um livro sobre a Revolução Praieira e a Direção do PCB propôs-lhe publicá-lo pela editora comunista. Um dos dirigentes, de posse dos originais, leu dois capítulos e naturalmente verificou que aquela revolução não se processara de acordo com os esquemas que ele tinha na cabeça para revoluções desse tipo. E decidiu suspender a publicação do livro. Mais que

isso: impedir que esse livro fosse publicado por outra editora. O jeito era destruir os originais: destruiu. Mas — desconfiou — o autor decerto tinha cópia. Pediu a cópia, alegando extravio dos originais, a destruiu também. Entretanto, se tinha uma cópia — pensou genialmente — podia ter outra ainda. Arranjou mais um pretexto e mandou pedir outra cópia. Mas o autor, já desconfiado, negou que tivesse mais cópias. Pediram que mandassem então os manuscritos, mas ele respondeu que os havia destruído logo após datilografado o livro. Assim, conseguiu o autor salvar uma cópia de sua obra.

Nas escolas do PCB — e isto foi confessado, à guisa de autocrítica, por Máritch Ave, numa reunião com escritores comunistas, presidida por Prestes, em meados de 1958 — os professores recebiam instruções da Direção para humilhar os intelectuais, fazendo-lhes, sobre questões marxistas, algumas perguntas de algibeira, de modo que eles passassem, aos olhos dos demais alunos, como ignorantes e brancos, incapazes de assimilarem a “ciência do proletariado”.

Em princípios de 1957, conversando no Rio com um dos mais renomados intelectuais do PCB, dele ouvi a afirmativa de que existiam vários escritores jovens desejando ingressar no Partido; esclareceu, porém, que, por intermédio dele, nenhum entraria. E relatou o sucedido com o crítico de arte Flávio D’Aquino:

— Por meu intermédio, mas a pedido dele mesmo, Flávio ingressou no PCB. Para se ter uma ideia de como foi tratado, basta dizer que, ao fim de uma semana, ele não só abandonou o Partido, como ficou meu inimigo.

É de notar que nem um só escritor ou artista de renome foi formado no PCB. Os que dele se aproximavam muito, quando no início de sua carreira literária ou artística, eram absorvidos pelas tarefas práticas com que os sobrecarregavam e desestimulados em suas atividades intelectuais pelo clima hostil, ali reinante. Os jovens jornalistas, quando começavam a se distinguir, eram sabotados por ordem direta do “núcleo dirigente”. Até mesmo jornalistas que vinham da imprensa não-comunista, aureolados pelo estrelato, sofriam restrições, nesse sentido. Certa vez, Moacir Werneck de Castro seguiu para Assunção, a fim de fazer uma série de reportagens, encomendadas pela própria direção do Partido, a respeito da prisão em que se encontrava enfermo o dirigente comunista paraguaio Obdulio Barthe.

Dadas as condições de terror reinantes naquele país, nosso enviado corria perigo inclusive de ser preso também. Por isso, como diretor da *Imprensa Popular*, nessa ocasião, anunciei sua partida, numa notícia ao pé da primeira página, ilustrada com um clichê de Moacir, em coluna e meia. Isso se justificava não só do ponto de vista jornalístico, como do ponto de vista político. Nessa mesma edição, ao alto da primeira página, estampeei uma foto de Prestes em duas colunas, ilustrando unia entrevista sua, ou coisa que o valha. Apesar disso, Arruda considerou que estávamos dando mais destaque a Moacir do que a Prestes, e acentuou que isso refletia o espírito de clã dos jornalistas, de “igrejinha”, dos elogios mútuos. Enfim, uma catilinária.

Mais que todos, porém, foi Grabois quem deu a medida exata desse ódio e desprezo que votam aos intelectuais os falsos operários da direção do PCB. Certa ocasião realizou-se, em casa de família conhecida minha, uma reunião de dirigentes comunistas, que durou vários dias. Ao final da reunião, pediram modestamente à dona da casa que desse sua opinião crítica sobre como eles se portaram. E ela fez duas críticas, uma das quais nestes termos:

— Eu só acho que os camaradas passaram excessivamente bem. Cada refeição era um verdadeiro banquete. Enquanto isso, os jornalistas e tipógrafos da *Imprensa Popular* estão passando fome, recebendo “vales” de vinte cruzeiros por dia. Desculpem a franqueza...

Não desculparam. Grabois mordeu o lábio, estava rubro de ódio, profundamente ofendido com aquela comparação:

— A camarada nos subestima... Não se lembra que somos dirigentes e estamos na ilegalidade. A camarada pensa, por acaso, que nos alimentamos assim por que sejamos sibaritas? Uns gozadores da vida? Está equivocada. A maioria de nós nem liga para o tipo de comida que põe na boca. Eu sou um deles. Só nos interessa que a comida esteja sã. E mesmo essa preocupação não é por nós mesmos, mas pelo Partido, que nós temos a responsabilidade de dirigir! Imagine que nós, com essa política de economizar palitos, procurássemos as coisas mais baratas... Acabariamos comprando produtos deteriorados e nos intoxicando. Então, na melhor das hipóteses, iríamos parar no Pronto Socorro, podendo ser descobertos e

presos. Trata-se de um problema de segurança. Essa é que é a verdade¹. Por isso não podemos reprimir nossa indignação quando a camarada nos compara com aqueles bêbados da *Imprensa Popular!*

(Os bêbados de que ele falava eram três ou quatro jovens repórteres que, convidados para algumas festas em bairros operários — e compreende-se que não recusassem convite para qualquer lugar onde houvesse o que comer e beber —, andaram excedendo-se nas bebidas. A generalização, porém, era injusta e corria por conta do anti-intelectualismo de Grabois.)

E coroando tudo isso, tivemos o proletaríssimo Sr. Luiz Carlos Prestes a vociferar, em sua carta-rolha de novembro de 1956: “Precisamos acabar com o mandonismo e o arbítrio individual em nossas fileiras, o que significa encontrar a justa relação entre a democracia e o centralismo, entre a liberdade e a disciplina. Isto não pode significar, no entanto, que tenham livre curso em nossas fileiras o niilismo em matéria de organização e o anarquismo senhorial do intelectual burguês...”

Mas se esses cavalheiros eram sinceros no seu anti-intelectualismo, não o seriam tanto no seu proletarismo. Manejando a máquina do poder,

¹ Há quem afirme que a vida copia a arte. Pensei nisso, quando me transmitiram esse discurso de Grabois, tal a semelhança que apresenta com outro discurso que, em condições parecidas, fez um personagem do *Animal Farm*, de George Orwell. Nessa deliciosa sátira, que historia a revolução dos bichos numa fazenda, os quais expropriaram e expulsaram o antigo proprietário, como explorador de todos, fala-se de alguns privilégios que os porcos se atribuíram... Bem, deixemos o autor com a palavra: “O mistério de para onde ia o leite ficou esclarecido. Diariamente era misturado ao pirão dos porcos. As primeiras maçãs estavam amadurecendo, e sobre a grama do pomar se espalhavam os frutos caídos da macieira. Supunham os animais que, decerto, essas maçãs seriam repartidas igualmente; um dia, contudo, foi dada ordem de que todos os frutos caídos ao chão, fossem coletados e trazidos ao quarto de arreios para serem consumidos pelos porcos. Diante disso, alguns outros animais resmungaram, mas inutilmente. Todos os porcos estavam de pleno acordo nesse ponto, inclusive Snowball e Napoleon. Mandaram Squealer dar aos outros as necessárias explicações.

“Camaradas!” — gritou ele. “Vocês não estarão pensando, espero eu, que nós os porcos estejamos fazendo isso com espírito de egoísmo e privilégio. Muitos de nós, realmente, não gostamos de leite nem maçãs. Eu mesmo não gosto. Nosso único objetivo, ao tomar essas coisas, é preservar nossa saúde. O leite e as maçãs (e isto foi provado pela Ciência, camaradas) contêm substâncias absolutamente necessárias ao bem-estar de um porco. Nós, os porcos, somos trabalhadores intelectuais. Toda a gerência e organização deste sítio depende de nós. Dia e noite estamos cuidando do bem-estar de vocês. É para segurança de vocês que nós bebemos esse leite e comemos essas maçãs.”

eles cuidavam sobretudo de impedir que autênticos líderes operários conquistassem a direção desse partido que se intitulava de “o partido do proletariado”. Bem sintomático é o fato de que o operário Roberto Morena, acatado como líder de grande parcela do proletariado, homem de muita experiência política e de nível cultural razoável, não tenha sido cooptado para o CC em 1945, quando o PCB se organizou na legalidade, permanecendo até hoje fora desse organismo. Enquanto isso, foram levados para o CC jovens operários e operárias sem o menor prestígio no seio de sua classe, culturalmente atrasadíssimos e sem qualquer experiência política. A função desses elementos, no CC, é balançar a cabeça aprovativamente, como bois de presépio, nas famosas votações de que saem as resoluções unânimes. Servem também como enfeite, para dar cor local, isto é, proletária, ao “partido do proletariado”. E sobretudo são tranquilizadores, porque não possuem capacidade para disputar aos pequeno-burgueses os postos que estes ocupam na suprema direção.

Entretanto, por vezes também aqui a criatura se rebelava contra o criador, e um desses operários começou a achar esquisito que os dirigentes máximos, nesse “partido do proletariado”, fossem todos pequeno-burgueses. E pôs-se a resmungar. Então pespegaram-lhe, incontinenti, a etiqueta de “obreiroista” (o “obreiroismo” constitui um desvio ideológico de caráter pequeno-burguês) e teorizaram que o verdadeiro operário não se caracterizava por suas mãos calosas, mas por sua ideologia. Por isso, o camarada Prestes era o maior e melhor proletário brasileiro; por isso era ele e não o camarada X, que trabalhou muitos anos numa fábrica, o dirigente supremo do Partido. Foi um discurso como esse que ouvi José Souza pronunciar, na Escola em Moscou, numa de nossas assembleias, para contraditar um operário de grande empresa, desses chamados de “operários puro-sangue”. A saída, Mônatche conversava com Souza dando-lhe apoio:

— Chega a dar pena, hein! Um operário puro-sangue com essa mentalidade pequeno-burguesa!

E assim, nessa química infernal, guarda-livros se transformavam em operários; operários puro-sangue se transformavam em pequeno-burgueses. E suprimia-se, como inútil pernicioso, a categoria dos intelectuais. Pois, como dizia outro, os escritores, os bons escritores do Partido são seus dirigentes, porque têm uma visão ampla e justa da sociedade.

8. O pântano triunfante

Desde a reunião de outubro de 1956, do Comitê Central, talvez mesmo desde a de agosto setembro, delineou-se e foi-se acentuando a divisão do grêmio comunista em duas alas, inicialmente denominadas de *abridistas* (partidários dos que abriram o debate) e *fechadistas* (contrários a uma discussão pública dos problemas íntimos do PCB). Depois, essas mesmas alas receberam designações mais apropriadas: aos *abridistas* chamou-se de *renovadores*, de acordo com sua pretensão de renovar o Partido nos métodos, na política e na tática adotados; aos *fechadistas*, que em geral achavam tudo certo, tudo bem, chamou-se de *conservadores*. Em capítulos anteriores, fizemos menção várias vezes a essas duas correntes. Agora, convém explicar como surgiu, se desenvolveu e triunfou a terceira corrente.

Com o acirramento da luta interna no PCB, refletido nas publicações comunistas que chegavam a Moscou, Sivolóbov decidiu abreviar a conclusão do curso que nova turma de brasileiros estava fazendo na Escola do PCUS, e mandou-os de volta, a fim de que viessem reforçar as combalidas fileiras dos conservadores. Regressam então Abel, Luiz Teles, vulgo “nobre espanhol”, Cid, Sabino Bahia e tantos outros. Por esse mesmo tempo chegaram da China alguns dirigentes do PCB que foram representar o Comitê Central, no VIII Congresso do PC chinês, reunido em setembro de 1956. Foi então que surgiu a terceira corrente, intermediária, expectante, que descobriu em meio dessa confusão o caminho do poder. Sua tática consistiu em apoiar a corrente enfraquecida (conservadora), revitalizando-a para que pudesse derrotar a corrente em ascensão (renovadora); depois disso, buscando o apoio desta última, dizendo-se inclusive também renovadora, tratou de liquidar os conservadores, amplamente desmoralizados no PCB, e substituí-los na Direção, isto é, no Presidium e no Secretariado. A corrente desse tipo, quando apareciam no movimento socialista russo, Lênin denominava de *pântano*, no sentido (se havia apenas um) de que nem eram terra, nem eram água. Adotaremos aqui a mesma designação.

Essas três correntes, no PCB, ficaram constituídas assim: 1) Renovadores — Sinédrio, grupo de Agildo Barata, maioria dos elementos da Comissão Central de Finanças, importante ala do Comitê Regional de Piratininga (São Paulo), forte grupo do Comitê Regional da Bahia, todo o Comitê Regional Sul-Bahiano, numeroso grupo no Rio Grande do Sul, um grupo no Ceará e em outros diferentes Estados; os principais dirigentes da UJ C; a maioria da Comissão Sindical, da Comissão de Massas e da Comissão de Agitprop do CC¹; 2) Conservadores — Amazonas, Grabois, Pomar, Marighella, Arruda (embora com muitas vacilações), Luiz Teles, Cid e seus sequazes menores; 3) Pântano — Galdino, Máritch Ave, Sabino Bahia e vários outros, inclusive fora do CC. A este grupo, mais adiante, se incorporou Prestes, cuja posição era mais pantanosa que a do próprio pântano, ou mais precisamente, para usar a terminologia bolchevista, era uma posição pantanosa de direita, pois se caracterizava, até determinado momento, pela ausência e pelo silêncio. Sua carta-rolha de novembro foi feita no espírito conservador e de acordo com o grupo conservador, embora sem cortar as pontes em direção aos renovadores, pois se dizia um “entusiasta da discussão” e outras coisas mais ou menos vagas e mais ou menos hipócritas. Depois disso, apagou-se.

Note-se que essas três correntes estavam longe de ser imutáveis na sua composição. Graças, provavelmente, ao prestígio de Prestes, transferiram-se para o pântano não só elementos a princípio conservadores, como Marighella, Luiz Teles e Cid, mas também vários renovadores, como Chiquinho, Morena, Batim, Marta e, por último, até André Vítor. Ademais, Carlos Duarte, que se converteu na “eminência parda” do pântano e foi o tático que traçou a rota para o poder, também fora renovador, tendo participado mesmo do Sinédrio, nos seus primeiros tempos.

Era natural que houvesse um período de confusão, em que certas nuances ainda não se distinguiram bem. Por isso mesmo entre os renovadores, alimentou-se a ilusão de que alguns componentes do pântano estivessem pouco informados e que, numa conversa conosco, franca, direta, se radicalizassem. Em reunião de um grupo a que eu pertencia, alguém

¹ Essas Comissões eram órgãos auxiliares do CC, presididas por membros do Secretariado Central.

sugeriu enviar convite a Máritch Ave para uma dessas conversas conosco. Outro companheiro, mais realista, opôs-se a isso, dizendo:

— Você está louco! Aquele rapaz nunca teve caráter... só joga na certa. A posição dele é essa mesma.

Virou-se para mim, invocando meu testemunho:

— Em nossas lutas na Escola em Moscou, você não se lembra como ele se comportava? Espiava o jogo, arriscava uma pequena parada, mas quando via lá longe o perigo de perder, dava uma desculpa e caía fora...

Balançou a cabeça e concluiu, usando um diminutivo para suavizar o conceito:

— É um patifezinho.

Em outro grupo, no qual eu militava também, alguém ponderou que Arruda recuara para as posições conservadoras por culpa nossa mesma. Ele chegara da China e da URSS imbuído de um espírito altamente renovador, sendo dos mais radicais nas conversas de corredor, durante a reunião do CC de agosto-setembro de 1956. Mas, quando os companheiros subiram à tribuna, passaram a atacá-lo sem piedade, desfiando um rosário infinito de queixas e críticas contra suas arbitrariedades passadas. Teve então que retroceder para as proximidades do grupo conservador e aí se entrincheirar, numa atitude compreensível de autodefesa. Achava, pois, que ele podia ser recuperado para o movimento renovador...

Mas todos os outros sacudiram vivamente a cabeça desaprovando a ideia:

— Ele será nosso ponto fraco... através dele é que passarão a nos atacar, identificando-nos com seus erros, sua prepotência, seu mandonismo... não, não nos convém...

— É. Com ele não se pode ir longe...

Cabe observar ainda que as transferências de uma posição para outra nem sempre se faziam de modo pacífico. Chiquinho, por exemplo, isolado numa região distante do Rio, foi constrangido, mediante pressão e chantagem do grupo conservador, a fazer autocrítica e adotar uma atitude expectante em face da batalha em curso. Na reunião de abril de 57 do

Comitê Central, muitos elementos renovadores, ante as demonstrações de força dadas em fins de fevereiro pelos conservadores e ante a arrogância com que se portavam agora ali Amazonas, Grabois, Marighella, ficaram assustados e se afastavam, até fisicamente, de Agildo — que se encontrava na berlinda. Conforme nos descreveu depois o próprio Agildo, o ambiente era de terror e de ameaças inclusive físicas. Seus antigos colegas de farda, com quem participou da insurreição militar de 1935, eram dos mais rancorosos contra ele, contra suas atividades extrapartidárias, suas denúncias do “núcleo dirigente”, sua pregação democratizadora. Parecia um bando de fanáticos tentando massacrar um herege. Nosso conhecido Mônatche, o feroz capataz da Escola do PCUS, que aderira como simpatizante ao grupo de Agildo, ficou com os nervos de tal modo abalados que, ao ouvir referências indiretas a suas ligações com os renovadores, foi à tribuna em prantos e fez, entre soluços, uma autocrítica inflamada (depois da reunião, enviou uma carta ao CC pedindo sua demissão desse organismo, com medo de que, na próxima vez, fosse ele o alvo da fúria dos conservadores). O conservador Agostinho, diante disso, açulou a turba contra Agildo, fazendo estas considerações:

— Há indivíduos que nem dá gosto a gente bater neles. A gente dá um piparote neles e eles caem, chorando, esparramados no chão como um saco vazio. Mas há outros, que são pequeninos mas gostam de briga, a gente dá um murro neles e eles respondem com dois. Se a gente quer vencer, tem que bater neles até a carne de trás criar bicho...

Os rapazes do pântano sorriram, aprovativos. Os renovadores tremiam dentro da carcaça. O próprio Agildo, que “lutou como um leão”, segundo me afirmou depois um dos participantes da reunião, acabou capitulando. Marighella tinha reunido contra ele, e o leu da tribuna, um requisitório com a denúncia de todos os seus passos, de todas as atividades por ele desenvolvidas contra a “sagrada unidade” do Partido. Depois da chuva de pedras que caiu sobre sua cabeça, na discussão em plenário, vieram as conversas amistosas nos corredores, os conselhos fraternais, os protestos de amizade e admiração por sua figura, as sugestões de que, para não complicar as coisas, para não deixar que os inimigos do povo se aproveitassem de seu nome, que “era uma bandeira revolucionária”, fizesse uma declaração por escrito desautorando aos que, em seu nome, realizavam trabalho divisionista. E ele fez. Mas ao sair da reunião, como se livrasse dos

efeitos de um encantamento, das mistificações de uma “máquina infernal”, segundo suas palavras, notou o absurdo da declaração que arrancaram dele e, apesar da promessa de publicá-la, decidiu que não o faria. A resolução do CC, de agosto de 1957, referiu esse fato, nos seguintes termos: “Ante a condenação unânime pelo Comitê Central de sua atividade antipartidária prevalecendo-se da posição do Comitê Central que o convidava, dentro do pleno respeito às suas opiniões divergentes, a renunciar ao perigoso caminho por onde enveredara, procurou ganhar tempo para prosseguir em seu trabalho contra o Partido. Com esse fim, redigiu e leu na reunião do Comitê Central um artigo onde fazia declarações categóricas em defesa da unidade partidária. Entretanto, após essa reunião do Comitê Central, negou-se a publicar o artigo, fugiu a qualquer contato com o Partido e intensificou sua atividade fracionista”.

De fato, quando me encontrei com Agildo, após essa reunião, ele estava assombrado com a eficiência do Aparelho do Partido, como instrumento de coação, deformação e esfaqueamento da personalidade humana. Decerto tivera outras amostras, antes, mas a de agora superava tudo. Rememorava as cenas que presenciara: Mônatche, em prantos, autocríticando-se; vários companheiros renovadores, membros do CC, isto é, do chamado “Estado-Maior da Revolução Brasileira”, com medo até de se aproximarem dele, para não cair na ira do “núcleo dirigente”; os rapazes do pântano, de sorriso amarelo; um bando de fanáticos verberando suas atividades, que qualificavam de “antipartidárias”, com uma cólera mística; e, pior que tudo, ele próprio, Agildo Barata, temperado ao fogo de três movimentos armados, tendo enfrentado dignamente a polícia, os cárceres, as ilhas-prisão, com uma longa experiência de luta dentro do próprio Partido, sucumbir assim diante das manobras e do terror ideológico, naquela reunião do CCI Falava quase comovido:

— É uma máquina infernal! É uma máquina infernal!

Essa “máquina infernal”, o Aparelho do Partido, no seu sentido mais amplo, compõe-se quase totalmente de funcionários remunerados, de “revolucionários profissionais”, segundo a expressão de Lênin. Tomando como exemplo o PCB, podemos afirmar que esses funcionários constituem os comitês central e regionais, os órgãos auxiliares do CC (comissões de massa, agitação e propaganda, finanças, sindical, de imprensa e outras), o

secretariado dos comitês distritais e das células de grandes empresas, além de alguns jornalistas que dirigem os principais jornais do Partido.

Os funcionários dedicam tempo integral às atividades partidárias. Regem-se por uma disciplina militarizada, estando dispostos a trabalhar de dia ou de noite, nos dias úteis nos feriados, e a viajar de súbito para onde forem mandados, em alguma tarefa. Recebem um salário, a título de “ajuda de custo”, estabelecido “de acordo com suas necessidades”, segundo o princípio ideado por Marx para vigorar na sociedade comunista. Só que, no caso do revolucionário profissional, essas necessidades têm como base o mínimo vital são comprovadas mediante orçamento apresentado pelo funcionário e discutido no escalão imediatamente superior da organização. Desse orçamento não constam despesas com roupa e calçado, porque um homem do Aparelho não os compra — seria um luxo e, portanto, uma indignidade malbaratar assim “o dinheiro do proletariado”. Dos simpatizantes mais ou menos ricos, que tenham a mesma estatura física do militante do Aparelho, recebe este e usa costumes sapatos velhos, mas ainda em boas condições.

O homem do Aparelho aprende a viver no desconforto, dormindo em esteiras no chão ou em camas róseas e sem lençol, passando dias e dias sem fazer a barba e sem tomar banho, para não perder tempo ou por escassez de água, quando se acha em certas missões, pois é como se estivessem nas guerrilhas. Aprende também a ser humilde, se é que já não veio com essa virtude adquirida nas prisões políticas, nas casas utilizadas por ele para o trabalho clandestino, revela muita eficiência nos afazeres domésticos, tais como varrer, arear panelas, lavar louça ou cuecas e camisas, além de que alguns chegam a ser exímios cozinheiros, embora outros — sem que isto represente desdouro aos olhos de seus camaradas — aprendam somente a fazer um bom café e a fritar ovos, tal o meu caso. Há sempre um companheiro habilidoso que aprende a manejar bem a tesoura e a navalha, e corta os cabelos daqueles que se encontram numa ilegalidade mais rigorosa, não podendo arriscar-se a entrar numa barbearia. E se, representada no teatro ou no cinema pode parecer cômica, no Aparelho é trivial uma cena como esta: o homem de avental esfregando uma panela discutindo com o varredor da sala em torno da teoria marxista do valor ou narrando o encontro secreto que teve, dias antes, com o líder de um partido

conservador, interessado em negociar o apoio dos comunistas nas próximas eleições.

Quando o Aparelho cresce demasiado, afrouxam-se os parafusos de controle e verificam-se fenômenos típicos de degenerescência — revelam-se os malandros, os aproveitadores, os burocratas, para quem as durezas da vida clandestina se transformam milagrosamente em vantagens: conseguem escapar ao controle de cima e seu trabalho se resume em organizar umas tantas reuniões, mandar que outros cumpram as tarefas e rabiscar informes exagerando todos os êxitos obtidos e ocultando ou minimizando os reveses; conseguem que um simpatizante burguês ou pequeno-burguês os acolha em sua casa e se sintam honrados em lhes fornecer refeições diariamente, como se estivesse nutrindo a própria revolução; descobrem um camarada ou simpatizante que ganhe bem e que possua a virtude de calçar o mesmo número que eles ou vestir roupas que se ajustem a seus corpos, e dele obtêm roupa e calçado quase novos; e com a “ajuda de custo” livre que o Partido lhes dá, ainda que não a receba com pontualidade, começam a fazer farras e a olhar para o Partido como antes olhavam para o patrão — de quem precisava arrancar o máximo e a quem bastava dar o mínimo. E para se justificar dessa atitude, sempre encontram exemplos de outros militantes da mesma categoria que recebem maior “ajuda” e têm menos trabalho que eles.

Uma variante desse fenômeno ocorre inclusive na direção suprema do Partido. Sob a influência do PCUS, marcado por uma hierarquização que se reflete em todos os domínios da vida, alguns dirigentes comunistas, no Brasil, passaram a se excluir de certas tarefas: a pretexto de suas imensas responsabilidades, de seu trabalho excessivo, não mais entravam na escala de serviço doméstico, nos locais de reunião ou nas sedes das escolas, e havia sempre para eles, em quarto separado, camas com colchão fofo e com lençol cheirando a limpo, à maneira burguesa, enquanto que outros camaradas continuavam dormindo à moda guerrilheira.

O Aparelho se constituía, do ponto de vista material, essencialmente de automóveis e casas, além de certa aparelhagem, como pequena tipografia e mimeógrafos para a impressão de trabalhos clandestinos. Os automóveis eram comprados a registrados em nome de comunistas não-militantes ou simpatizantes de muita confiança, e seus choferes se recrutavam quase todos entre militantes de profissão liberal. Mas havia também os

automóveis de propriedade de comunistas, que eram utilizados pelos dirigentes somente no perímetro urbano e dirigido por seus próprios donos. Tratava-se da frota auxiliar do Aparelho. Quanto às casas, havia-as também de dois tipos: umas alugadas em nome de não-militantes ou simpatizantes, geralmente chácaras, e habitadas por pequenas famílias comunistas, que passavam entre os habitantes das fazendas vizinhas como empregados de confiança do patrão, que se acharia em viagem pela Europa. Outras eram apartamentos de comunistas militantes ou não, utilizados para encontro ou reuniões de dirigentes. Via de regra, os dirigentes ocupavam o apartamento, como se fossem deles, e colocavam os verdadeiros habitantes como seus empregados e de cuja dedicação ao Partido usavam e abusavam. Nas casas do primeiro tipo realizavam-se as reuniões mais importantes — do Comitê Central, do Comitê Regional, além de cursos de variada duração. Só quem conhecia o endereço dessas casas eram o chofer, os que recebiam a tarefa de ali morar e dois ou três dirigentes responsáveis por essas peças do Aparelho. As demais pessoas, quando compareciam a essas casas, para participar de curso ou reunião, eram transportadas até lá de automóvel, com os olhos fechados, tendo apenas como indicação do local o tempo consumido pelo trajeto, em certa velocidade.

Mas o Aparelho não é só isso. É também o ambiente de misticismo em que se envolve tudo. É o clima de seita em que vivem todos. A mentalidade de um homem do Aparelho é muito diferente da dos demais comunistas. Ele despreza ou, no mínimo, olha com superioridade qualquer camarada “ligado à produção”, isto é, que só milita no comunismo nas horas vagas e dedica a maior parte do tempo a seu emprego ou à vida em família. Quando alguém se refere, com unção, ao “sábio Comitê Central”, nem sempre é com intuito bajulatório; às vezes é porque está convencido de que a única sabedoria digna deste nome é aquela que conduz à felicidade humana; que essa sabedoria só se encontra no marxismo, única “doutrina social científica”, e de que o Comitê Central é o depositário dessa doutrina. Em 1945, alguém perguntou a Prestes se considerava Caio Prado Júnior como um bom marxista, e o grande líder respondeu, sem pestanejar:

— Os bons marxistas brasileiros estão em nosso Comitê Central.

Quando alguém sobe à tosca tribuna, improvisada a um canto da sala, nas reuniões clandestinas do Comitê Central, e com a mesma unção a proclama “a mais alta tribuna de nosso país”, em geral está convencido de

que, afora o Partido Comunista — “partido do proletariado e do povo” — nada mais existe, no gênero, que mereça consideração. Daí que aquela tribuna seja “a mais alta”. É também essa uma forma de manter acesa em si mesma a chama da ilusão no poderio e na vitória de sua organização.

Muitas e muitas pessoas abandonaram suas profissões — engenharia, medicina, advocacia, jornalismo — por pressão ideológica do “núcleo dirigente”, que as considerava indignas, na atual situação, pois com elas esses elementos serviam à burguesia — e passaram a executar a “honrosa tarefa” de motoristas dos dirigentes, transportadores de embrulhos de uma organização para outra ou como secretários de célula ou de comitê distrital. Outras dessas pessoas nunca chegaram a ter profissão, porque foram recrutadas para o Aparelho ainda muito jovens, e não sabem fazer nada mais na vida senão marcar “pontos” em ruas com algum camarada, convocar reuniões, distribuir materiais ilegais, dar “duro” nos “oportunistas” e nos “sectários”, fazer crítica e exigir autocritica dos outros, redigir informes para cima, sobre as atividades de seu organismo, receber documentos de cima e discuti-los com os companheiros, visando a “assimilá-los e aplicá-los”.

Vivendo fora da realidade, num mundo inteiramente à parte, rechaçando como “mentiras burguesas” tudo quanto contrarie seu modo de ver, e aceitando como “real” e “verdadeiro” tudo quanto vem de origem soviética, de Prestes ou da Direção superior; essa gente reage furiosamente, fanaticamente, animallescamente, contra os que lhes dizem verdades desagradáveis. Uma pequena parte, ante tamanho, impacto como o do “relatório secreto”, desperta para o mundo real e compreende, de súbito, a falsidade do mundo em que vive. Mas, tem medo desse mundo real de que se afastou há tanto tempo. Se era operário, agora já está com muito mais idade; recorda-se da dureza da vida na fábrica e a compara com a vida que leva no inundo fictício do Aparelho — às vezes mais perigoso, por causa das repressões policiais; mas, na fábrica, quando fazia greves, não havia também o mesmo perigo? Se já chegou a dirigente superior, alcançando um nível de vida de pequeno-burguês, com automóvel à disposição para cumprir certas tarefas, casa bem montada, salário garantido, de vez em quando a tarefa de ir à Europa ou à Ásia, a incerteza se o comunismo afinal vencerá ou não no Brasil (“E se vencer? Então, em vez de ir para o poder, irei para o campo de concentração...”) — tudo isso o inibe, fá-lo vacilar e

preferir continuar como está. Se é um pequeno-burguês, raciocina mais ou menos do mesmo modo: recomeçar de novo? ser acusado de vendido ao imperialismo? de agente policial? E quem me garante que esse relatório de Khrustchov esteja contando a verdade?

Só uns poucos elementos do Aparelho têm a visão, a coragem política e a dignidade de romper com um estado de coisas que se revelou falso e contrário aos fins que sempre proclamou. Só uns poucos se libertam do Aparelho e passam a raciocinar com independência. O misticismo, os interesses criados, o pavor da máquina de difamação, o medo de represálias no futuro, a indisposição de recomeçar a vida, tudo isso faz do Aparelho uma máquina diabólica nas mãos do “núcleo dirigente”. Por isso Agildo repetia:

— Essa máquina precisa ser destruída! É uma máquina infernal!

Cerca de quarenta companheiros, a maioria dos quais jornalistas, estávamos à margem do Partido, no Rio. Não tínhamos organismo em que militar, não tínhamos tarefas a desempenhar. Sobre nós espalhavam os conservadores as infâmias mais revoltantes, inclusive através de versões escritas que passavam do Regional aos distritais e às células, pelos canais do Aparelho. Uma pobre mulher da *Imprensa Popular* assoalhou em certos meios jornalísticos que a direção do Partido descobrira que eu era policial e recebia salário na folha de pagamento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Aydano, Agildo, Roberto Morena e tantos outros foram alvo de infâmias semelhantes².

Por determinação do Presidium, Marighella passou a dar “assistência” à Comissão Central de Finanças. Então amudaram ali as

² A difamação converte-se num sistema, numa arma de luta do membro do Aparelho. E para veiculá-la utilizam todos os meios. Quando, em fins de 1958, fundei com alguns amigos a *Editora Saga* e passei a publicar alguns livros políticos, os mais fieis discípulos do Sr. Prestes mandaram um de seus “amigos”, o escriba Gondim da Fonseca (*profiteur* do nacionalismo atualmente), publicar que Saga era subvencionada pela Standard Oil. Em seguida esse caráter extraordinário, que é Máritch Ave, transcreveu e reforçou a mesma infâmia no jornal comunista.

E por último, resolveram lançar sobre mim uma enxurrada de lama — dessa lama em que muitos deles chafurdam — utilizando como veículo uma revista que não entra em casa de família, dirigida por conhecidos chantagistas que tiveram até sua entrada proibida na Câmara dos Deputados, em meados de 1959.

alterações com o assistente, em tom cada vez menos amistoso. Certo dia, numa dessas alterações, um membro da Comissão exprobrou-lhe:

— Agora compreendo por que você levantou suspeitas sobre Agildo, mandando-me que ficasse de olho nele!

— Ah, foi assim? — fez outro membro da CCF. — Pois a mim ele levantou suspeitas foi sobre você !

Em suma, segundo as revelações de cada qual que falava, verificou-se que Marighella e outros elementos do “núcleo dirigente”, em conversa particular com um por um dos membros da Comissão, teceram uma rede de intrigas e suspeitas, de modo que Fulano fosse o espião de Beltrano e ao mesmo tempo fosse espionado por Sicrano. Era um curto-circuito de espionagem realmente diabólico, que faria inveja à canalhice e à astúcia de um lago. Assim, todos olhavam para todos com desconfiança, sem saber exatamente por que, pois os intrigantes fizeram apenas advertências vagas:

— Olha aqui, Lemme, vou te falar uma coisa em absoluto segredo. A Direção tem muita confiança em ti é por isso te recomenda cuidado com Evaldo. Existem certas coisas com ele que não estão bem claras... Mas isto é só para teu governo: nem ao Agildo tocamos nisso.

Ou então:

— Escuta, Tião: a Direção esteve sabendo umas coisas graves a respeito de Agildo. Não queremos adiantar nada, porque ainda estamos examinando com muita atenção. Compreendes, ele é do Comitê Central, é o Tesoureiro, só podemos fazer acusações quando estiverem bem documentadas! Mas tu, como és o homem da Comissão em quem a Direção mais confia, queremos que fiques vigilante a respeito dele... e se notares algo, não comentes com nenhum outro ; fala só comigo. Olha bem, se deixares escapar sequer uma vírgula desta nossa conversa, perderás totalmente nossa confiança!

Ou ainda:

— Agildo: olha aí, tu és o Tesoureiro, o elemento mais responsável da Comissão de Finanças, presta atenção a teus auxiliares. Estivemos sabendo umas coisas de Lemme, que nos deixaram de boca aberta. Não, não, não te podemos adiantar nada por enquanto, pois não sabemos até

aonde vai a verdade, mas observa os passos dele! Quando tiveres algo de concreto sobre ele, então vamos cotejar nossas informações...

Tudo isso aconteceu alguns anos antes dessa reunião em que se descobriu a trama das suspeitas forjadas pelo “núcleo”. Eles aqui forjavam suspeitas, como seus chefes soviéticos forjavam processos criminais. E nessa noite em que, casualmente, se descobriu tudo, Marighella saiu da reunião quase a pontapés. Lemme Júnior chegou a erguer-se e gritar-lhe face a face: “Você é um canalha!” Depois disso, Agildo achou que não poderia mais conviver com essa gente do “núcleo”.

— Daqui a pouco estaremos trocando caneladas... Não é possível! — dizia.

Também em São Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul, por toda parte iam de mal a pior as relações dos renovadores com as direções do PCB. Arruda queixou-se a alguns companheiros, em São Paulo, de que nas reuniões da Comissão de Censura, ouviu tantos desaforos de Aydano, que às vezes tinha ímpetos de meter-lhe uma bala na cabeça. Nesse mesmo período, em reunião de que participaram Amazonas e Grabois, este recebeu de João Batista adjetivos tão pouco amáveis, que chegou a esta sábia conclusão:

Verifico com tristeza que neste Partido ninguém mais respeita a Direção.

Os contactos pessoais, entre os grupos em choque, tornavam-se assim sempre mais difíceis. Havia a tendência a abandonar, como sórdida e incorrigível, a organização a que pertencíamos. No Sinédrio era esse igualmente o ponto de vista geral, que se fortaleceu após as reuniões que, na primeira quinzena de maio, alguns de nós tivemos com um emissário do “núcleo”, um tipo sobretudo primário: Cid. Sua preocupação principal era intimidar-nos fisicamente. Quando esteve com Aydano, tentou convencê-lo a assinar e publicar uma declaração afirmando que a notícia saída em *O Globo*, do Rio, sobre invasão da *Imprensa Popular* por um bando de comunistas e sobre as ameaças contra a *Voz Operária*, “não passava de mais uma falsidade desses agentes do imperialismo americano”.

— Não! Como vou afirmar que é mentira uma coisa que eu sei verdadeira — retrucou Aydano. — É uma questão moral.

Ora, isso é moral burguesa — disse Cid. — *O Globo* é um jornal a serviço da Polícia e diante da Polícia o comunista não tem o dever de contar a verdade, mas de negá-la. Lembre-se de como agiu o camarada Prestes, quando foi preso em 1936. O delegado mostrou-lhe o bilhete, que o camarada Prestes tinha escrito de próprio punho, ordenando que matassem Elza Fernandes, mas ele negou rotundamente, dizendo que o bilhete fora forjado pela própria Polícia! Assim é que age um comunista de verdade!

Depois, quando eu, Álvaro Rocha e outro companheiro da *Imprensa Popular* fomos conversar com Cid, várias vezes usou ele esse método das ameaças indiretas, repetindo “matar”, “matar”, “matar”... Ocupando sozinho todo o divã, no qual se estendeu obliquamente, e quebrando com dignidade a cinza do cigarro no vasto cinzeiro, apontou-me com displicência e disse:

— Você, se não me engano, camarada, mandou uma carta ao CC chamando de *gangsters* aos companheiros que invadiram a redação da *IP*, não foi?

Confirmei que sim; que considerava gangsterismo aquele ato. E ele, enfático:

— Pois é isso mesmo. O braço do proletariado é violento. Se eu estivesse à frente do grupo, teria feito correr sangue. Muitas vezes já o Partido teve de mandar executar companheiros que, em vez de ajudar, estavam prejudicando o Partido. Eu mesmo recebi, uma vez, a tarefa de liquidar um companheiro... Eu não o matei, porque...

E explicou por quê. Depois eu falei na mulher da *IP* que andava espalhando ser eu “funcionário do DOPS infiltrado no PC.” E ele justificou:

— Bem, a direção do Partido e ela própria sabem que isso não é verdade. Mas ela faz isso num bom sentido, para defender a unidade do Partido. Cada comunista defende o Partido de acordo com seu grau de compreensão política.

— Mas você acha que se pode defender com calúnias...

— Acho! Escute aqui...

Ja contar uma história para ilustrar e fundamentar sua opinião. Mas Álvaro Rocha pulou da cadeira e teve uma explosão de revolta. Procurei, no

entanto, contê-lo e acalmá-lo, pois aquele espetáculo de estupidez era demasiado empolgante — e, em certo sentido, até grandioso — para ser interrompido. Esse homem tão seguro de si, na plenitude de sua pujança bolchevista, os olhos flamejantes de belicosidade, dava a impressão de ter o cérebro repartido em escaninhos, cada qual encerrando um pensamento geral, condensado numa fórmula que ele aplicava, sem hesitar, em todas as situações semelhantes. Era o retrato vivo da “máquina infernal” de que falava Agildo.

Sim, era impossível conviver mais com essa gente, que para mim só agora se revelava em todas as suas dimensões. Agildo Barata enviou uma carta ao Comitê Central comunicando que se demitia de sua qualidade não só de membro do CC, como de membro do PCB. Em seguida, deu uma entrevista a *Manchete*, explanando as razões por que abandonara o Partido em que, por mais de vinte anos, militara. A notícia foi uma bomba nos meios políticos e nas fileiras do PCB. Após ele, numerosos outros militantes pedimos demissão³. Novas bombas foram explodindo no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, na Bahia. Organismos inteiros rompiam com o PCB. Seu único deputado na Câmara Federal de então, Bruzzi Mendonça, também abandonava suas hostes, manifestando da tribuna parlamentar seu horror por essa “burocracia arrogante, despótica e sanguinária”, que dominava na URSS, e por aquele “sistema de opressão que fez muito mais vítimas do que o Terror, durante a Revolução Francesa”. A corrente renovadora constituía-se numa organização à parte, fora do PCB e oposta a ele, realizando reuniões de âmbito interestadual, editando nos Estados alguns boletins e, no Rio, um jornal semanal, *O Nacional*, dirigido por Aydano do Couto Ferraz, em sua primeira fase, e por Agildo Barata, na segunda; e uma revista, *Novos Tempos*, dirigida por um Conselho de Redação e por mim, como seu diretor. Estava-se formando, em verdade, o embrião de um Partido Comunista Nacional, isto é, com pretensão a ser democrático em seus métodos e independente do PCUS. Mas, nos poucos meses de experiência que tivemos, uma coisa ficou clara: o tipo de partido que se estava formando era essencialmente bolchevista. A ideia de estarmos criando um monstro de alma totalitária, com fachada nacional e democrática, apavorou-nos, sobretudo a nós do Sinédrio. Porque era esse o

³ Em apêndice, vai o texto da carta em que, a 22 de maio de 1957, pedi demissão das fileiras do PCB.

único tipo de partido que nós sabíamos dirigir. E quando se falou na transformação da Corrente Renovadora em semelhante partido, nós recuamos, gritando “não!” e “não!”. Não faltaria lugar, nas organizações políticas existentes, para quem quisesse lutar pelo progresso econômico e social do povo brasileiro. Precisávamos, antes de tudo, desintoxicar-nos dos dogmas bolchevistas, continuar o processo de revisão de nossas concepções. Só tínhamos a unir-nos solidamente a certeza de que o PCB era progressista na aparência, mas reacionário nos seus reais objetivos; de que o socialismo que ele preconizava — e de que temos amostras na URSS e nas democracias populares, com seu terror policial e sua voraz burocracia, que leva a parte do leão na distribuição da renda nacional — não era o socialismo de nossos sonhos. E não se organizou o partido. Fechou-se o jornal, fechou-se a revista, liquidou-se a Corrente Renovadora, como organização. Nosso papel era sobretudo crítico: cumpriu-se.

Mas, quando dirigentes e organismos começaram a romper publicamente com o PCB, sobrevivendo a ameaça de um desmoroamento total desse partido, os homens do pântano compreenderam que havia soado a hora de lançar-se ao assalto do poder, camuflados de “renovadores”. Era preciso fazer sentir a Prestes que, ou se mudava de política e de dirigentes, ou o Partido se esfacelaria. Os homens do “núcleo”, através de muitos anos de mandonismo, aventuras, erros crassos e degenerescência, tinham conquistado o ódio de grande número de militantes, de dirigentes menores e intelectuais do Partido, conforme ficara patente nas reuniões do CC de setembro e outubro de 1956; nas várias reuniões de comitês regionais, distritais e células, realizadas por essa época. Esse ódio se extravasou até em alguns artigos publicados na imprensa, ao tempo dos debates. Afora isso, havia que enterrar certos pontos do Programa, ou pelo menos “atualizá-los”, pois as massas já não os aceitava, tendendo antes para os pontos levantados pelos renovadores no artigo-plataforma de Agildo. Era necessário, pois, arrebatar-nos algumas dessas bandeiras, era necessário mostrar-se, em certa medida, renovadora também.

Então, os elementos pantanosos já dispunham de alguns postos-chaves, aos quais galgaram como aliados e a serviço dos conservadores: direção dos órgãos centrais, certos postos no Aparelho. Além disso, chegaram a estabelecer comunicação com Prestes, que, desde a reunião de outubro de 1956, enviou para o centro dos acontecimentos, como

observador de sua confiança, um homem que com ele vivia, na qualidade de responsável imediato por sua segurança pessoal. Esse observador não tomava partido, fazia alocações sobre pontos secundários, nas reuniões do CC, e na hora do perigo, quando tudo parecia soçobrar, deu o grito de alarme. O planejador dos golpes do pântano, Carlos Duarte, que já se havia desligado do Sinédrio, em meados de 1957, procurou neutralizar a Corrente Renovadora, com a qual mantinha contato, enquanto seus pupilos pantanosos ajustavam contas com os conservadores. Foi assim que começaram a ser publicados na *VO* e na *IP* artigos de orientação renovadora, assinados por pantanosos, quanto à política pecebista (por exemplo, em relação ao nacionalismo) e a várias questões intrinsecamente partidárias. O próprio Prestes fez publicar um artigo de sua autoria, adotando vários pontos da plataforma de Agildo e utilizando argumentos de trabalhos aparecidos em *Novos Tempos*, sem que o submetesse antes nem ao CC nem ao Presidium. Os conservadores, sentindo-se traídos, entrincheiraram-se nos postos que ocupavam e afiaram os ferros.

A primeira medida do grupo conservador foi transformar a segregação em que Prestes vivia, como medida de segurança pessoal, numa prisão, que tinha como carcereiros Arruda, Amazonas e Grabois. Durante muito tempo, a partir de 1947, só Arruda e depois Amazonas conheciam as veredas que levavam à catacumba de Prestes. Algumas vezes Prestes manifestou desejo de ir à URSS e à China, mas Arruda declarava que não havia suficientes condições de segurança para retirá-lo do Brasil, o que, aliás, não passava de uma grossa patranha: o que ele objetivava, com isso, era manter-se como o principal dirigente pecebista em contato com Moscou, como o chefe de todas as delegações do PCB aos conclaves de maior importância no mundo bolchevista. E o conseguiu. Agora essa providencial medida servia-lhe para conservar prisioneiro o chefão comunista.

Desde que regressara da China, Arruda passou a ser alvo de cerrados ataques, vindos de todos os lados: dos renovadores, especialmente de Agildo; dos conservadores (como Amazonas), dos fiéis defensores de Moscou (como Grabois), dos pantanosos (como Máritch Ave) e agora do próprio Prestes. Mas ele manobrava, ora aliando-se a um, ora a outro, ao mesmo tempo em que combatia hoje contra o aliado de ontem, e amanhã contra o de hoje, lançando mão do vasto arsenal de recursos que construía,

como senhor absoluto do Partido durante muitos anos. A prisão de Prestes era mais uma arma que ele empunhava. Parecia um gigante funambulesco, ferido de morte mas continuando a equilibrar-se na corda bamba da Direção.

Tratava-se, pois, antes de mais nada, de liquidar Arruda. Essa tarefa foi confiada a Marighella, que traía os conservadores e se aliara aos pantanosos. Pouco tempo antes estouraram escândalos relacionados com a vida íntima de alguns dignitários do PCB, envolvendo os nomes de Arruda e Grabois. Para dar prova de sua conversão ao pântano, Marighella aceitou a tarefa de preparar um requisitório atassalhando a vida particular de Arruda, de modo a que ele fizesse autocrítica, se retirasse da Direção e entregasse ao pântano todas as chaves do poder, os recursos materiais e o mapa da catacumba de Prestes. Essa tarefa de acusador Marighella já havia cumprido em relação a Fernando Lacerda, na reunião do CC em que demitiram deste organismo José Maria Crispim, em 1952; depois, a executou em relação a Agildo, na reunião de abril de 1957. E sempre se desincumbia bem. Da primeira vez, recordo-me que ele ficou muito orgulhoso, ao ser comparado por alguns companheiros a Vichinsky, o principal acusador soviético nos processos-farsa de 1936 em Moscou. Agora o Vichinsky nativo saiu a recolher testemunhos, documentos escritos, datas e locais precisos para o requisitório contra Arruda. Mas este descobriu em tempo o que se preparava, e saiu também em peregrinação pelos organismos do Partido, em busca das mesmas coisas — testemunhos, documentos escritos, locais e datas precisos a fim de, por sua vez, fazer uma devassa completa na vida particular de Marighella. Seria um duelo no mais alto nível, esse que se anunciava para a reunião de agosto de 1957 do Comitê Central. Mas ambos ajuizadamente compreenderam que uma guerra assim, com bombas nucleares, seria a destruição mútua. E Arruda continuou equilibrando-se na corda bamba da Direção. Sozinho, ele abria mais claros nas fileiras dos pantanosos do que todos os outros conservadores juntos.

Diante desse insucesso, cresceu o desespero de Prestes, que então ameaçou sair da catacumba, mesmo a pé, para entrar em contato pessoal com outros companheiros, arriscando-se a ser descoberto e preso pela polícia. Esse golpe fez tremer aos homens do grupo conservador: se Prestes fosse preso, certamente os denunciaria como “policiais que, desde 1935, vinham procurando infiltrar-se no Partido e em sua direção para afinal

entregá-lo à polícia, como o fizeram, num momento crítico da vida do PCB”. E isso representaria a liquidação definitiva da carreira deles no movimento comunista. Cederam.

Para sair da catacumba, Prestes necessitava de um automóvel e de um chofer. E se bem houvesse, além dos automóveis em uso, dois novos em folha nas garagens do “núcleo dirigente”, o carro que este lhe forneceu, como meio de locomoção (conforme declarações do próprio Prestes a alguns companheiros), foi um calhambeque — e, como chofer, um camarada que nem possuía carteira de motorista. Ele ficou, compreende-se, indignadíssimo, e referia-se ao “núcleo”, especialmente a Arruda, em termos os mais contundentes. Mas, nada de autocrítica. Segundo ele, todos os erros, todas as arbitrariedades, todas as aventuras esquerdistas praticadas no Partido eram da responsabilidade de “Arruda, esse bandido”; ele, Prestes, sempre esteve contra tudo isso, era um anjo, um anjo encarcerado... Agora, seria diferente!

Manifestou desejo de conversar com Agildo, com Aydano e comigo, mas nenhum de nós estava disposto a ter uma conversa com ele, sem condições. Já não éramos comandados seus; para conversarmos com ele teria que ser em pé de absoluta igualdade, e isso era impossível, sob vários aspectos. Antes de tudo, teríamos que obedecer às regras de sua segurança pessoal, pois nós estávamos vivendo na legalidade, mas contra ele havia um mandado de prisão preventiva. Se fôssemos, de olhos fechados, a um local designado por ele, conduzidos por gente sua, já chegaríamos em posição de inferioridade. Além disso, não aceitávamos mais ir de olhos fechados nem para o céu. Outra coisa: em sua carta-rolha e posteriormente em outro documento, ele fez referências caluniosas a nós; pessoas do PCB viviam a difamar-nos. Antes de uma conversa conosco, impunha-se pois que retificasse suas afirmações a nosso respeito e desautorasse aos que nos difamavam. Cada um de nós mandou-lhe dizer mais ou menos isso. E não houve a conversa. Ele fez outras tentativas, mas sem resultado, porque queria colocar-se, sempre, na posição de chefe, e a nós, na de comunistas transviados.

Pôde, contudo, fazer muitos contactos pessoais com elementos que se achavam em desacordo com a situação reinante no Partido, e conquistá-los para suas posições. Quando se sentiu relativamente forte, resolveu travar a batalha decisiva com o grupo conservador. Em algumas escaramuças

preliminares, isto é, em reuniões ampliadas do Presidium, Prestes conseguiu impor, em alguns casos, muitos dos seus desejos e interesses, utilizando para isso — segundo era voz corrente, na ocasião — todas as armas, inclusive a ameaça de se demitir da Direção.

No dia 24 de julho de 1957, a *Imprensa Popular* estampava um artigo de Arruda, intitulado *Renovar o Partido e Derrotar o Antipartido*. Ali estava a autocrítica exigida pelo pântano e à qual ele resistira enquanto pôde. Porque uma autocrítica pública é a maior demonstração de que o elemento foi derrotado e caiu no ostracismo. Mesmo quando a autocrítica é feita entre as quatro paredes do CC, aqueles que dela tomam conhecimento sabem que o seu autor caiu da Direção. Às vezes, consegue reabilitar-se, saindo vitorioso de uma manobra e reconquistando a posição perdida. Mas enquanto não a reconquista, é tido como elemento que “entrou em processo autocrítico”. Por aquele artigo, via-se que Arruda tinha entrado nesse “processo”. Dizia coisas tanto quanto possível vagas, procurando eludir a autocrítica que lhe impuseram. Por ex.: “Sendo um dos dirigentes mais responsáveis do Partido, reconheço o quanto foi prejudicial ao Partido persistir em concepções e métodos que feriam os princípios do marxismo-leninismo e que a vida demonstrou serem profundamente nocivos”. Qual o sujeito de persistir? Quem persistia — ele ou o Partido? Era um sinal, no começo do artigo, de que ainda manobrava e resistia; lá adiante, porém, cessava a resistência: “Vejo que é muito grande e grave minha responsabilidade nas violações dos princípios marxistas-leninistas... Lutei, cometi erros e revelei debilidades — e por isso devo ser criticado e preciso autocriticar-me... estou decidido a livrar-me das ideias incorretas e dos maus hábitos...”

Ainda aí dizia que precisava autocriticar-se, mas não se autocriticava, a não ser em termos vagos, tão vagos que pareciam exigir dos leitores aquele clássico e gentil aparte: “modéstia do orador”.

Foi o máximo que conseguiram arrancar dele como autocrítica. Nem um só exemplo concreto de tais violações, de tais erros, foi dado por ele. Mas, para os objetivos do pântano, aquilo já era grande coisa. Ademais, obrigaram-no a atacar “Agildo Barata e seu grupo liquidacionista”, para evitar qualquer tentativa de apoiar-se nesse grupo e voltar ao combate contra o pântano. O resto do artigo era toda uma coleção de frases feitas e chavões que diziam tudo e nada diziam, com exceção de uma sentença...

Nessa sentença ele se rendia, entregando o pescoço à guilhotina, admitindo sua substituição: “Dentro dos princípios partidários, sempre que for necessário e útil para o Partido, devem ser evidentemente substituídos aqueles dirigentes que não se corrigirem dos seus erros, manifestarem-se conservadores e rotineiros e persistirem em concepções e métodos prejudiciais...”

Após todo um ano de lutas e manobras, de agosto de 1956 a julho de 1957, na defensiva mas sempre esgrimindo as armas para manter seu posto de dirigente no Presidium e no Secretariado do CC, Arruda capitulava. Nessa luta, não escolheu métodos nem recursos, usando desde golpes baixos e mesquinhos até lances audaciosos e sensacionais, como o de manter Prestes prisioneiro em sua catacumba. Soube ser humilde, quando isso foi necessário para ganhar um aliado, ao ponto de aceitar, em certo momento da luta contra os renovadores, a liderança arrogante daquele que fora o mais servil de seus apaniguados: Grabois. Mas quando sentiu perdida a batalha, não caiu em prantos nem se pôs a dar gritos de desespero. Ainda teve mesmo um gesto de desprezo bem-humorado para com o vencedor, enviando para o transporte de Prestes um calhambeque com chofer sem carteira.

Isso não significa, entretanto, que a derrota não o tenha abalado profundamente: abalou-o. Dias depois da publicação de sua autocrítica, ele se encontrou com um companheiro renovador, a quem falou de coração aberto. Estava moralmente arrasado, refletindo até no tom de voz a amargura da derrota:

— Fui um pusilânime, não tive peito para enfrentar a situação como devia... Quando cheguei da URSS, poderia ter feito uma autocrítica corajosa e profunda, empunhado com firmeza a bandeira da renovação, e hoje estaria de cima, mandando mais que nunca... porque, como tu sabes, eu mandava um bocado nesse Partido... Mas fui um pusilânime, e eles me derrotaram.

Estava sucumbido, triturado pela “máquina infernal” que ele mesmo construía. Derrotado Arruda, o caminho do poder se encontrava desimpedido para o pântano. Porque ele era o leão ferido, sangrando, mas de garras afiadas, que mantinha os Máritch, os Marighellas, os Sabinos bem

à distância... O resto do grupo conservador era bicho miúdo: raposas, saguis, cutias.

Em agosto de 1957, reuniu-se o Comitê Central. Aprovou uma resolução contra “a atividade antipartidária de Agildo Barata” e seu grupo, e modificou radicalmente a composição do Presidium e do Secretariado. Os conservadores, tendo à frente Arruda, foram relegados ao ostracismo. O pântano triunfara.

9. O retrato

...adotamos como nosso credo os mais nobres sonhos e esperanças da humanidade; nosso mal foi aceitarmos a degradação de nossas próprias almas — e porque abdicamos ante nós mesmos, ante a existência de nosso próprio partido, de todas as melhores e mais preciosas conquistas e liberdades humanas; porque fizemos isso, traímos a humanidade, e o Partido Comunista tornou-se uma força de destruição.

Howard Fast, o Deus Nu, cap. 1

Hoje volto os olhos para um passado ainda recente e me pergunto, estupefato: como aconteceu tudo isso? É uma história curta, desconexa, fragmentária, mas intensa.

Quando nos engajamos na luta interna aqui no PCB, tendo como ponto de partida as novas teses lançadas e as revelações surgidas durante o XX Congresso do PCUS, estávamos certos de que tinha havido uma deformação stalinista, de caráter totalitário, em todo o movimento comunista mundial. Rechaçávamos a simplória, e inclusive antimarxista, posição de Khrustchov, que tudo explicava através da fórmula sobre o “culto à personalidade”. Mas aceitávamos a posição de Togliatti, que representava um passo para o aprofundamento da questão, embora pequeno e tímido, ao falar em “degenerescência”¹. Em verdade, estávamos mais preocupados em combater as manifestações dessa degenerescência do que em descobrir-lhe as causas. Só muito mais adiante é que fomos conduzidos a pesquisar as causas mais remotas desses fenômenos.

¹ Em junho de 1956, a revista italiana *Nuovi Argomenti* realizou uma série de entrevistas sobre problemas do XX Congresso do PCUS, com diversas personalidades políticas, entre as quais Palmiro Togliatti. Em sua entrevista, reproduzida em *L'Unità*, de Roma (17/6/56), o líder comunista italiano considerava insatisfatórias as explicações sobre o culto à personalidade, acentuando que elas “eludem os verdadeiros problemas, que são de como e por que a sociedade soviética pôde chegar e chegou a uma certa forma de afastamento da via democrática e da legalidade, e mesmo a uma degeneração”.

Isso ocorreu num processo intenso e relativamente longo de discussões, pesquisas, confronto de ideias, troca de informações, durante o qual — isto é, nesses sete meses que foram de setembro de 1956 a abril de 1957 — adquirimos um conhecimento incomparavelmente maior, de nosso próprio partido, do que em muitos anos de militância. O misticismo, o clima de desconfiança mútua, o sistema de compartimentos estanques (o mesmo fenômeno poderia ocorrer com várias pessoas, mas estas guardavam entre si rigoroso segredo sobre ele), tudo isso impedia um conhecimento geral, de conjunto, da situação no Partido. Cada um, por motivos de segurança, ocultava ao companheiro coisas que sabia, e nem queria conhecer os segredos do outro. Para mostrar as vantagens dessa ignorância dos segredos partidários, dizia-se (aludindo à eventualidade de prisão e tortura na polícia para que o militante delate sua organização e seus companheiros): “quem não sabe, não conta”.

Mas nesses sete meses todos contavam a todos tudo que sabiam. Então, cada um, acumulando surpresas sobre surpresas, ia formando uma ideia global da vida partidária. E essa ideia era desalentadora. Por isso, na resolução do CC, de abril de 1957, *Sobre a Unidade do Partido*, mostrava-se o “núcleo” apavorado com essas revelações, a que denominava de “boatos e intrigas”, aduzindo: “É inadmissível propagar crônicas tendenciosas de reuniões e revelar segredos do Partido...”. Ora, quem difundia boatos e fazia intrigas eram os homens do “núcleo dirigente” e seus partidários; e tanto assim que, em relação aos acontecimentos da *Imprensa Popular*, nós os desafiamos a instaurarem inquérito, para apurar os fatos, e eles não aceitaram o desafio. O que eles temiam era a revelação de verdades, mas não puderam impedir que elas circulassem.

Interessante que até mesmo homens que, no Comitê Central, ocupavam posição de destaque, como é o caso de Agildo Barata, não compreendiam a natureza de certos fenômenos, peculiares a um partido totalitário, como seja a exageração da hierarquia, atribuindo-os, antes, a defeitos pessoais de certos dirigentes. Assim interpretou ele, a princípio, este pequeno episódio, que me relatou há pouco tempo. Em 1946, fez uma viagem ao interior de São Paulo, juntamente com Pedro Pomar, então Secretário de Educação do CC. No trem noturno, Pomar examinou, com três dedos estirados, qual dos dois leitos era melhor, e disse em voz alta, falando para si mesmo:

— Este é mais fofo. Durmo neste.

Dormiu. Na volta, repetiu o mesmo exame e concluiu:

— Este é mais fofo. Durmo neste.

Agildo protestou, em bons termos:

— Não, camarada; desta vez nós vamos escolher, pelo “cara ou coroa”, quem dorme no mais fofo.

Pomar aceitou a exigência, como um divertimento, dizendo que queria “coroa”. Jogou a moeda para o ar e esta, ao cair no chão do carro-dormitório, deu “coroa”. Agildo, mal-humorado, disse:

— Bem, você ganhou; pode escolher.

Pomar então replicou, sorrindo fanhoso e superior:

— Ah, ah... mesmo que perdesse na sorte, eu é que escolheria.

Ao ouvir esse caso, lembrei-me de que, em setembro de 1953, achando-me em Zurique, a caminho da Escola em Moscou, conversava com Júlio, antigo operário paulista, então membro do Presidium do PCB, quando ele me falou, com indisfarçada inveja de outros dirigentes:

— Arruda, quando vem à Europa, é que passa bem. Come do bom e do melhor, descansa à vontade, se diverte a valer...

Depois, resignado, acrescentou:

— Mas, é isso mesmo: ele tem muito mais méritos do que nós.

Também eu achei que essa falsa concepção da vida no Partido era produto do atraso político de Júlio. Mas agora somávamos estes fatos com outros semelhantes e verificávamos que eles não eram isolados entre si, nem aconteciam por acaso.

Totalitarismo é essencialmente punitivo, e arbitrário na punição. Uma vez, estando ou como diretor da *Imprensa Popular* e da oficina tipográfica do Partido, pratiquei dois atos graves de injustiça — um deles, por determinação do “núcleo”, mas com minha cumplicidade ; o outro, por conta própria, mas não tendo podido repará-lo por determinação do

“núcleo”. O primeiro se referia ao secretário da *Imprensa Popular*, Antunes Almeida, velho militante comunista, trabalhador infatigável. Certo dia, ao traduzir, para publicar no jornal, um telegrama de Jacques Duclos para Luiz Carlos Prestes, saltou uma palavra, alterando assim o sentido. Os homens do “núcleo” ficaram possessos com isso, acusaram-no de “policialismo” e mandaram que eu o demitisse do jornal e desse uma nota na primeira página acusando-o de haver deturpado o texto do telegrama do dirigente francês, e chamando-o já de “indivíduo” e não mais de “camarada” — o que equivalia a expulsá-lo do Partido. O golpe foi tão cruel que Antunes adoeceu, teve febre alta, passou dois dias recusando alimentar-se, em estado de desespero. Sua mulher, em prantos, veio contar-me como ele se achava, ponderar o absurdo da acusação e a desumanidade e injustiça da nota que publicamos, mas eu permaneci irredutível, desumanamente, bolchevistamente irredutível, achando mesmo que se tratava de um policial (“se a Direção afirmou é porque sabia”, pensava eu) e que a história contada por sua mulher era pura farsa. Depois, com seu realismo cínico, me disse um dia Grabois:

— Que nada! O Antunes não era policial coisa nenhuma. Cometeu um erro, por desleixo; pagou por isso!

E eu que me estava convertendo num monstro bolchevista, ainda tive sensibilidade para estranhar a declaração de Grabois e me amargurar com ela, mas não tive a coragem moral de procurar Antunes (ele faleceu, vítima de um acidente, em meados de 1959) e dizer-lhe, como algumas vezes pensei em fazê-lo:

— Camarada. Houve uma injustiça terrível. Eu fui instrumento e cúmplice dessa injustiça. Não possuo forças para voltar atrás do que fiz, nem mesmo para exigir do Partido sua reabilitação política. Apenas, impelido pelo remorso, pelo aguilhão da consciência intranquila, venho confessar que sinto horror de mim mesmo!

De outra feita, uma coincidência de nomes fez recair sobre um impressor de nossa oficina, Lacerda, a suspeita de policialismo. Demiti-o, o homem ficou passando fome, desempregado. Depois verifiquei o engano, falei com Arruda que ia readmiti-lo, mas ele proibiu que o fizesse, achando que mesmo assim restava alguma dúvida a respeito. Em todas as sociedades democráticas modernas, firmou jurisprudência o princípio do direito

romano de que “*in dubio pro reo*”, mas nos regimes totalitários, em caso de dúvida, faz-se precisamente o contrário: pune-se o acusado, pois acima da segurança do indivíduo está o que eles consideram a segurança do Estado (ou da Direção, no caso dos partidos).

Não raro, a punição assume aspectos de mesquinha vingança. Quando parti de Moscou para Bucareste, no começo de 1955, disseram-me Almeida e José Souza que, dentro de 15 dias, lá chegariam também, para reunir-se a mim, minha mulher e minha filha, de quem me achava separado fazia já um ano e meio. Mas passaram-se os dias, as semanas e os meses, e elas não chegavam. Os próprios camaradas do Colégio não compreendiam as razões que eu aventava para essa demora. O representante sírio-libanês, cuja família tardou dois meses para chegar, já no primeiro mês estava inconformado. Uma tarde, dando comigo uma volta pelas ruas que circundavam o Kominform, ele abriu os braços e me falou, num queixume muçulmano:

— Por que não chegam nossas companheiras? Não pretendo ser como Maomé, que tinha várias mulheres, mas não quero ser como Cristo, que não possuía nenhuma. Não é também o seu caso?

Eu me recusava a aderir a essas queixas e falava em possíveis obstáculos para a obtenção do passaporte. Mas um dia foi o próprio redator-chefe, Românov, quem me tocou no assunto, perguntando se necessitava de dinheiro para mandar buscar a família, e eu respondi que não; que a Direção do PCB estava providenciando. E só depois que mandei um recado para a Direção, reclamando, em nome dos dirigentes do Kominform, uma explicação para o caso, é que ela se decidiu a enviar minha família. O pretexto que dava era falta de dinheiro para comprar uma passagem e meia, na terceira classe de um navio francês — como fizeram, oito meses após — para minha família. E o dinheiro que Amazonas lhe deu para as despesas com a viagem era tão pouco que minha sogra teve de comprar apressadamente cem dólares para suplementá-lo. Mesmo assim, temendo imprevistos, minha mulher tratou de economizar, alimentando-se ela e a garota apenas de pão e café, desde que desembarcaram no Havre até chegar a Praga. Graças a isso, sobraram 60 dólares, que devolvemos à Direção, através de um membro do Presidium que passou por Praga, depois.

Evidentemente isto só merece referência em confronto com outros fatos, porque, enquanto isso, voavam nos mais luxuosos aviões de carreira internacional, do Rio a Praga, a Budapeste, a Moscou, até a Pequim, diversos emissários comunistas, os amigos e amigas dos dirigentes supremos. Afinal, descobri a causa do fato: é que minha mulher, tendo tido uma alteração com um dirigente, por causa de minha prolongada e inexplicada ausência, sofreu essas mesquinhas perseguições, a título de punição.

Quanto às relações do PCB com o PCUS e com a URSS, eram evidentes os sinais de anormalidade. Além das declarações categóricas de “fidelidade incondicional”, havia os atos de subserviência realmente clamorosos. O espelho fiel dessa política era a revista *Problemas*, órgão teórico do Comitê Central do PCB. Começou publicando artigos brasileiros e estrangeiros, transcritos de outras revistas, e terminou publicando quase exclusivamente trabalhos soviéticos. Assim, no nº1 publicaram-se um trabalho brasileiro, dois franceses, um norte-americano, um inglês, um soviético e um polonês. No número 2 — três brasileiros, um iugoslavo, um tchecoslovaco, três norte-americanos, um francês, um italiano e um soviético. Os números seguintes eram nessa mesma proporção. Ainda no nº13, de agosto-setembro de 1948, havia quatro brasileiros, nenhum soviético. Mas do nº14 em diante, quando se estabeleceram os primeiros contatos com os soviéticos neste pós-guerra, *Problemas* se foi transformando, e cada vez mais, de ano para ano, num boletim de transcrições de artigos soviéticos. Nesse nº 14, havia três trabalhos brasileiros e cinco soviéticos; no nº 25 — um brasileiro, um italiano, seis soviéticos; nº 29 — três brasileiros, quatro soviéticos; nº 35 — dois brasileiros, cinco soviéticos; nº 55 — num total de seis artigos, um brasileiro e cinco soviéticos; nº 58 — num total de onze artigos, um brasileiro e dez soviéticos; nº 70, de setembro-outubro de 1955, num total de quatro, um era brasileiro e três, soviéticos. E quando saía na URSS um artigo sobre o Brasil, por mais recheado que estivesse de erros e mesmo idiotices, era logo transcrito em *Problemas*. Assim sucedeu, por exemplo, com um artigo de Guiórgui Kalúguin, repórter esportivo que esteve no Rio como correspondente da agência telegráfica TASS e voltou a Moscou doutrinando sobre problemas econômicos e sociais do Brasil.

Mas, por que ocorria isso? É que os soviéticos passaram a financiar regiamente as atividades comunistas, em nosso país, subornando assim a cúpula do PCB. Esse suborno se fazia por vários meios. Um deles eram os Prêmios Stálin Internacional da Paz, cujos detentores ficavam somente com a medalha e a honraria, entregando todo o dinheiro à direção do Partido. Assim aconteceu não só com Jorge Amado, como até com uma mulher muito pobre — Elisa Branco — a quem o Partido chegou a oferecer uma gratificação de duzentos mil cruzeiros, por conta do Premio, para que ela adquirisse uma pequena casa própria, mas mesmo isso ela recusou. Outro meio era o financiamento de publicações diretamente ligadas aos soviéticos, como a edição brasileira do jornal do Kominform — *Democracia Popular*. A título de financiamento desse jornal, uma personalidade comunista brasileira que passara por Bucareste, em janeiro de 1955, trouxe certa quantidade de dólares, correspondente às edições daquele ano; e em abril de 1956, quando fechou o Korninform, eu trouxe 24 mil e tantos dólares, isto é, dois milhões de cruzeiros ao câmbio da época ou cinco milhões, ao câmbio atual. Ora, as despesas com o jornal eram infinitamente inferiores a esse montante, e além disso eram pagas, não com esses dólares, mas com o dinheiro arrecadado no Brasil pela Comissão Central de Finanças. Portanto, os dólares moscovitas iam integralmente para a “caixinha” particular do “núcleo dirigente”. Outro meio ainda era o financiamento, sempre acima das despesas reais, de congressos nacionais (de paz ou outros semelhantes), nos quais eram tirados delegados para congressos internacionais do mesmo gênero. E mesmo sem pretexto algum, os soviéticos davam presentes em objetos e em dólares aos dirigentes comunistas que compareciam a seus conclaves. De volta de um congresso soviético, Arruda me deu um par de sapatos que de lá trouxera, e me disse sorrindo, alegre como uma criança visitada por Papai Noel:

— Desta vez, os camaradas soviéticos nos deram um bocado de dinheiro!

Ficamos sabendo também de numerosos casos relativos à venda de votos. A esse respeito, houve verdadeiro delírio de venalidade, chegando ao ponto de venderem — assim aconteceu em Belo Horizonte, por exemplo, numa das eleições passadas — os mesmos votos a três candidatos a prefeito. E a mesma pessoa — um ex-deputado comunista — que já os

havia vendido a um candidato, recebeu a tarefa de vendê-los a outro. Como resistisse a cumprir essa imoralidade, foi duramente criticado e acabou resignando-se a executar a barganha infame. A outro camarada, que também vacilava em vender os mesmos votos a dois candidatos a governador, deram-lhe o exemplo de Prestes — que em 1930 recebera dinheiro para o movimento chefiado por Vargas e nem participou do movimento, nem devolveu o dinheiro, alegando que iria empregá-lo numa revolução realmente popular. Depois de citar esse exemplo, o dirigente salientou que o importante era arrancar da burguesia uma parte do que ela arrancava do proletariado, e isso de qualquer modo. “Ou você acha que tem mais moral do que o camarada Prestes?” O produto dessas barganhas ia também direto para a “caixinha” do “núcleo dirigente”.

Essa direção assim corrupta, era ao mesmo tempo corruptora. Quando convidava alguém a visitar a URSS ou a China, tinha por entendido que se a pessoa aceitava o convite — e os favores, portanto, das hospedagens e dos transportes gratuitos, por conta do governo que convidara — ficava na obrigação de elogiar tudo que visse nesses países. Grabois, este espelho fiel da amoralidade bolchevista, profligava, muitas vezes, a atitude do juiz Osny Duarte porque, tendo ido à URSS e sido “tratado com toda a distinção”, escreveu um livro em que fazia algumas observações não totalmente favoráveis à vida soviética.

Outro fenômeno típico da degenerescência que corroía a cúpula pecebista: tínhamos a promoção de algumas camaradas ao Comitê Central na base de relações íntimas, inclusive amorosas, com dirigentes, ou na base de bajulação aos mesmos. A enormidade do fato estava, sem dúvida, não nas relações amorosas em si (isso sempre se verificou não só no PCB como em qualquer outra organização política), mas na tomada dessas “qualidades” como critério para a promoção dos quadros partidários. Porque então a degenerescência deixava de ser um fenômeno individual, para atingir em bloco a direção do Partido.

Periodicamente a degenerescência tem atacado a direção do PCB, embora nem sempre se manifeste da mesma forma. Houve um período em que ela se revelava nos métodos de banditismo adotados pelos dirigentes. As rixas pessoais, a disputa de postos na direção e outros motivos de divergências entre os chefes comunistas conduziam, não raro, à eliminação física de um por outro. O móvel do crime surgia sob o pretexto de uma

suspeita de que determinado dirigente estivesse ligado à Polícia, e em nome da segurança do Partido mandava-se matá-lo. Em alguns casos, era provável que existisse mesmo a suspeita; em outros, que houvesse até a ligação; mas havia casos também em que isso era mero pretexto. Contou-me Agildo Barata ter escutado, na ilha-presídio em que se achava até 1945, algumas altercações entre antigos dirigentes do PCB, que lavavam a roupa suja na presença dos demais companheiros, com a troca de acusações neste estilo:

— Deixa de conversa, assassino. Conheço tua ficha...

E o outro, dando nomes aos bois:

— E tu, por acaso és um anjo? Quem mandou matar Fulano, foi a Polícia ou foste tu? E Sicrano, teria morrido de colapso cardíaco?

Tornava-se assim impossível distinguir, na galeria dos mártires do Partido, quais as vítimas da Polícia e quais as vítimas da direção do PCB, já que ambas se emulavam no assassinato de comunistas.

Quando certos fatos desse período eram lembrados, nos círculos dirigentes do PCB, aí pelos anos de 1946 a 1952, ouviam-se exclamações deste tipo:

— Não eram dirigentes; eram pistoleiros, aqueles indivíduos!

Ou então:

— Pobre Partido! Como podia avançar, se estava nas mãos de aventureiros dessa laia!

Os homens que assim falavam, com exceção de um ou outro, eram bem intencionados e sinceros na condenação de seus antecessores. Todos eles tinham seus defeitos, mas eram dotados, no essencial, de algumas virtudes próprias dos revolucionários: capacidade de sacrifício e espírito público. Mas eis que, muitos anos depois, também eles sofreram um processo de degenerescência e praticaram muitos atos ignominiosos. Então de acusadores passaram a acusados. Quando, após a reunião do CC de abril de 1957, os renovadores foram derrotados e os conservadores retomaram o freio nos dentes, alguns de seus auxiliares, aspirantes à direção, procuravam ganhar a simpatia de outros companheiros, atacando o grupo no poder. Sabino Bahia, por exemplo, assim retrucou a um camarada insatisfeito com

a situação: “Aqui entre nós: que se pode esperar de uma direção em que há canalhas como Grabois? Mas isso não vai ficar assim”. E Máritch Ave, falando com outro: “Naturalmente temos que respeitá-los, porque estão na direção. Mas em verdade são uns aventureiros da pior espécie”. E Prestes, logo ao sair da catacumba: “São uns bandidos, uns miseráveis!”.

A própria estrutura do Partido e sua concepção estratégica levam fatalmente, de tempos em tempos, à decomposição da cúpula. A estrutura do PCB baseia-se, segundo seus Estatutos, no centralismo democrático; mas, na realidade, só funciona o centralismo. O totalitarismo pecebista revela-se em sua concepção exclusivista do mundo e da sociedade, tornando inadmissível qualquer divergência das verdades preestabelecidas. Não existe no PCB liberdade de discussão: nas reuniões dos organismos, compete ao militante falar somente para mostrar como interpretou e assimilou as diretrizes vindas de cima ou para sugerir melhores meios de aplicá-las. Qualquer grupo com opinião comum, que discrepe da direção, é tido como um bando de inimigos, ou seja, como “fração”, e logo declarado incompatível com a unidade partidária, que é “monolítica”. Contra os membros de tal grupo aplica-se o terror ideológico, que consiste em qualificá-los de portadores de “desvios” burgueses ou pequeno-burgueses ou de introdutores de “contrabandos” políticos e ideológicos, e em explicar suas discrepâncias como produto da influência e pressão das classes inimigas do proletariado. O marxismo é considerado uma “doutrina completa e acabada”, e transformado assim numa coleção de dogmas, defendida pelo escolástico princípio de autoridade: *magister dixit*. Quanto à democracia interna, era uma farsa; basta dizer que a validade de qualquer eleição no Partido dependia de aprovação do organismo imediatamente superior, que tinha ainda o poder de intervenção ou dissolução do organismo inferior. Dai as resoluções aprovadas invariavelmente por unanimidade, como resultante desse sistema e prova insofismável de seu totalitarismo.

Quando os comunistas atuavam nas “organizações de massa”, tais como sindicatos e associações culturais, ainda aí não gozavam de liberdade, nem podiam aceitar as regras do jogo democrático, pois eram obrigados a adotar o trabalho de fração, de acordo com instruções recebidas dos seus dirigentes. Suas opiniões a respeito dos assuntos em pauta não eram formadas de acordo com a discussão travada no momento; eles já a levavam

no bolso do macacão (ou do colete), devidamente fabricadas por seus chefes.

Liberdade não havia sequer para os aliados, pois só se reconheciam como tais aqueles que se submetessem totalmente à orientação e às ordens pecebistas; os que tentavam trabalhar ao lado do PCB, mas com independência, eram caluniados como “agentes do imperialismo”, elementos “vendidos” à Polícia ou à Standard Oil. Partia-se, para isso, da tese de que o PCB era “o partido do proletariado” e de que ao proletariado, representado pelo PC, tocava — por uma espécie de direito outorgado pela Providência — a hegemonia de todos os movimentos de esquerda. Daí, por exemplo, que os delegados brasileiros que, em dezembro de 1952, compareceram em Viena no Congresso dos Povos Pela Paz já levassem nos bolsos os discursos que ali iriam pronunciar, redigidos aqui no Rio por Máritch Ave e por mim. Ademais, nessas delegações, o presidente era sempre uma personalidade de destaque (um general reformado, um intelectual de projeção, um parlamentar federal), mas o verdadeiro chefe, aquele que dava as ordens, era o secretário da delegação, sempre um comunista de confiança.

Sendo assim uma organização fechada, supercentralizada, concentrou em poucas mãos extraordinária soma de poderes. Isso levava ao despotismo e o despotismo, mais cedo ou mais tarde, corrompia os déspotas.

O Partido Comunista sempre foi um corpo estranho na vida nacional, devido a que nunca teve estratégia própria, e sim apenas objetivos táticos, enquadrados na estratégia geral do movimento comunista, ou melhor, da União Soviética, através do Komintern, do Kominform (ou do Bureau de Praga). Ao traçar essa estratégia, Stálin dividiu o movimento revolucionário em três etapas: a primeira, de 1903 a fevereiro de 1917 (“objetivo: derrubar o tsarismo e eliminar completamente as sobrevivências do medievalismo”); segunda — de março de 1917 a outubro de 1917 (“objetivo: derrubar o imperialismo na Rússia e retirá-la da guerra imperialista”); terceira: “Começou após a Revolução de Outubro. Objetivo: consolidar a ditadura do proletariado em um só país, utilizando-a como base para a derrota do imperialismo em todos os países. A revolução estende-se além das fronteiras de um só país; começou a época da revolução mundial. As forças principais da revolução: a ditadura do proletariado num só país, o movimento revolucionário do proletariado em todos os países. Reservas

principais: as massas semiproletárias e de pequenos camponeses nos países desenvolvidos, o movimento de libertação nas colônias e nos países dependentes. — Plano para a disposição de forças: aliança da revolução proletária com o movimento de libertação nas colônias e nos países dependentes...”².

A esse respeito, convém notar que surgiu uma particularidade após a Segunda Guerra Mundial: de acordo com o informe de Jdânov, na reunião constitutiva do Kominform, em 1947, o mundo estaria dividido em dois campos — um, democrático, encabeçado pela URSS; outro, imperialista, encabeçado pelos EUA. Por conseguinte, o importante era concentrar o fogo contra os Estados Unidos. Então, mais que nunca, a estratégia do movimento comunista passou a identificar-se com (seria mais preciso falar em subordinar-se) a política exterior do governo soviético. O PCB sempre apoiou incondicionalmente os atos soviéticos e sempre subordinou os interesses brasileiros aos interesses do Krêmlin. Por isso, embora participando de muitas campanhas progressistas, tinha um fundo negativista e reacionário, constituindo-se assim na maior fraude política da história do Brasil.

Embora empunhando, nos demais casos, a bandeira da autodeterminação dos povos e da independência nacional, o Partido Comunista do Brasil não só deixou de protestar contra a invasão soviética na Hungria, como cobriu de insultos aos heroicos trabalhadores húngaros que resistiram ao invasor. E todos os partidos comunistas seguem sempre essa linha. Também o PC francês, em 1956, colaborou na Assembleia francesa para dar plenos poderes a Guy Mollet, quando este, ao mesmo tempo em que procurava melhorar as relações franco-soviéticas (talvez precisamente para obter o apoio do PCF), continuava a guerra colonialista contra a Argélia.

Empunhando a bandeira das liberdades, atraiu a suas fileiras milhares e milhares de pessoas, quando ele mesmo privava a seus membros de liberdade de atuação interna, e conspirava para privar a todo o povo das liberdades democráticas, quando chegasse ao poder (como sucedeu na URSS nas democracias populares).

² J. Stálin – *Problems os Leninism*, pags. 81-82 – Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1954.

Empunhando a bandeira do progresso econômico, tem participado de todos os movimentos progressistas, mas com só objetivo de pôr as massas em movimento, identificar-se com elas, pôr-se à sua frente e conduzi-las à insurreição. Quando, porém, esses movimentos tendem a conquistar seus objetivos, dentro do regime em vigor, o PC se desinteressa deles, temendo ficar privado de mais um elemento de agitação. Não foi o que aconteceu com a campanha pela reforma agrária, iniciada em fins de 1955? Quando Sivolóbov viu que, no atual governo brasileiro, essa reforma poderia ser realizada, advertiu o PC contra o perigo de perder “sua base no campo”, pois a burguesia é que capitalizaria, politicamente, essa realização.

Durante o funcionamento da Assembleia Constituinte, em 1946, Prestes e demais membros da bancada comunista apresentaram emendas permitindo a participação de empresas privadas na exploração do petróleo brasileiro. E quando, em 1948, já estava praticamente vitoriosa a tese do monopólio estatal do petróleo, defendida pelo General Horta Barbosa, a direção do PCB ainda se esforçava, nos bastidores, para derrotá-la, fazendo pressão sobre técnicos e publicistas especializados no assunto, a fim de que mudassem de opinião passassem a defender a tese comunista. O que o PCB visava era a deixar a brecha para uma eventual participação soviética na exploração de nosso petróleo, através de empresas mistas russo-brasileiras, como a Sovrompetrol, que explorava o petróleo romeno, opondo-se desse modo aos interesses nacionais, em favor dos interesses soviéticos. Mas quando viram que a tese do monopólio estatal estava vitoriosa, deram o dito por não dito e passaram a arvorar-se, com o mesmo objetivo agitacionista, em donos da campanha que se desenrolou sob o slogan de “o petróleo é nosso”.

Também a campanha pela paz, embora revestida de aspectos humanitários, no que dizia respeito às massas partidárias, foi planejada pela direção pecebista sobretudo como um meio de agitação popular e uma arma para uso soviético na “guerra fria” contra os EUA. O movimento da paz tinha assim segundas intenções; daí que fosse controlado estritamente pela direção do Partido. Dizia-se que o Congresso de Viena, em fins de 1952, não seria apenas dos “partidários da paz”, sabidamente orientados pelos soviéticos, mas de todas as forças interessadas em evitar a guerra. Entretanto, a *eminência parda* do conclave, o homem que em tudo dava a última palavra era um soviético, antigo membro do Komintern — Guliáiev.

Logo nas primeiras sessões, uma mulher italiana, pertencente ao Movimento Cristão da Paz, proferiu um discurso em que fazia leves restrições — como amiga e não como inimiga — à política exterior soviética e apelava para que Moscou, em benefício da paz, modificasse determinadas posições. Foi o suficiente para que o chefe da delegação italiana, o senador comunista Emilio Sereni, proclamasse imediatamente da tribuna que aquela senhora não representava o pensamento da delegação da Itália, que era uma voz isolada, não afinando com as dos demais delegados. Falou com tal veemência que supus terminasse por qualificá-la de provocadora. Porque, para esse zeloso cavalheiro, tudo que a URSS fizesse estava magnificamente feito... Afinal, o Congresso era custeado pelos soviéticos; eles continuavam como donos absolutos da paz.

Agora, reunindo todos esses fatos anteriormente isolados, ficávamos com uma ideia diferente, e terrível, de nossa organização. Éramos forçados a concluir, com aquele camarada inglês que criticou Harry Pollitt, que nossos inimigos tinham razão quando nos qualificavam de “instrumentos de Moscou”. Quando lembrávamos o caso do petróleo e o da campanha pela reforma agrária, abruptamente encerrada, ficávamos intrigados, porquanto sempre nos consideramos os políticos mais progressistas e agora evidenciava-se que agíamos como reacionários.

Sete meses de debates, de pelejas, de revelações. Aquela imagem ideal que eu formara do Partido, desvaneceu-se. Já não podia recordar-me dos milhares de dólares que trouxera do Kominform, sem associar esse fato à atitude de um José Souza, de cabeça baixa ante os soviéticos, ou à indignação de Prestes, em sua carta-rolha, pelas críticas que fizéramos à URSS e ao PCUS. Pensava na venda desbragada de votos comunistas, nos bajuladores e nas favoritas do “núcleo” guindadas ao Comitê Central, e chegava-me até ao nariz o odor das coisas decompostas. Refletia na boçalidade truculenta de Cid, no equilibrismo calhorda de Máritch, na ignorância e oportunismo de Grabois, nas intrigas de Marighella, nos golpes baixos de Arruda, na covardia soluçante de Mônatche...

Eram eles que emprestavam ao Partido a sua fisionomia; que compunham os traços principais de seu retrato, agora irreconhecível.

POSFÁCIO

Para onde vamos?

Creio que a História tem um sentido, o do progresso econômico, da justiça social e da extensão das liberdades. Nessa direção ela evolui, e através de todos os grandes entrechoques — guerras, cruzadas, revoluções — apresenta uma constante, que é a marcha sempre para a frente. Os retrocessos que eventualmente surgem e as contradições que acompanham determinado processo evolutivo são parciais e transitórios. Entendo, pois, que cada geração tem o dever moral de tornar melhor e mais belo o mundo em que habita, não se limitando a usufruir os benefícios produzidos pelas gerações passadas. Este é uma espécie de contrato social histórico.

O homem, desde que se desprende da condição animal, desenvolvendo-se física e intelectualmente até alcançar a genialidade, nessa marcha multimilenar que vem da pedra lascada à cibernética, do arco e flecha aos satélites artificiais, realizou coisas maravilhosas, fez avançar imensamente a ciência, protegendo a espécie humana contra as epidemias, as inundações e outras calamidades que provocavam devastações, e dotando os povos modernos dos mais extraordinários meios de conforto material e intelectual.

Entretanto, o desenvolvimento da humanidade é extremamente desigual, defrontando-se numa mesma época povos e regiões nos mais diversos estádios econômico-sociais. Desse modo, ainda somos testemunhas de contradições tão chocantes como a coexistência, num mesmo mundo e até num mesmo país, de indigentes e nababos, de miséria e abundância. É bem conhecido o exemplo de que, em 1938, enquanto três milhões de chineses pereciam de fome, efetuava-se na Europa uma conferência sobre o problema dos excedentes de trigo.

Esses desajustamentos deram nascimento e vigor a numerosos partidos políticos e correntes filosóficas que se propunham a eliminar, alguns por métodos drásticos, as principais contradições sociais de nossa época. O comunismo de tipo leninista, isto é, totalitário e semiasiático, foi

uma dessas correntes, consubstanciada num partido que acelerou o ritmo de desenvolvimento econômico de diversos países, como a Rússia e a China.

Asseverava Engels que, em relação à comunidade primitiva, a escravatura constituiu um progresso, porque os combatentes, feitos prisioneiros, se tornavam cativos, tendo suas vidas poupadas, enquanto que no regime anterior eram exterminados (e até comidos) pela tribo vitoriosa. Além disso, a formação de um sobreproduto, ou seja, de um excedente da produção, permitia que uma pequena parte da população vivesse sem trabalhar e, assim liberta dos serviços braçais, se dedicasse às artes e às ciências, dando novo impulso a sua vida econômica e social.

Também se compara a China de hoje com a velha China dos mandarins e dos cules, dos senhores de guerra e das grandes fomes periódicas, espartilhada e espoliada por diversas potências estrangeiras, não há dúvida que o bolchevismo deu-lhe enorme avanço. Não se poderia afirmar, entretanto, que essa fosse a única, nem sequer a melhor solução. Vários outros países estão desenvolvendo-se, vencendo seu atraso, num ritmo algo mais lento, porém exigindo menos sacrifícios do povo e preservando as liberdades democráticas. É admirável o esforço dos operários e camponeses que, na China, constroem barragens carregando pedras nos ombros e multiplicam a produção de cereais, dispondo ainda de primitivos instrumentos de lavoura. Contudo, isso não lhe proporciona o bem-estar material de que gozam os trabalhadores em países como a Suécia, os Estados Unidos ou mesmo o Sul do Brasil. Assim, se a nova China representa um avanço em face da velha China, constitui ainda, por outro lado, um regime atrasado e inferior ao dos países capitalistas adiantados, da mesma forma que a escravidão, sendo progressista em face da comunidade primitiva, era retrógrada em face do capitalismo e mesmo da servidão feudal.

A força de atração do bolchevismo tem residido na rapidez com que, combinando o impulso revolucionário com as medidas compulsórias, promove o desenvolvimento das grandes indústrias. Daí que só tenha triunfado em países subdesenvolvidos (Rússia, China, Vietnam, etc.) ou onde foi levado na ponta das baionetas soviéticas, como é o caso da Tchecoslováquia. É certo que na Itália e na França existem poderosos Partidos Comunistas; mas ali o bolchevismo jamais representou grande força, antes da Segunda Guerra Mundial. Somente após a rotura do pacto germano-soviético e a agressão hitlerista contra o aliado da véspera, num momento em que a resistência ao ocupante nazista, na França e na Itália,

coincidia com os interesses da União Soviética, é que os dirigentes comunistas daquelas duas nações conquistaram o apoio e a simpatia de amplas massas. Guiando-se pelo princípio stalinista de que “a atitude ante a URSS é a pedra de toque do internacionalismo proletário”, eles se destacaram na luta contra o inimigo comum — de seus países e da URSS —, visando sobretudo a defender a “pátria do proletariado”, mas aparecendo aos olhos do seus povos como valorosos combatentes pela libertação nacional.

No único país altamente industrializado em que o bolchevismo se instaurou, — a Tchecoslováquia — o bem-estar econômico das massas trabalhadoras, em vez de aumentar, diminuiu, porque o governo comunista de Praga, numa grosseira imitação do Krêmlin, passou a concentrar a quase totalidade dos recursos nacionais no desenvolvimento da indústria pesada, adiando para as calendas gregas a meta da abundância dos produtos de consumo popular — uma das condições essenciais ao cumprimento dos objetivos socialistas. E na própria superestrutura da sociedade verificou-se um retrocesso; pois a antiga democracia tchecoslovaca, com suas tradições de respeito às liberdades e aos direitos individuais, foi substituída pela ditadura de uma camarilha burocrática.

O mundo realizou uma experiência de mais de quatro décadas de totalitarismo bolchevista e nazista; muitos países pagaram um terrível preço político por seu desenvolvimento econômico. A experiência de outros povos veio demonstrar, porém, que a eliminação da miséria e do atraso não está necessariamente vinculada à eliminação das liberdades nacionais e individuais. As instituições democráticas, tendo passado por uma prova de fogo no intervalo entre as duas grandes guerras, golpeadas e suprimidas pelos regimes totalitários, adquiriram nova vitalidade e se mostraram imprescindíveis a qualquer organização estatal que deseje preservar a dignidade humana.

Penso que todos os povos do mundo chegarão ao socialismo, para lá estão marchando por inúmeros outros caminhos que não o soviético. Isso é verdade sobretudo em relação aos países onde reinam as franquias democráticas, mesmo ali onde elas são precárias, como na América Latina. Passou a era das revoluções nacionais e sociais sob a direção bolchevista; agora são as forças democráticas que se vão colocando à frente dos movimentos de independência nacional; e, enquanto o movimento bolchevista entra em declínio, começa nova fase de prestígio do socialismo democrático.

Apêndice

Documento n° 1

Balanço dos debates (1956-57)

No curso dos debates foram emitidas numerosas opiniões críticas sobre o PCB e seu Programa, sobre o PCUS e a URSS. Já na última fase, vários elementos da direção ou por ela indicados trataram de rebater, com os chavões de praxe, essas críticas. Daremos aqui uma seleção de trechos das críticas e da defesa.

O partido comunista do Brasil

Senhor do Povo

De servidor, o Partido converte-se em senhor do povo. Não confia nas massas, teme dar livre curso à sua iniciativa criadora, à sua participação direta na solução de seus próprios problemas. Arroga-se o direito de agir e pensar pelas massas, de guiá-las pelo cabresto, de pastoreá-las. Transfere-se a si próprio — isto é, a um grupo de indivíduos, ou aos dirigentes desse grupo centralizado — o papel das massas.

Quintino de Carvalho, *V O*, 3/11/56.

Prepotência

Sou membro de uma base comunista. E, dentro do meu pequeno horizonte, já presenciei muitas injustiças. Companheiros que muitas vezes discordavam de métodos de trabalho, tiveram suas bocas tapadas com palavras lançadas aereamente, tais como “pequeno burguês”, “indisciplinado”, quando não policial. Quantas vezes não se criou em torno de um companheiro, que persistia nos seus pontos de vista, um ambiente tão hostil que este não resistia e se afastava?

Lurdes Nascimento, *I.P.*, 6/11/56.

Aventurismo

Em Belo Horizonte resolveu-se fazer uma manifestação pela paz, em 26 de março de 1951. Pela forma com que a mesma foi planejada e pelas condições existentes, as bases sentiram que ia ser uma aventura. E se manifestaram contra a mesma. Apesar disso, a manifestação foi feita, mas lá estava apenas um pequeno grupo de camaradas, os mais abnegados, que compareceram por disciplina, para serem presos e espancados pela polícia, como aconteceu.

Ivete Soares, *I.P.*, 6/11/56.

Corpo Estranho

Não podemos em sã consciência dizer que o Partido, através de seus 34 anos de existência, tenha expressado os legítimos sentimentos das massas, os interesses progressistas da sociedade brasileira.

...

Ainda agora o próprio Projeto de Resolução não faz qualquer referência à obsoleta estrutura orgânica do Partido, sem sombra de dúvida um corpo estranho na vida política nacional.

Maurício Pinto Ferreira, *V.O.*, 3/11/56.

Desnacionalização

Na sofreguidão de propagar os êxitos do socialismo, alguns deles bastantes discutíveis e mais modestos do que propalávamos, depreciávamos os valores materiais, morais e culturais de nossa gente. Silenciávamos quando a F.N.M. já produzia caminhões, mas fazíamos um descomedido estardalhaço porque a China montava a sua primeira fábrica de bicicletas. É ridículo, mas é verdade.

Naturalmente, seria errado furtar-se à divulgação dos êxitos socialistas, porém mil vezes pior era a completa negação dos valores nacionais, legítimos patrimônios de nosso povo.

Passo a passo caminhávamos num sentido desnacionalizante.

Maurício Pinto Ferreira, *V.O.*, 3/11/56.

O IV Congresso do PCB

“...foi uma grosseira caricatura de Congresso, com seus delegados escolhidos a dedo pelo Secretariado do CC, com sua ordem do dia imposta de cima, com suas resoluções redigidas previamente e depois aprovadas por desalentadora unanimidade...”

Submissão Cega

“Confundíamos disciplina com submissão cega e incondicional às ordens de cima. Embora em palavras tenhamos defendido, a partir do IV Congresso, a necessidade de estimular as críticas de base, a verdade é que toda a nossa política de quadros conduzia justamente à sufocação desta crítica.”

Conceito de Modéstia

Ser modesto, para nós, era não pensar com a própria cabeça, tudo aceitar sem discussão, imbuídos de nossa total ignorância nos complexos domínios da teoria ou da alta política. Se qualquer camarada punha em dúvida a justeza de uma palavra-de-ordem do CC ou criticava alguma formulação de informe Prestes ou Arruda, era isto considerado como absurda manifestação de autossuficiência e o audacioso crítico, quando não levava uma descompostura em regra, de dirigente mais responsável, passava a ser o alvo predileto da ferina ironia coletiva.

Sebastião De Abreu, *I.P.*, 20/11/56.

Ameaça aos Amigos

Em nosso município (Itaperuna), esta política errada do mandonismo e das “diretivas de cima” abalaram profundamente a unidade do Partido. Nas eleições municipais de 1954, adotamos uma posição ultramente errada e violadora de nossos princípios. A direção, sem ouvir praticamente a opinião das bases, começou a fazer os entendimentos com outras correntes políticas. Fez-se um acordo que não satisfiz aos militantes, cuja participação não se fez sentir e daí surgiram descontentamentos e dissensões em nosso meio, abalando a unidade do Partido. Os membros da direção passaram a fazer ameaça a todos os que não concordaram, inclusive

amigos e simpatizantes, não se falando em militantes honestos que foram ameaçados de expulsão, por não aceitarem tal acordo.

Nélio Aguiar, *I.P.*, 9/11/56.

Agente do Imperialismo

Quem entre nós não dançasse de acordo com a música oficial era acusado de divisionista e contra a unidade, portanto um agente consciente ou inconsciente do inimigo ou do imperialismo e outras barbaridades. Entre nós uma divergência era um erro e um erro um crime. Essas formulações ditatoriais não convenciam a ninguém e não podem ser levadas a sério.

Roberto Almeida, *I.P.*, 30/10/56.

A Palavra do Gênio

Eu pertencia ao número dos que aceitavam tudo sem tugar nem mugir. “Abdicamos da capacidade de pensar independentemente...” diz-se no Projeto de Resolução do nosso CC. 2 duro de se dizer, é mesmo a mais dura verdade autocrítica exarada no documento em apreço, mas é preciso proclamá-la sem tergiversação, como lição inesquecível.

O gênio formulava uma teoria ou uma diretiva. Era a última palavra — e era muito cômodo exaltar o gênio e aplaudir a última palavra.

Astrojildo Pereira, *I.P.*, 4/11/56.

Eleição

O critério de escolha para as reuniões de importância, como o último Congresso, não era democrático. As direções influíam na “eleição” dos delegados, perdendo assim as menores oportunidades de ajuizar das reais ligações e do verdadeiro prestígio de seus quadros com a massa partidária. Com esse expediente, desprezava-se o que havia de polêmica em tais reuniões. E a luta ideológica se prejudicava em suas próprias origens.

Paulo Cavalcanti, *I.P.*, 7/11/56.

Espelho do Terror

...sempre dizíamos que devíamos lutar para fazer de nosso Partido o espelho, a semelhança do Partido de Stálin. E sem dúvida o fizemos e só não cometemos os crimes monstruosos lá praticados (não diretamente contra o povo e a classe operária), simplesmente porque aqui não estávamos no poder.

E mesmo não tendo a máquina do Estado nas mãos, quantas injustiças, quantas perseguições mesquinhas e covardes, quantos crimes contra a dignidade da pessoa humana, cometemos por esse Brasil afora.

Adolfo Nunes, *I.P.*, 9/11/56.

Desumanização

Esta desumanização, fruto do culto à personalidade, que, entre outras coisas, criava o desprezo à massa do Partido, só valorizava alguns, prejudicou o Partido em muito. Possibilitou casos como o de uma companheira, em adiantado estado de gravidez, cuja casa não oferecia nenhuma segurança e para a qual ela não podia ir, ficar andando durante mais de um mês, até às 23 horas ou mais pela rua, procurando local para dormir. E, além da direção não mexer uma palha para ajudá-la a resolver o problema, exigia-lhe o cumprimento das tarefas e ainda a criticava “por incapacidade de arranjar onde ficar”.

Ivete Soares, *I.P.*, 6/11/56.

Prestismo

Entre nós também se desenvolveu o culto à personalidade. Em nosso Partido desenvolveu-se o prestismo.

Roberto Morena, *V.O.*, 3/11/56.

Reciprocidade

Prestes se aproveitou ao máximo de Arruda e este, por sua vez, também se aproveitou ao máximo de Prestes.

José Maria Crispim, antigo membro do CC.

Entrevista a *Última Hora*, 4/12/56.

Castração

O ponto de vista de que os jornalistas e escritores comunistas conhecidos, quando escreviam o faziam como porta-vozes da direção do Partido, demonstra ser profundamente esterilizante e, no final de contas, uma arma dissimuladamente esgrimida para castrar a iniciativa dos intelectuais comunistas...

Aydano Do Couto Ferraz, *V.O.*, 3/11/56.

Entre o Pincel e a Brocha

As coisas se agravaram particularmente após o IV Congresso. Nessa ocasião foi extinto o setor dos plásticos... — os artistas plásticos foram “transferidos”, na prática, à categoria de simpatizantes, passando a ser alvo de qualificativos tais como “oportunistas” e outros semelhantes, quando se recusavam a trocar o pincel por uma brocha de pichar paredes...

Poderíamos citar um outro exemplo que ilustra o desprezo pelo trabalho de nossos companheiros artistas. Refiro-me à ilustração para os jornais. — Conheci um diretor de jornal nosso que, certa vez, ao receber de um ilustrador um desenho, declarou, do alto de sua (com perdão da palavra) autossuficiência:

— Este garoto não está suficientemente magro. Emagreça-o.

Arydio Cunha, *V.O.*, 17/11/56.

Divergência e Crime

Também participei daqueles métodos de fazer inimigos entre os escritores. Imbuído da ideia de que toda divergência é um crime, não soube expor meus pontos de vista, não soube rebater conceitos sem cair no insulto pessoal. Vejam-se, por exemplo, minhas críticas a Érico Veríssimo. Continuo pensando que, em Certos aspectos, o Sr. Érico Veríssimo não interpretou corretamente, em sua obra “O Tempo e o Vento”, alguns tipos rio-grandenses. Até aí está justo, mesmo porque isto não tira os numerosos pontos altos do livro. Mas não foi justa a conclusão de que por isto, por não ter seguido minhas receitas, ele era um inimigo.

Fernando Guedes, *I.P.*, 21/10/56.

Servilismo

Forçoso é notar que o PCB não tem tradição de soberania. Filiado desde o seu nascimento à Internacional Comunista, dela tornou-se mera seção brasileira, durante mais de vinte anos. Era natural que assim fosse. Depois de dissolvida a IC, em 1943, o PCB se achou na situação de um jovem tutelado, que ouve abruptamente a proclamação de sua maioridade. Colando a orelha ao chão, como os índios, procurávamos então ouvir e interpretar qualquer ruído oriundo da longínqua Moscou, para servir-nos de orientação. Especialmente depois da guerra, passamos a ver cada vez mais no PCUS o “orientador e guia” indiscutível, e repetidamente afirmamos nossa fidelidade “incondicional” e “sem limites” ao PCUS e à URSS. Abdicando da faculdade de pensar, deixamos de olhar com espírito crítico tudo que provinha de Moscou, e fomos decerto um dos partidos mais exagerados nessa atitude de servilismo político e teórico em face da União Soviética e de seu Partido Comunista,

Oswaldo Peralva, *I.P.*, 4/11/56.

Cópia

A UJC constitui uma forma tática de organização de vanguarda da juventude, através da qual o Partido aplica sua orientação política junto às massas juvenis; discutível a justeza da reorganização da UJC em 1950. Ela não será, porém, em seus moldes atuais, fruto do dogmatismo, isto é, uma cópia do partido e de organizações juvenis de outros países, mas que não corresponde à situação real da juventude brasileira? A realidade é que, em seus seis anos de existência, a UJC não cumpriu o seu papel, não se firmou como organização unificadora e organizadora da juventude brasileira...

Simão Gorender, *V.O.*, 27/10/56.

O Programa Do PCB

Substituir

Teremos que refazer, acredito firmemente, o Programa em que depositamos nossas melhores esperanças. Mas, que importa? Em seu lugar surgirá outra teoria muito mais bela porque muito mais real.

Horácio Macedo, *I.P.*, 20/10/56.

Peso Morto

Parece-me um mal fazermos com o Programa o mesmo que com o Manifesto de Agosto, isto é, carregá-lo como um peso morto, em lugar de dá-lo por ultrapassado. O Programa cumpriu seu papel de coveiro do Manifesto, ampliando nossa visão política. Mas, ao mesmo tempo, constituiu-se em seu herdeiro, pela manutenção de certas ideias básicas daquele documento anterior.

Ernesto Luiz Maia, *I.P.*, 3/10/56.

Irreal

Não foi por acaso que praticamente desprezamos as eleições parlamentares. Nas de 1950, participamos apenas para divulgar o Manifesto de Agosto. O Programa faz uma crítica cerrada ao sistema eleitoral e assume uma atitude negativa ante o pleito, quando diz: “Embora as eleições devam ser aproveitadas pelo povo em sua luta, elas não passam nestas condições de unia farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime.

Na verdade, nosso Programa está eivado de sectarismo e não corresponde à realidade”.

Roberto Morena, *V.O.*, 3/11/56.

Aos não Cegos

Hoje parece bastante claro, pelo menos a todos os que não quiserem ser cegos, que as afirmações do Programa a respeito do desenvolvimento do País contem graves erros. Não há mais dúvida de que o País pode desenvolver-se e caminhar rapidamente para sua independência sem uma prévia derrubada do “atual” governo, e não há mais dúvida simplesmente porque isto está acontecendo sob os nossos olhos. A necessidade de modificarmos nossas concepções programáticas é portanto patente, como patente é também que muito se pode avançar no sentido da independência e do progresso, bem como da própria modificação do governo, dentro dos quadros da atual Constituição.

O Partido Comunista da União Soviética

Relatório secreto

Ou o documento divulgado é verdadeiro ou não é verdadeiro. Se não é verdadeiro, silenciemos nas críticas a Stálin e repudiemos as acusações. Mas, se é verdadeiro, nada impede que seja publicado. Ninguém tem mais saire ele direitos autorais.

A. Pinheiro Machado Netto, *I.P.*, Outubro, 56.

Carreirismo

...quando falo em carreirismo, abranjo também a alta direção do PCUS, que se fez à sombra de Stálin. Se eles não ignoravam o que se passava na União Soviética, em matéria de crimes e desmandos, por que motivo silenciaram por tanto tempo? Seria somente por temor a represálias violentas? Não acredito, porquanto entre eles se encontram velhos revolucionários que combateram lado a lado de Lênin.

A meu ver, foi a ambição do poder, a vontade de potência de que fala Nietzsche, o móvel secreto de tanta cumplicidade junta.

Ouvar Davet, *I.P.*, Outubro, 56.

Prepotência e Terror

Em 1930-1934, o nosso P.C. atravessou um período trágico e terrível. Em 1930, em Buenos Aires, realizou-se uma desgraçada conferência dos P.C. Nela, o Birô Sul-Americano da Internacional Comunista impôs ao nosso P.C. uma linha política absolutamente falsa: a Revolução Soviética imediata. Por imposição do Birô, a Comissão Central Executiva, que dirigiu o nosso P.C. desde o nascimento, durante oito longos e duros anos, foi liquidada em cinco minutos.

Sobre o período de 1936-1940 na URSS:

“...tive de suportar quatro anos de terríveis expurgos, no ambiente de terror, cuja simples denúncia, hoje, transtorna os camaradas mais frios”.

Silêncio Condenável

Alega Khrustchov, acusando a Stálin, que um grupo leninista desaprovava o culto à personalidade, mas que não lhe ofereceu oposição nem denunciou suas conseqüências, ou seja, os atos criminosos de violação da democracia interna do Partido e da legalidade soviética, porque tantos haviam sido os êxitos dos povos da URSS, principalmente depois da guerra, que estes receberiam as denúncias como traição ao regime socialista.

Ora, considerando-se que o grupo de que fazia parte Khrustchov se houvesse retardado, por contingência histórica, em apreciar o erro do culto à personalidade até um ponto em que os seus efeitos, revertendo em autoridade e poder pessoais para Stálin, o tornassem invulnerável, mesmo assim, essa razão não seria suficiente para o grupo calar.

Precisamente a natureza da razão invocada, o superpoder pessoal de Stálin, que poderia liquidar o grupo, se o denunciasse, é que terna o silêncio condenável, porque um tal poder também premia e recompensa a acomodação, inclusive instituindo a galeria dos heróis menores.

Jose Solimões, *I.P.*, 9/11/56.

Contradição

Após pressão dos partidos comunistas italiano e francês, foi que o Comitê Central do P.C. da União Soviética publicou uma declaração que entre outras coisas declarava que não reagiu contra Stálin porque o povo era acostumado a ver em Stálin um defensor da União Soviética; um movimento nosso contra ele teria sido recebido pelo povo como uma contrarrevolução.

Vejo aqui uma flagrante contradição nas suas declarações. Tal como declara Khrustchov em seu relatório secreto, Stálin mantinha o povo sob um permanente terror; assim procedera durante longos anos, liquidando também dezenas de milhares de pessoas inocentes, coisas que dariam para arrepiar os cabelos. Pergunta-se: como poderia o povo ver, em Khrustchov e seus companheiros, contrarrevolucionários, se este mesmo povo era mantido por Stálin num clima de terror? Nessas condições, eles só

poderiam esperar serem recebidos pelo povo de braços abertos. Além disso, como poderia o país progredir, da maneira como progrediu, tornando-se em 35 anos a segunda potência do mundo se o seu povo vivia, como diz Khrustchov, em clima de terror? Que Stálin liquidou os melhores quadros do Partido e dirigentes do governo? E mais, Como podem Malienkov, Bulgânin, Molotov, Khrustchov, Kaganovitch e mais dirigentes excluir-se desses atos de violências, se todos eles colaboraram com Stálin, tendo sido eles inúmeras vezes condecorados por bons serviços prestados à União Soviética?

Benedito Pontes, *I.P.*, 4/11/56.

O Poder Soviético

“Realismo” Malfadado

Qual a situação das artes e da ciência no mundo socialista? Deixando de lado os pontos positivos proclamados em prosa e verso, há muito tempo, constatamos deformações sérias. A pesquisa e a inovação artística que floresceu na URSS até meados de 1925, em 1935 estava completamente sufocada. Era um “grave desvio” fazer experiências estéticas. O intercâmbio sempre salutar, com as diversas correntes “ocidentais”, era vedado. A arquitetura, a pintura e a literatura caíram no academicismo estéril. Os quadros considerados de primeira classe, premiados nas exposições, não passavam de medíocres composições escolares (99% eram retratos de Stálin). A arquitetura copiava servilmente, em pleno século XX, as soluções práticas, estéticas e formalistas de mil anos atrás, da Rússia feudal! Nada mais desligado da realidade humana do que o chamado “realismo socialista” na literatura. O herói soviético é de certo modo a tradução russa do “superman” americano. Vive as 24 horas do seu dia em função de planos, esquemas, estatísticas, quotas, tratores, batatas, vacas, reuniões, assembleias “democráticas”, onde às vezes dá-se ao luxo de discordar, para que o romancista possa, num feliz “happy-end”, botar em sua boca uma “autocrítica” reabilitadora no último capítulo... Mas esse manto diáfano da fantasia foi levantado, quando Georges Luckacs, escritor e filósofo comunista da Hungria, exigiu há dias a suspensão da censura! Parece incrível: da censura! Ai de quem, fugindo ao esquema desse

malfadado “realismo”, não bajulasse servilmente as organizações e os homens do partido e do governo.

Cipriano Ribeiro, *I.P.*, 7/11/56.

Massas sem Voz

Na sociedade socialista as massas trabalhadoras devem exercer, plena e diretamente, o poder, e o Estado deve ser a expressão direta desse poder. Parece-me que assim não ocorria na União Soviética. As decisões dos soviets — desde os da base até o Soviete Supremo — não eram, no essencial, adotadas, de antemão, pelos comitês correspondentes do Partido? Onde, pois, as massas tinham voz deliberativa?

Quintino De Carvalho, *V.O.*, 3/11/56.

Culto e Liberdade

Inicialmente discordo da afirmação do CC do Partido Comunista da URSS de que os monstruosos e covardes crimes, as violações e deformações dos princípios leninistas, cometidos dentro do partido da URSS, tenham como causa o culto à personalidade. Pelo contrário, terno que o culto ao indivíduo, o endeusamento só pode nascer e progredir num organismo ou sociedade onde não exista crítica e autocrítica, onde não haja liberdade de discussão, onde não haja, inclusive, liberdade de imprensa, num organismo, enfim, em que não haja democracia. Sem a aplicação e implantação de métodos totalitários, não haveria clima para o aparecimento e proliferação do culto à personalidade, em qualquer regime, em qualquer partido político, organização (exemplo do culto e endeusamento de Getúlio no período da ditadura e a rápida despersonalização, a diferença que se operava, com relação ao ídolo, em curto período de liberdade de discussão e crítica).

Adolfo Nunes, *I.P.*, 9/11/56.

Intromissão

...mesmo se a acusação da Pravda se revelar verdadeira e a tendência por ela combatida se manifestar como predominante na Polônia, coisa pouco provável, nenhum direito assistirá aos dirigentes soviéticos de se

imiscuírem nos assuntos internos poloneses, de manobrem de qualquer forma neste assunto.

Armando Lopes Da Cunha, *I.P.*, 23/10/56.

Gendarme

Sobre a intervenção soviética na Hungria:

“Ela. é ilegítima, impolítica, contrária aos interesses do socialismo e ao próprio conceito da URSS no plano mundial. Um governo popular não pode apoiar-se nas baionetas estrangeiras, sob pena de tornar-se popular apenas no nome. O socialismo não se importa e muito menos se impõe com forças estrangeiras. Esta é uma questão de princípio, claramente definida e que não pode ser tisonada por qualquer sofisma. Uma coisa seria os soldados soviéticos agirem em vista de uma agressão estrangeira e outra, muito diversa, atuarem em face de uma guerra civil ou de uma revolta interna. O fator nacional, justo e são, pode em tais casos ser transformado num chauvinismo estreito e contrarrevolucionário.

Diz-se que foi o Governo húngaro quem requisitou auxílio. Isso em nada altera o fundo do problema. Não podia fazê-lo sem desonra — 1. Mesmo solicitada, não poderia a URSS intervir numa guerra civil — 2. O papel de gendarme era próprio do tsarismo; não se coaduna com a revolução proletária.”

Ernesto Luiz Maia, *I.P.*, 28/10/56.

Auto-ilusão

Quem pretender atribuir os sangrentos sucessos polono-húngaros exclusivamente a “provocações” de agentes pagos em dólares estará, na melhor das hipóteses, tentando iludir a si mesmo.

Nilo da Silveira Werneck, *I.P.*, 31/10/56.

Peçonha

Ao que se saiba, nem sequer se levantaram vozes para protestar contra as grosseiras manifestações de nacionalismo grão-russo que vinham ganhando corpo na URSS, manifestações suficientemente combatidas

dentro do país e que foram, sem dúvida, propiciadas pelo dogmatismo colocado a serviço da política dominante, que dizer então dessa peçonha asquerosa, o antissemitismo...?

Victor M. Konder, *V.O.*, 17/11/56.

A voz dos conservadores

Quando os conservadores saíram à liça, produziram as seguintes ideias:

Prudência

Ouçam um conselho: vão escrevendo cada dia menos e depois calem. Tudo será esquecido e ficará como está. Antes que a divergência de opiniões faça com que os menos esclarecidos se afastem e os cultos se dividam em grupos a favor ou contra.

Thelma de Carvalho, *I.P.*, 4/11/56.

Admiração

Continuo a ter grande admiração por Stálin, pelo que deu de bom à humanidade durante 50 anos de Partido e mais de 20 como chefe de Governo da URSS.

Leoncio Azambuja, *I.P.*, 4/11/56.

Dogmatismo Lírico

Carta a João Batista:

“O debate suscitado pelo seu artigo — sem dúvida parcialmente bom pela forma e pelo conteúdo — está sendo conduzido lamentavelmente por caminhos os mais estranhos e diferentes do que objetivaria uma discussão limpidamente partidária, de um partido que se considera e é realmente depositário de gloriosas tradições de luta, de disciplina admiravelmente consciente e de uma ideologia cientificamente voltada para o novo e o belo, para a experiência do passado e os problemas lançados pelo amanhã na ordem do dia”.

N. A. Santos, *I.P.*, 25/10/56.

Um Homem Contra Todos

Essas formas de revisionismo aparecem formuladas, também, nos debates levados a efeito em nossa imprensa. Aí estão as teses de Armando Lopes da Cunha sobre o capitalismo de Estado e os elementos de socialismo em nosso país; de Osvaldo Peralva sobre novos direitos para a minoria; de Ernesto Luiz Maia, Quintino de Carvalho, João Batista de Lima e Silva e outros sobre internacionalismo proletário tomado como conceito puro, desligado da luta de classe; a apologia por Carlos Duarte e outros da liberdade de crítica como a liberdade de introduzir, no partido da classe operária, os pontos de vista e as teses do inimigo de classe; a renúncia de Caio Gabriel ao princípio da hegemonia do proletariado.

Apolônio De Carvalho, *V.O.*, 25/5/57,

Adjetivos

Os países que constroem o socialismo, todos os Partidos Comunistas e Operários, unem-se estreitamente em torno do centro único do movimento comunista mundial — a gloriosa e invencível União Soviética.

Luiz Telles, *V.O.*, 23/3/57.

Parabéns ao Magarefe

Venho acompanhando os debates que se vão ferindo em torno do informe secreto (chamado) do camarada Khrustchov — O Comitê Central tem o dever de manifestar-se sobre o assunto, tem o dever de exigir do PCUS que confirme ou desminta esse informe — Não podemos consentir tão pouco que elementos indisciplinados venham atacando a esmo Stálin a Prestes — Stálin está pois de parabéns, porque defendeu o povo custasse o que custasse.

Altamir Santos, *I.P.*, 20/11/56.

Liberdade Bitolada

Inicialmente quero dizer a vocês que realmente não podemos deixar de discutir e debater livremente as questões surgidas no XX Congresso do PCUS, mas esta discussão não pode ser colocada nos moldes em que vocês

pretendem colocá-la. Lembrem-se, meus caros amigos, que a classe operária tem um grande amor à disciplina. Não somos anarquistas!

Carlos de Araújo, *I.P.*, 12/10/56.

Sensitiva Stalinista

Confesso que me sinto prejudicado fisicamente (sistema nervoso) sempre que, lendo a Imprensa Popular, deparo com referências grosseiras, pejorativas e humilhantes, dirigidas diretamente à pessoa de Stálin.

José de Seixas, *I.P.*, 9/11/56.

Do Pântano

A luta contra o revisionismo está na ordem do dia para o nosso Partido uma vez que ele ameaça os próprios fundamentos teóricos, políticos e ideológicos do Partido. O nosso Partido carece de uma profunda renovação. Mas, ao limpar o terreno para essa renovação, estejamos vigilantes para que não brote e se expanda livremente a erva daninha do revisionismo.

Jacob Gorender, *V.O.*, 4/5/57.

Primeiro Homem na Lua

Absolutamente não há crise, nem sequer prenúncio de crise, no Partido Comunista do Brasil, nem nos outros partidos comunistas irmãos. Pelo contrário, estamos assistindo a um progresso imenso, um verdadeiro sopro renovador que envolve o Partido, firmando-se cada vez mais sua unidade interna e, cada vez mais, vai-se limpando dos desvios de direita e de esquerda, afogando o sectarismo e eliminando o culto à personalidade. Ora, se assim acontece, como comprovam os fatos, como então se pode falar em crise?

Bento Da Gama Batista, *V.O.*, 4/5/57.

“Após ouvir todo o Partido, o Comitê Central adotará a necessária Resolução sobre os problemas em debate.” (Trecho do Projeto de Resolução do CC, de outubro de 1956.)

Não publicou resolução nenhuma. Porque a única resolução de acordo com os debates seria autodissolver-se.

Documento n° 2

Ao Presidium e ao Comitê Central do PCB

Comunico que a partir deste momento desligo-me das fileiras do Partido Comunista do Brasil, por estar em desacordo com a ditadura férrea nele vigente, que anula os direitos estatutários da esmagadora maioria de seus militantes e converte em decreto-lei a vontade de um pequeno grupo de camaradas arvorados em proprietários dessa agremiação.

A discussão que, com mais dois outros ex-trabalhadores da “Imprensa Popular”, sustentei com o camarada Cid, responsável por uma comissão designada pela direção do Partido para nos ouvir, foi extremamente significativa. O pensamento do camarada Cid, membro do CC e seu porta-voz oficial naquele instante, pode ser resumido nestes quatro pontos:

1. A direção do Partido não admite a volta à Imprensa Popular dos redatores que de lá foram afastados pela invasão organizada do dia 28 de fevereiro;

2. A direção do Partido não vai realizar o inquérito que nós reclamamos para apurar os fatos relacionados com a invasão acima aludida;

3. A direção do Partido acha apenas cômica a acusação de que nós queríamos assaltar a direção do jornal, pois isso seria impraticável, a seu ver, nas condições de um partido como o PCB — e só um grande ingênuo poderia cometer a grande ingenuidade de pensar em semelhante aventura. (Quer dizer, a direção não acredita na versão que ela mesma apresentou, segundo ainda as informações do camarada Cid, na última reunião do CC.) Entretanto, esses acontecimentos coincidiram com os interesses da direção, que “pretendia demitir do jornal talvez precisamente todos esses que de lá saíram no dia da invasão, pois sua presença e atuação no jornal desagradava

a direção do Partido. Assim, quando se deu a invasão — cuja iniciativa é atribuída a um pequeno sacripanta lá do jornal, que aliás se gaba de só fazer aquilo que agrada aos dirigentes — “para a direção do Partido, isso foi uma maravilha”. Em suma, a direção do Partido diz que o autor desse Plano Cohen não foi ela; foi um títere seu, mas como isso lhe aproveitava bem, então apoiava a farsa e aplaudia o farsante.

4. A direção do Partido acha igualmente cômica a acusação de policialismo contra nós lançada por alguns de seus fiéis escudeiros, entre os quais se distingue uma pobre mulher que só tinha uma aspiração minúscula para coroar uma vida frustrada — queria ser redator-chefe da “Imprensa Popular”: ao menos um dia e depois morrer. Mas desejava isso com todo o resto de suas minguadas forças, com a mesma obstinação monótona de sinhá Vitória, nas “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, desejando dormir ainda numa cama com lastro de couro. O camarada Cid acha que, caluniando-nos, a candidata a redator-chefe estava defendendo, à sua maneira, a unidade do Partido, pois cada um defende essa unidade, segundo ele, de acordo com seu grau de compreensão. De modo que a direção do Partido, “em defesa da unidade”, pune os caluniados e promove os caluniadores, ofertando-lhes a ambicionada cama com lastro de couro.

Ao abandonar as fileiras do Partido ao qual dediquei seguidamente, nos últimos quinze anos, meus melhores esforços, não o faço por causa das palavras do camarada Cid, porque tais palavras são a simples expressão verbal dos fatos ocorridos. Faço-o porque, como declarei pessoalmente ao camarada Cid, estou convencido de que vocês da direção visam a reduzir o Partido a uma seita de incondicionais. Esse objetivo, além de afrontoso à dignidade humana, não ajuda a luta pela libertação econômica do país e pelo socialismo; obstaculiza-a. Mas isso, enfim, é com vocês. Quanto a mim, seguirei por outro caminho.

Rio, 22 de maio de 1957.

Oswaldo Peralva

Documento n° 3

A situação internacional analisada por Tito em 1953

(Trechos do informe pronunciado no VI Congresso do Partido Comunista da Iugoslávia.)

As relações entre o bloco ocidental e o bloco soviético estão-se tornando cada vez mais tensas em torno dos problemas fundamentais que foram discutidos já em Teerã, Ialta, Moscou e Berlim, onde se conseguiu em principio certo entendimento, embora num sentido errôneo e injusto, pois foi à custa dos interesses de outros povos. Em lugar da desejada paz, pela qual luta, com todas as suas energias, a humanidade progressista, hoje nos encontramos ante a ideia de uma nova guerra, de novas agressões, de novas devastações e de novas matanças espantosas. O mundo se arma desenfreadamente. Gastam-se milhões em armamentos, em lugar de empregá-los na implantação de uma vida melhor e mais feliz para os povos, em lugar de usa-los para ajudar aos países insuficientemente desenvolvidos a elevar seu nível de vida, etc. Uma nação, a URSS, arma-se e arma a seus satélites com o propósito de alcançar seus objetivos pela força, de manter subjugados os países escravizados e de se apoderar de novos territórios e escravizar outros povos. Outras nações estão armando-se para estabelecer um equilíbrio de armamentos no mundo. Mas neste ponto reside precisamente o perigo de que esses elementos adquiram a supremacia futura nas nações ocidentais e queiram usar o aparato bélico assim criado, numa tentativa de acertar contas com o agressivo bloco soviético, convertendo deste modo os armamentos e instrumentos para preservar a paz em instrumentos para desencadear uma nova guerra mundial, que seria para a humanidade uma catástrofe ainda mais terrível que a Segunda. E outras nações, as pequenas, a nossa, por exemplo, estão armando-se para resistir à agressão, para preservar sua independência e sua existência.

Onde residem as causas da presente situação mundial, que envolvem um perigo de guerra? Poderia ter sido evitada esta confusa e quase desesperada conjuntura mundial?

Tenho a profunda convicção de que poderia ter sido evitada com uma atitude inteiramente nova, desde o começo, para resolver os problemas internacionais, desprezando os velhos métodos e formas seguidos para isso.

Podia ter sido evitada se a solução desses problemas se houvesse feito com um desejo de paz tão ardente como o que alentava os corações da humanidade dolorida, com mais confiança mútua, com maior senso de responsabilidade ante os povos e ante a história, com uma maior determinação e vontade de lograr uma paz justa e duradoura o mais rapidamente possível, com maior respeito aos interesses e aspirações dos povos pequenos, etc. Mas em vez disso foram empregados os velhos métodos das grandes potências na solução dos problemas internacionais, já em Teerã, e segundo os quais unicamente as grandes potências tinham direito a decidir sobre o destino — não só dos povos, mas de todo o mundo em geral, dividindo-o em esferas de influência e sem sequer consultar os Estados e os povos afetados por tais acordos.

Naturalmente e como era de esperar, no XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, todos os líderes, a começar por Stálin e Malienkov, trataram de lançar a responsabilidade de presente crise internacional unicamente sobre as nações ocidentais e em primeiro lugar sobre os Estados Unidos. Em seu informe, Malienkov lamenta que os Estados Unidos não hajam cumprido os acordos de Teerã, Ialta, Moscou e Berlim. Já dissemos em que consistiam realmente esses acordos: eram um convênio para a divisão de esferas de influência, um convênio imperialista.

Malienkov se mostra entristecido pela sorte das nações capitalistas do Ocidente europeu, porque foram, disse, escravizadas e estão sendo exploradas pelos norte-americanos. Depois disso, Malienkov faz uma pilhéria ainda mais estúpida: “Montam sobre seus sócios menores, os saqueiam e os subjugam, dizendo-lhes: levai-nos agora que depois nós vos levaremos”. Naturalmente isso provocou risos na sala. Mas, indubitavelmente, esses riscos teriam um eco desagradável na Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Hungria, Bulgária e Albânia, para não falarmos das zonas de Áustria e Alemanha ocupadas pelas tropas soviéticas; os países em que os imperialistas soviéticos têm estado cavalgando cruelmente durante anos, não só aguilhoando-os com esporas de ferro, como também esmagando-os com um tacão de ferro.

Compreendo que os povos da Inglaterra, França, Bélgica, Itália, Holanda, etc., possam estar descontentes com um ou outro ato dos norte-

americanos, embora seja indubitável que essas nações, e outras mais, tenham recebido bilhões de dólares de ajuda do povo dos Estados Unidos no pós-guerra e que essa ajuda continua ainda a chegar-lhes. Este é um fato que os dirigentes de Moscou conhecem perfeitamente. Por outro lado, os lamentos das populações dos países que estão sendo saqueados e oprimidos pelos imperialistas soviéticos, a pretexto de que as demais nações devem ajudar a fortalecer a União Soviética como um pretense bastião da paz, chega até nossos ouvidos claramente.

Haverá ainda quem ignore o destino que se reservou em Teerã à Iugoslávia, cujos povos ofereciam, naquele tempo, rios de sangue por sua liberdade e independência? Nem Stálin nos perguntou o que pensávamos sobre nosso destino. Estava então dividindo a Iugoslávia em esferas de influência, na base de metade a metade, com um país capitalista, ao qual havia atacado antes e ainda ataca como tal. Graças unicamente ao caráter revolucionário de nossa luta, à nossa unidade e à inflexível vontade de nossos povos de conquistar sua completa liberdade e independência, o tratado de Teerã se converteu num vão desejo dos que queriam usar nosso torturado e devastado país como uma carta no jogo de composições.

A União Soviética começou abandonando não só a política de proteção, como também a de respeito à soberania das nações pequenas e à vontade dos povos, desde antes da guerra; continuou nesse caminho depois da guerra, particularmente depois de Teerã. Por quê? Porque traiu os princípios socialistas e seguiu o caminho da velha Rússia tsarista, o caminho dos interesses do Estado Grão-Russo, o caminho dos métodos imperialistas para conseguir esses interesses, tratando de disfarçar tudo isso com slogans revolucionários do proletariado internacional. Sua propaganda e a de todas as suas agências exaltam até o cansaço o papel dirigente da URSS no mundo progressista e a necessidade de submeter aos interesses desta pretensa potência revolucionária todos os demais interesses, inclusive a liberdade e a independência dos povos pequenos.

Depois de 1939, quando o pacto com Hitler permitiu suficiente-
URSS estender sua esfera de influência, apoderando-se de áreas inteiras pertencentes a outras nações e subjugando-as aos pequenos Estados independentes do Báltico, a União Soviética sofreu pela primeira vez uma

tremenda derrota, em 1948, quando, com métodos já ensaiados, quis também escravizar nosso país, a nova Iugoslávia. Desta vez queria conseguir cem por cento e não só os cinquenta por cento da esfera de influência, mas se equivocou porque nosso povo sabia muito bem o que significava estar numa esfera de interesse, especialmente se era russa. Sofreu a segunda derrota, e isto é óbvio, com a guerra da Coreia, na qual indiretamente quis conseguir, pela força, o controle de uma esfera de influência já dividida. Eis aqui um exemplo típico de como a URSS concebe as esferas de influência: primeiro trata de pôr-se de acordo com as grandes potências para conseguir cinquenta por cento, mais ou menos, da esfera de interesse, a fim de poder conquistar logo tudo, pela força, se necessário. Esta é uma prática que já tentou e que desde o pacto com Hitler até 1948 lhe proporcionou grandes vantagens.

Disse antes que a guerra da Coreia era o resultado da política imperialista para a divisão desse país em esferas de interesse e de ingerência nos assuntos internos dessa nação. Portanto, essa guerra não tem relação alguma com os interesses e desejos do povo coreano de unificação e independência. Ao lançar a Coreia do Norte numa guerra agressiva, a URSS usou sua influência para submeter a Coreia do Sul a seu domínio, utilizando para isso outro povo. Ao fazer esta declaração, não pretendo diminuir de modo algum a responsabilidade das potências ocidentais, que são culpadas também da situação que prevalece na Coreia. Seus tratados sobre as esferas de influência deram como resultado em 1950 essa guerra, que pode degenerar num conflito mundial.

O conflito que surgiu entre nosso país e a URSS em 1948 não foi um fenômeno incidental, nem uma divergência sobre tal ou qual problema, como ocorre às vezes entre Estados. Menos ainda foi uma controvérsia entre dois partidos comunistas, ou, como pretenderam descrevê-lo os dirigentes soviéticos, uma querela nascida de nossa atitude para com seus instrutores ou de nosso suposto desvio da ciência do marxismo-leninismo para o nacionalismo, etc. Esse conflito foi, em primeiro lugar, um conflito entre um Estado imperialista que queria subjugar pela força um país independente, a Iugoslávia. Tem atualmente um profundo conteúdo

ideológico e surgiu quando compreendemos claramente os propósitos da URSS quanto a nós e quando ela compreendeu que não estávamos dispostos a permitir a escravização de nosso país. Começou no momento preciso em que se fez evidente que a URSS havia abandonado os princípios socialistas, não só em sua política interna, como também na política exterior, e marchava abertamente pelo caminho do expansionismo imperialista.

A URSS começou a desenvolver tal política na véspera da Segunda Guerra Mundial, concertando um pacto com Hitler, dividindo com ele esferas de influência e conquistando territórios alheios (o caso da Polônia, etc). Antes de nosso conflito, a URSS ainda podia justificar essa política de alguma maneira, embora não de forma muito convincente, ao menos para nós os comunistas, dizendo que a “pátria do socialismo” corria um suposto perigo, que os capitalistas ocidentais estavam espreitando-a e que, portanto tinha que se fortalecer de várias maneiras, inclusive conquistando novos territórios, etc. Esgrimiu inclusive a surrada frase de que o fim justifica os meios, de que a expansão da URSS significava a extensão do socialismo, de que os territórios de que se havia apoderado eram bases de ataque contra a URSS, e outras estupidez similares. Mas depois da Segunda Guerra Mundial, quando surgiu toda uma série de países com novos sistemas sociais, países cujos povos desejavam transformações internas — a Iugoslávia, em primeiro lugar, já que começou a trabalhar com todas as suas possibilidades para edificar um novo sistema socialista — ninguém esperava que a URSS continuaria aplicando a esses países os mesmos métodos imperialistas. Contudo, a realidade mostrou que assim era, só que agora a URSS tratava de justificar seus métodos imperialistas e suas ações em relação com um país socialista, com a pretensa necessidades de subordinar os interesses deste (inclusive até o grau de perder a independência) e os dos países socialistas ou de democracia popular aos interesses da União Soviética, como força dirigente do socialismo, sob pretexto, tudo isso, de servir assim aos interesses da revolução mundial. Essa sujeição de outras pequenas nações, como se demonstrou na Polônia e depois na Romênia, Hungria, Bulgária,

Tchecoslováquia, etc., visa atualmente a um fim que não é a revolução mundial, mas a hegemonia mundial e o domínio da União Soviética, como uma potência imperialista comum e corrente, sobre as demais nações.

Vale a pena citar aqui Stálin e Engels para dar uma ideia mais clara da política imperialista da URSS, que trata de seguir os passos dos tsares russos.

O alvo de Stálin passou a ser agora Friedrich Engels, ao qual refuta e corrige, sobretudo na questão da política exterior da Rússia tsarista. Polemizando com Adoratski acerca da conveniência de editar ou não a *Política Exterior do Tsarismo Russo*, de Friedrich Engels, por motivo do vigésimo aniversário da primeira guerra imperialista, Stálin declarou que Engels não estava certo ao dizer que a expansão da Rússia tsarista para Constantinopla era mais perigosa e importante no campo internacional do que o problema da Alsácia e Lorena entre a França e a Alemanha. Stálin irrita-se contra Engels e, citando supostos erros num artigo de Engels, diz que são devidos à “exageração do papel da expansão da Rússia tsarista em relação a Constantinopla, no processo de gestação da guerra mundial”. Por certo, Stálin reconhece que Engels colocava primeiro a anexação da Alsácia e Lorena per cima de qualquer outro fator de guerra, mas que depois relegou esse fator a um segundo plano e assinalou os desejos de conquista da Rússia tsarista, alegando que “este primeiro perigo de guerra mundial desaparecerá no dia em que mudarem as coisas na Rússia, na medida em que o povo russo puder afastar-se da tradicional política de conquista de seus tsares”. “Em todo caso, é uma exageração”, disse Stálin.

Pobre Engels! Jamais poderia ter imaginado que seus textos feririam, algum dia, mais ainda do que feriram ao tsar russo, os sentimentos imperialistas de Stálin. Por sua parte, Stálin viu que os prognósticos de Engels, que se cumpriram na Revolução de Outubro, foram destruídos pelas modernas práticas soviéticas, por sua política imperialista.

Hoje está igualmente claro para nós por que Stálin escreveu isso em 1934 e por que mandou publicar essa carta em 1941, considerando-a de atualidade nas vésperas da guerra. A guerra de conquista contra a Polônia e a Finlândia e mais tarde a anexação pela força dos países bálticos e da Moldávia, da mesma forma que os posteriores planos de conquista dos imperialistas moscovitas, não estavam em contradição com os textos de Engels, como também com os princípios gerais marxistas e socialistas. Por isso criou-se uma nova teoria relativa à necessidade da extensão da URSS,

“nação dirigente socialista” (leia-se: anexação de territórios estrangeiros por trás da máscara do socialismo).

Conforme a experiência demonstrou, este conflito entre a Iugoslávia e a URSS nasceu exclusivamente da política de hegemonia que a URSS pretendia realizar na Iugoslávia, dos intentos de escravizar nosso país econômica e politicamente, de liquidar sua independência e de convertê-lo numa colônia. Este conflito começou durante a guerra, amadureceu gradualmente e levava já em germe o caráter da desigualdade de relações entre os dois países.

Que razões explicam essa política exterior antissocialista da União Soviética? Essas razões se acham no estado atual da vida na União Soviética, em toda a estrutura interna do país: econômica, política e cultural. Há muito tempo já que a URSS abandonou o caminho do desenvolvimento socialista em sua vida interna, para tomar a rota do capitalismo de Estado, com um sistema burocrático sem precedente. A burocracia converteu-se na URSS em um fim em si. Está-se convertendo num crescente poder de exploração, que se coloca por cima da sociedade e que não só obstrói todo o futuro desenvolvimento da revolução e das ideias revolucionárias, como também liquida passo a passo o conquistado pela Revolução de Outubro, e adquire um crescente caráter contrarrevolucionário.

Trinta e cinco anos depois da Revolução de Outubro e vinte e quatro anos depois de iniciada a coletivização do campo, os *kolkhoses* continuam dirigidos por administradores governamentais e seus membros fogem deles. Trinta e cinco anos depois da Revolução de Outubro, os operários trabalham como escravos nas fábricas e estão à mercê da arbitrária vontade dos diretores burocráticos. Onde estão as conquistas da grande Revolução de Outubro? Os diretores têm direito a condenar os operários ao trabalho forçado por violações da disciplina. Então, não estão os operários em pior situação que os dos mais atrasados países capitalistas? Os dirigentes da URSS divagam já sobre a transição ao comunismo, enquanto que nas fábricas os operários trabalham sem direito a participar na direção e com soldos que são insuficientes para o mínimo, já para não falarmos de um nível de vida civilizado. Dizem que o socialismo já se desenvolveu e que

estão entrando no comunismo, enquanto que milhões de cidadãos soviéticos apodrecem nos campos de morte e de trabalhos forçados, enquanto que milhões de pessoas das nações não russas não gozam de seus direitos e são deportadas para a taiga siberiana, para seu extermínio. Falam da transição ao comunismo, enquanto que muitos camponeses tem que sustentar suas choças com paus para que não se afundem e usar um calçado feito com fibras de tília. Os veteranos mutilados na guerra de libertação pedem esmola nas ruas. Poderia ler-vos a carta que me enviou um veterano mutilado, pouco antes do conflito de 1948, falando da intolerável situação e da falta de atenção para com os veteranos mutilados da URSS. Que ironia e que conceitos do comunismo! Se se pretende que isso é comunismo, só podemos dizer que é comunismo stalinista e burocrático.

Documento n° 4

A enciclopédia polonesa sobre o PC da Polônia

Na segunda parte deste livro falamos na tragédia que, nos anos de 1937 a 1938, se abateu sobre o Partido Comunista polonês, cujos membros mais preeminentes foram executados na URSS sob a falsa acusação de agentes da polícia inimiga, etc. O próprio PC foi dissolvido pela Internacional Comunista sob essa falsa acusação.

Em verdade, numerosos dirigentes do PC polonês — fundadores, membros do CC, deputados comunistas ao Parlamento da Polônia, notáveis teóricos marxistas, escritores — foram assassinados por ordem de Stálin. Paradoxalmente, escaparam os dirigentes comunistas que se achavam nos cárceres da Polônia, como Gomulka, Biérut, Minc e muitos outros.

Depois de outubro de 1956 começou a divulgação na Polônia da terrível verdade sobre a tragédia dos comunistas poloneses que se achavam na URSS ou que para ali foram atraídos. Informou-se que eles foram assassinados à base de “falsa acusação” e “reabilitados postumamente”. O caso dessas execuções em massa foi o tema de uma série de artigos aparecidos em jornais de Varsóvia, e atualmente os nomes dessas vítimas do terror stalinista figuram na literatura oficial e em livros editados por editoras oficiais, tal como a “Mala Encyklopedia Powszechna” (Pequena

Enciclopédia Universal), editada em 1959 por “Panstwowe Wydawnictwo Naukowe” (Editora Estatal Científica), de Varsóvia.

Essa Enciclopédia, à pag. 435, assim comenta tais fatos, ao relatar a história do PC polonês:

O órgão central do PC polonês era *Czerwony Sztandar* (Estandarte Vermelho); o órgão teórico era *Nowy Przegląd* (Nova Revista). Por iniciativa do PC polonês, editavam-se legalmente na Polônia muitas obras políticas, literárias, culturais e de doutrina comunista. No ano de 1938, sob a falsa acusação de que a direção do Partido estava dominada por agentes de Pilsudski, o PC polonês foi dissolvido pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista e alguns dos membros da direção do PC polonês condenados na URSS em virtude de falsas acusações...

Ainda segundo a Enciclopédia, a direção do Partido estava constituída, desde o ano de 1923, por A. Warski, H. Walecki e W. Kostrzewa, entre outros. Vejamos o que aconteceu a esses dirigentes. Pag. 1.032:

WARSKI, aliás, WARSZAKSW — Warski Adolf (1868-1937), alto dirigente do movimento operário, jornalista, cofundador da União dos Operários Poloneses, um dos fundadores da direção geral do Partido Socialista Polonês (Esquerda), participante da revolução de 1905-1907, participante da Conferência de Zimmerwald e Kiental, muitas vezes prisioneiro do regime tsarista, cofundador e membro do Comitê Central do Bureau Político do PC polonês, encontrava-se na URSS desde 1930, sendo em 1957 condenado, sob falsa acusação, e postumamente reabilitado.

Pag. 339:

HORWITZ Maksymilian, pseudônimo WALECKI Henryk (1877-1938), dirigente do movimento operário polonês, desde 1895 membro do Partido Socialista Polonês, participante da revolução de 1905-1907, muitas vezes prisioneiro do regime tsarista, desde 1918 militando no PC polonês, membro do Comitê Central, representante do PC polonês no Komintern, redator do jornal *Komunistycznyj Internacjonal* (Internacional Comunista), autor de muitos trabalhos, desde 1921 no exílio, sobretudo na URSS, onde foi preso e condenado, em 1938, sob falsa acusação, e reabilitado juntamente com o PC polonês.

Pag. 450:

KOSZUTSKA Maria, pseudônimo KOSTRZEWA Wera (1879-1939), alto dirigente do movimento revolucionário polonês, participante da revolução de 1905-1907, desde 1918 membro do CC do PC polonês, até 1933 membro do Bureau Político, destacou-se na elaboração da linha política do Partido; desde 1922 no exílio, principalmente na URSS, condenado, sob falsa acusação, e postumamente reabilitada.

O PC polonês teve três deputados ao Parlamento. Todos os três foram executados na URSS. A Enciclopédia diz sobre eles (pag. 179):

DABAL Tomasz (1890-1938), dirigente revolucionário; de 1919 a 1922 foi deputado ao Parlamento; membro do PC polonês, fundou com S. Lancucki o “Clube de Deputados Comunistas”. Mais tarde esteve na URSS, onde foi preso e condenado, em 1937, sob falsa acusação, e reabilitado junto com o PC polonês.

Pag. 518:

LANCUCKI Stanislaw (1882-1938), desde 1921 membro do PC polonês e desde 1919 deputado ao Parlamento. Em 1924 foi entregue pelo Parlamento e condenado a seis anos de prisão. Desde 1929 na URSS, na Organização Internacional de Auxílio aos Revolucionários. Em 1938 condenado sob falsa acusação e postumamente reabilitado.

Pag. 890:

SOCHACKI Jerzy (1892-1935), membro do CC do PC polonês; de 1919 e 1922 e de 1926 a 1928 foi deputado ao Parlamento. Mais tarde, na URSS, foi condenado sob falsa acusação e postumamente reabilitado.”

Segundo a mesma fonte, eminentes teóricos do Partido e dirigentes revolucionários como Prochniak, Ryng, Grzelszczak e muitos outros também caíram vítimas de “falsa acusação” e foram “postumamente reabilitados”.

O Secretário-Geral do Partido, desde 1929, Lenski-Leszczynski, foi assassinado em 1939 pela polícia soviética. Eis o que a Enciclopédia diz a seu respeito, à pág. 488:

LENSKI-LESZCZYNSKI Julian (1889-1939), alto dirigente e teórico do movimento operário polonês, desde 1918 membro do PC; de 1918 a 1920, superintendente do Comissariado dos Assuntos Poloneses junto ao Governo Soviético; desde 1925 membro do Comitê Central e do Bureau Político, e desde 1929 Secretário-Geral do Partido, membro do Comitê Executivo da III Internacional. Em 1939 foi condenado na URSS sob falsa acusação e reabilitado postumamente.

No ano de 1942, durante a guerra, Bruno Jasienski, famoso poeta revolucionário, faleceu. A Enciclopédia explica como:

Pag. 369:

JASIENSKI Bruno (1901-1942), poeta e escritor, ligado ao movimento revolucionário proletário. Em 1937 foi preso na URSS, sob falsa acusação, e faleceu no cárcere.

Tais são alguns exemplos, catados aqui e ali nas páginas da “Mala Encyklopedia Powszechna”, editado pelo governo polonês.

Documento nº5

O caso Rokossowski

Outros fatos, aliás, que se tornaram do domínio público internacional, confirmam a brutal opressão exercida pelos soviéticos sobre a República Popular da Polônia. Recorda-se que, pouco depois de proclamada essa República, o governo soviético designou para servir como ministro da Defesa Nacional da Polônia o marechal Rokossowski, que era polonês de nascimento, mas naturalizado cidadão soviético e que havia feito sua carreira militar na União Soviética. E que Rokossowski agia, não como polonês mas como soviético, ficou provado durante a revolta nacional e social da Polônia em outubro de 1956. Por aqueles dias, foi à capital polonesa uma delegação do PC soviético para discutir com os dirigentes comunistas e o governo da Polônia. Então, para fazer pressão sobre os próprios poloneses, em favor dos soviéticos, o Marechal Rokossowski mandou deslocar tropas militares em direção a Varsóvia, ao mesmo tempo que tropas soviéticas na fronteira e no interior da Polônia também se movimentavam. Desse homem, entretanto, não se poderia dizer que fosse

um traidor da pátria — porque sua pátria já não era a Polônia e sim a URSS — mas era o chefe da quinta-coluna soviética encravada no governo polonês. Por isso mesmo, Rokossowski foi demitido do cargo de Ministro e dos postos dirigentes que tinha no PC polonês e recambiado para a União Soviética, após a reunião do Comitê Central de outubro de 1956.

No decurso dessa reunião — era o Oitavo Pleno do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês — que se realizava naqueles dramáticos dias de outubro, um membro do CC fez esta interpelação a Rokossowski (ver o livro “Ottavo Plenum del Comitato Centrale del Partito Operaio Unificato Polaco”, editado pela “Feltrinelli Editore Milano”, pag. 29):

Companheiro Starewicz:

Companheiros, ontem, enquanto se desenrolavam estes difíceis e importantíssimos colóquios com a delegação do CC do PCUS, tiveram lugar em nosso país movimentos de tropa em direção a Varsóvia. Não conheço detalhes disso, porque não me ocupo de questões militares; mas, pelo que eu soube de companheiros que inspecionam a ordem interna do País, aconteceu que algumas colunas de carros armados apontaram sobre Varsóvia, que houve movimentos de algumas unidades militares soviéticas em nossa fronteira ocidental e no interior do País, na região de Breslau. Portanto, a este respeito, quero perguntar ao companheiro Marechal Rokossowski qual o objetivo de tais movimentos de tropa. Em segundo lugar, pergunto com que ordem essas tropas se movimentaram e quem tomou a decisão de movimentá-las: o Bureau Político, ou o Governo, ou o Ministro da Defesa Nacional? Em todo caso, ordenando os movimentos de tropa, refletiu-se suficientemente sobre as consequências políticas que daí derivam? Os movimentos de tropas suscitam profunda inquietude em Varsóvia e podem criar um grave mal-entendido entre o exército e a classe operária, além de provocar repercussões internacionais, no exato momento em que se desenvolvem estas importantes conversações polono-soviéticas.

Recorda-se ainda que, em seguida, com a ascensão de Gomulka à chefia do Partido e do Governo, empreendeu ele uma viagem à União Soviética a fim de reformular, em novas bases, as relações polono-soviéticas. Foi então emitido um comunicado conjunto polono-soviético, no qual se reconhecia que a URSS, entre outras coisas, comprava carvão à

Polônia por preço abaixo do custo. Diante disso, percebe-se quão monstruoso e diabólico foi esse ato do governo soviético de enviar um marechal do Exército da URSS para atuar como Ministro da Defesa Nacional da Polônia. E isso sob o disfarce de um “ato de internacionalismo proletário”. Em verdade, Rokossowski estava ali como capataz da dominação política e econômica da URSS sobre a Polônia.